



# A ESCOLA INGLESA E O BRASIL

## ARGUMENTOS PARA UMA TEORIA UNIVERSAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

*Leonardo Dutra*

Tese apresentada à Universidade de Évora  
para obtenção do Grau de Doutor em  
Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais

ORIENTADORES:

*Professor Doutor Silvério Carlos Matos Rocha Cunha*  
*Professor Doutor Marco António Gonçalves Barbas Batista Martins*

ÉVORA, ABRIL DE 2014





## Conteúdo

Resumo .....	4
Abstract.....	4
Primeira Parte .....	5
Introdução .....	5
Conceitos em Relações Internacionais.....	24
As Relações Internacionais e seus Atores .....	24
A Abordagem Histórica .....	30
Tradições de Pensamento em Relações Internacionais.....	42
Segunda Parte .....	53
As Teorias das Relações Internacionais e o Brasil de 1995 a 2010 .....	53
Brasil: Antecedentes e Contexto Internacional.....	58
O Final do Século XX e um Novo Ordenamento Nacional: Governo de Fernando Henrique Cardoso.....	83
O Cone-sul e a Integração Regional para o Brasil.....	93
Poder, Segurança e as Velhas Descrições da Ordem Internacional .....	105
O Brasil e a Complexidade das Relações Internacionais .....	120
O Início do Século XXI e um Novo Ordenamento Mundial: Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.....	134
Pobreza, o Brasil e o Mundo: uma questão de sobrevivência.....	144
Universalismo e a Política Externa Brasileira.....	155
O Brasil e a Tentativa de Construção de uma Governança Alternativa.....	169
Terceira Parte .....	186
A Ordem Internacional e as Fronteiras de uma Teoria das Relações Internacionais	186
A Sociedade Internacional e sua Estrutura.....	223
O Brasil e a Sociedade Internacional .....	247
Bibliografia .....	266

## **A Escola Inglesa e o Brasil: Argumentos para uma Teoria Universal nas Relações Internacionais**

### **Resumo**

A presente tese efetua uma investigação de aproximadamente quinze anos da política externa do Brasil, do período de 1995 a 2010, com o objetivo de encontrar padrões de comportamento do país em suas interações internacionais que permitam teorizações nas Relações Internacionais. Assim, tendo como base teórica a Escola Inglesa das Relações Internacionais, são verificadas as diversas mudanças e continuidades do Brasil e do mundo no período, alocando tais perspectivas dentro de Tradições de Pensamento desta teoria. Nesta lógica, o estudo das distintas motivações dos atores no cenário internacional acaba por apontar avanços no entendimento de uma representação da realidade capaz de abarcar uma grande quantidade de comportamentos no mundo, desenvolvendo neste trabalho desde exemplos do Brasil, uma válida e abrangente Teoria nas Relações Internacionais.

## **The English School and Brazil: Arguments for a Universal Theory of International Relations**

### **Abstract**

This thesis investigates approximately fifteen years of Brazilian foreign policy between 1995 and 2010 to identify patterns in the way the country has acted on the international scene, which can be used to develop a theory on International Relations. Using the English School as the theoretical basis of International Relations, the way Brazil and the world has changed or remained the same over this period is analysed and placed within the context of the three Traditions of Thought. The study of the various motives of actors on the international scene leads to an improved understanding of a representation of reality that is able to encompass the wide range of behaviours seen in the world and in this thesis examples from Brazil are used to develop a valid and wide-sweeping Theory of International Relations.

## Primeira Parte

### Introdução

Para o romancista Honoré de Balzac, Paris foi uma cidade com ruas de péssima reputação. Pelo menos, são essas algumas das informações que podemos notar nas primeiras páginas do conto *Ferragus*, publicado em 1833 por Balzac, onde a capital francesa igualmente aparece repleta de vias distintas, como ruas nobres, descentes, ou mesmo as ruas jovens, "sobre cuja moralidade o público ainda não teve tempo de se decidir." <sup>1</sup>

Dependendo da perspectiva, um país também pode ter uma reputação semelhante a algumas ruas de Paris: "o Brasil segue sendo um país injusto," <sup>2</sup> ou ainda, a formação resultante da organização dos Estados no mundo, ou a estrutura de governança global pode estar baseada em "instituições obsoletas." <sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Honoré de Balzac, *História dos Treze: Ferragus, A duquesa de Langeais, A menina dos olhos de ouro* (Porto Alegre: L&PM, 2008), 27.

<sup>2</sup> Fernando Henrique Cardoso, então candidato a Presidência da República em 1994, argumentando sobre alguns problemas que a sociedade brasileira enfrentava apesar dos avanços econômicos do país, como baixa qualidade de educação, violência estrutural, condições sanitárias de pouca qualidade, entre outros, declara: "O Brasil não é mais uma país subdesenvolvido – é um país injusto." Brasil. Presidente. *Discursos selecionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso*. (Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009), 84.

<sup>3</sup> Artigo de Celso Amorim no *Financial Times*. "Governance must reflect global reality," publicado em 15 de novembro de 2010: "A new group of countries has surely earned growing influence on core issues on the international agenda, from climate change to trade, from finance to peace and security. They bring fresh perspectives and contribute to a new, fairer international balance. Yet their ability to express legitimate interests is constrained by global governance structures that are no longer representative. In a domestic context, such a situation might lead to revolution; in a world with obsolete institutions, it is leading to collateral alliances." Celso Amorim. *Discursos, palestras e artigos do Chanceler Celso Amorim: 2003-2010*. Volume II. (Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2011), 231.

Juízos de valor como estes delineiam nossa existência. Apesar de não haver consenso nas qualificações sobre as ruas boas e ruins ou os países justos e injustos, existe concordância em algumas situações particulares, como quando esperamos que o relacionamento entre os homens seja pacífico, ou quando declaramos que as relações entre os Estados deveriam ser pautadas pela paz, e não pela guerra.

Embora a existência humana obstinadamente consiga apresentar exceções para todos os fatos, a maioria das pessoas concordaria com os desejos e juízos de paz do último parágrafo, ou simplificadaamente, quase todos concordariam na aspiração por uma vida boa. A perspectiva inversa igualmente se verifica: uma grande quantidade de pessoas igualmente rejeitaria o sofrimento, a dor, ou resumidamente, quase ninguém deseja uma vida má para si mesmo.

Ao passo que o dicionário facilmente qualifica os antônimos bom e mau, ou ainda, enquanto em nosso cotidiano frequentemente atribuímos valores positivos ou negativos às diversas situações da vida, quando deitamos nossa atenção sobre a caracterização de grupos sociais, a tarefa de qualificação do agrupamento dos sujeitos das ações – uma sociedade – torna-se bastante complexa.

Apesar disso, nossa inteligência ainda é capaz de julgar. Embora seja possível que muitos membros da sociedade norte-coreana discordem desta afirmação, uma grande parcela da população do mundo ocidental do início do século XXI concordaria que a Coreia do Norte é um Estado autoritário, talvez injusto com seus cidadãos – que não possuem liberdade como alguns de seus pares em outros países, ou quem sabe, alguém até arriscaria simplificar o Estado norte-coreano dos últimos anos pelo adjetivo mau.

Contudo, qualquer caracterização desta natureza é sempre relativa. Nesta lógica, se uma análise desta questão é oriunda de um indivíduo da parte ocidental do mundo contemporâneo, possivelmente esta viria a construir uma caracterização negativa do Estado norte-coreano, em virtude de uma série de valores comuns entre os indivíduos que compõe a sociedade que analisa a situação.

Assim, de posse destes valores, o analista nesta conjuntura avalia outro agrupamento distante do seu, e por comparação, no mínimo, consegue catalogá-lo como diferente, e no máximo, rotula tal agrupamento com um adjetivo definido como negativo em sua sociedade de origem, a exemplo de injusto, autoritário, ou mau.<sup>4</sup>

Dependendo da perspectiva do expectador, a caracterização resultante da análise de determinado objeto certamente sofrerá alterações, e assim, o que é justo hoje para o sul-coreano pode ser injusto para o norte-coreano, o que é definido como bom para o oriental pode ser mau para o ocidental, e entre um número incontável de agrupamentos que poderíamos citar ou criar, segue que, quando passamos de julgamentos superficiais para investigações mais apuradas sobre a qualificação das sociedades, frequentemente nos encontramos diante de um emaranhado de questões que não encontram respostas capazes de caracterizar a universalidade da existência humana.

---

<sup>4</sup> Herbert Butterfield, um dos principais autores da Escola Inglesa das Relações Internacionais, afirma que os julgamentos morais por parte do teórico e do historiador na análise dos fatos passados, desta forma, construindo conceitos sobre o certo e o errado, deveriam ser dispensados do trabalho acadêmico uma vez que fazem referência aos próprios parâmetros do analista: "When all historical explanation of character and conduct have been exhausted, it must be remembered that the real moral question is still waiting to be solved; and what can the historian do about the secret recesses of the personality where a man's final moral responsibility resides?" Herbert Butterfield, *The Whig Interpretation of History* (Londres: George Bell, 1950), 115.

Isso se deve ao fato de que a caracterização dos grupos sociais não se apresenta ao observador como um dado na medida em que tal caracterização ou simbolização não é para este um objeto do mundo exterior, mas em contrapartida, é parte da experiência do analista, onde este participa da existência que se propõe a compreender.<sup>5</sup>

As limitações do conhecimento humano sugeririam um expectador autossuficiente e de posse de total conhecimento de suas faculdades para ter capacidade de entender o ordenamento em que está inserido. Contudo, o homem na condição de expectador ou analista é apenas um ator, e assim, está comprometido a desempenhar sua existência sem saber qual é o seu papel.<sup>6</sup>

Portanto, a existência humana encontra problemas para entender o próprio funcionamento de suas sociedades domésticas. Por um lado, os expectadores e analistas possuem grandes dificuldades em responder questionamentos sobre as próprias comunidades políticas que fazem parte: todos possuem discernimento suficiente para escolher autoridades capazes de governar a si próprios e aos seus semelhantes?

Por outro lado, encontramos ainda mais dificuldades para responder as perguntas relativas ao relacionamento entre grandes sociedades heterogêneas: os governantes escolhidos pelo povo possuem autoridade para interferir na governação de outras sociedades, entre outros motivos, porque estas são definidas por autoridades que não foram escolhidas pelos seus semelhantes?

---

<sup>5</sup> Eric Voegelin. *Ordem e História*. Volume 1. (São Paulo: Edições Loyola, 2010), 45.

<sup>6</sup> *Ibid.*



Na tentativa de análise de tal problema e retomando nosso raciocínio da oposição entre polos antes ilustrados como bom e mau, é relativamente fácil afirmar que a maioria das pessoas prefere a paz em detrimento da guerra. Algumas questões biológicas indicariam que, como qualquer ser vivo, nós sempre escolheremos uma forma de existência mais segura – como a paz, do que insegura – como a guerra.

Contudo, guerras ainda acontecem. Conflitos entre indivíduos, tumultos entre grupos sociais, batalhas entre cidadãos de um mesmo país e guerras entre comunidades políticas diferentes ocorrem desde a *Ilíada*<sup>7</sup> de Homero até o dia de hoje.<sup>8</sup>

Assim, diante da dificuldade de se estabelecer uma explicação para o nosso comportamento enquanto inseridos em grandes comunidades políticas em interação dentro de um ambiente internacional, uma área específica das ciências contemporâneas se dedica ao estudo de questões que se colocam diante de governantes destes Estados e que, ainda, continuam sem respostas capazes de abranger a universalidade do problema.

As Relações Internacionais,<sup>9</sup> jovem disciplina que analisa e teoriza sobre a relação que existe entre os diversos atores internacionais, apesar dos severos esforços de muitos

---

<sup>7</sup> A guerra de Troia e o ódio de Aquiles, causado por uma disputa com Agamenon, são retratados por Homero nesta poesia épica grega. O conflito que dá origem ao texto teria ocorrido por volta de 1200 a.C, contudo, sua veracidade é questionável, com o objetivo aqui de ilustrar a guerra como parte da existência humana desde tempos remotos.

<sup>8</sup> Martin Wight, pensador que sustenta muitas das perspectivas estudadas neste trabalho, ao analisar a história desde o século XVI afirmou: “se quisermos expor com precisão a tensão existente entre o determinismo e a iniciativa humana no que se refere à guerra, poderemos somente afirmar que a guerra é inevitável, mas que determinadas guerras podem ser evitadas.” Martin Wight, *A Política do Poder*. (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002), 134.

<sup>9</sup> Neste trabalho, Relações Internacionais, em maiúsculo, faz referência à área de conhecimento científica, e, relações internacionais em minúsculo, à relação entre os atores internacionais.

pensadores no mundo, tem dificuldade em explicar com exatidão ou consenso a essência das interações internacionais, as motivações para determinadas ações como algumas guerras, e por consequência, é incapaz de prescrever qualquer padrão de comportamento entre os atores nestas relações.

O problema é ainda mais complexo. Embora a defesa de conceitos seja inteligentemente desenvolvida neste ramo de conhecimento, temos dificuldade muitas vezes em definir quem são os atores nas relações internacionais, e logo, o que são as Relações Internacionais.

Desta forma, sem a pretensão de solucionar a plenitude do problema, esta tese propõe a análise de alguns estudos existentes neste ramo de conhecimento, buscando confrontá-los com determinadas realidades no cenário internacional, tendo como foco principal o Estado brasileiro na virada do século XXI.

O Brasil no final do século XX e início do século XXI possui uma existência rica em valores capazes de contribuir para o entendimento das relações internacionais como um todo, entre outros fatores, porque apresenta uma característica peculiar nos últimos séculos que poderia ser explicada por uma justaposição de extremos, construindo assim, um espaço intermediário entre estes polos como realidade do país.

Tal característica ganha relevância neste trabalho porque a essência do entendimento das relações humanas pode não se encontrar no bom ou no mau, como facilmente Balzac atribuiu qualidades às ruas de seus romances.

Os indivíduos, igualmente, podem ser uma composição de extremos internamente, por vezes opostos, que moldam personalidades oscilantes na história da nossa existência,

ou especificamente no que tange a este estudo, as relações internacionais podem não ser explicadas pela guerra e paz, ou pelo conflito e cooperação apenas.

O relacionamento entre indivíduos ou as relações entre atores internacionais possuem existência mais equilibrada quando se encontram no meio termo. O excesso de otimismo pode ser tão danoso quanto o excesso de pessimismo. Um Estado extremamente forte pode fazer tanto mal para outros quanto um Estado demasiadamente fraco pode fazer mal a si próprio.

O que se constrói aqui é que a chave para o entendimento das relações internacionais pode estar em um meio termo entre os extremos, e desta forma, é que o Brasil figura como um ator de importância ímpar para esta análise.

Primeiramente, o Brasil é um país democrático. Em que pese algumas controvérsias sobre a necessidade de se democratizar países não democráticos no mundo, é este o sistema de governo predominantemente aceito como melhor, entre os sistemas que fomos capazes de pensar, para a organização da sociedade contemporânea em comunidades políticas.

Contudo, o Estado brasileiro é um país de contrastes em seu próprio sistema democrático, ou como descrito neste trabalho, é um país de *meio termo*. A democracia brasileira possui um dos sistemas eleitorais mais eficientes do mundo, utilizando ferramentas como a biometria e urnas eletrônicas para simplificar e gerar

confiabilidade ao processo eleitoral, enquanto ainda, o coronelismo<sup>10</sup> é uma prática que representa uma grande fatia da população brasileira.

Igualmente, algumas das maiores riquezas do mundo encontram-se dentro do território do país, seja do ponto de vista natural como a floresta Amazônica ou o Pré-Sal,<sup>11</sup> ou da perspectiva de indivíduos detentores de enormes quantidades de bens, enquanto outros, infelizmente em grande quantidade, existem em uma derradeira indisponibilidade de recursos financeiros,<sup>12</sup> vivendo em extrema pobreza, entre diversos exemplos que poderíamos citar sobre a amplitude existencial do Estado brasileiro.

Ilustrativo ao tema é o comentário do diplomata e antigo Ministro do Planejamento do Brasil, Roberto de Oliveira Campos, diante da Câmara dos Deputados em Brasília, no

---

<sup>10</sup> A compra de eleitores no Brasil remonta os chamados “currais eleitorais” no início do século XX durante a chamada República Velha. Sobre o assunto ver Victor N. Leal. *Coronelismo, Enxada e Voto: o Município e o Regime Representativo na Brasil*. (São Paulo: Companhia das Letras, 2012). Embora não represente a maioria do eleitorado do país, a prática de disfunções do processo eleitoral é uma característica ainda presente na realidade brasileira contemporânea, arrastando por anos alguns hábitos como a compra de votos, lealdades a chefes de regiões com poder baseado na informalidade – *coronéis*, entre outras características ligadas a corrupção e outras infrações legais.

<sup>11</sup> Reserva de petróleo encontrada em solo brasileiro na primeira década do século XXI. Segundo dados da Petrobras, é estimada a extração de mais de 1 milhão de barris por dia na região no ano de 2017.

<sup>12</sup> Segundo dados do Banco Mundial para a primeira década do século XXI, o Brasil possui uma pontuação superior a 0.5 no índice de GINI, tendo um dos maiores níveis de desigualdade do planeta. O referido índice mede a desigualdade de uma determinada sociedade desde um coeficiente que inicia em zero, que significa o mínimo de desigualdade, até um, que é o máximo de desigualdade. Para efeito de comparação, países como a Noruega ou a Suécia possuem um índice GINI de aproximadamente 0.2, enquanto os mais elevados números da desigualdade ficam pouco acima de 0.6 em países como a Namíbia, Comores ou Botsuana. Brasil. Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Indicadores do Desenvolvimento Brasileiro*. (Brasília: Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2013), 9.

início do ano de 1999. <sup>13</sup> O diplomata afirma, naquele período, que o Brasil é uma potência emergente que ainda não emergiu, e assim, continua sendo “um país de grande futuro no seu passado.” <sup>14</sup>

O Brasil tendo ocupado a oitava posição do ranking dos Produtos Internos Brutos no mundo se deixou ultrapassar pela China e Espanha, nas palavras do diplomata em 1999, explicitando um país caracterizado por deformações culturais, erros comportamentais e o que Oliveira Campos chamou de “a armadilha do meio sucesso.”<sup>15</sup>

As nações progridem pelo sucesso – que gera confiança – ou pelo fracasso – que provoca mudanças. O Ministro aponta que o problema do Brasil está então no meio sucesso, a exemplo da capacidade da população brasileira tolerar graves problemas estruturais como a altíssima inflação experimentada na década “perdida” de 1980 e ainda assim ser capaz de apresentar crescimento econômico significativo. <sup>16</sup>

Em que pese o elevado juízo de valor pessoal do diplomata entre o que seria apropriado ou não para o país – ou bom e mau – discursos semelhantes de autoridades são encontrados em diversas ocasiões da histórica brasileira, apenas para citar alguns

---

<sup>13</sup> Carlos Figueiredo. *Cem Discursos Históricos Brasileiros*. (Belo Horizonte: Leitura, 2003), 501-519.

<sup>14</sup> Ibid.

<sup>15</sup> Ibid.

<sup>16</sup> Ibid. As palavras do diplomata Oliveira Campos encontram um parêntese no julgamento de John Keynes sobre os problemas econômicos da Inglaterra e da Europa no início do século XX, onde este apresenta argumentos semelhantes sobre o sucesso e o fracasso no desenvolvimento das nações: “As forças econômicas do século dezanove se esgotaram. Os motivos e ideais daquela geração deixaram de satisfazer-nos. Precisamos encontrar um novo caminho, voltar a sentir o mal-estar e depois as dores de um novo nascimento industrial.” John Keynes. *As Consequências Econômicas da Paz*. (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002), 176.

momentos, durante a ditadura militar nos anos 1970 onde altos índices de crescimento supostamente elevariam o país a um *status* privilegiado no cenário internacional, ou no início da segunda década do século XXI, onde o ciclo mais uma vez se repetiu e o Brasil reproduz o discurso sobre suas potencialidades em um cenário que pode não permitir um sólido desenvolvimento do Brasil como planejado.

De tal modo, o Estado brasileiro apresenta um elevado número de situações heterogêneas em suas políticas domésticas e externa que apontam um interessante campo de estudo para entendimento das relações do país com o mundo.

Isso se verifica nas relações internacionais, onde da mesma forma como exposto acima, o Brasil apresenta uma dualidade de caracterizações. Enquanto o país, juntamente com algumas outras nações do planeta, pode estar despontando como um “Estado pivô”<sup>17</sup> no cenário internacional, ou possa vir a figurar como uma das importantes regiões que estão adquirindo poder suficiente para promover algumas alterações na realidade do cenário internacional dos próximos anos, é igualmente aparente a ineficiência dos esforços do país em participar ativamente da agenda internacional.

As pressões do Brasil pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, movimento que remonta várias décadas, ou mesmo a intenção do país em ajudar a reformar algumas instituições financeiras do mundo, a exemplo do Fundo Monetário Internacional, ambas investidas com sucessos questionáveis nos últimos anos, ilustram tal argumento.

---

<sup>17</sup> Andrew Hurrell, “Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para potências emergentes? In Andrew Hurrell [et al], *Os BRICS e a Ordem Global*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009), 10-11.

Contudo, seja por imposição do cenário internacional ou por percepção interna, aparentemente o Brasil não almeja o *status* de grande potência, buscando apenas representar sua influência em esferas regionais, sem deixar de pressionar o sistema internacional para o atendimento de reivindicações de alguns atores das relações internacionais.

Ou seja, ao contrário da tentativa de estudo de uma grande potência hegemônica como a Inglaterra na *Pax* Britânica do século XVIII ou os Estados Unidos e a ordem bipolar do século XX, ou ainda, em contraponto a tentativa de entendimento do posicionamento de um aspirante à hegemonia do sistema, como a China poderá vir a ser no século XXI, a busca de entendimento das relações internacionais, desde uma perspectiva diferente dos grandes centros patrocinadores do cenário internacional, poderá apontar caminhos mais equilibrados para a concepção teórica das relações entre os atores mundiais como um todo, bem como, para a compreensão do comportamento daquelas próprias potências hegemônicas ou aspirantes ao protagonismo mundial.

Assim, este trabalho descreve um entendimento teórico das Relações Internacionais a partir das teorias existentes com especial foco na análise de uma ordem global<sup>18</sup> em

---

<sup>18</sup> Este trabalho possui uma profunda ligação com a Escola Inglesa das Relações Internacionais. A base teórica para este estudo assenta-se na caracterização de um *Sistema de Estados* disposto em *Tradições de Pensamento* como proposto por Martin Wight. A análise histórica comparada de Adam Watson e a ratificação de alguns argumentos de Martin Wight sobre as similaridade e diferenças entre as comunidades políticas independentes no mundo igualmente sustentam o entendimento teórico desenvolvido neste trabalho. Ainda, os avanços propostos por Hedley Bull em sua proposição de conceitos como o da *Sociedade Internacional* é basilar para o texto. Da mesma forma, os ensinamentos de Andrew Hurrell sobre a *Ordem Global* e seus estudos sobre o Brasil clarificam muitos dos pensamentos desenvolvidos nesta tese que ainda recebe o aporte da catalogação da produção de diversos teóricos da Escola Inglesa realizada por Andrew Linklater e Hidemi Suganami. Salienta-se que este é um estudo sobre as Relações Internacionais que possui como base a clássica perspectiva da Escola Inglesa das Relações Internacionais, especificamente, remetendo a maioria dos conceitos à Martin Wight. Desta forma, embora o presente trabalho possa ser alocado dentro das obras que compõe esta linha de pensamento,

confronto com a realidade dos fatos, especificamente a política externa brasileira de 1995 até 2010, com vistas a um entendimento do sistema internacional desde uma teoria das Relações Internacionais abrangente e global, que, no entanto, incida sobre as realidades regionais dos subsistemas, como o Brasil está inserido.

Com o objetivo da edificação de uma contribuição teórica capaz de contemplar a realidade das relações internacionais, o presente trabalho delinea princípios teóricos capazes de, por um lado apresentar legitimidade intelectual e factual para ser reconhecido como um valioso subsídio para a Teoria das Relações Internacionais, e por outro, contemplar as diferentes realidades regionais historicamente existentes no planeta.

Um pressuposto lógico nos estudos em política e relações internacionais aponta que a análise das relações sociais clama pela imparcialidade do agente analítico. No entanto, por ainda se tratar de uma experiência humana de análise social de outros agentes, esta apreciação tende ao prosaico desvio de perspectiva para a composição de um novo estado de arte proposto pelo autor analítico, que ao partir do imparcial frequentemente acaba por chegar a conclusões parciais, entre outros motivos, por estar inserido na realidade que se propõe a analisar.

O problema, portanto, está em como minimizar os fatores que podem vir a desviar as perspectivas imparciais de uma análise das Relações Internacionais com vistas ao trabalho resultante em uma análise justa e também imparcial, no que for possível dentro das capacidades humanas, das relações internacionais.

---

não se trata de um estudo sobre a Escola Inglesa em si, motivo pelo qual uma análise histórica de autores desta escola, e não de pensamentos, não foi realizada.



Desta forma, a postura abordada neste trabalho é pautada por três grandes pressupostos metodológicos que objetivam construir resultados teóricos de uma análise factual de forma mais equilibrada possível.

Primeiramente, no que tange ao estudo da história e da política externa do Brasil no período de 1995 até 2010, esta investigação constrói a linha do tempo em análise através da pesquisa de documentos originais que forjaram ou representaram a existência política do Brasil no mundo para o período.

Assim, esta tese confirma e desconstrói alguma das perspectivas de historiadores sobre o período desde a análise de variados documentos, incluindo acordos e tratados oficiais do governo, discursos, palestras, anotações e artigos de presidentes da república, diplomatas, políticos, pensadores além de outras autoridades,<sup>19</sup> bem como, pelo estudo de alguns trabalhos de especialistas em política externa brasileira.

---

<sup>19</sup> A análise factual deste trabalho foi realizada especialmente no ano de 2012 em diversas visitas ao Ministério das Relações Exteriores em Brasília (MRE) – Itamaraty. Uma dificuldade edificou-se ao trabalho em virtude da classificação dos documentos pela chancelaria. Inicialmente, os arquivos históricos do Ministério das Relações Exteriores estão divididos em cinco categorias baseadas no grau de sigilo do assunto do documento e o tempo de segredo: secreto-exclusivo (30 anos), secreto (20 anos), confidencial (10 anos), reservado (5 anos), ostensivo (virtualmente públicos). Assim, este trabalho baseou-se majoritariamente na análise de documentos ostensivos e reservados. Para um melhor entendimento sobre o acervo documental do Ministério das Relações Exteriores ver Pio Penna Filho. “A pesquisa histórica no Itamaraty”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 42 (1999). Contudo, uma menção à mudança no ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao acesso às informações merece destaque. A Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011, ou lei de “Acesso à Informação” altera sensivelmente a catalogação acima exposta, dando mais visibilidade e transparência aos documentos do Estado. Porém, o caráter sigiloso de alguns assuntos, especialmente tratados bilaterais entre Brasil e outros Estados do mundo, tem gerado uma série de questionamentos sobre a aplicabilidade de tal ordenamento jurídico, uma vez que países terceiros declaram sua discordância com a publicação de alguns detalhes de alguns acordos, situação que tem gerado grande controvérsia sobre o acesso à informação constante em documentos diplomáticos do Brasil, bem como, uma indefinição sobre a catalogação destes arquivos, assuntos em discussão nas esferas competentes no ano de 2013, ainda sem um resultado definido na conclusão deste trabalho.

Em segundo lugar, análise dos fatos acima propostos, foi realizada desde a mais plural e variada malha teórica entendida durante a realização deste trabalho. Partindo do pressuposto que as divergências teóricas sobre a relações internacionais provocam igualmente divergência de posicionamento de decisores nestas relações, esta tese julgou válida a descrição de teorias heterogêneas para fatos igualmente desiguais.

Assim foi construída a perspectiva, por exemplo, que alguns atores do Brasil de 1995 por vezes entenderam que a realidade internacional poderia ser a repetição de alguns valores propostos por Estados poderosos para a manutenção de seu próprio *status* de grande potência. E desta forma, poderia ser sensato utilizar desta produção de valores e conhecimentos para promover perspectivas próprias, ao contrário de combatê-las.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso deixa claro já início de seu governo que uma expectativa alinhada a um consenso sobre determinados valores do cenário internacional poderia ser mais eficiente na promoção da igualdade social quando posiciona o Estado brasileiro em concordância com políticas econômicas neoliberais em detrimento de qualquer radicalismo de cunho social.

Neste momento, o Brasil pode ter entendido que a promoção da igualdade ou da liberdade naquele período poderiam ser faces da mesma moeda, ou que a tentativa de emancipação do indivíduo no Brasil, poderia significar a simples construção de novos conhecimentos, por vezes, propostos a atender as vontades de alguns grupos da sociedade.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> A perspectiva pós-moderna ou pós-estruturalista é sugerida aqui de forma bastante simplificada.

Igualmente, parece ter ficado clara a preocupação de alguns legisladores, quase dez anos depois do início do governo do Presidente Fernando Henrique, sobre a necessidade da promoção da segurança do povo brasileiro, possivelmente baseada na insegurança produzida pelo desconhecimento das intenções que outros Estados possuem sobre algumas das riquezas naturais brasileiras.

Mesmo ciente do papel das instituições internacionais na manutenção da paz no mundo, o Ministério da Defesa do Brasil pode ter decidido inverter boa parte das tropas brasileiras estacionadas na região sul do país, antes preocupadas com o potencial inimigo portenho,<sup>21</sup> agora, enviando milhares de homens para proteger a região Amazônica e a costa marítima do Brasil impregnada de bacias de Petróleo, entre outras hipóteses, assentado em paradigmas ligados à necessidade de segurança do Estado.<sup>22</sup>

Foi assim, igualmente, que quinze anos de política analisada demonstraram um elevado esforço da diplomacia brasileira em costurar, institucionalmente, em primeiro lugar a consolidação de um mercado comum no Cone Sul – MERCOSUL,<sup>23</sup> bem como, liderar a formação de uma união entre os países da América do Sul – UNASUL.<sup>24</sup>

---

<sup>21</sup> Argentina.

<sup>22</sup> Resumidamente, existe aqui uma sugestão sobre políticas amparadas em princípios neorrealistas.

<sup>23</sup> Mercado Comum do Sul. União aduaneira composta inicialmente por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, ampliada para o eixo norte em 2012 pela adesão da Venezuela.

<sup>24</sup> União de Nações Sul-Americanas. União entre países que integra as duas uniões aduaneiras da região, o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações (CAN). A UNASUL é composta ainda por outros países, totalizando 12 Estados.

A cartilha que ensina que a cooperação técnica entre comunidades poderia resultar em elevados níveis de colaboração entre os Estados<sup>25</sup> é utilizada largamente em ações como a IIRSA<sup>26</sup> e a construção de infraestruturas rodoviárias, hídricas e energéticas entre nações da América do Sul, promovendo a cooperação por meio da resolução conjunta de problemas técnicos que passam a institucionalizar o comportamento unido de alguns governos da região, formando instituições que funcionam como uma espécie de fórum onde os Estados podem discutir suas discordâncias chegando a resoluções pacíficas para seus litígios.<sup>27</sup>

Assim, diante da pluralidade de entendimentos teóricos e do casamento destas perspectivas com fatos igualmente múltiplos, um terceiro pressuposto baliza os resultados entendidos na pluralidade de valores estudada no trabalho desde *Tradições de Pensamentos*,<sup>28</sup> capazes de abarcar de forma conjunta, diferentes perspectivas sobre um mesmo período.

Partindo da suposição da dificuldade em atingir determinados níveis de concordância sobre a caracterização das relações internacionais, ou como já apontado nesta tese, desde a impossibilidade de atribuição de valores universais para estas relações, a hipótese a ser trabalhada neste texto é a caracterização de diferentes fatos aos quais o

---

<sup>25</sup> De forma bastante simplificada, a referência aqui é ao funcionalismo e neofuncionalismo.

<sup>26</sup> Programa intergovernamental intitulado Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

<sup>27</sup> A indicação aqui é sobre princípios neoliberais que poderiam explicar alguns fatos da política internacional relativa ao Brasil.

<sup>28</sup> Três grandes padrões de comportamentos nas Relações Internacionais a serem estudadas nesta dissertação, definidos como *Tradições* na proposição de Martin Wight, teórico da Escola Inglesa. Martin Wight. *Four Seminal Thinkers in International Theory: Machiavelli, Grotius, Kant, and Mazzini*. (Nova Iorque: Oxford University Press. 2005), 143-154.

Brasil está inserido dentro de três grandes linhas de atuação, ou ainda, Tradições de Pensamento.

Por Tradições de Pensamento, este trabalho propõe a análise das relações internacionais pautada em tipos de teoria política internacional, ou ainda, padrões de pensamento que estão baseados em clássicas análises da filosofia política.<sup>29</sup>

A ideia principal é analisar os fatos históricos buscando encontrar coerência entre determinados axiomas capazes de construir interconexões, ou padrões entre pensamentos semelhantes. Diante disso, desde uma perspectiva histórica, a tarefa então é buscar posições intermediárias entre as tradições que permitam meditar sobre os mesmos fatos anteriormente analisados, agora, desde perspectivas inicialmente não previstas.

O que contribui para a escolha de tradições para o entendimento das relações internacionais é a liberdade de pensamento que estas propõem para o analista teórico. Nomeadamente, diante de um cenário internacional plural, a perspectiva teórica baseada em uma série limitada de hipóteses poderia cercear o entendimento do tempo presente a um único padrão de pensamento.

Assim, poderíamos contemplar o mundo sempre com o olhar da insegurança, desta forma, buscando explicar todos os fatos pela natureza anárquica do cenário internacional. Contudo, nesta perspectiva, corremos o risco de estar diante de acordos e tratados que poderiam estar alterando o comportamento dos atores neste cenário, e por um olhar viciado na natureza do homem, deixar escapar alguns fatores que não

---

<sup>29</sup> Ibid., 153.

desqualificam a primeira abordagem, porém, que conseguem alterar a perspectiva unicamente natural da realidade.

Uma perspectiva exclusivamente baseada em uma solidariedade moral entre os homens igualmente contamina o processo de análise, novamente, se entendida como única abordagem capaz de abarcar os diversos tipos de existência que compõem as comunidades políticas independentes no cenário internacional.

De tal modo, a visão do bom e do mau pode ser relativa apenas as preferências do indivíduo, ou em outra complexidade, o entendimento da sociedade pode ser apenas reflexo de hábitos, costumes, normas e regras que possuem ligação com um grupo específico de indivíduos que forjou determinados conceitos, antes simplificados entre os extremos positivo e negativo.

Deste modo, estruturalmente este trabalho será dividido em três partes. Inicialmente, uma abordagem plural buscará explicar o que são as Relações Internacionais, elegendo alguns importantes pontos conceituais para justificar os argumentos propostos, entre eles, a ligação do indivíduo com o Estado e destes com as Relações Internacionais, bem como, uma definição de quem são os principais atores nestas relações.

A seguir, diante da crença que teorias nominadas como realista e idealista, neorrealista e neoliberal, bem como o debate reflexivista sobre os racionalistas, entre outras controvérsias, figuram apenas como reflexos relativizados dos costumes de determinadas sociedades, a segunda parte deste trabalho percorre quinze anos de história do Brasil, buscando entender como a política doméstica do país influenciou e

foi influenciada pelas relações internacionais deste, para isso, recorrendo a um grande número de perspectivas teóricas capazes de enriquecer a análise sobre o assunto.

Por fim, uma terceira parte buscará analisar o resultado deste casamento entre fatos heterogêneos e teorias distintas para propor, com base em um entendimento de ordem e de uma sociedade internacional, alguns pressupostos teóricos para as Relações Internacionais capazes de ajudar no entendimento desta, bem como, na tomada de decisão daqueles que fazem estas relações, entendendo e alargando a compreensão das *Tradições de Pensamento* nas Relações Internacionais.

## Conceitos em Relações Internacionais

### *As Relações Internacionais e seus Atores*

As relações internacionais produzem tantas situações distintas na interação entre os diversos atores quanto são diferentes as análises e as explicações teóricas sobre o tema. Desta forma, esta primeira etapa do trabalho busca delinear alguns conceitos que serão importantes no desenrolar dos argumentos apresentados no texto.

Alguns pontos como a caracterização dos atores das relações internacionais, a importância do indivíduo neste processo, bem como, uma definição das Relações Internacionais serão aqui analisados com o objetivo de facilitar o entendimento do estudo histórico efetuado na segunda parte da tese, bem como, buscando ajudar a sustentar as conclusões teóricas da terceira parte.

Atualmente existe determinado consenso sobre o objeto de estudo das Relações Internacionais estar concentrado em uma sociedade internacional.<sup>30</sup> Esta sociedade pode ser caracterizada como um espaço composto por diversas redes de interligações existentes entre vários atores em um cenário internacional.

Contudo, a exposição do conceito de uma sociedade internacional, como objeto de estudo principal das Relações Internacionais, ainda demanda uma delimitação dos atores que compõe tais interconexões, bem como, uma definição da abrangência de tais ligações diante da disparidade dos atores no mundo.

---

<sup>30</sup> Um aprofundamento do conceito de Sociedade Internacional é realizado na terceira parte deste trabalho no capítulo intitulado *A Sociedade Internacional e sua Estrutura*.



Na tentativa de resolver o problema, esta tese irá concentrar a atenção na definição de um espaço internacional,<sup>31</sup> trabalhando a hipótese de que um tipo de ator predominante é a condição necessária para a existência deste ambiente além do círculo doméstico, supondo então, que as relações internacionais são as relações entre os atores internacionais neste espaço.

Conseqüentemente, encontrar uma argumentação sólida capaz de definir as condições de existência de um ambiente internacional será a condição para o entendimento dos atores fundamentais que compõe as conexões neste espaço, primeiramente, explicando o conceito de sociedade internacional e, portanto, das Relações Internacionais.

Alguns indicadores para o tratamento desta suposição podem ser exemplificados dentro do próprio Estado brasileiro. O Brasil é um país de proporções continentais, composto por 27 unidades federativas, o país possui uma extensão territorial maior do que a União Europeia, composta por igualmente 27 membros, apontando a possibilidade de existência de grupos sociais bastantes heterogêneos dentro do próprio Brasil, como acontece em outros Estados de grande extensão territorial no mundo como os Estados Unidos e o Canadá.

Assim, a distância que separa a capital de um dos Estados federados do Brasil, o Rio Grande do Sul, da capital de outro Estado federado brasileiro, o Amazonas, é de aproximadamente 4.500 quilômetros. Para efeitos de comparação, esta é a distância aproximada entre Lisboa em Portugal e Moscou na Rússia.

---

<sup>31</sup> “Espaço internacional” denominado nesta tese ainda como “cenário internacional” e “ambiente internacional,” todas nomenclaturas com o mesmo significado conceitual para esta tese.

De tal modo, em que pese as severas diferenças dos Estados federados citados, e as disparidades entre seus habitantes, como ambientes geográficos com grandes diferenças entre si, bem como, hábitos, normas sociais, linguajar, tradições, vestimentas, entre outras características distintas dos moradores de cada região, nunca a relação de indivíduos, organizações ou outros atores dos Estados federados citados seriam caracterizadas como relações internacionais.

Logo, se assumirmos que as Relações Internacionais possuem como foco o estudo da sociedade internacional, e se esta sociedade é composta pela formação de redes entre atores em um cenário internacional, a interação de indivíduos ou organizações culturalmente distintas e geograficamente distantes dentro de uma mesma comunidade política independente não configura nenhum tipo de relação internacional, por consequência, não trabalha a análise de uma sociedade internacional, neste caso, demonstrando que indivíduos ou organizações, nestas relações, não são atores internacionais.

Do mesmo modo, uma ilustração concorrente ajuda na caracterização de um espaço internacional: a relação entre povos semelhantes culturalmente e geograficamente próximos que, contudo, pertencem a distintos países.<sup>32</sup>

A fronteira sul do Brasil com a República Oriental do Uruguai novamente ilustra a perspectiva sobre um ator predominante para a concepção de um espaço capaz de definir as relações internacionais.

---

<sup>32</sup> Além da homogeneidade do povo gaúcho que ocupa o pampa sul-americano, poderíamos citar exemplos mais acentuados da separação de semelhantes em distintas comunidades políticas, a exemplo de vários Estados em solo africano, separados por linhas quadrangulares de fronteira traçadas por governantes que possivelmente não representavam as vontades de seus governados.

Em regiões de fronteira como a do Estado federado brasileiro do Rio Grande do Sul com o Uruguai, as populações de ambos os países vivem em condições bastante semelhantes.<sup>33</sup> Além disso, em algumas regiões de limite pertencentes à área rural dos países, inexistem qualquer tipo de barreira física entre os Estados do Brasil e Uruguai, tornando difícil a delimitação dos espaços pertencentes a cada comunidade política.

Contudo, qualquer relação entre indivíduos ou organizações culturalmente semelhantes e geograficamente próximas neste espaço será tratada como uma relação entre atores em um cenário internacional, simplificadamente, ratificando que as relações internacionais dependem da existência de comunidades políticas independentes para existirem, estas que dão origem ao chamado espaço internacional, e conseqüentemente, constroem as Relações Internacionais.

Assim sendo, são relações internacionais as interações entre atores pertencentes a distintas comunidades políticas em um cenário internacional, independente da similaridade cultural destes atores, formação étnica, proximidade geográfica, ideologia econômica, religiosa ou política, entre outros pontos que poderiam distinguir comunidades de indivíduos no mundo.

---

<sup>33</sup> O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso ilustra esta perspectiva em um discurso por ocasião da assinatura do ajuste complementar ao convênio para a fixação do estatuto jurídico da fronteira Brasil - Uruguai, realizado na cidade de Rivera em 6 de maio de 1997: "De um lado e outro da fronteira, a perder de vista, o pampa e as coxilhas mostram como nos une a geografia. De um e outro lado da fronteira, brasileiros e uruguaios mostram como nos une uma história compartilhada e um projeto comum. Aqui se faz realidade o ideal de que as fronteiras não devem separar e sim unir os povos. Os brasileiros e uruguaios destas regiões limítrofes criaram, ao longo de séculos, uma verdadeira civilização da fronteira, uma cultura que mescla e associa dois povos que convivem em perfeita harmonia e entendimento." Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil n.º 80*. (Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1997), 61.

De tal modo, o ambiente internacional formado pela interação de atores internacionais pode ser então caracterizado como um espaço virtual, onde agentes pertencentes a distintas comunidades políticas independentes, ou seja, comunidades que não reconhecem outras comunidades independentes como hierarquicamente superiores a si mesma, interagem mutuamente.

Conclui-se que a configuração de comunidades políticas independentes é a condição necessária para a existência de um espaço além destas comunidades, caracterizado como espaço internacional. Segue que hoje estas comunidades políticas independentes são individualizadas como Estados, portanto, as relações internacionais que derivam da interconexão entre atores em um cenário internacional, conceitualmente, são a análise das interações entre atores em um cenário composto por diferentes Estados no mundo.<sup>34</sup>

Assim, a existência do Estado como condição necessária para a configuração de um espaço internacional contemporâneo confere importância a este ator como protagonista destas relações, contudo, estas ainda são compostas por diversos outros participantes, que atuam neste cenário, e desta forma, merecem nossa atenção no estudo das relações internacionais.

---

<sup>34</sup> Uma perspectiva semelhante é abordada em uma das obras basilares para as Relações Internacionais, que ainda, é seminal para alguns pensamentos da Escola Inglesa a qual esta tese se baseia. No ano de 1960, Martin Wight assinala: "If political theory is the tradition of speculation about the State, then international theory may be supposed to be a tradition of speculation about the society of States, or the family of nations, or the international community." Martin Wight. "Why is there no International Theory?" *International Relations*. n. 2 (1960), 36.

Entre outros<sup>35</sup>, poderíamos citar uma série de instituições formadas por Estados ou pelos nacionais destes, como a Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional de Aviação Civil, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, o MERCOSUL, a companhia brasileira Petrobrás, o Greenpeace, a Igreja Católica, a Al Qaeda, além do indivíduo, como atores que oriundos de alguma determinada comunidade política independente, igualmente como os Estados, efetivamente constroem e participam das Relações Internacionais.<sup>36</sup>

Assim, nesta tese, quando indivíduos são responsáveis pela crescente interdependência e cooperação no cenário internacional, são estes os alvos de nossa análise nas Relações Internacionais, da mesma forma que quando outra instituição igualmente importa, ela é o foco de nosso estudo.

Isso se faz necessário porque são muitos os exemplos de Estados que oficialmente não cooperam, contudo, possuem forte interação entre seus nacionais. Estas interações podem acontecer desde o moderno relacionamento dos homens em redes sociais digitais até a clássica interação entre organizações como as igrejas, universidades e associações civis, entre outros agrupamentos, que historicamente constroem (ou

---

<sup>35</sup> Lista de alguns atores internacionais: organizações de caráter internacional e objetivos gerais, organismos globais de propósitos delimitados, organizações de alcance não global mas regional, organizações regionais com objetivo de integração econômica entre seus membros, corporações transnacionais, organizações não governamentais de atuação internacional, instituições religiosas tradicionais e organizações fundamentalistas, e ainda, o indivíduo. Ricardo Seitenfus. *Relações Internacionais*. (Barueri: Manole, 2007), 69-74.

<sup>36</sup> Um paralelo com o pensamento de Martin Wight parece novamente apropriado: "All other individuals have had to be subjects or citizens of sovereign States. By a famous paradox of international law, the only persons, emancipated from this necessity are pirates, by virtue of being *hostes humani generis*." Martin Wight. "Why is there no International Theory?", 38.

construíram) a malha cooperativa de indivíduos e instituições entre Estados não cooperativos.

Apesar disso, embora uma definição primária sobre sociedade internacional e relações internacionais tenha sido construída, o questionamento sobre a homogeneidade da configuração destas relações no tempo se impõe como importante fator para o estudo do cenário internacional, ou seja, até que ponto um cenário internacional como definimos existiu como caracterização internacional na história, ou em que medida as relações internacionais são um fenômeno moderno, ou resumidamente, qual seria o alcance de uma teorização sobre estas relações desde uma perspectiva histórica?

### *A Abordagem Histórica*

A análise dos questionamentos anteriormente colocados ajuda a delimitar o método a ser utilizado neste trabalho, uma vez que, se a história não demonstra similaridades estruturais com outros períodos desta mesma existência, o estudo das relações internacionais desta linha temporal possivelmente não apontaria nada mais do que fatos, simplificadamente, prejudicando os objetivos aqui propostos, que são o entendimento dos acontecimentos e a compreensão destes em comparação aos conceitos oriundos da história, construindo linhas de pensamento sobre as relações internacionais.<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> A apresentação de uma das perspectivas que Hedley Bull possuía da teorização nas Relações Internacionais complementa esta abordagem: "the approach to theorizing that derives from philosophy, history, and law, and that is characterized above all by explicit reliance upon the exercise of judgment and by the assumptions that if we confine ourselves to strict standards of verification and proof there is very little of significance that can be said about international

Enquanto a análise da história pode estar focada no apontamento fidedigno dos fatos, ou pode vir a julgar desnecessária a ponderação sobre como as coisas poderiam ter acontecido, a busca por modelos de comportamento na política internacional está mais preocupada com os padrões de conduta ou regras duradouras da ação política que vários acontecimentos históricos em conjunto podem demonstrar, “tendo mais liberdade para apontar o fato de que se as políticas fossem diferentes, as consequências também poderiam ter sido.”<sup>38</sup>

Desta forma, constrói-se a hipótese de que a análise da história poderia assinalar grande similaridade na caracterização do cenário internacional. Este pressuposto parte do conceito de que, independentemente do tipo de formação doméstica que as diversas comunidades políticas independentes tiveram na história, em suas relações externas, estas comunidades formaram um cenário internacional explicado por um grupo semelhante de variáveis no tempo.<sup>39</sup>

---

relations that general propositions about this subject must therefore derive from a scientifically imperfect process of perception or intuition, and that these general propositions cannot be accorded anything more than the tentative and inconclusive status appropriate to their doubtful origin." Hedley Bull. "International Theory: The Case for a Classical Approach." *World Politics* Vol. 18, nº 3 (1966), 361.

<sup>38</sup> Martin Wight. *A Política do Poder*, 206.

<sup>39</sup> A hipótese aqui inicialmente apresentada para o estudo das relações internacionais parte do chamado método dedutivo da prova. Neste, uma determinada hipótese só admite prova empírica tão somente após a sua formulação como hipótese. Assim, o trabalho do cientista, ou a tarefa desenvolvida nesta tese na proposição desta e de outras hipóteses, consiste na elaboração de teorias inicialmente, para posteriormente, estas serem colocadas à prova dos fatos. Desta forma, as hipóteses deste trabalho partem da livre criação intelectual, para então, receberem sua prova histórica. Sobre o 'método dedutivo da prova' ou a diferença entre o dedutivismo e o indutivismo, ver Karl Popper. *A Lógica da Pesquisa Científica*. (São Paulo: Editora Cultrix, 2002), 30.

O argumento recebe força se elaborarmos modelos mentais sobre a caracterização da existência humana em uma situação diferente do arranjo entre comunidades políticas que existiram na história. Assim sendo, em que pese a não existência de uma paraxistência, as sucessivas caracterizações políticas na nossa história,<sup>40</sup> majoritariamente, apresentaram formações culturais, lideranças, adaptações geográficas, entre outros fatores, que resultaram da formação de distintas comunidades independentes no planeta terra.

O ponto específico defendido aqui é que a heterogeneidade das formações humanas em comunidades no mundo, ao contrario da existência de uma comunidade política homogênea em toda a história, alimenta a hipótese de que distintos agrupamentos políticos independentes sempre reclamaram igualdade de *status* nesta mesma linha temporal, desta forma, figurando como atores internacionais. Assim, mesmo diante das diferenças de complexidade no tempo, estes atores podem ser caracterizados como agentes que concretizaram relações internacionais nos mais variados períodos da história.

---

<sup>40</sup> Entre uma série de descrições da justaposição ou aglutinação entre comunidades políticas na história que poderiam ser citadas, a existência de um Sistema Mundial Imperial, situação onde um tipo de governo controlou grande parte dos territórios que tinha contato, como o Império Romano, é um exemplo das diferenciações das comunidades políticas no tempo. Ainda, existiu um Sistema Feudal, como outra configuração de comunidades políticas no mundo, caracterizada pela lealdade dos homens circundada por limites terrestres comandados por senhores locais, donos desta fidelidade. Também o sistema anárquico de Estados, igualmente qualificado pela experiência de comunidades políticas independentes e distintas no mundo, marcado pelo não reconhecimento de outras comunidades com algum poder superior a elas, figura como um ordenamento similar da nossa existência, entre tantos que existiram. Joseph Nye. *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*. (São Paulo: Editora Gente, 2009), 3.



Em suma, a partir da análise das diversas formações que caracterizaram o mundo como conhecemos efetuadas por expressivos estudos sobre o assunto,<sup>41</sup> sustenta-se aqui a hipótese da existência de similaridades nas relações externas das comunidades independentes na história, dentro do ambiente que aqui definimos como um cenário internacional.

Desta forma, se existe algum significado na diferenciação das caracterizações de ordem no tempo, esta é relativa somente à durabilidade desta simbolização de ordem diante de outras existências. De tal modo, extrai-se desta experiência apenas algum entendimento de hierarquia temporal que define a existência do indivíduo como inferior a da sociedade a que ele está inserido, esta que por sua vez, ainda perecerá diante da existência do mundo, que permanecerá hierarquicamente superior às demais existências.

Assim sendo, se partirmos da hipótese que aceita as similaridades de comportamento entre as diversas comunidades políticas na história, a construção de uma linha teórica nesta perspectiva poderia estar baseada no pressuposto de que a caracterização do cenário internacional está ligada à experiência das comunidades independentes, como o Estado, que reconhecem a mesma reivindicação de independência de outras

---

<sup>41</sup> Inicialmente, Martin Wight inicia o trabalho de questionamento e comparação entre diversas comunidades políticas da história com o objetivo de construir um entendimento histórico sobre as similaridades e diferenças entre tais agrupamentos, contudo, a morte relativamente prematura de tal pensador deixa para Adam Watson a tarefa de conclusão deste trabalho. Entre outros estudos, Martin Wight, *Systems of States*. (Bristol: Leicester University Press, 1977); Adam Watson. *A Evolução da Sociedade Internacional: Uma análise histórica comparada*. (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004); ainda, Adam Watson. "Systems of States." *Review of International Studies*. n. 16 (1990), 99-109.

comunidades de um mesmo sistema, <sup>42</sup> independente da forma, caracterização ou do exercício do poder doméstico destas comunidades.

Refutando definições que acentuem a análise do efetivo exercício do poder doméstico das comunidades políticas na história e focando a atenção nas relações que estas comunidades possuíam com outras comunidades que reivindicavam independência em um mesmo sistema, a história pode apontar severas similaridades de comportamento entre os atores em um cenário internacional.

Desde que algumas comunidades estejam suficientemente envolvidas umas com as outras, estas tendem a demarcar seus próprios limites em um ambiente internacional, independente das particularidades de sua formação política interna.

Ou seja, pelo fato de reclamarem independência em relação a outras comunidades, igualmente independentes em seu entorno, estas praticaram relações internacionais e assim, construíram a diferenciação entre distintos povos na história humana, resultando na heterogeneidade de comunidades no mundo durante toda a existência conhecida. <sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Adam Watson. *A Evolução da Sociedade Internacional*, 14.

<sup>43</sup> Entre outras definições, as teorizações de Spengler-Toynbee auxiliam o entendimento dos diversos ordenamentos na história. A teoria é fundamenta para Spengler pela caracterização da história desde diferentes civilizações, entendidas como o florescimento de uma alma coletiva, cultural, dentro de um cenário histórico. Nesta perspectiva, estas almas civilizacionais floresceriam apenas uma vez, e as civilizações produzidas, repetiriam suas histórias como analogias orgânicas à juventude e à maturidade, e assim, uma civilização tem fim quando sua vitalidade se esgota. Toynbee calculou um futuro de 1743 milhões de civilizações para existência terrestre, todas cheias de vida e significado como a história da sociedade helênica ou o Império Romano. Arnold Toynbee, *A Study of History*, V, 463, citado por Eric Voegelin. *Ordem e História*, 175-177.

Logo, é possível ainda conjecturar que a composição deste cenário internacional composto por comunidades política independentes esteve sempre em algum ponto de um espectro que varia entre dois extremos: a completa independência entre as comunidades ou um império absoluto.<sup>44</sup>

Assim, as comunidades existem em algum lugar entre a completa autonomia umas das outras ou onde a associação destes agrupamentos gerou diferentes sistemas, situações que poderiam ser caracterizadas no máximo como um império absoluto.

É presumível que em toda a história conhecida do mundo o cenário internacional pode ter compreendido ordenamentos formados por comunidades semelhantes aos Estados contemporâneos que se encontravam em alguma posição intermediária entre estes dois extremos dentro de um sistema.<sup>45</sup>

Isso significa que poderíamos apontar as recentes mudanças no cenário internacional após 1989, por exemplo, como adequações de um sistema específico dentro de uma linha temporal, onde comunidades políticas variaram sua existência ocupando alguma posição intermediária dentro de um espectro extremado pela independência, por um lado, e pelo total imperialismo, de outro.

Igualmente, o argumento explica a evolução da comunidade política contemporânea como conhecemos – o Estado, que tem seus contornos consolidados com a Revolução Francesa e a Revolução Norte-Americana, porém, que recebe modificações conceituais em dois outros períodos na nossa história recente: ao final da II Guerra Mundial, com o

---

<sup>44</sup> Adam Watson. *A Evolução da Sociedade Internacional*, 28.

<sup>45</sup> Ibid.

processo de descolonização, e no período posterior a desconstrução do antigo Império Soviético já próximo ao século XXI.

Estas comunidades alteraram algumas de suas características no tempo, tornando-se mais complexas e maiores em algumas vezes, e por outras, apresentando uma fragmentação e evolução da forma de existir.

A composição interna, ou o exercício do poder igualmente sofreu modificações na história, desde comunidades políticas baseadas no domínio de um rei ou imperador concedendo participação limitada no exercício de seu governo à sua aristocracia, até o momento onde o cenário internacional mostra sinais de alteração de uma soberania monárquica para uma soberania popular, concebendo a comunidade política independente como uma ordem política estabelecida pela vontade do povo.

Ainda, analisando a recente história do século XXI é notória a alteração de comunidades políticas completamente independentes entre si, que pela formação de alguns sistemas, se aproximam de outros Estados modificando a caracterização de sua autonomia em alguns casos.

Os processos de integração regional, como o da União Europeia, exemplificam tal argumento, onde comunidades politicamente independentes em um passado recente hoje se aglutinam sob uma mesma bandeira, certamente, até o ponto em que novamente modificarão suas relações, entretanto, ainda dentro de uma amplitude de extremos configurados como total dependência ou independência entre estas comunidades.

Contudo, outras abordagens teóricas nesta mesma linha de pensamento questionam muitas das similaridades dos sistemas internacionais na história. Para estes juízos concorrentes é possível que tenham existido no mínimo três exemplos de distintos sistemas em nossa história, nomeadamente, o moderno sistema de Estados Ocidental ao qual estamos inseridos, o sistema clássico Helenístico ou Greco-Romano e um sistema Chinês, compreendido entre o colapso da dinastia Chou Ocidental e o estabelecimento dos chamados Três Reinos na China no ano 221.<sup>46</sup>

Nesta abordagem, igualmente as unidades que formam um sistema possuem a característica de não admitir uma autoridade como superior a si mesma. Também, além de reclamarem sua independência diante de outras comunidades políticas, estes agrupamentos reconhecem o mesmo sentido de existência independente de outras comunidades semelhantes, denominado hoje como a igualdade legal entre os Estados contemporâneos, ou na história, caracterizados pela equidade das antigas cidades gregas ou dos reinos helênicos.<sup>47</sup>

Contudo, corroborando o argumento anterior sobre as similaridades da interação entre as comunidades política independentes em distintas complexidades, em última análise, todos os sistemas descritos podem ser caracterizados como reclamantes de uma soberania que não reconhece outras como superiores.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> No primeiro capítulo da obra *Systems of States* intitulado *De systematibus civitatum*, Martin Wight apresenta algumas ideias sobre o conceito de Sistema Internacional. Martin Wight. *Systems of States*, 21-22.

<sup>47</sup> *Ibid.*, 23.

<sup>48</sup> *Ibid.*

Apesar disso, nesta acepção, a descrição de um sistema Chinês consegue apontar importantes diferenças de seus pares helênicos ou contemporâneo. A realidade Chinesa do período histórico compreendido entre 771 a.C. e 221 d.C. pode ser descrita pela relação permanente de um grupo de comunidades políticas uma com as outras que contudo, respeitam a preponderância de uma comunidade sobre as demais.<sup>49</sup>

Este agrupamento de comunidades caracterizado como um sistema de Estados suserano legitima um determinado tipo de autoridade de uma comunidade específica em detrimento às outras, enquanto o restante das comunidades políticas do sistema mantém relações semelhantes entre si.

Igualmente, alguns períodos do Império Bizantino, ou o antigo Império Romano do Oriente, bem como, o Governo Britânico na Índia no século XX, caracterizaram a existência de uma comunidade central em um sistema, enquanto uma série de outras comunidades políticas deste mesmo sistema demonstraram algum tipo de lealdade a outro agrupamento específico, exercendo algum tipo de autoridade superior as demais.<sup>50</sup>

O que fica estabelecido neste conceito é a definição de um sistema diferenciado de outros sistemas internacionais, neste caso, denominados como sistemas internacionais suseranos. Entre outras, as principais diferenças entre os sistemas internacionais e o sistema internacional suserano residem no princípio político baseado em uma balança

---

<sup>49</sup> Ibid.

<sup>50</sup> Ibid.

de poderes entre as comunidades políticas no primeiro caso, e o imperialismo em um sistema internacional do segundo tipo.<sup>51</sup>

Ainda, uma diferenciação histórica significativa dos sistemas internacionais pode ser verificada na Idade Média, onde para algumas linhas teóricas, é questionável a existência de um sistema internacional com as mesmas características que conhecemos.<sup>52</sup>

Isso se deve, entre outros fatores, a existência de uma unidade cristã verificada neste período, onde o conceito de direito pode ter prevalecido sobre o do interesse dos agentes desta sociedade, em última análise, diferenciando a natureza do período medieval para o contemporâneo.<sup>53</sup>

Igualmente, uma distribuição de poder relativamente equitativa neste ambiente caracterizado por um tipo de monarquia papal acaba por assinalar a Idade Média como um período intermediário de transição entre as características do Império Romano e a realidade contemporânea.

---

<sup>51</sup> Martin Wight em sua definição de sistemas internacionais ainda pontua uma série de outros períodos da história, evidenciando a existência concomitante de um Império Romano e um Império Persa em uma disputa por vezes interrompida entre sistemas que, contudo, subjugaram “bárbaros” e outras nações rivais em sua existência. O povo babilônico, egípcio e o hitita igualmente compuseram um sistema internacional na segunda metade do segundo milênio antes de Cristo, situação onde uma balança de poderes era centralizada entre Babilônia e Creta. *Ibid.*, 24-25.

<sup>52</sup> Na obra *Systems of States*, Martin Wight utiliza o trabalho de Desmond Williams intitulado *The International States System in the Middle Ages* como base para o argumento que constrói as diferenças do conceito de sistema internacional diante da realidade da Idade Média. *Ibid.*, 26.

<sup>53</sup> *Ibid.*, 26-27.

Desta forma, se pode ser construída a caracterização de um sistema de Estados neste período, este tende a ser distinguido das demais realidades como um complexo sistema dualista ou um duplo sistema de Estados suseranos.<sup>54</sup>

No entanto, exposta as diferenciações entre perspectivas teóricas que abordam as relações internacionais como um sistema internacional que repete suas características de forma relativamente homogênea na história, ou em contrapartida, que possui algumas características que apontam distintos sistemas no tempo, as similaridades nas relações internacionais ou a heterogeneidade resultante deste processo histórico pode ser verificada.

Assim, mesmo diante da caracterização de sistemas suseranos ou ainda diante da hipótese da ausência de um sistema de Estados no período medieval, os diferentes agrupamentos humanos da história certamente construíram lógicas de interação que, se entendidas de forma desvinculada do poder doméstico destas comunidades políticas, podem ratificar alguma similaridade de comportamento entre os antecessores do atual Estado contemporâneo.

Existindo algum tipo de interação relativamente permanente entre as comunidades políticas, algumas ferramentas são logicamente construídas para a comunicação entre

---

<sup>54</sup> Nesta perspectiva de repetição e adaptação de características do passado no presente Martin Wight aponta diferenças do período, citando alguns pontos verificados no Império Romano, que merecem destaque: "The protection of legates; safe conduct of ambassadors; secrecy in diplomatic negotiations; insistence on the adherence to treaties made between secular rulers; condemnation of treaty violations; papal annulment and rescission of treaties and compacts; fixation of treaty conditions; excommunication and deposition of rulers; orders for the release of prisoners, for their humane treatment and that of hostages; protection of exiles, aliens and Jews; condemnation 'unjust' wars and piracy; confirmation of peace treaties; orders for the free passage of troops engaged in a 'just' campaign; orders to rulers to enter into alliances; ascription of occupied territories to a victorious belligerent party, and so forth." Ibid., 28-29.



as partes envolvidas, se não por outras motivações, pela necessidade da existência conjunta de comunidades distintas.

Assim, esta comunicação é composta por mensageiros, como embaixadores e espiões; por conferências entre as comunidades, as quais por vezes derivaram em instituições internacionais formais; e ainda, pela definição de uma linguagem comum no ambiente internacional, que no tempo moderno já foi o Latim, o Francês e então o Inglês, entre outros exemplos das formas destas interações nas relações internacionais no tempo.<sup>55</sup>

Além disso, discorrendo sobre as diversas características desta comunicação já citadas diante da hipótese da similaridade das relações internacionais no tempo, o comércio entre as comunidades políticas aparece como uma forma de interação que ultrapassou, historicamente, os limites impostos pela diplomacia formalmente estabelecida em alguns casos.<sup>56</sup>

Da mesma forma, algum tipo de unidade cultural entre as partes que definem um sistema de Estados, nesta perspectiva, pode ser verificado nos três grandes sistemas diferenciados até aqui, ou em última análise, a potencialidade de elementos unificadores da solidariedade entre as comunidades políticas igualmente pode ser encontrada nas relações internacionais no tempo.<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> Ibid., 30-33.

<sup>56</sup> Ao abordar as funções do comércio na interação entre as comunidades políticas na história uma questão surge na abordagem de Martin Wight sobre as relações internacionais no tempo levada a cabo na obra *Systems of States*: “is it true of most states-systems that economic interdependence precedes diplomatic organization?” Ibid., 33.

<sup>57</sup> Uma unidade cultural entre as comunidades políticas poderia ser verificada na evolução da solidariedade de alguns atores em torno de uma moralidade comum, ou um código comum que faz com que as partes concordem com algumas regras a respeito do bem-estar das populações

Em suma, se na história os governantes de um território exerceram tal prerrogativa em regiões exemplificadas como as cidades-estados gregas, os reinos helênicos ou o sistema romano, entre outros, desde que tenha existido um grupo de comunidades com relações permanentes umas com as outras neste sistema, estas sociedades compuseram um cenário além das suas próprias comunidades políticas independentes, caracterizando um cenário internacional, de forma semelhante ao moderno espaço internacional contemporâneo.

Assim, esta perspectiva valida a abordagem histórica das relações internacionais como caminho apropriado para o entendimento de grandes padrões de existência entre os atores internacionais, contudo, a complexidade desta experiência no tempo ainda demanda compreensão dos diferentes tamanhos e configurações destes sistemas de comunidades na história, nomeadamente, reclamando a necessidade de separação de espaços temporais e geográficos em diferentes níveis de entendimento, ou *Tradições de Pensamento nas Relações Internacionais*.

### *Tradições de Pensamento em Relações Internacionais*

Partindo da complexidade das diferenciações que o espaço internacional apresenta no tempo, é imperativa a abordagem das relações internacionais desde a perspectiva de

---

envolvidas, ou ainda, em torno de ferramentas necessárias a interação dos Estados como a imunidade diplomática, entre outros. Uma diferenciação importante é edificada neste conceito: na diferenciação entre uma unidade cultural entre interno e externo, é possível que exista uma grande diferença no sistema moderno em relação aos anteriores pela ausência de uma cultura externa a combater neste sistema, por exemplo, quando concordamos em torno de alguns dos fatores acima citados. Ibid., 33-34.

diferentes níveis de entendimento, salientando as características dos espaços-temporais envolvidos no assunto.

Além disso, é indispensável que esta análise considere particularidades de determinadas comunidades no sistema, como a cultura e outras especificidades de determinados grupos, a exemplo do sistema político de um Estado até o cenário internacional como um todo.

Assim sendo, nesta tese, a especificidade de uma unidade do cenário internacional recebe o foco de nossa análise em um determinado espaço temporal, enquanto o cenário como um todo, sofrerá a conferência dos fatos desde o entendimento de três diferentes níveis de pensamento, para que conceitos sobre as Relações Internacionais possam ser alcançados nesta perspectiva, sobre o cenário internacional e sobre a comunidade política independente em análise.<sup>58</sup>

A hipótese aqui está baseada na caracterização de três grandes elementos formadores da política no cenário internacional para a explicação do resultado da interação das diversas comunidades políticas no tempo.<sup>59</sup>

Em que pese qualquer tipo de generalização possa “ser descrita como um tipo de abstração, de conveniência mental, conseqüentemente, um conceito irreal,”<sup>60</sup> o estudo

---

<sup>58</sup> A necessidade de análise de uma comunidade específica, o Brasil, juntamente com a tentativa de compreensão de padrões de existência do cenário internacional como um todo, se faz necessária porque um nível de análise unicamente sistêmico para o estudo das Relações Internacionais poderia apresentar um grau de compreensividade que perderia argumentos quando transposto para os subsistemas nacionais. Assim, a tentativa de estabelecimento de padrões desde uma dupla análise – internacional/nacional, pode evitar, desta forma, conclusões exageradas sobre o impacto do sistema sobre o Estrado e vice-versa. Willian Moul. “The Level of Analysis Problem Revisited.” *Canadian Journal of Political Science*. Vol. 6, No. 3 (1973), 494-513.

<sup>59</sup> Martin Wight. *Four Seminal Thinkers in International Theory*, 143-144.

das relações internacionais baseado em três componentes que constroem em conjunto as Relações Internacionais, pode ajudar no entendimento das diversas variáveis que buscam explicar as existências no cenário internacional.

Tal perspectiva, além de abarcar uma descrição plural das diferenças que compõe as relações entre os diversos atores no ambiente internacional, poderia refletir os diversos níveis da consciência humana, em última análise, enquanto operadora destas relações internacionais. A capacidade do homem em mostrar solidariedade e indiferença, ou tratar os outros como amigos ou inimigos, são exemplos desta complexidade de comportamentos refletida nas relações entre os atores internacionais.<sup>61</sup>

Desta forma, são componentes destas relações: a anarquia internacional, ou a multiplicidade de comunidades políticas independentes que exercem sua soberania no cenário internacional sem reconhecer nenhuma comunidade política superior a elas. As relações habituais no cenário internacional, exemplificadas pelas instituições, o direito internacional, o comércio entre as nações, entre outras. E por fim, a solidariedade moral, ou um tipo de comunhão entre os atores internacionais, mais profunda que a política e a economia, podendo ser descrita pelos fatores psicológicos e culturais que estabelecem um conceito de humanidade.<sup>62</sup>

Partindo das inclinações das pessoas em atribuir importância a um destes fatores em especial em detrimento aos outros, é possível estabelecer alguns padrões de

---

<sup>60</sup> Ibid., 3.

<sup>61</sup> Tim Dunne. *Inventing International Society: A History of the English School*. (Londres: Macmillan Press, 1998), 62.

<sup>62</sup> Martin Wight. *Four Seminal Thinkers in International Theory*, 143-144.

comportamentos, ou *Tradições de Pensamento* dos atores no ambiente internacional a partir destas preferências.

De tal modo, um primeiro padrão denominado Realista, questiona a existência de uma sociedade formada pelos diversos atores internacionais, ou mais especificamente, trabalha a hipótese da existência de um estado de natureza onde, no cenário internacional, todos estão contra todos.<sup>63</sup>

Esta situação caracterizada pela tendência à guerra e o conflito entre os Estados,<sup>64</sup> por exclusão, não pode ser caracterizada pelo eficiente cumprimento de contratos entre os atores internacionais. Não pela perspectiva da inexistência de tais contratos e de organizações interacionais que gerenciam tais situações, as quais existem e alteram a realidade internacional, porém, desde a perspectiva de que fatores anteriores ao estabelecimento destes acordos, nomeadamente a natureza má dos homens, ou um lado humano na execução da política,<sup>65</sup> descaracterizam as relações habituais ou contratuais como perspectiva majoritária para explicação das relações internacionais.

---

<sup>63</sup> Ibid., 144.

<sup>64</sup> Hedley Bull. *A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial*. (São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002), 51.

<sup>65</sup> Martin Wight pontua Maquiavel, enquanto Hedley Bull aprofunda a questão desde a perspectiva de Hobbes, para descrever a atitude egoísta dos homens. Discorrendo sobre a problemática da melhor opção entre ser amado ou temido, Maquiavel coloca uma pertinente descrição dos homens a este primeiro padrão de pensamento: “pode se dizer dos homens, de modo geral, que são ingratos, volúveis, dissimulados; procuram se esquivar do perigo e são gananciosos.” Maquiavel. *O Príncipe*. (São Paulo: Editora Martin Claret, 2003), 102. Trecho igualmente comentado por Martin Wight. *Four Seminal Thinkers in International Theory*, 7.

Desta forma, as comunidades políticas no cenário internacional, entre outros atores, existem em uma anarquia dentro de um mesmo ambiente, o que se explica pelo motivo destes atores não reconhecerem outros poderes como superiores a si mesmos.

Um segundo padrão de existência, ou o Racionalismo nas Relações Internacionais, é designado pelo intercâmbio regulado entre os atores internacionais,<sup>66</sup> ou mais especificamente, pelo contrato social pré-existente na pluralidade de comunidades políticas de um mesmo cenário internacional. Uma vez que, mesmo aceitando uma natureza má dos homens na execução dos negócios das comunidades políticas, estas não existem em completo e perpétuo estado de guerra no cenário internacional, muito pelo contrário, estas conflitam em períodos específicos desde o resultado da interação a respeito de assuntos particulares.

Assim, é possível estabelecer uma sociedade formada por diferentes comunidades políticas com existência definida por características próprias de uma sociedade internacional, ou seja, com atributos que não podem ser entendidos em comparação com as sociedades domésticas.

Resumidamente, esta sociedade internacional constituída pela existência de acordos habituais entre os atores internacionais precisa ser entendida menos pelo governo da força e mais pela prática do costume,<sup>67</sup> onde a “política internacional não expressa um completo conflito de interesse entre os Estados nem uma absoluta identidade de

---

<sup>66</sup> Na perspectiva unicamente do Estado proposta por Hedley Bull, o Racionalismo é descrito pela “cooperação e o intercâmbio regulado entre os Estados.” Hedley Bull. *A Sociedade Anárquica*, 51.

<sup>67</sup> Martin Wight. *Four Seminal Thinkers in International Theory*, 147.

interesses”<sup>68</sup> entre esses atores, sendo o comércio ou o intercâmbio econômico e social no ambiente internacional<sup>69</sup> um exemplo de tal característica no mundo.

Por fim, um terceiro padrão denominado Revolucionário, coloca a ênfase da explicação das relações entre os atores internacionais nas distintas conjunturas que definem a política internacional no tempo, ou ainda, a partir da perspectiva que os atuais arranjos das sociedades em um cenário internacional não são perfeitos, e desta forma, precisam ser melhorados.<sup>70</sup>

Duas premissas que extrapolam a natureza comunitária da existência humana <sup>71</sup> conseguem envolver uma explicação para este padrão Revolucionário nas Relações Internacionais: primeiramente, o impulso do indivíduo em erradicar o sofrimento em sua vida. Assim, ao se analisar a condição dos indivíduos em comunidades políticas, se estes se encontram em um estado de natureza, será dever destes indivíduos aprimorar esta situação para uma condição melhor. Em segundo lugar, a crença que o curso normal dos eventos tende a operar as mudanças desejadas pelos indivíduos, melhorando suas próprias existências.<sup>72</sup>

---

<sup>68</sup> Hedley Bull. *A Sociedade Anárquica*, 35.

<sup>69</sup> Ibid.

<sup>70</sup> Sobre o estudo dos tipos de teoria internacional propostos por Kant, Martin Wight analisa: “there is the revolutionary presumption [...] that the present political state is not perfect and ought to be improved.” Martin Wight. *Four Seminal Thinkers in International Theory*, 71.

<sup>71</sup> Martin Wight, ao pontuar tais premissas utiliza a expressão “natureza religiosa” para estes princípios. Ibid., 148.

<sup>72</sup> Ibid.

Portanto, partindo da “existência de imperativos morais no campo das relações internacionais”<sup>73</sup> ou da hipótese que o curso dos eventos venha a melhorar a existência dos indivíduos desde a comunhão de alguns padrões, a humanidade estaria desenvolvendo suas relações no cenário internacional rumo à construção de uma sociedade mundial, pautada pela concordância universal de uma série de premissas entre os homens.<sup>74</sup>

De tal forma, estes princípios morais não sustentariam uma situação descrita pela coexistência das diversas comunidades políticas em um cenário internacional, mas em contrapartida, pregariam a substituição das características deste cenário por uma sociedade cosmopolita.<sup>75</sup>

Segue que, investigadas algumas alterações do cenário internacional em análise, ou auferidas as características específicas dos atores internacionais em uma determinada linha temporal, é possível que o cenário internacional possa estar ordenado no tempo desde a justaposição destas três diferentes perspectivas, nomeadamente, uma anarquia internacional Realista, convenções e contratos habituais Racionalistas, e ainda, a existência de alguma solidariedade moral Revolucionária.<sup>76</sup>

---

<sup>73</sup> Hedley Bull. *A Sociedade Anárquica*, 34.

<sup>74</sup> Na proposta de uma Paz Perpetua de Kant é demandada uma uniformidade cosmopolita, onde a existência ideal das comunidades políticas seria pautada pelo republicanismo. Uma expressão mais radical é proposta por Dant, nos comentários de Martin Wight sobre uma tradição Revolucionária nas Relações Internacionais: “1. Mankind is a unity, unided by the faculty of reason, capable of pursuing the same ends through the same channels – humanity; 2. Mankind can only fulfill itself under a single government.” Martin Wight. *Four Seminal Thinkers in International Theory*, 152.

<sup>75</sup> Ibid.

<sup>76</sup> Ibid.



Este pressuposto teórico, claramente diferencia a análise realizada nesta tese de algumas proposições não plurais existentes nas Relações Internacionais. Especificamente, são alargadas nesta tese as tentativas de teorização sobre os fatos desde uma abordagem unitária, ou não contemplativa de uma variada gama de entendimentos sobre as possíveis explicações dos resultados que as intenções dos atores internacionais produzem no cenário internacional.

Em que pese a relativa validade de perspectivas que caracterizam o comportamento dos atores no cenário internacional desde alguns pressupostos alocados dentro de uma amplitude de pensamentos polarizadas entre uma realidade pessimista e uma utopia otimista, esta tese parte de hipóteses contemplativas de um variado grupo de explicações heterogêneas para o comportamento dos atores nas Relações Internacionais, inserindo o pensamento aqui proposto dentro da chamada Escola Inglesa das Relações Internacionais,<sup>77</sup> constituída, principalmente, pelo enfoque metodológico histórico e pelo entendimento das relações internacionais desde suas três tradições conceituais pluralistas.<sup>78</sup>

---

<sup>77</sup> O termo Escola Inglesa foi inicialmente proposto por Roy Jones em 1981. Roy Jones. "The English School of International Relations: A case for closure." *Review of International Studies*. Volume 7 (1981), 1-13. Roy Jones consegue marcar as Relações Internacionais, entendidas como uma disciplina autônoma, com uma escola de pensamento distinta das demais à qual Jones opta por chamar de Escola Inglesa. Andrew Linklater & Hidemi Suganami. *The English School of International Relations: a contemporary reassessment*. (Cambridge: Cambridge University Press, 2006), 20.

<sup>78</sup> Enfoque metodológico e pluralismo citado por Barry Buzan na delimitação da Escola Inglesa. Barry Buzan. "The English School: an underexploited resource in IR". *Review of International Studies*. Volume 27 (2001), 471-488. Entre outros, para Andrew Linklater e Hidemi Suganami, "the English School's approach to the study of international relations has historical, sociological and normative dimensions." Andrew Linklater & Hidemi Suganami. *The English School of International Relations*, 114.

Igualmente, este trabalho possui interesses em temas específicos que corroboram a afinidade da tese com esta linha de pensamento do cenário internacional, como a análise comparativa de sistemas internacionais, o entendimento das relações internacionais a partir de uma Sociedade de Estados,<sup>79</sup> a preocupação com a possibilidade e o grau de mudança de uma sociedade de Estados, a divisão de entendimentos das relações internacionais desde três padrões de tradições específicas,<sup>80</sup> e a preocupação com a existência de uma ordem internacional, agrupando o trabalho entre diversas outras contribuições da chamada Escola Inglesa das Relações Internacionais.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> Neste caso específico em que se expõem alguns dos contornos da Escola Inglesa, Sociedade Internacional pode ser entendida desde os termos propostos por Hedley Bull: “Existe uma sociedade de estados (ou sociedade internacional) quando um grupo de Estados, conscientes de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade, no sentido de se considerarem ligados, no seu relacionamento, por um conjunto comum de regras, e participam de instituições comuns.” Um aprofundamento sobre o conceito de Sociedade Internacional será trabalhado em argumentos conclusivos deste trabalho no capítulo *A Sociedade Internacional e sua Estrutura*. Hedley Bull. *A Sociedade Anárquica*, 19.

<sup>80</sup> Tradições de Pensamento propostas por Martin Wight: Realista, Racionalista e Revolucionária. Martin Wight. *Four Seminal Thinkers in International Theory*, 122.

<sup>81</sup> Iver B. Neumann & Ole Wæver. *The Future of International Relations: Masters in the making*. (Londres: Routledge, 1997), 39-42. Igualmente, Hidemi Suganami aponta como características comuns da Escola Inglesa: “(1) their aspiration or declared intent to pursue *Wertfreiheit* (or value-freedom), which subsumed a number of inter-related attitudes on their part towards values and norms in the academic study of international relations; (2) their rejection of behaviorism and scientism; (3) their reliance on certain sociological methods, for example, ideal-type analysis, and particular stress on the method of *Verstehen* (or understanding) in light of the institutional or cultural framework of international society; (4) their recognition of the unity as well as the specificity of the state-system, based on their rejection of the domestic analogy, and consequent assertion of the independence of the International Relation as an academic discipline; and (5) their positive estimate of the degree of order in the state-system, and negative estimate of the possibility of altering its basic structure, resulting in their rejection of utopianism.” Hidemi Suganami. “The Structure of Institutionalism: an anatomy of British Mainstream International Relations,” *International Relations*, Vol. 7, n. 5 (1983), citado por Andrew Linklater & Hidemi Suganami. *The English School of International Relations*, 20.

Este texto, embora visite uma complexa gama de obras e pensamentos teóricos sobre as Relações Internacionais e sobre a Escola Inglesa, se atém especificamente ao período de rica formação conceitual e edificação das bases sobre as quais se sustenta esta linha teórica de entendimento do cenário internacional.<sup>82</sup>

Assim, são principalmente os anos 1960 e 1970 que abastecem este trabalho de argumentos teóricos para o entendimento das relações internacionais, nomeadamente as Relações Internacionais desde uma perspectiva brasileira na virada do século XXI.

O estudo da teoria confrontada com a realidade específica proposta visa à construção de conceitos mais robustos e pertinentes a uma teoria abrangente, todavia, advinda e contemplativa das realidades regionais.

Desta forma, a opulenta bibliografia sobre a História das Relações Internacionais no Brasil pode carecer de um confronto teórico capaz de fornecer parâmetros para um melhor entendimento da realidade, desde uma perspectiva global de alcance temporal abrangente, em oposição à adequação de políticas externas específicas a criações de microssistemas explicativos de motivações antagônicas a uma ampla teoria das Relações Internacionais de perspectivas mundiais.

---

<sup>82</sup> Existem quatro distintas fases que definem a Escola Inglesa: de 1959 a 1966, caracterizada pela atuação predominante do British Committee e pelo desenvolvimento da noção de Sociedade Internacional; de 1966 a 1977, onde aparecem as figuras de Martin Wight e Hedley Bull construindo os principais conceitos da Escola; de 1977 a 1992, marcado pelo fim da predominância do British Committee e aparecimento de novos autores; e, desde 1992 até o presente, onde é possível identificar o período como uma revisão dos conceitos e uma solidificação da linha de pensamento como uma única vertente nas Relações Internacionais. Ole Wæver. "Four Meanings of International Society: a Trans-Atlantic Dialogue," In Barbara A. Roberson. *International Society and the Development of International Relations Theory*. (Londres: Continuum, 1998), 85.

Assim, a análise de aproximadamente quinze anos da política brasileira voltada para os assuntos internacionais se inicia na segunda parte desta tese, seguida pelas conclusões teóricas deste exame de teorias frente às relações dos diversos atores que compõe o cenário internacional.

## Segunda Parte

### As Teorias das Relações Internacionais e o Brasil de 1995 a 2010

O Brasil definitivamente não é uma nação que determina seus objetivos internacionais desde uma perspectiva pautada pela busca de poder no cenário internacional desde uma perspectiva clássica de maximização de recursos frente outras comunidades políticas deste ambiente.

Na década de 1990, onde iniciamos nosso estudo das relações internacionais desde uma perspectiva que envolve o Brasil como ator relevante para o entendimento destas interações, por exemplo, o Estado brasileiro privilegia a força de persuasão de seu tradicional corpo diplomático em detrimento à preparação das Forças Armadas do país.

Desprovidas de capacidade bélica suficiente para fazer frente a ameaças estrangeiras, no que tange ao poder militar, o Brasil é incapaz de garantir a segurança de sua população por meios bélicos diante de diversas nações do mundo.

Contudo, ensina uma das visões da luta pelo poder que o tipo de interesse que motiva a política em diferentes espaços temporais está baseado em um específico contexto político e cultural, no qual a política externa de uma determinada comunidade é formulada.<sup>83</sup>

---

<sup>83</sup> Hans Morgenthau. *A Política entre as Nações. A luta pelo poder e pela paz*. (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003), 18.

Desta forma, devido a um grande numero de variáveis que se alteram no tempo e no espaço, as metas que os Estados perseguem em suas políticas exteriores se modificam, da mesma forma que o conceito de poder se altera, acompanhando as modificações propostas pela comunidade a qual tal meta de poder está baseada.

“O poder pode abarcar tudo que estabeleça e mantenha o controle do homem sobre o homem,”<sup>84</sup> e assim, esta variável poderia compreender desde os mais sutis atos de dominação de cunho psicológico até as agressões físicas, diante das quais as intenções de alguns homens controlam os atos de outros homens.<sup>85</sup>

Desta forma, enquanto a política do Brasil declaradamente desqualificou a força como fator de ação no cenário internacional elegendo a persuasão como sua atuação predominante neste ambiente,<sup>86</sup> o esforço brasileiro em institucionalizar relações com seus vizinhos sul-americanos, na maioria das vezes, dependentes economicamente e estruturalmente mais fracos que o Brasil,<sup>87</sup> pode, desde uma perspectiva de

---

<sup>84</sup> Ibid.

<sup>85</sup> Para Hans Morgenthau, clássico autor Realista, “o poder cobre o domínio do homem pelo homem não só quando se apresenta disciplinado por desígnios morais e controlado por salva guardas constitucionais (tal como ocorre nas democracias ocidentais), como quando ele se converte nessa força bárbara e indomável que só consegue encontrar leis em sua própria força e justificação em seu próprio desejo de engrandecimento.” Ibid.

<sup>86</sup> Amado Cervo & Clodoaldo Bueno. *História da Política Exterior do Brasil*. (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010), 469.

<sup>87</sup> Tema a ser discutido com maior profundidade neste texto, entre outras perspectivas, o Brasil trabalha na institucionalização da união entre Estados sul-americanos mesmo diante das complexas assimetrias existentes entre os atores que compõem esta união. Interesses de elites econômicas dos Estados em questão, estas, por alguns aspectos homogêneas, poderiam pressionar tais ações de seus governos no intuito de minimizar constrangimentos nas negociações econômicas do cenário internacional caracterizado por grandes potências econômicas como a União Europeia e os Estados Unidos. Tullo Vigevani & Gabriel Cepaluni. *A Política Externa Brasileira: a busca da autonomia de Sarney a Lula*. (São Paulo: Editora UNESP, 2011), 158.

superposição de poderes, atender a uma procura do país por liderança dentro de um complexo regional formado pelo continente americano meridional.

Segue que dependendo da perspectiva do analista, estes e outros fatos da política externa brasileira poderiam ser caracterizados por um universo desmedido de teorizações, tão grande quanto o número de entendimentos e ideologias que sustentam a visão de muitos estudiosos das relações internacionais.

Para tanto, como já referido anteriormente, o respeito às diversas construções teóricas existentes nos ajudará a entender fatos específicos da realidade brasileira, enquanto o agrupamento de algumas das visões teóricas aqui apresentadas como válidas, contudo, incompletas, buscará validar o entendimento das Relações Internacionais desde algumas grandes *Tradições de Pensamento*.

Assim, o agrupamento de teorias a luz de algumas linhas de pensamento propostas pela Escola Inglesa das Relações Internacionais, em confronto com a realidade política do Brasil, resulta em um entendimento teórico abrangente e contemplativo de várias realidades.

O exame de teorias proposto ainda é capaz de refutar algumas hipóteses das Relações Internacionais: primeiro, a ideia da existência de uma realidade política global baseada unicamente em um paradigma Europeu e/ou Norte-Americano, simplificada, em um sistema cosmopolita em vias de uma Paz Perpétua com suas alterações baseadas em um institucionalismo multilateral, ou ainda, um paradigma natural e realista, modificado, mas ainda semelhante ao aceito na segunda metade do século XX.

E por outro lado, desqualifica a construção de sistemas explicativos de uma realidade isolada, regional e antagônica a princípios do “norte”, designadamente com vistas à construção de uma realidade “diferente” ou do “sul”, como acontece em alguns centros de estudos do país que construíram o atual estágio de amadurecimento do Brasil nas Relações Internacionais.

A tentativa de edificação de conceitos próprios, ou do Brasil, capazes de ajudar na teorização das Relações Internacionais, a exemplo da perspectiva que defende a existência social e política do país caracterizada desde quatro paradigmas distintos, da independência até os dias de hoje, ou do atraso econômico ao desenvolvimento, figura como um exemplo da busca por construções conceituais distintas do pensamento central nesta área de conhecimento por parte de alguns pensadores no Brasil.<sup>88</sup>

Alguns teóricos, alegando a não aplicabilidade de formulações intelectuais oriundas de outros centros do cenário internacional dentro da realidade brasileira, buscam explicar a realidade sul-americana como diferente das demais.

Contudo, sendo todos indivíduos diferentes e ao mesmo tempo pertencentes à mesma espécie humana, e ainda, estando todos estes distintos indivíduos em um espaço geográfico único, o planeta terra, é difícil não supor um grande número de variáveis

---

<sup>88</sup> Para Amado Cervo, o Brasil é composto pelo resultado de quatro grandes paradigmas distintos de sua existência política: O primeiro deles, o paradigma Liberal-conservador (da Independência do Brasil até 1930), está baseado no liberalismo europeu e é responsável por manter o atraso histórico do Brasil. Um segundo paradigma, Desenvolvimentista, é responsável pela introdução do progresso no país durante sessenta anos após 1930. O terceiro ponto, Neoliberal, que se estende até os anos 1990, figura como um retorno a antigas práticas ao mesmo tempo em que aponta um avanço para o futuro, sendo responsável por abrir a economia e a sociedade para uma globalização mais aprofundada. Por fim, o paradigma Logístico, já no século XXI, transfere para a sociedade a necessidade de desenvolvimento do país. Amado Cervo. “Conceitos em Relações Internacionais.” *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 51 (2008), 15-16.



comuns nas relações entre as pessoas das diversas comunidades do mundo, sendo estas distintas apenas nos diversos pontos de vista dos analistas em questão, entre outros fatores.

Desta forma, tentando abranger um grande número de perspectivas e análises, o próximo capítulo apresenta alguns importantes antecedentes do ano de 1995, fatos que delineiam a existência do país no século XXI e que apontam entendimentos do Brasil nas Relações Internacionais.

## Brasil: Antecedentes e Contexto Internacional

No mesmo mês que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ratifica o início do fim do regime comunista com a posse de Mikhail Gorbachev, vinte anos de governos chefiados por generais do Exército Brasileiro igualmente tem fim no ano 1985.

Tal realidade ditatorial brasileira, entre as perspectivas econômicas, políticas e sociais, figurou como um marco na operação de severas mudanças na formação cultural do Brasil, tanto pelos diversos pontos negativos que a suspensão de direitos individuais trouxe ao país, como pelo desenvolvimento industrial proporcionado pelo milagre econômico experimentado no período.

Estas modificações na identidade brasileira experimentadas na segunda metade do século XX, entre outros períodos emblemáticos, remontam no mínimo dois outros momentos significativos da formação do Brasil enquanto nação, nomeadamente, as suas origens coloniais e o primeiro processo de afirmação identitária nacional e desenvolvimento político, social e econômico da virada do século XXI e início do século XX.<sup>89</sup>

Isso ocorre porque as raízes históricas da formação de uma nação se inserem em uma problemática ladeada pela comunidade política independente desde uma perspectiva

---

<sup>89</sup> A perspectiva de alguns pensadores como Immanuel Wallerstein diante da apresentação de um tipo de formação nacional, como a do Brasil, principalmente, porque esta é atrelada a um tipo de expansionismo europeu, aponta o nacionalismo com significados de hostilidade das nações frente a seus inimigos. Esta hostilidade na história da expansão europeia diante do resto do planeta pode ter definido um processo civilizacional, impondo culturalmente um tipo de racismo no mundo enquanto a Europa dominou um sistema-mundo economicamente e politicamente. Immanuel Wallerstein. *World-System Analysis: An Introduction*. (Durham: Duke University Press. 2004), 66.

histórica. No caso em análise, a figura institucional de um Estado brasileiro, e por outro lado, as diferentes classes que o forjaram, constroem um conceito de nação para o Brasil pautado por aquilo que é genuinamente brasileiro, diferenciado uma população por sua cultura, e assim, distinguindo esta dos outros.<sup>90</sup>

Neste sentido, é possível inferir que a história do país foi implantada em uma lógica de expansão mundial de um capitalismo comercial, ao mesmo tempo em que existiu em conexão e como consequência deste sistema existencial.<sup>91</sup>

Em suas origens coloniais, o latifúndio e a escravidão marcam profundamente as bases sociais de uma cultura brasileira, desta forma, apresentando longos reflexos temporais em quesitos de exploração econômica e concentração de propriedade privada no país.<sup>92</sup>

E para além desta dicotomia emblematicamente caracterizada pelo latifúndio e a escravidão, entre tantas que até o tempo contemporâneo distinguem o Brasil, outros pensadores da formação do país ainda salientam a geografia do atual Estado brasileiro de dimensões continentais, bem como, algumas condicionantes biológicas que construíram a diversidade de raças que compõe o país.

Assim uma ideia de interpenetração de “três raças,”<sup>93</sup> a branca, a negra e a indígena, para alguns pensadores, igualmente descreve a formação do povo brasileiro, não

---

<sup>90</sup> Fernando Henrique Cardoso. *Pensadores que Inventaram o Brasil*. (São Paulo: Companhia das Letras, 2013), 11.

<sup>91</sup> Ibid.

<sup>92</sup> Caio Prado Junior. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. (São Paulo: Brasiliense, 1999), 18 e 23.

<sup>93</sup> Paulo Prado. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. (São Paulo, Companhia das Letras, 1997), 193.

ligada aos preconceitos raciais que tal categorização poderia agora suscitar, contudo, atrelada aos padrões sociais que tais perspectivas construíram na história, infelizmente, muitas vezes ligadas a tais preconceitos raciais.

É igualmente certo que uma perspectiva imaginária destas raças descritas por clássicos pensadores da formação da cultura brasileira acabou por supervalorizar ou suprimir muitas das qualidades dos formadores da nação, construindo heróis em alguns casos e vilões em outros.<sup>94</sup>

Porém, as movimentações desta sociedade heterogênea na história apontam o desenvolvimento de uma comunidade balizada por outras tantas dicotomias, como o latifúndio e a escravidão, a casa-grande e a senzala,<sup>95</sup> entre outros pontos que caracterizam pilares de uma ordem escravocrata que é refletida na definição de uma identidade nacional de um nós diferente dos outros.

Assim, a potencialidade de desenvolvimento da cultura do Brasil pode residir na dicotomia de antagonismos mais ou menos equilibrados, porém não inimigos, como poderia ser verificado na sociedade anglo-americana que posicionou oponentes taxados de brancos ou pretos, ex-senhores ou ex-escravos.<sup>96</sup>

Em contrapartida, o Brasil pode ser caracterizado como “duas metades confraternizantes que se veem mutuamente enriquecendo de valores e experiências

---

<sup>94</sup> Fernando Henrique Cardoso. *Pensadores que Inventaram o Brasil*, 81.

<sup>95</sup> Ibid.

<sup>96</sup> Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala*. (Rio de Janeiro: Maia e Schmidt Ltda., 1933), 376.

diversas,<sup>97</sup> complementando-se em um todo sem o sacrifício de um elemento em detrimento ao outro.<sup>98</sup>

Assim, é o antagonismo que produz uma nação pautada pela economia que se equilibra e se contrapõe à cultura dos povos que formam o país, no contraponto entre a “cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. [...] O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. [...] O bacharel e o analfabeto, [...] [e] o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo.”<sup>99</sup>

Portanto, entre outros exemplos de contradição, é o escravo e não o negro que influencia intimamente a formação do povo brasileiro,<sup>100</sup> desta forma, afastando uma perspectiva puramente biológica e preconceituosa do ideário brasileiro e aproximando esta formação cultural do historicismo do desenvolvimento do país.

Segue que é igualmente a tentativa de implantação de uma realidade estranha à do que hoje é o Brasil, neste caso, uma realidade europeia naquele período, que figura como um fator ímpar e com grandes consequências para a origem da sociedade brasileira.<sup>101</sup>

---

<sup>97</sup> Ibid., 377.

<sup>98</sup> Ibid.

<sup>99</sup> Ibid., 116.

<sup>100</sup> Ibid., 397

<sup>101</sup> Em uma tese sobre a falta de naturalidade dos habitantes da península ibérica ao que Sérgio Buarque de Holanda chama de “moderna religião do trabalho,” o autor descreve que não é da natureza do europeu colonizador do Brasil, e por consequência do brasileiro, o culto ao trabalho ou a uma atividade utilitária. “Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia.” Sérgio B. de Holanda. *Raízes do Brasil*. (São Paulo: Companhia das Letras, 1995), 31 e 38.

Assim, algumas características do povo colonizador do Brasil para alguns pensadores, como a valorização de uma vida de “grande senhor” precavida de qualquer esforço ou preocupação,<sup>102</sup> marcam a cultura do país de onde se compreende a “carência [de uma] moral do trabalho [...] e uma reduzida capacidade de organização social”<sup>103</sup> como ecos de uma transposição cultural influenciada por uma série de outras variáveis.

Segue que se hoje é inverdade a afirmação que a formação da cultura brasileira<sup>104</sup> é dada a um tipo de nobreza senhoril em seu comportamento, e assim, é avessa ao culto do trabalho utilitário e à organização social, certo é que o país, entre avanços e retrocessos, experimentou nos últimos séculos diversas formações políticas e sociais que em última análise, constroem uma nação de antagonismos entre a riqueza e a pobreza, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, que definem a existência do povo do Brasil, por vezes cultuando o trabalho e a organização social, e por muitas outras, não.

Assim, são diversas as fases experimentadas pela comunidade política independente, hoje representada pelo Estado brasileiro, desde que parte de seu território foi ocupado principalmente por Portugal no ano de 1500 até os dias presentes no século XXI.

---

<sup>102</sup> Ibid., 38

<sup>103</sup> Ibid., 39.

<sup>104</sup> Na publicação *Raízes do Brasil* com primeira edição do ano de 1936, Sergio Buarque de Holanda registra: “No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma.” Ibid., 40.

Contudo, dentro do que merece destaque e é pertinente a esta tese, para além da herança dos tempos coloniais, o desenvolvimento de uma cultura de massa durante a primeira metade do século XX, sustentada, por exemplo, pela introdução da programação de rádio ou pelo desenvolvimento da imprensa como um todo no país, fomenta uma reestruturação da sociedade brasileira, entre outros aspectos, dotando o Brasil de novos contornos sociais diante da realidade de uma nova sociedade urbano-industrial.<sup>105</sup>

Principalmente após a II Guerra Mundial a sociedade brasileira se moderniza em diversos setores, apontando um crescimento da industrialização e urbanização, transformando o país em um sistema pautado pela estratificação social, pela expansão de uma classe operária, um alargamento das camadas médias, o advento da burocracia, o aumento populacional, e o desenvolvimento do setor terciário em detrimento à produção agrária.<sup>106</sup>

Esta realidade desenvolvimentista que acelera o crescimento do país desde meados de 1930 acaba por trazer um crescimento muito mais quantitativo que qualitativo ao Brasil, assim, fomentando a disparidade no desenvolvimento de partes da sociedade em prejuízo de outras, de áreas urbanas em vez de rurais, entre outras dicotomias que historicamente representam o país.<sup>107</sup>

---

<sup>105</sup> Renato Ortiz. *A Moderna Tradição Brasileira*. (São Paulo: Brasiliense, 1999), 39.

<sup>106</sup> *Ibid.*, 38-39.

<sup>107</sup> Nelson W. Sodré. *Síntese de História Cultural Brasileira*. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996), 63-64.

Desta forma, entre outras drásticas mudanças políticas, sociais e econômicas do Brasil no último século, o golpe militar de 1964, inaugurando assim vinte anos de governo autoritário no país, apresenta um duplo sentido para a formação cultural do povo brasileiro.

Neste, para além das grandes alterações de dimensão social e política, como a suspensão das liberdades individuais do povo brasileiro, igualmente são verificadas grandes mudanças em uma dimensão econômica, onde a indústria brasileira assume formas mais avançadas de produção, orientando a população do Brasil a um modelo de desenvolvimento capitalista bastante específico e ajustado a realidade da região.<sup>108</sup>

Em linhas gerais, o Brasil experimenta uma grande concentração de renda, o desenvolvimento de um parque industrial, o fomento de um mercado interno em contraposição a um incremento de um mercado exportador, o desenvolvimento desigual entre regiões do país em prejuízo do norte e nordeste, a concentração de brasileiros em grandes centros urbanos, em última análise, reorganizando, mais uma vez, a sociedade brasileira como um todo.<sup>109</sup>

Todavia, entre uma série de outros fatores, os efeitos de diversas crises internacionais a exemplo das provocadas em torno do petróleo desde 1973 impõem grandes revezes ao chamado “milagre econômico” brasileiro dos anos 1970.<sup>110</sup>

---

<sup>108</sup> Ibid. 80.

<sup>109</sup> Ibid., 80-81.

<sup>110</sup> Marcos Napolitano. *Cultura Brasileira: Utopia e Massificação, 1950-1980*. (São Paulo: Contexto, 2008), 105.



Ainda, a severa imposição de restrições às liberdades individuais dos brasileiros atinge seu ápice nos vinte anos de ditadura militar e regride, desta forma, fazendo com que em meados de 1976 uma tímida abertura política fosse já verificada,<sup>111</sup> tornando-se irreversível no transcorrer da história que culmina com a completa transição daquela forma de organização política e social com eleições indiretas para Presidente da República em 1985.

De tal modo, como resultado do movimento intitulado de *Diretas Já*, fazendo menção a eleições diretas para Presidente da República, Tancredo de Almeida Neves é eleito para o cargo executivo máximo do Brasil, contudo, vindo a falecer no mês de abril de 1985, deixando o comando do país para o vice-presidente de sua chapa.

Assim, de segundo no comando à Presidente da República, José Ribamar Ferreira Araújo da Costa Sarney, assume o poder no Brasil em um delicado momento da história do mundo, onde o cenário internacional será marcado por uma das grandes rupturas estruturais de sua história, apresentando naquele ano de 1985, uma das partes da grande guerra velada do século XX, a URSS, disposta a diálogos e compromissos nas relações internacionais, desta forma, dando imensa força ao desabamento do mundo comunista que se completaria nos próximos anos.<sup>112</sup>

---

<sup>111</sup> Ibid., 107.

<sup>112</sup> Philippe Defarges. *As Relações Internacionais desde 1945*. (Lisboa: Gradiva, 1997), 80.

Ainda em 1985, cumprindo a tradição de abrir a Assembleia Geral das Nações Unidas,<sup>113</sup> o Presidente Sarney apresenta um país aspirante à democracia, à liberdade, e ao respeito das grandes potências no cenário internacional, expondo um nacionalismo maior do que as capacidades estruturais do seu próprio país, falando “em nome de uma das maiores nações do globo, complexa e pujante sociedade, a oitava economia do ocidente, país de contrastes e de grandezas: o Brasil.”<sup>114</sup>

Variando economicamente entre as primeiras dez posições no ranking das maiores potências econômicas no mundo, e, segundo estimativas, candidato a quarta maior economia do planeta ao lado de China, EUA e Índia nos próximos quarenta anos, ultrapassando assim, economicamente, potências históricas como Inglaterra, França e Alemanha, o Brasil desde sempre, apresenta sua grandiosa amplitude de extremos, aparecendo ao mesmo tempo como nação mais rica e mais pobre de seu entorno.

Não é diferente na década de 1980, onde o recém-empossado presidente civil da República Federativa do Brasil define sua nação como “o Brasil dos vários brasis, em que a opulência e a pobreza, o árido e o fértil, a seca e a inundação fazem uma geografia de amostragens opostas.”<sup>115</sup>

Contudo, o país das diferenças possui uma peculiaridade facilmente identificável: um povo incredivelmente unificado, “que soube construir uma democracia racial e uma

---

<sup>113</sup> No ano de 1947, Oswaldo Aranha falando pela delegação brasileira na ONU abriu a primeira sessão da Assembleia Geral da história, fato que tradicionalmente se repetiu em todas as outras sessões daquela instituição até hoje.

<sup>114</sup> Brasil. Presidente. *Discursos selecionados do Presidente José Sarney*. (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008), 8.

<sup>115</sup> Ibid.

unidade de cultura que é a força invencível do seu destino,”<sup>116</sup> ainda nas palavras do Presidente Sarney naquele emblemático ano de 1985.

Oração recorrente entre os chefes do Estado brasileiros no cenário internacional, Sarney traduz os anseios de sua população declarando que o Brasil não deseja mais transparecer uma voz tímida no cenário internacional. “Deseja ser ouvido sem aspirações de hegemonia, mas com determinação de presença.”<sup>117</sup>

Este é um período onde efetivamente algumas amálgamas da sociedade serão quebradas, sobretudo no Brasil, onde a sociedade irá aprender nos anos que seguem novas formas pacíficas de relacionamento entre o Estado e o povo.

Passando por um espaço temporal onde os interesses objetivos do Estado, relativos especificamente à manutenção da sua existência, enfatizaram o uso da força em um ambiente doméstico com o objetivo da conservação da ordem, pressões de movimentos internos da sociedade brasileira alteram a percepção do povo sobre seu ordenamento enquanto Estado, fomentando uma série de modificações na compreensão normativa que este povo possuía de si mesmo.<sup>118</sup>

---

<sup>116</sup> Ibid.

<sup>117</sup> Ibid., 9.

<sup>118</sup> A proposição de uma constituinte no Brasil em 1988 e a alteração da autopercepção normativa do povo brasileiro pode ser explicada, entre outras perspectivas, por um sistema comunicativo da esfera privada para a esfera pública da sociedade. O poder da comunicação da esfera privada é capaz de legitimar ou modificar alguns parâmetros da autopercepção normativa de um povo – ou o poder da administração, simplificada, explicando o processo de alteração estrutural interna do Brasil na década de 1980. Sobre o Sistema Comunicativo nesta perspectiva ver Jürgen Habermas. *Mas Allá del Estado Nacional*. (México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2000), 149-175.

Com efeito na política externa do país nos anos que se seguiriam, a forma como o Brasil aprende a reproduzir a sua identidade enquanto nação pode ter alterado a auto percepção de um país subdesenvolvido para um Estado que demanda voz no cenário internacional,<sup>119</sup> transformando no século XXI um discurso recorrente de chefes de Estado brasileiros na história, em realidade ao menos parcial.

Contudo, depois de cinco anos de governo do Presidente José Sarney, o Brasil finaliza a primeira gestão civil após duas décadas de ditadura militar imerso em sérios problemas sociais, políticos e econômicos. Apesar de uma transição democrática consolidada neste período, já pautada pela atual constituição do país de 1988 e pelas eleições diretas para Presidente da República em 1989, o Brasil dos tempos da união das duas Alemanhas carecia de políticas estruturais capazes de salientar o Estado no mundo, como é vontade recorrente dos dirigentes do país.

Desmorona o muro de Berlim na Europa enquanto é edificada a democracia no Brasil em um simbólico outono de 1989. Apenas uma semana separa a queda do muro em 9 de novembro da vitória parcial de Fernando Collor de Mello sobre Luiz Inácio Lula da Silva em 15 de novembro do último ano da década de 1980, vitória ratificada no segundo turno das eleições no mês de dezembro daquele mesmo período.

É emblemática a eleição do Presidente Fernando Collor porque este seria o grande teste da democracia do país: retirar um presidente acusado de corrupção do poder sem

---

<sup>119</sup> Um paralelo com estes fatos pode ser feito com o conceito proposto por Alexander Wendt sobre interesses objetivos ou subjetivos do Estado. Alexander Wendt. *Social Theory of International Politics*. (Cambridge: Cambridge University Press, 1999), 231-233.

apelar para as quarteladas,<sup>120</sup> como fez o gaúcho Getúlio Vargas para chegar ao poder máximo do país em 1930, o também gaúcho João Goulart garantiu por meio da força a sua posse na ocasião da renúncia de Jânio Quadros em 1961,<sup>121</sup> ou teve início a ditadura militar e a posterior suspensão da democracia no Brasil no ano de 1964 até a posse do Presidente José Sarney em 1985.

Em sua rápida<sup>122</sup> estada no comando do Brasil, o Presidente Fernando Collor desencadeia uma série de políticas domésticas desastrosas, como o sequestro das aplicações financeiras dos cidadãos brasileiros, que pouco ajudaram a modificar a situação de subdesenvolvimento do país e os seus reflexos no mundo em um período em que este assistia atônito à independência de alguns Estados bálticos da URSS, como a Lituânia e a Estônia, traduzindo-se em uma luta contra o regime de Gorbachev.<sup>123</sup>

Contudo, importantes acordos e modificações em peças-chave da política externa do país foram ratificados neste período. O Tratado de Assunção, ou o acordo que cria o MERCOSUL foi assinado em 1991 com o objetivo de “lograr uma adequada inserção

---

<sup>120</sup> Golpes de Estado apoiados por militares em diversas ocasiões do século XX.

<sup>121</sup> Na ocasião da renúncia à presidência da República em 1961 por Jânio Quadros, a posse de seu vice-presidente, João Goulart, foi possível apenas pelo uso da força. A Campanha da Legalidade, como ficou conhecida a revolta civil e militar liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, foi um movimento armado que defendeu a manutenção da ordem jurídica no país e a posse do vice-presidente eleito, que na ocasião estava em visita à China, despertando desconfianças sobre suas preferências ideológicas e sendo inicialmente proibido de retornar ao país para assumir a Presidência da República.

<sup>122</sup> Durante a gestão do Presidente Fernando Collor de Mello, devido a suspeitas de irregularidades no governo, foi aberto pelo Congresso Nacional um processo de *Impeachment* contra o Presidente. Em setembro de 1992 a Câmara dos Deputados vota pelo impedimento de Collor que renuncia ao seu cargo, antes de ser condenado pelo Senado Federal a perda de seus direitos políticos por um período de 8 anos.

<sup>123</sup> Processo de independência de algumas regiões soviéticas que culminou no golpe de Estado e fim do regime comunista naquele país em 1991.

internacional para os países-membros.”<sup>124</sup> Ainda na gestão Collor foi operada uma severa modificação nos ministérios da República, e no que tange a política externa e às relações internacionais, merece destaque a figura do Professor Celso Lafer na gestão do Ministério das Relações Exteriores neste período.

Ocupando a posição de Chanceler de abril a outubro de 1992, Lafer inaugura uma postura mais influente do país na agenda internacional, no mínimo, não distanciada dos novos temas da política mundial em um período de extrema importância histórica para o planeta.

A postura do Ministério das Relações Exteriores frente a temas delicados como o meio ambiente ilustra este argumento. Contrariamente a outras ocasiões, por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente e o desenvolvimento (Rio 92), o Brasil tenta ser visto pelo mundo não mais como um inimigo da natureza, ou destruidor dos seus inestimáveis recursos naturais como a Amazônia, porém agora, o Brasil busca refletir uma postura de defensor do meio ambiente, bastante aplaudida e esperada pelo mundo.<sup>125</sup>

Esta foi uma postura pensada inicialmente no governo José Sarney, onde a preocupação do Itamaraty<sup>126</sup> também residiu na desconstrução de um paradigma nacionalista levado adiante pelos governos militares, tentando eleger pontos como a

---

<sup>124</sup> Paulo de Almeida. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: A diplomacia brasileira no contexto da globalização*. (Rio de Janeiro: LTC, 2012), 122.

<sup>125</sup> Tullo Vigevani & Gabriel Cepaluni. *A Política Externa Brasileira*, 18.

<sup>126</sup> Ministério das Relações Exteriores.

defesa dos Direitos Humanos ou a não intervenção em Estados soberanos, como bandeiras de atuação da diplomacia brasileira no cenário internacional.

Assim, no final do ano de 1992 toma posse no Brasil o terceiro presidente civil e o segundo vice-presidente a chefiar o executivo do país desde a década de 1980. O político baiano Itamar Augusto Cautiero Franco é empossado no comando do país até o ano de 1994, desde a posição de substituto legal de Fernando Collor de Mello.

Sua curta e discreta gestão não chega a modificar a ainda tímida inserção internacional do país, contudo, é neste espaço temporal que aparece a figura do então futuro Presidente da República Fernando Henrique Cardoso como titular da pasta das Relações Exteriores do final de 1992 até meados de 1993, momento que o Ministro assume a pasta da Fazenda, implantando uma reforma econômica de importância impar para futuro do Brasil na virada para o século XXI.

Fernando Henrique Cardoso, enquanto Chanceler, não se desvincula da gestão de Celso Lafer e do paradigma de inserção internacional do país, contudo, é apenas nos anos posteriores, durante a primeira gestão de Celso Amorim no Itamaraty, que o Brasil efetivamente comunica ao cenário internacional alguns pontos que sustentarão a política externa do país desde aquele período até o início do século XXI.

Neste período, durante a presidência de Itamar Franco, a tentativa de inserção internacional do Brasil é exemplificada pela iniciativa para formação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA).<sup>127</sup> Com o apoio do MERCOSUL, da Colômbia e da Venezuela, o Presidente Itamar Franco objetiva, em dez anos, construir certa unidade

---

<sup>127</sup> Amado Cervo & Clodoaldo Bueno. *História da Política Exterior do Brasil*, 487.

na América do Sul – em contraposição a uma unidade na América Latina – episódio de extrema importância para o posterior amadurecimento do MERCOSUL e do atual processo de integração regional do continente.

Deixando clara a intenção de integração regional através de acordos bilaterais do setor automotriz com Argentina e Uruguai, a exemplo do intercâmbio de peças e veículos automotores com o objetivo de aumentar a interdependência do setor, neste período são acertadas muitas das bases que compõe as tarifas homogêneas no Mercado Comum do Sul.<sup>128</sup>

Quase uma década depois desta iniciativa de Itamar Franco, já no ano 2000 e em razão do chamado Plano Colômbia, proposto pelo então Presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, a Cúpula de Brasília<sup>129</sup> acabou por concretizar o estabelecimento de uma zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina<sup>130</sup>, relançando a iniciativa da ALCSA e figurando como um importante passo para a formação e desenvolvimento da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) constituída no ano de 2008, com bases que remontavam mais de uma década atrás.

Itamar Franco em seu governo descreve sua perspectiva sobre a obrigatoriedade de integração do cone sul, acreditando que Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai “optaram pelo tratamento multidisciplinar da integração, com crescente participação

---

<sup>128</sup> Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil nº 75*. (Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1994), 135-137.

<sup>129</sup> Reunião realizada entre os doze presidentes das nações sul-americanas no ano 2000 na cidade de Brasília.

<sup>130</sup> Paulo Vizentini. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. (São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008), 101.



dos diversos setores da sociedade.”<sup>131</sup> Esta é a cartilha integracionista, pautada pela necessidade de integração de setores técnicos, onde o MERCOSUL em seu processo amplo de integração passa a envolver “dimensões sociais e trabalhistas, cooperação técnica, científica e cultural e a articulação de ações nos campos de educação, justiça, meio ambiente, agricultura e indústria.”<sup>132</sup>

Importante salientar que a consolidação do processo de integração das nações na América do Sul tem início ainda antes do governo Itamar Franco, ou mais especificamente, é o Presidente José Sarney que principia este processo que gerará importantes resultados no século XXI.

Em meados da década de 1980, Sarney opera uma tentativa de integração regional orquestrada pelo Brasil com múltiplas possibilidades na América do Sul. Em um mundo que começa a demonstrar latentes sinais de mudança na sua estrutura e assim, pode vir a eleger a integração regional como uma das novas formas de existência dos Estados no século XXI, o Presidente Sarney assina uma serie de tratados e acordos para orquestrar um gerenciamento regional do Brasil em solo sul-americano.

Entre outras abordagens, a questão da segurança em Complexos Regionais<sup>133</sup> como o formado pelo Brasil e seus vizinhos é uma das perspectivas que ajudam a compreender tal evento, em que pese a natureza eminentemente econômica declarada como passo

---

<sup>131</sup> Brasil. Presidente. *Discursos selecionados do presidente Itamar Franco*. (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008), 66.

<sup>132</sup> Ibid.

<sup>133</sup> A definição de Complexo de Segurança Regional engloba um grupo de unidades onde os processos de securitização e dessecuritização estão interligados ao ponto que os problemas de segurança deste grupo não podem ser analisados ou resolvidos de forma independente um dos outros. Barry Buzan; Ole Wæver & Jaap de Wilde. *Security: a new framework for analysis*. (Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998), 201.

inicial da maioria dos processos de integração institucionalizada na América do Sul dos anos que seguem o governo Sarney.

A América do Sul é uma das regiões menos violentas do mundo desde a perspectiva da ocorrência de conflitos entre Estados. Mesmo apresentando um elevado número de governos autoritários e golpes de Estados em sua história recente, entre outras situações consideradas como anomalias para os teóricos de uma paz democrática, a América meridional quase não apresentou conflitos entre países nos últimos sessenta anos.<sup>134</sup>

Contudo, a interdependência que une os interesses econômicos do cone-sul americano acaba por se intercalar com assuntos ligados à segurança e poder na região, situação que encontra ilustração nas alterações da estratégia de defesa do Brasil nos últimos anos.

Embora sejam largas as discussões sobre o futuro do poder militar no cenário internacional no início do século XXI, não é menos frequente a necessidade de proteção e uso das tecnologias de defesa entre as comunidades políticas contemporâneas, seja desde uma perspectiva de uso de velhas formas de poder bélico ou do desenvolvimento de modernas tecnologias de defesa.<sup>135</sup>

Contudo, alguns padrões de utilização do poder bélico no mundo encontram consenso no redirecionamento de grandes montantes de recursos para a pesquisa na produção

---

<sup>134</sup> João Alsina Junior. *Política Externa e Poder Militar no Brasil: universos paralelos*. (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009), 47.

<sup>135</sup> José Vesentini. *Novas Geopolíticas: as representações do século XXI*. (São Paulo: Editora Contexto, 2011), 87.

bélica, tornando marginais os investimentos em armamentos de destruição em massa em diversas Forças Armadas do planeta.<sup>136</sup>

Assim, a demanda por reestruturação da tecnologia de defesa do país diante das mudanças do cenário internacional no período entende a necessidade do desenvolvimento de diretrizes que envolvem o incremento da indústria bélica do Brasil, não apenas no que tange a meios convencionais de defesa, mas considerando fatores como a pesquisa cibernética, espacial e nuclear com vistas ao desenvolvimento da segurança do país sob tecnologias de domínio nacional.<sup>137</sup>

Ainda, neste processo de reestruturação bélica posterior a integração regional do Brasil com alguns de seus vizinhos, grande parte do contingente das Forças Armadas Brasileiras que esteve estacionado até o ano de 2008 no sudeste e no sul do país, especialmente concentrado no Estado do Rio Grande do Sul, que possui fronteira com Uruguai e a Argentina,<sup>138</sup> é remanejado dentro do território nacional.

Assim, ao final da primeira década do século XXI após um processo de integração que poderia ter surgido apenas por motivos comerciais e econômicos, o governo brasileiro decide reorganizar sua política de defesa, entre outras ações, deslocando seu contingente do sul do país para o norte:<sup>139</sup> a Amazônia é agora uma preocupação da

---

<sup>136</sup> Ibid.

<sup>137</sup> Brasil. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. (Brasília: Ministério da Defesa, 2008), 6.

<sup>138</sup> O que é conhecido como uma região geopolítica *Platino-Atlântica*, formada por Brasil, Argentina e Uruguai, recebeu especial atenção histórica do projeto de defesa do governo brasileiro em períodos anteriores ao discutido. Nelson Olic & Beatriz Canera. *Geopolítica da América Latina*. (São Paulo: Moderna, 2004), 37.

<sup>139</sup> Brasil. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*, 14.

segurança do Estado que visivelmente não mais se preocupa com uma possível hostilidade da Argentina.

Desta forma, entre uma série de pontos concorrentes, dentre eles os ganhos comerciais e uma mais eficiente inserção da América do Sul na economia mundial, fatores ligados à segurança – ou a insegurança, podem ter fomentado a assinatura de acordos entre os Estados da região.

Estes tratados, em última análise, possibilitam a afirmação de que estas ações tiveram como resultado um ambiente menos inseguro para países como o Brasil e Argentina em suas relações bilaterais, como a reorganização da estratégia brasileira de defesa pode comprovar.

Contudo, de forma antagônica ao exposto, os Estados ainda têm preocupações em responder a inseguranças geradas pelo desconhecimento das ações dos outros países em um sistema destes.

Neste cenário, na maioria das vezes as ameaças a um Estado existem em suas proximidades, fazendo com que as comunidades políticas analisem questões de segurança prioritariamente a partir da possibilidade de relações conflituosas com seus vizinhos, ao contrario da preocupação com unidades políticas distantes.<sup>140</sup>

Dentro desta realidade é que, em meados do ano de 1986, o Presidente José Sarney e o então Presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, assinam protocolos de cooperação bilaterais que viriam a ser a semente formal para a integração das nações meridionais

---

<sup>140</sup> Barry Buzan & Ole Wæver. *Regions and Powers: the structure of international security*. (Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003), 45.

da América do Sul. Igualmente, diante do futuro incerto no período, o executivo brasileiro dá início a um processo de integração no eixo norte por meio de tratados assinados com o então Presidente da Venezuela, Jaime Luzinchi, no ano de 1987.<sup>141</sup>

Prosperou primeiramente a integração dos países do eixo sul em detrimento ao eixo norte. A industrialização do cone-sul encostada geograficamente no sudeste do Brasil em contraposição à selva Amazônica que separa o Brasil de sua vizinha Venezuela podem ter concorrido para tal fato.

Contudo, diversas outras questões convergem para a parceria Brasil-Argentina prosperar antes da união Brasil-Venezuela. No que tange a abordagens teóricas, por vezes a formação cultural heterogênea ou a acentuada pluralidade de valores,<sup>142</sup> e ainda, a percepção de insegurança no relacionamento entre nações podem ser um grande potencializador do processo de integração regional.

A estabilidade no continente europeu fornece um paralelo relevante para o entendimento da relação entre Brasil e Argentina. Naquela região, possivelmente, desde a análise das relações entre os vizinhos Alemanha e França, uma cooperação institucionalizada entre ambos os países parece funcionar como garantia de estabilidade na região.

---

<sup>141</sup> Samuel Pinheiro Guimarães & Carlos Cardim. *Venezuela: Visões brasileiras*. (Brasília: IPRI, 2003), 162-163.

<sup>142</sup> Potenciais Integradores no processo de integração regional segundo Joseph Nye: simetria ou igualdade econômica das unidades, complementariedade das elites, pluralismo, e, capacidade de adaptação. Estes fatores, isolados ou em conjunto poderiam potencializar a institucionalização regional. Joseph Nye. *Peace in Parts: Integration and Conflict in Regional Organization*. (Boston: Little Brown and Company, 1971), 80-82.

Neste contexto, assim como na Europa, as relações em eixo de Brasil e Argentina surgem entre duas potências regionais fronteiriças que desenvolvem complementaridades econômicas, em alguns casos, primeiramente assentadas sobre rivalidades que acabam por evoluir para um alargado processo de cooperação.<sup>143</sup>

De tal modo, esta evolução da interdependência entre dois Estados acaba por produzir um eixo de cooperação que funciona como uma condição necessária para o desenvolvimento de processos de integração regional, a exemplo dos fatos registrados primeiramente no cone-sul, e posteriormente na América do Sul como um todo.<sup>144</sup>

Neste sentido, da mesma forma como França e Alemanha na Europa, Brasil e Argentina na América do Sul figuram como eixos que originam o processo de integração em suas regiões, “desempenhando esses eixos papel de forças-motrizes do entendimento bilateral, catalisando o contexto regional respectivo e, assim, derivando para a integração regional.”<sup>145</sup>

Certamente os ganhos que o velho continente aúfere da União Europeia extrapolam os fatores econômicos, e se estes não configuram garantia de paz duradoura, ao menos tem funcionado como um eficiente instrumento de estabilidade geopolítica em quase setenta anos na região.

---

<sup>143</sup> Em um comparativo entre as relações franco-alemãs e argentino-brasileiras diante de suas respectivas evoluções em processos de integração regional, Raquel Patrício afirma que tais relações são essenciais para consolidação da União Europeia e MERCOSUL, respectivamente. Raquel Patrício. “As relações em eixo: novo paradigma da teoria das relações internacionais?”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 49 (2006), 6-7.

<sup>144</sup> Ibid.

<sup>145</sup> Ibid., 7.

Esta ponte pode ter sido igualmente estabelecida na América do Sul, onde ponderadas as características pacíficas da história do continente, a instrumentalização de acordos entre potenciais inimigos pode ter funcionado como um importante fator para a definição de prioridade de integração ao sul, no que tange à política externa brasileira.

Desta forma, é possível afirmar que o MERCOSUL se desenvolve a passos largos desde o início dos anos 1990, principiando também agora no século XXI a integração com o eixo norte, a exemplo da constituição e desenvolvimento da UNASUL e da inclusão da Venezuela no Mercado Comum do Sul.

Contudo, desde alguns aspectos comerciais, é importante destacar que nos mais de vinte anos que remontam a criação do Mercado Comum do Sul o projeto de um eficiente mercado comum entre os países-membros não chegou a acontecer, estando ainda longe de ser classificado como uma união aduaneira completa.<sup>146</sup>

Problemas econômicos entre os dois grandes fundadores do bloco apontam que Brasil e Argentina possivelmente estão comprometidos em utilizar o bloco como plataforma de potencialização para o comércio exterior, desde que não sejam obrigados a realizar amplas reformas de cunho industrial, comercial e especialmente no que tange a uma das grandes deficiências da política brasileira, não tenham que reformar seu sistema tributário.<sup>147</sup>

Desta forma, diante de avanços e retrocessos da política externa brasileira, a análise histórica das relações internacionais, desde uma perspectiva que contempla o Brasil,

---

<sup>146</sup> Paulo de Almeida. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil*, 122.

<sup>147</sup> Ibid.

ajuda a compreender as bases que inserem o país no cenário internacional contemporâneo.

Isso acontece por que as Relações Internacionais, em sua essência, parecem permanecer com certa constância conceitual no tempo. A caracterização de guerra e de paz, diferente em tipo de operação e complexidade, permanece imutável na história. Nestes casos, as diferenças são fatores como os tipos de regimes, a disponibilidade de armas e os temas pelos quais os Estados conflitam,<sup>148</sup> ou ainda, a forma como estes atores cooperam ou discordam.

Alguns dos pilares da ciência política nos permitem atribuir significados gerais para alguns dos agrupamentos dos homens em nosso mundo, especificamente nos atuais Estados, a autodeterminação, a democracia e o crescimento. Termos recorrentes que homogeneízam o direito dos povos em se constituírem em unidades soberanas, tornam uniforme a ideia de que o povo se autogoverna e equalizam a definição do progresso econômico como característica da nossa sociedade, respectivamente.<sup>149</sup>

E é exatamente assim que é definido o período que antecede a governo de Fernando Henrique Cardoso nas palavras do então Ministro das Relações Exteriores, Celso

---

<sup>148</sup> Raymond Aron. *Paz e Guerra entre as Nações*. (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002), 926-927.

<sup>149</sup> Mesmo se tratando de uma análise deslocada do espaço temporal presente, Raymond Aron, enquanto descreve os contornos políticos da Guerra Fria, consegue apresentar uma análise ainda bastante apropriada ao nosso tempo. Raymond Aron. *Estudos Políticos*. (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985), 191.



Amorim,<sup>150</sup> apontando a política externa do Brasil como estruturada por três grandes forças de atuação no mundo: “desenvolvimento, democracia e paz.”<sup>151</sup>

Em uma das marcas que o governo brasileiro tenta imprimir no cenário internacional, o Chanceler até o ano de 1994 afirma que “o propósito [daquela gestão] foi sempre colocar a política externa a serviço das necessidades da sociedade,”<sup>152</sup> e no que viria a ser uma das principais marcas do Itamaraty durante o governo do Presidente Lula, a diplomacia brasileira buscaria “contribuir para a construção de um sistema internacional mais conducente à cooperação e ao progresso das nações.”<sup>153</sup>

Estas palavras do Chanceler se traduzem em atos como os diversos acordos nacionais assinados pelo Brasil no período, a exemplo da Declaração sobre a desnuclearização do Atlântico Sul, onde o Brasil juntamente com os Estados membros da Zona de Paz e Cooperação da região concordam com o processo de desarmamento do planeta.

Da mesma forma, o acordo para cooperação assinado por Brasil e Rússia com o objetivo de promover o desenvolvimento nuclear para fins pacíficos, abrangendo

---

<sup>150</sup> Artigo do Ministro Celso Amorim publicado no Jornal Folha de São Paulo em 1994, intitulado “A diplomacia no Governo Itamar Franco: um breve balanço.” Eugênio Garcia. *Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos/1493-2008*. (Rio de Janeiro: Contraponto, 2008), 661-664.

<sup>151</sup> Um paralelo explicativo parece ser necessário entre a declaração do Chanceler Amorim e a crescente perspectiva reflexivista no referido período. “Desenvolvimento, democracia e paz,” das palavras de Amorim, certamente aproxima-se da perspectiva de Alexander Wendt na definição de interesses objetivos e subjetivos em sua teoria construtivista, a exemplo do interesse nacional que abarca a sobrevivência física, a autonomia, o bem-estar econômico e a autoestima coletiva. Alexander Wendt. *Social Theory of International Politics*, 237. Assim como exposto, desde outra perspectiva teórica, em *Estudos Políticos* de Raymond Aron, a realidade dos fatos é explicada pela teoria, ou neste caso, os fatos podem ter base em teorias. Raymond Aron. *Estudos Políticos*, 191.

<sup>152</sup> Eugênio Garcia. *Diplomacia Brasileira e Política Externa*, 661-664.

<sup>153</sup> Ibid.

pontos como a assistência mútua no setor educativo para tais fins ratificam a intenção eminentemente cooperativa da diplomacia brasileira em forma de ações e não meramente discursos.

Foram esses pressupostos, entre outros, que nortearam a política externa brasileira que em 1995 inaugura uma importante fase de desenvolvimento e inserção internacional nas ações levadas a cabo pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim, desde o estudo dos fatos com objetivo de encontrar padrões explicativos nas relações internacionais, iniciamos o período de análise deste trabalho com o governo de Fernando Henrique Cardoso, essencialmente, buscando um contraponto entre fatos e teorias nas Relações Internacionais.

## O Final do Século XX e um Novo Ordenamento Nacional: Governo de Fernando Henrique Cardoso

Da mesma forma como acontece em outras ciências sociais, é possível que nas Relações Internacionais as teorias funcionem como caminhos que ajudam o analista a percorrer a passagem de um ponto de entendimento até outro. Como em um mapa geográfico, onde as diferentes estradas que orientam os viajantes possuem diferenças entre si, igualmente as teorias viajam por diferentes caminhos para o deslocamento entre dois pontos.

Desta forma, utilizando a ajuda de diversas teorias das Relações Internacionais, o objetivo deste capítulo é entender quais fatos foram relevantes para a política externa do Brasil entre 1995 até 2002, buscando compreender padrões capazes de explicar as relações internacionais na virada do século XX para XXI.

O ano de 1995 traz grandes novidades para o governo brasileiro. Neste período, diversos países do mundo diante da dificuldade em regular e acompanhar as trocas comerciais no cenário internacional efetuam importantes negociações sobre questões como os direitos de alfândega, liberalização dos serviços, agricultura e a proteção da propriedade intelectual no comércio internacional.<sup>154</sup>

Destes debates resulta a substituição do GATT,<sup>155</sup> e em 1 de janeiro de 1995, as nações do mundo resolvem estabelecer uma Organização Mundial do Comércio (OMC) no

---

<sup>154</sup> Philippe Defarges. *As Relações Internacionais desde 1945*, 114-115.

<sup>155</sup> General Agreement on Tariffs and Trade (GATT) ou Acordo Geral de Tarifas e Comércio.

exato dia em que o Brasil empossava o seu trigésimo quarto Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Após estabilizar a galopante onda de inflação e desajustes econômicos que chegaram a nomear os anos 1980 como a década perdida no Brasil, o Sociólogo e Professor Fernando Henrique Cardoso, antes Ministro da Fazenda e responsável pela implantação do Plano Real,<sup>156</sup> assume a Presidência da República por dois mandatos consecutivos, ocupando a posição de chefe do poder executivo do país de 1995 até 2002.

Neste período, Fernando Henrique contou com o apoio de dois diferentes Chanceleres, respectivamente, Luiz Felipe Lampreia<sup>157</sup> e Celso Lafer,<sup>158</sup> em um cenário mundial caracterizado por profundas modificações na ordem mundial, possivelmente oriundas de uma justaposição de forças que contemplam um aprofundado processo de globalização, bem como, sensíveis alterações na formatação do Estado.<sup>159</sup>

---

<sup>156</sup> Programa de reformas econômicas com o objetivo da desindexação da economia e controle de inflação, esta que foi de aproximadamente 50% durante o mês de junho de 1994. O programa obteve êxito satisfatório na implantação da moeda brasileira chamada Real, proporcionando crescimento e estabilidade econômica ao país, situação vital para o atual estágio de amadurecimento político, econômico e social que o Brasil experimenta.

<sup>157</sup> Ministro das Relações Exteriores de 1995 a 2001.

<sup>158</sup> Ministro das Relações Exteriores de 2001 a 2002.

<sup>159</sup> Robert Cox propõe o entendimento das relações internacionais desde a caracterização de uma ordem hegemônica no mundo a partir do equilíbrio de três forças distintas, nomeadamente, forças sociais, ordens mundiais e formas estatais. Para o pensador, a ordem mundial no período posterior a Guerra Fria é uma composição entre uma globalização desigual no cenário internacional gerando alterações na formatação do Estado e na própria ordem mundial. Para Cox, as três grandes forças interagem mutuamente entre si, fazendo com que nesse caso o processo de globalização seja igualmente gerado pela formatação do Estado e pela ordem mundial em mudança. Robert Cox. "Social Forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory." In. Robert Keohane. *Neorealism and Its Critics*. (Nova Iorque: Columbia University Press, 1986), 225-239.

O início do governo Fernando Henrique é um período emblemático para a política externa brasileira, sendo responsável pela criação de uma imagem positiva do país no cenário internacional. A esperada estabilidade econômica alcançada neste período foi apresentada como uma amostra da responsabilidade do país no mundo,<sup>160</sup> criando um reflexo positivo para o Brasil e modificando o próprio paradigma de inserção internacional.

Ainda, as interações produzidas pelas visões de mundo daquele governo conseguiram operar valiosas modificações nas instituições do país, causando arranjos políticos capazes de se adaptar e alterar as capacidades materiais do Estado brasileiro frente a novas características da ordem mundial.<sup>161</sup>

Em um ambiente que começava a ser delineado como um mundo sem um inimigo declarado a combater, contudo, ainda pressionado pela necessidade cada vez maior de executar trocas comerciais internacionais, o Brasil de Fernando Henrique Cardoso consegue encontrar condições de sobrevivência em um cenário internacional pautado pela acentuação de novas regras de convivência.

A percepção desta realidade, ou o alinhamento com as políticas econômicas de cunho neoliberal aceitas como adequadas para o período em alguns Estados da América do Sul, fizeram com que o país experimentasse uma estabilidade que, por um lado,

---

<sup>160</sup> Cristina Pecequillo. "A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical." *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol.51 (2008), 139.

<sup>161</sup> Conceito de estruturas históricas proposto por Robert Cox alicerçado na interação mútua entre ideias, instituições e capacidades materiais. Tal conceito seria capaz de funcionar como referência para a ação política dos diversos atores sociais. Robert Cox. "Social Forces, States and World Orders." In Robert Keohane. *Neorealism and Its Critics*, 99.

conseguiu modificar importantes pontos da máquina pública, como o enxugamento desta com a privatização de diversas empresas do governo, bem como, a criação de importantes organismos, como o Ministério da Defesa em 1999.

Ainda, por outro aspecto, a estabilidade e as visões de mundo propostas pelo país nos últimos anos do século XX conseguiram o reconhecimento do Brasil no cenário internacional, e por consequência, construíram a possibilidade de realização dos propósitos nacionais neste ambiente internacional.<sup>162</sup>

No ano de 1995, “o Brasil inaugura[va] um quadriênio de governo com uma nova projeção internacional, graças à combinação da estabilidade em consolidação com a retomada do crescimento em patamares compatíveis” com as aspirações do país.<sup>163</sup>

Desde a sua posse como Chanceler, em seu esforço para mapear o futuro da inserção internacional do Brasil, Luiz Felipe Lampreia aponta a necessidade de o país defender uma política atualizada e não ideológica no cenário internacional, que levasse em conta além da relação do Brasil com outros Estados, temas como o narcotráfico e o crime organizado, ou mesmo a crescente importância de empresas multinacionais naquele período, entre outras instituições como as organizações não governamentais, igrejas, federações sindicais e grupos parlamentares.<sup>164</sup>

---

<sup>162</sup> Cristina Pecequilo. “A política externa do Brasil no século XXI,” 139.

<sup>163</sup> Palavras do Ministro Luiz Lampreia em seu discurso de posse no Ministério das Relações Exteriores (MRE) em janeiro de 1995. Luiz Lampreia. *Diplomacia Brasileira: palavras, contextos e razões*. (Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999), 31.

<sup>164</sup> *Ibid.*, 58.

Para Lampreia os vinte anos que seguiriam ao início de sua gestão em 1995 poderiam assistir ao surgimento de uma nação brasileira “como potência média, economicamente forte e socialmente mais sólida e coesa, com intensa presença regional e considerável intercâmbio com outras regiões, embora sem poderio estratégico e capacidade de influência global.”<sup>165</sup>

Resta a questão se o analista político de 2015, vinte anos depois da posse do Ministro Lampreia, encontrará o Brasil como uma potência média, ou um Estado pivô no cenário internacional capaz de influenciar a política no mundo sem ocupar uma posição de protagonismo neste ambiente. Entretanto, certamente o investigador dos mesmos temas em 2010, consegue aferir que o Chanceler Lampreia logrou delinear muitos dos acontecimentos que o país experimentaria no período futuro.

De tal modo, é fascinante a interação entre a idealização de uma realidade ou a definição de um objetivo diante de conjunturas de uma comunidade política. No caso da política externa do Brasil de 1995 até 2010, a capacidade de alteração de determinada realidade desde a operação de programas em instituições reais, desta forma, percorrendo uma linha tênue entre o possível e o impraticável, consegue transpor barreiras da política internacional que ainda não haviam sido vencidas pela chancelaria brasileira.<sup>166</sup>

---

<sup>165</sup> Discurso do Ministro Luiz Lampreia por ocasião do III Encontro Nacional de Estudos Estratégicos no ano de 1996. *Ibid.*, 59.

<sup>166</sup> Um paralelo com uma das pedras fundamentais da Teoria das Relações Internacionais no século XX parece apropriado à realidade brasileira no início do século XXI. Entre a explicação do possível e do impossível, ou mais especificamente, do utópico sobre o real, registrou Edward Carr: “Não há barreira maior ao pensamento político claro do que o fracasso em distinguir entre ideais, que são utopia, e instituições, que são realidade.” Edward Carr. *Vinte anos de Crise: 1919 –*

Notável sobre o fato é a análise do processo que possibilita que intenções virem realidade. Especificamente neste caso, o processo de interação entre a linha natural dos fatos e o impacto das idealizações de determinados grupos sobre ela. Tal perspectiva, possivelmente consegue determinar percepções e perspectivas teóricas antagônicas nas Relações Internacionais dependentes do juízo do analista, por vezes vinculadas ao real e por outras ao utópico, que, contudo, são mutuamente penetrantes e assim constroem a realidade.<sup>167</sup>

Reformando algumas instituições do país e alterando paradigmas domésticos, o governo brasileiro no final dos anos 1990 opera uma revolução na existência política interna e externa do Brasil. Se somarmos a isso o esforço de integração regional do Brasil juntamente com seus vizinhos sul-americanos, menos estruturados politicamente no cenário internacional, uma perspectiva Revolucionária de existência do país no ambiente internacional parece começar a ganhar forma no período.

Contudo, o analista mais cético, certamente encontrará o elevado grau de Racionalismo na postura de Fernando Henrique Cardoso em seus primeiros anos de governo. É um consenso de Washington<sup>168</sup> que, embora não receba total acolhimento no país,

---

1939: *uma introdução ao estudo das Relações Internacionais*. (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001), 8.

<sup>167</sup> O debate entre realismo e idealismo ou a análise do que é uma idealização sobre a realidade são aqui exemplificados pela política executadas pelo MRE que efetivamente modifica a realidade da política externa do Brasil no período. Sobre a interação do ideal sobre o real, ver Edward Carr. *Vinte anos de Crise*, 17-32. Sobre a discussão e um alargamento do tema incluindo o Realismo e o Liberalismo nas Relações Internacionais, ver Leonardo Dutra. "Da Dominação à Cooperação: A Paz Perpétua e a Luta Eterna entre Nações." (Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora, 2010), 111-112.

<sup>168</sup> Conjunto de medidas propostas por economistas de um grupo de instituições financeiras como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional na década de 1990, como um plano para a promoção de ajustes macroeconômicos em países em desenvolvimento no mundo.



pressiona a modificação estrutural no mundo desde uma série de acordos e contratos no cenário internacional, encontrando eco nos anseios de estabilização econômica do Brasil dos primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso.

Resumidamente, não é tentativa de reformar todo sistema que caracteriza as ambições do Brasil no final do século XX. É o esforço em construir melhores bases domésticas para fazer parte do cenário internacional que determina a política externa brasileira daquele período, possivelmente, pautando as ações do Brasil muitas vezes por uma agenda contratual, de trocas e de normas no cenário internacional.

Certo, ao menos, é que parece não ter sido intencionalmente Realista a postura do país na virada do século XXI. A timidez do governo em alguns assuntos internacionais desde a sua posse é uma das grandes diferenças entre a gestão de Fernando Henrique e Lula, onde aquele concentrou demasiada atenção nas coisas que existiam, dando menos atenção ao que poderia existir, enquanto este se desprende daquilo que é, e se aventura na possibilidade de construção daquilo que poderia ser.<sup>169</sup>

O argumento fica mais claro na perspectiva do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando este pontua uma série de fatores estruturais desencadeados pelo Brasil, não apenas em seu governo, mas em toda a década de 1990, uma vez que é neste

---

<sup>169</sup> A antítese entre utopia e realidade ilustra as grandes diferenças entre uma timidez do governo Fernando Henrique e uma ostentação do governo Lula na linha temporal entre 1995 e 2010. Enquanto Fernando Henrique aparentemente está preocupado com a realidade do Brasil, Lula demonstra arrojo nas possibilidades que o país possui no cenário internacional, como será exemplificado no capítulo *O início do século XXI e um novo ordenamento mundial: Governo de Luiz Inácio Lula da Silva*, ou ainda, em comparação com a teoria de Edward Carr, a contraposição entre os dois governos pode estar estabelecida pela “[...] tendência de ignorar o que foi e o que é, e a tendência de deduzir o que deveria ser partindo do que foi e do que é – [posições que] determinam atitudes opostas com relação a todo problema político.” Edward Carr. *Vinte anos de Crise*, 17.

período que o país consolida a criação do MERCOSUL, assina acordos para construção do gasoduto Brasil-Bolívia, constrói vias de interação entre Brasil e Venezuela, e, estabelece uma sólida parceria com o Paraguai a respeito de Itaipu.<sup>170</sup> Para Fernando Henrique, existia uma geografia econômica que integrava de forma sólida o cone-sul já no ano de 1999.<sup>171</sup>

Contudo, sobre a intensificação da globalização no mundo e o processo de integração regional, declara o Presidente que “o Brasil não tem aspirações de liderar”<sup>172</sup> tal operação, embora o país demande plena participação em um processo de integração, tendo “muito o que dizer, como sul-americanos, sobre esse processo todo.”<sup>173</sup>

E se à incapacidade de liderar a América do Sul aliarmos a sólida crença do executivo do país nas instituições multilaterais como via de construção de uma nova ordem global na virada do século XXI,<sup>174</sup> a definição da política externa do Brasil tende a encontrar espaço em alguma perspectiva de mundo composta tanto por ideais Racionais quanto Revolucionários, ocupando alguma posição intermediária entre as *Tradições de Pensamento* nas Relações Internacionais.

---

<sup>170</sup> Usina Hidroelétrica Binacional localizada na fronteira do Brasil e Paraguai.

<sup>171</sup> Discurso do Presidente Fernando Henrique em almoço oferecido no Itamaraty para diversas autoridades em 4 de janeiro de 1999. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política externa e diplomacia na virada do século: continuidade e renovação*. (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999), 5-13.

<sup>172</sup> Ibid.

<sup>173</sup> Ibid.

<sup>174</sup> Nas palavras do próprio Fernando Henrique Cardoso, ainda em discurso no dia 4 de janeiro de 1999: “uma ordem verdadeiramente nova deve ter, como aspecto primordial, a aceitação de instituições multilaterais.” Ibid.

Em um cenário internacional que demandava uma ordem pautada no respeito aos direitos humanos, na consciência ambiental e no combate ao crime organizado, Fernando Henrique declara que o Brasil possui total conhecimento das suas limitações na execução de políticas eficientes em tais assuntos.<sup>175</sup>

Contudo, afirma que o povo brasileiro também tem a noção que, além do interesse nacional do país, a nação precisa “atuar em conjunto com outros países, tendo uma visão desta nova ordem internacional, de que queremos ser partícipes e da qual queremos ser construtores.”<sup>176</sup>

Mais uma vez o tom pouco ostentativo de Fernando Henrique demonstra a existência de um constrangimento do Presidente diante do cenário internacional. Em um país formado por grandes desigualdades em uma população de aproximadamente 200 milhões de habitantes, um membro da elite social brasileira como Fernando Henrique Cardoso,<sup>177</sup> pode acreditar que um país composto pelas severas disparidades sociais e subdesenvolvimento em comparação com outros Estados do mundo, precisa ser cauteloso diante daquilo que consegue executar nas relações internacionais.

---

<sup>175</sup> Ibid.

<sup>176</sup> Ibid.

<sup>177</sup> Sociólogo, Professor, Político e descentemente de três gerações de Generais do Exército Brasileiro, Fernando Henrique Cardoso advém de uma classe social minoritária, em número, no Brasil. Apenas para efeitos ilustrativos, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome no país, no início do ano de 2012 aproximadamente 13% da população do Brasil possuía renda inferior a R\$ 70,00 mensais, ou aproximadamente, USD 1,25 por dia. Ainda, segundo o Ministério da Fazenda, em 2012 as classes “E” e “D” no país compõem mais de 33% da população, em um Estado de aproximadamente 200 milhões de habitantes. Brasil. Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Indicadores do Desenvolvimento Brasileiro*, 16. Brasil. Ministério da Fazenda. *Perspectivas da Economia Brasileira*. (Brasília: Ministério da Fazenda, 2012), 13.

Contudo, quando um representante das camadas mais pobres da sociedade ascende ao cargo de chefe executivo na nação, como foi o caso do Presidente Lula, este pode ter encontrado o reflexo de seus pensamentos na grande maioria do seu povo, e assim, pode ter acreditado que o Brasil poderia vir a ser um importante ator global, desta forma, deslocando a existência do país no cenário internacional, tornando o Brasil um participante mais ativo deste ambiente.

A problemática aqui se encerra na breve diferenciação entre as ideias compartilhadas<sup>178</sup> que poderiam definir a construção e a modificação de determinadas estruturas no ambiente doméstico ou no cenário internacional. Assim, em que pese a influência das forças materiais na explicação das relações internacionais, como a capacidade econômica, tecnológica ou bélica, a interação e a formação das ideias que uma determinada população – ou a representação dela – possui de si mesma, podem sofrer alterações no tempo.

Estas alterações, baseadas em um processo de aprendizado a respeito do próprio ator e da estrutura que este está inserido, pode, entre outras perspectivas, ajudar a explicar algumas mudanças do cenário internacional ou especificamente, as alterações na participação do Brasil neste ambiente no período em análise.<sup>179</sup>

---

<sup>178</sup> A referência aqui está centrada nas bases do pensamento Construtivista de Alexander Wendt. Para o referido autor, “a realidade é socialmente construída, [...] as estruturas são definidas por ideias compartilhadas, e não apenas por forças materiais,” e “as identidades e os interesses dos atores são construídos por essas ideias compartilhadas.” Alexander Wendt. *Social Theory of International Politics*, 1.

<sup>179</sup> Uma ressalva se faz necessária na explicação Construtivista do processo de aprendizado brasileiro sobre suas capacidades no cenário internacional. Nomeadamente, a questão é se este aprendizado seria capaz de construir uma realidade completamente diferente das anteriores para inserção e atuação do Brasil neste cenário ou, por outro lado, se a política externa do país estaria apenas movendo-se dentro de um espectro de realidades diferentes, contudo, limitadas pelo conhecimento que temos sobre nossa própria existência. Como será abordado na terceira

## *O Cone-sul e a Integração Regional para o Brasil*

A análise das modificações estruturais das comunidades políticas da América do Sul nos últimos anos aponta alterações na forma como os povos interagem neste continente, ou mais precisamente, pode ser caracterizada por um movimento cada vez maior de interdependência entre as comunidades políticas.<sup>180</sup>

Neste sentido, durante governo que compreende o período de 1995 a 2002, o Presidente Fernando Henrique Cardoso mantém um sólido processo de aproximação do Brasil com outras nações sul-americanas, sendo categórico em afirmar que a América do Sul é composta por povos irmãos.<sup>181</sup>

Tal perspectiva pode ser o reflexo da autocompreensão normativa do povo brasileiro, declarada na Constituição do Brasil, que assinala que “a República Federativa do Brasil

---

parte desta tese, entre o debate racionalista e reflexivista, esta dissertação encontra respostas mais abrangentes para as relações internacionais desde uma perspectiva anteriormente proposta por autores clássicos da Escola Inglesa das Relações Internacionais.

<sup>180</sup> Ainda que se verifique a existência de uma maior integração entre os Estados institucionalizada por diversas organizações na América do Sul, ou nomeadamente, um aprofundamento de uma interdependência complexa na região, é importante notar que os resultados e a eficiência desta integração nem sempre abrangem a maioria da população dos Estados e ainda, às vezes pode não trazer resultados positivos para todos. Atualmente em muitos Estados do mundo, como é o caso da América do Sul, “centenas de milhões de pessoas vivem [...] em aldeias remotas com uma frágil ligação com os mercados mundiais ou com o fluxo de ideias do mundo.” Joseph Nye. *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*, 244.

<sup>181</sup> Discursando sobre os ideais democráticos para nações sul-americanas, o presidente Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do encerramento da II Cúpula das Américas em Santiago do Chile em 19 de abril de 1998, afirma: “Por que não dar os passos da democracia, que são tão bem-vistos por todos, para que amanhã nós todos possamos dizer: nuestra América es una sola, democrática e hecha de Hermanos.” Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil* nº 82. (Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1998), 24.

buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”<sup>182</sup>

O Brasil, assim como outros Estados no mundo contemporâneo, existe a partir de instituições fundamentadas em uma representação democrática, instituições que, de forma relativa, são capazes de atender às necessidades e aspirações de seus cidadãos.

Desta forma, a construção social do Brasil apoiada em uma autocompreensão normativa dos indivíduos, além de ser responsável pelo histórico construído das instituições que caracterizam o país, seria capaz de mover a existência destas instituições.

Assim, pela perspectiva do Brasil, dentro de um processo de integração entre Estados esta autocompreensão normativa fomenta um projeto de associação destes,<sup>183</sup> como é expresso na Constituição do país, que por consequência e associação com a perspectiva de outras comunidades políticas, acaba por se tornar realidade em instituições além do Estado como o MERCOSUL e a UNASUL.

Especificamente, esta compreensão normativa pode ser descrita como o conjunto de ferramentas democráticas que permitem às populações separadas por fronteiras estatais se autorregularem. Por este entendimento, fluxos de comunicação da esfera

---

<sup>182</sup> Brasil. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil: Texto promulgado em 05 de outubro de 1988*. (Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010), 5.

<sup>183</sup> Jürgen Habermas, *Mas Allá del Estado Nacional*, 149-175.

privada para o espaço público, dentro de uma cultura liberal, poderiam ser capazes de suportar uma demanda normativa desta e para esta sociedade.<sup>184</sup>

Estes fluxos de comunicação poderiam ainda servir ao objetivo de modificar o sistema social em vigor, situação onde a sociedade operaria um padrão de assédio junto ao sistema político em costume, designadamente, por meio da vontade dos cidadãos e da opinião destes em debates públicos, influenciando no sistema político em questão.<sup>185</sup>

Porém, ao mesmo tempo em que acontece a operação da vontade do povo sobre o sistema político, este mesmo sistema executa um aparelho de exclusão do centro para a periferia do sistema, nomeadamente por meio de um congresso legislativo, pelos órgãos de justiça ou pela administração pública como um todo, que seleciona as entradas vindas da periferia do sistema.<sup>186</sup>

Assim, por esta perspectiva, constrói-se uma autocompreensão normativa da própria sociedade capaz de atender as demandas desta e suportar seus constituintes dentro de padrões morais aceitos por esta coletividade,<sup>187</sup> apontando os caminhos a serem

---

<sup>184</sup> Simplificadamente trata-se da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, explicada pela existência de fluxos de informação ou mesmo da circulação de poder que sustentariam tal perspectiva: o poder comunicativo, responsável pela formação da opinião e o poder administrativo, responsável pela administração do Estado. Nesta perspectiva o Direito é o meio pelo qual o poder comunicativo se transforma em poder administrativo, e desta forma, dois modelos de afetação mútua entre os atores de uma sociedade, nomeadamente, um sistema de assédio e um sistema de exclusões, seriam capazes operar modificações na compreensão normativa que estas sociedades possuem de si mesmas, conseqüentemente, legitimando ou alterando suas próprias realidades. Ibid.

<sup>185</sup> Ibid.

<sup>186</sup> Ibid.

<sup>187</sup> Leonardo Dutra. "A Construção de um Sistema Internacional de Estados: Utopia e as Relações Internacionais." *Economia e Sociologia*. n. 90 (2010), 115-128.

percorridos por tais sociedades, e por este ponto de vista, explicando as características das modificações nestas mesmas comunidades.

Exemplos destas compreensões, ou das perspectivas de modificação de determinadas sociedades, podem ser igualmente encontrados em Estados vizinhos ao Brasil. Parceiro na integração regional junto ao país desde o eixo norte, a Venezuela, no artigo 14 de sua Constituição Bolivariana, expressa que caso os residentes assim decidam por voto, seria possível a criação da chamada Grã-República Bolivariana, uma reintegração revisitada do ideal de Simón Bolívar pela justaposição da Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá sob uma mesma bandeira.<sup>188</sup>

Desta forma, entende-se que o processo de modificação de alguns parâmetros que caracterizam os Estados na América do Sul extrapola as vontades de seus governantes e em última análise, podem representar a vontade dos indivíduos que compõem tais Estados.

O ponto específico a ser salientado aqui é que, apesar da larga tradição cooperativa e pacífica do Itamaraty nos negócios internacionais, o traço pessoal do discurso de um chefe de Estado ou de membros da Chancelaria representa, na maioria das vezes, as vontades do povo que legitima determinados exercícios de poder.

Nesta problemática, se aceitarmos que os indivíduos podem evoluir sua existência para padrões positivamente modificados de uma realidade social – internamente ao Estado, de forma mais justa com todos que compõem a sociedade doméstica, e externamente, mais pacífica e cooperativa com os que compõem o ambiente internacional – podemos

---

<sup>188</sup> Samuel Guimarães & Carlos Cardim. *Venezuela: Visões Brasileiras*, 164.



perceber que o Brasil traduz estes anseios na compreensão normativa que o povo brasileiro possui de si mesmo.

Na Constituição do Brasil, além do razoável destaque à soberania e a prevalência dos direitos humanos, é ressaltada a autodeterminação dos povos, a não intervenção em outros Estados, a igualdade entre estes entes políticos, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo, entre outros pontos declarados como princípios basilares da sociedade brasileira nas relações internacionais.<sup>189</sup>

Ou seja, é neste ambiente que, por um lado, de forma Racionalista é autoimposto determinados deveres normativos ao país, e por outro, de forma Revolucionária, é possível traduzir a vontade de um povo que evolui dentro de determinados padrões morais em grandes mudanças e desenvolvimentos na estrutura da própria comunidade política. Igualmente, em conjunto com alguns dos Estados do cone-sul, esta é a mesma realidade que pode explicar a expansão de um ideal cooperativo para todo o continente americano meridional.

Porém, o espaço entre o Racionalismo e o Revolucionarismo que poderia definir a inserção internacional do Brasil desde uma alteração de sua perspectiva como Estado na América do Sul ainda é fortemente delimitado por questões econômicas, ou por um tipo de nacionalismo em um cenário mundial que demanda posições firmes das nações diante de uma economia cada vez mais globalizada.

---

<sup>189</sup> As relações internacionais do Brasil são tratadas, entre outros, pelo artigo 4º da Constituição do país. Ricardo Cunha Chimenti [et al.], *Curso de Direito Constitucional*. (São Paulo: Saraiva, 2010), 78.

É neste cenário que é possível encontrar o governo de Fernando Henrique Cardoso no final dos anos 1990, pressionado por um ambiente além de suas fronteiras que pode ser caracterizado por algumas características Realistas. Contudo, estas mesmas características se aglutinam com uma crescente postura Racionalista de certas regiões no cenário internacional, que ainda internamente no caso do Brasil, pode estar cerceado por um determinado Revolucionarismo de uma sociedade doméstica em evolução existencial enquanto comunidade política independente.

Desta forma, dentro de um processo de cooperação alargada no cone-sul, a questão é se o Brasil deveria propor formulas não Realistas de inserção dentro de sua área de atuação geográfica mais próxima, “que, por sua ineficácia, terminem [deixando o Brasil] à mercê da irracionalidade do mercado,”<sup>190</sup> ou, se seria papel do governo negociar com a força necessária para fazer jus ao peso do tamanho da economia brasileira sem “ficar alheio às assimetrias e desigualdades que ameaçam perpetuar-se”<sup>191</sup> neste ambiente.

A resposta a esta pergunta é o que orienta a gestão daquele período no processo de consolidação do MERCOSUL, com um estreitamento das relações com os países sul-americanos que, no transcorrer no tempo, continuam modificando a realidade sul-americana mesmo durante a postura expansionista do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em sua administração já no século XXI.

---

<sup>190</sup> Discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 03 de outubro de 1999. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil* n<sup>o</sup> 85. (Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1999), 63.

<sup>191</sup> *Ibid.*, 64.

De tal modo, a problemática da execução da vontade do povo, e a realização desta vontade baseada em uma perspectiva de evolução da existência do Estado, por vezes, pode estar pautada em conceitos egoístas, ou Realistas, apontando a existência de uma complexa gama de motivações e explicações para tais fatos.

Por exemplo, as indicações de uma perspectiva respectivamente Racionalista e Revolucionária na explicação da política externa do Brasil são aparentes na agenda do chefe do Itamaraty, Ministro Lampreia, quando este ressalta a necessidade de reforma das Nações Unidas e ainda, o imperativo da consolidação de uma cooperação hemisférica para o Brasil na virada do século XX para XXI.<sup>192</sup>

É exatamente nesta linha de pensamento que o Professor Fernando Henrique Cardoso, ministrando aula por ocasião da cerimônia de outorga do seu título de Doutor Honoris Causa na Universidade de Coimbra em 1995, intensifica a problemática da compreensão que um povo possui de si mesmo em um cenário que demanda atitudes diversas das comunidades políticas independentes.

Tais demandas podem contemplar uma postura Realista para ideais Revolucionários, ou ainda, a desconexão do governo com ideologias majoritárias no país para a execução dos objetivos que a representação destas ideologias – o governo – julgou necessária.

---

<sup>192</sup> Focos do MRE expressos no discurso de posse do Ministro Luiz Felipe Lampreia em 2 de janeiro de 1995: Consolidação do Mercosul e seu eventual alargamento; Relações com vizinhos latinos americanos e integração hemisférica; Relação com parceiros econômicos tradicionais em África, acrescidos da África do Sul pós-apartheid, reforma das Nações Unidas, entre outros. Luiz Lampreia. *Diplomacia Brasileira*, 38-39.

Investigando teorias e pensamentos no período posterior a Guerra Fria, o Sociólogo enfatiza a dualidade da realidade brasileira naquele período, uma marca da existência do país.

Assim, primeiramente, Fernando Henrique ensina que o Brasil apresenta problemas comuns aos países ricos – como a falta de mão de obra especializada em alguns setores – ao mesmo tempo em que é latente a miséria e a marginalização de algumas camadas da sociedade, igualmente, uma obscura realidade que se arrasta ao longo da história até os dias atuais.

Ainda, falando sobre a política latino-americana Fernando Henrique declara a majoritária vertente de esquerda dos intelectuais brasileiros com uma ressalva importante do recém-empossado Presidente do Brasil: “nem todos os projetos de esquerda serão radicais.”<sup>193</sup>

Porque, em um país caracterizado por latentes assimetrias como o Brasil, a busca pela igualdade e a melhoria das condições sociais parece superar ideias tradicionais de uma esquerda utópica, ou uma antiga perspectiva de um mundo socialista a caminho do comunismo.

Desta forma, é buscando escapar de alguns modelos de transformação Revolucionária<sup>194</sup> que Fernando Henrique defende o desenvolvimento do país, a

---

<sup>193</sup> Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil nº 77*. (Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1995), 62.

<sup>194</sup> Para Martin Wight o modelo Revolucionarista abrange um grande número de perspectivas, entre elas um *Inverted Revolutionism*, exemplificado por tradições pacifistas como de Gandhi; um *Evolutionary Revolutionism*, crente em uma transformação evolutiva de caráter pacífico no mundo; bem como um *Revolutionary Revolutionism*, caracterizado por algumas ideologias como

evolução da democracia, e o respeito aos Direitos Humanos, enfatizando que o progresso é um referencial necessário para as modificações requeridas pela sociedade daquele período.<sup>195</sup>

Igualmente, pontuando fatos específicos de seu futuro governo, Fernando Henrique declara o desenvolvimento econômico como norte para que a igualdade social aconteça, ficando latente no discurso do Professor muitos dos programas que até a virada do século XXI serão balizadores das ações que modificarão a existência do Brasil.

Assim, Fernando Henrique consegue escapar da armadilha da construção de um novo mundo, visão sustentada no país por uma clássica perspectiva de esquerda como declarado pelo Presidente, equilibrando o Brasil diante das demandas do cenário internacional sem a tentativa de modificação deste cenário.

Uma explicação para adequação da política brasileira aos anseios externos pode residir em duas abordagens complementares: a questão de que o poder instituído naquele período no cenário internacional e aquilo que consideramos como verdade são conceitos inseparáveis, ou seja, a perspectiva que verdade não existe fora do poder;<sup>196</sup> e por consequência, a questão de que o poder pode ser entendido como um conjunto de mecanismos que possuem o único papel de manter o próprio poder vigente.<sup>197</sup>

---

o Marxismo e o Fascismo. Andrew Linklater & Hidemi Suganami. *The English School of International Relations*, 157.

<sup>195</sup> Ibid., 63.

<sup>196</sup> Michel Foucault. *Microfísica do Poder*. (Rio de Janeiro: Graal, 1979), 12.

<sup>197</sup> Michel Foucault. *Segurança, Território, População*. (São Paulo: Martins Fontes, 2008), 4.

Nomeadamente, o argumento constrói a hipótese de que o governo brasileiro alinha sua política doméstica desde a perspectiva de um poder já instituído. De tal modo, o Brasil daquele período pode ter compreendido que uma virada política em 1995, que privilegiasse um distanciamento de qualquer consenso econômico e político do cenário mundial, poderia apenas alterar a construção de um conjunto de saberes que tornariam difíceis os avanços necessários para a sociedade brasileira.

O ponto de injunção teórica que explica tais ações enfatiza um possível entendimento da dualidade da existência da política externa brasileira baseada em um “eu” e em um “outro”<sup>198</sup> no cenário internacional construídos de forma artificial. De tal modo, a luta por um distanciamento dos “outros” neste cenário pelo desenvolvimento do “eu” poderia ter como resultado um subdesenvolvimento deste pelo distanciamento daqueles.

Assim, aquela gestão alinha com os “outros,” e independente da crença da artificialidade destas separações conceituais ou físicas – as fronteiras – consegue lograr um significativo desenvolvimento para o Brasil, executado em concordância com as palavras do Embaixador Sebastião do Rego Barros, nas linhas de interesses da política

---

<sup>198</sup> Uma ressalva sobre a construção da diferença no cenário internacional se faz necessária. Nesta perspectiva, a reprodução de identidades nacionais pode estar ligada a necessidade de separação entre um “eu” e um “outro” nas relações internacionais pautadas por um discurso do perigo de um cenário além do Estado. O argumento inicialmente proposto por Robert Walker no estudo entre a relação da Teoria das Relações Internacionais e a Teoria Política, é alargado por David Campbell na perspectiva que a “articulação constante do perigo através da política externa é, assim, não uma ameaça para a identidade ou para a existência de um Estado, mas sim sua própria condição de possibilidade” David Campbell. *Writing Security. United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998), 12. Ainda, Robert Walker. *Inside/Outside: International Relations as a Political Theory*. (Cambridge: Cambridge University Press, 1993), 2-13.

externa no país, fazendo prevalecer os interesses da sociedade brasileira “por meio do diálogo e cooperação com os demais países.”<sup>199</sup>

Exemplifica esta postura o reforço das instituições como o MERCOSUL no período e as projeções e esforços deste governo para integração sul-americana, o empenho no apoio à países como Angola e Moçambique, bem como, a tentativa de estreitamento de laços com comunidades políticas do Oriente Médio.

Igualmente, diante de temas sensíveis que a história veio infelizmente a transformar em guerras, o Brasil foi firme em sua tradição diplomática pacífica, lutando pela resolução de controvérsias pelos fóruns multilaterais e não pelo uso da força.

No ano de 1998, três crises acenaram para a possibilidade de uma segunda ação armada em solo Iraquiano na última década do século XX.<sup>200</sup> O Brasil que já havia sofrido com a imposição de medidas descabidas do Iraque de Saddam Hussein, como o sequestro de centenas de trabalhadores brasileiros durante a primeira Guerra do Golfo, manteve firme posição no Conselho de Segurança da ONU como membro não permanente, logrando evitar uma ação militar dos Estados Unidos e do Reino Unido no período.

“Por princípio, por sua tradição de convivência externa pacífica e de apego ao direito internacional, e pelo interesse de um país que sempre se bateu por uma ordem

---

<sup>199</sup> Discurso do Secretário Geral das Relações Exteriores do Brasil na Escola Superior de Guerra realizado no ano de 1996. Sebastião Barros. *Política Externa em Tempo Real. A Gestão do Embaixador Sebastião do Rego Barros no Itamaraty (3 de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998): discursos, palestras, artigos e relatórios.* (Brasília: FUNAG, 1999), 103-120.

<sup>200</sup> Acontecimentos anteriores às guerras norte-americanas no Oriente Médio desencadeadas pelos atentados de 11 de setembro de 2001.

mundial em que a diplomacia e a negociação prevaleçam,”<sup>201</sup> o Brasil comemora a solução de controvérsias nas Nações Unidas pelos caminhos diplomáticos, “caminhos pelos quais temos orgulho de haver persistido sempre.”<sup>202</sup>

Mais exemplos desta postura pacífica que luta por uma revolução no desenvolvimento na existência humana são encontrados na relação com a Argentina na gestão de Fernando Henrique. A adesão conjunta dos dois países ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), sinalizou naquele período, além do fim da desconfiança mútua de ambos Estados no que tange a construção de armamentos, o início do fim de um longo processo de rivalidade<sup>203</sup> no cone-sul e um importante passo para consolidação do MERCOSUL.

Por fim, o Mercado Comum do Sul igualmente demonstrou esta mesma postura, entre uma perspectiva que parece acreditar em uma modificação na existência das comunidades políticas do cone-sul e outra que parece estar pautada pelo cumprimento de tratados e respeito aos hábitos do cenário internacional.

O apoio e defesa do ideal democrático no bloco diante das crises institucionais de 1996, 1999 e 2001 no Estado Paraguai,<sup>204</sup> e a inclusão da cláusula democrática no MERCOSUL neste período, são grandes reflexos da atuação da política do país no

---

<sup>201</sup> Artigo publicado no *Jornal do Brasil* em 4 de março de 1998 pelo Ministro Lampreia. Luiz Lampreia. *Diplomacia Brasileira*, 330.

<sup>202</sup> Ibid.

<sup>203</sup> Boris Fausto & Fernando Devoto. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada – 1850-2002*. (São Paulo: Editora 34, 2004), 545.

<sup>204</sup> Tullo Vigevani & Gabriel Cepaluni. *A Política Externa Brasileira*, 112.



cone-sul,<sup>205</sup> como já argumentado, posicionando o Brasil de Fernando Henrique Cardosos em alguma situação intermediária entre o Revolucionarismo e Racionalismo nas *Tradições de Pensamento* das Relações Internacionais.

### ***Poder, Segurança e as Velhas Descrições da Ordem Internacional.***

Dentro do objetivo de percorrer um variado grupo de perspectivas teóricas para compreender as Relações Internacionais, a tentativa de inserção de uma percepção polarizada entre extremos Racionalistas e Revolucionários em uma malha teórica especulativa diferente, agora, balizada pelo Realismo e pelo Racionalismo, pode ser bastante elucidativa para o caso brasileiro.

De tal modo, podemos iniciar esta investigação fazendo uso das palavras do Chanceler brasileiro Luiz Felipe Lampreia, quando este defende que o país “deve procurar exercer um papel ativo e universal na defesa da ordem internacional.”<sup>206</sup> Para o Ministro, esta perspectiva decorre de o Brasil ser “uma das grandes potências, uma das grandes economias do mundo.”<sup>207</sup>

Em que pese uma ressalva do Chanceler Lampreia, onde este argumenta que as reais possibilidades do Brasil trabalhar para o desenvolvimento bélico são escassas porque a

---

<sup>205</sup> Devido à cláusula democrática do MERCOSUL – prevista pelo Protocolo de Ushuaia, assinado em 1996, registrando a necessidade de instituições democráticas como condição essencial para o desenvolvimento do MERCOSUL – o Paraguai sofreu suspensão parcial do Bloco no ano de 2012. Entre outras consequências, o Estado Venezuelano passa a fazer parte MERCOSUL neste período, mesmo sem o consentimento do congresso Paraguaio.

<sup>206</sup> Luiz Lampreia. *Diplomacia Brasileira*, 330-331.

<sup>207</sup> Ibid.

realidade do povo brasileiro não permite “a mobilização dos enormes recursos necessários para dar lastro e credibilidade a um projeto dessa natureza, como em algum momento imaginaram os defensores da ideia do Brasil-potência,”<sup>208</sup> um discurso pautado pela necessidade de segurança do país frente ao cenário internacional, ou ainda, uma perspectiva que considera o poder como uma variável importante nas Relações Internacionais é facilmente encontrada na história recente das relações do Brasil com o mundo.

Assim sendo, é possível que a postura do Brasil de Fernando Henrique Cardoso em participar da construção de um mundo centrado por diversos contratos entre os atores internacionais, porém, pautado por uma solidariedade moral em alguns assuntos específicos, possa ser traduzida em algum tipo de discurso realista na política externa brasileira, dentro das tradições de pensamento nas Relações Internacionais.<sup>209</sup>

O problema está centrado na contraposição entre a ação e o discurso, ou na necessidade que um determinado governo possui de defender as instituições que representa tendo em conta a expectativa do povo que legitima estas instituições.<sup>210</sup>

---

<sup>208</sup> Ibid.

<sup>209</sup> Seguindo ainda as palavras de Lampreia: “Faz parte de nossa melhor tradição diplomática, desde a Independência, dar sentido Realista à nossa política externa, recusando iniciativas de fácil fosforescência, e evitando guinadas bruscas de doutrina e de comportamento. Quase sempre foi assim, e é necessário que seja sempre assim.”Ibid.

<sup>210</sup> Exemplificando o argumento dentro da Tradição de Pensamento Realista, Martin Wight utiliza os escritos de Maquiavel para sustentar que um governante, mesmo que em um paradigma Revolucionário, precisará defender as aparências das antigas instituições que representa: “Ele precisa fazer isso porque os homens em geral são mais influenciados pelo aspecto das coisas do que pelo que elas realmente são e desta forma, são frequentemente mais afetados pelas aparências do que pela própria realidade.” Maquiavel em *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, e ainda, Maquiavel, *The Discourses of Niccolò Maquiavelli*, citados por Martin Wight. *Four Seminal Thinkers in International Theory*, 5.

Ou seja, nesta abordagem, seria possível afirmar que as massas seguem ilusões em sua maioria, e assim, existem em uma busca por utopias, a exemplo do desarmamento nuclear,<sup>211</sup> contudo, quanto deitamos nossa atenção em assuntos como as relações internacionais, uma perspectiva teórica pode acabar por ascender no meio das outras, ou especificamente “um governante ao contrário do povo, precisa ser um realista.”<sup>212</sup>

Esta argumentação, contudo, recebe seu contraponto nas linhas gerais da política externa do Brasil no final do século XX,<sup>213</sup> porque a imposição de um Brasil como

---

<sup>211</sup> Na lógica realista aqui baseada na obra de Martin Wight foi mantido o argumento do autor quando este, no final dos anos 1950, faz referência ao problema clássico da Guerra Fria em uma época conhecida como ‘o degelo’ (1953 – 62). O contexto internacional onde Wight explora tal argumento pode ser ilustrado por eventos como a morte de Stalin, o armistício na Coreia em 53, a questão de Suez em 56, a ruptura sino-soviética consumada em 60, a acentuada competição econômica Leste-Oeste, entre outros. Philippe Defarges, *As Relações Internacionais desde 1945*, 25-33.

<sup>212</sup> Martin Wight. *Four Seminal Thinkers in International Theory*, 5.

<sup>213</sup> Ênfase da Política Externa Brasileira oficialmente declarada pelo Chanceler Luiz Felipe Lampreia em 1999: consolidação e o aprofundamento do MERCOSUL; fortalecimento da aliança estratégica com a Argentina; aperfeiçoamento das relações bilaterais com o Uruguai, o Paraguai, o Chile e a Bolívia; determinação de realizar uma aproximação com os países da Comunidade Andina, Peru, Equador, Venezuela e Colômbia; construção, na América do Sul, de um espaço integrado de intercâmbio econômico, articulação política e cooperação em todas as áreas, facilitado por indispensáveis empreendimentos comuns de integração física; intensificação do diálogo e da cooperação com o México; aprofundamento das relações com os países da América Central e com o Caribe, em especial com a Guiana e o Suriname; participação no processo de integração hemisférica, com ânimo positivo e defesa dos interesses do Brasil: não havendo concessões comerciais por parte do país se não houver estrita reciprocidade em termos de acesso ao mercado norte-americano, canadense e mexicano; aperfeiçoamento continuado das relações com os Estados Unidos; empenho em aprofundar o relacionamento com a União Europeia, em suas várias geometrias - inclusive na dimensão bilateral, com parceiros como a Alemanha, a França, Portugal, Espanha, Reino Unido, Itália e todos os demais integrantes da Europa dos 15; na dimensão do MERCOSUL, um acordo de livre comércio com a União Europeia; dinamização do intercâmbio com o Japão, apoiada nos profundos laços humanos que unem ambas as nações; busca de cooperação mais intensa com os países da região Ásia-Pacífico, em particular com a China; reforço da convivência e da cooperação com parceiros na África, em especial, mas não exclusivamente, com as nações de expressão portuguesa - seja pela via bilateral, seja no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - e também com a África do Sul; renovação dos canais de diálogo e de trocas comerciais com os países do Oriente Médio, a partir da facilidade de entendimento que decorre da presença importante na sociedade brasileira dos descendentes sobretudo de libaneses e sírios e da comunidade judaica; participar nas deliberações e atividades das Nações Unidas, entre elas as relativas à

potência média na América do Sul acaba ocorrendo por vias Racionalistas. Ou seja, por vias não declaradamente impositivas, como registra o Secretário Geral das Relações Exteriores do Brasil Sebastião do Rego Barros, pautada por uma perspectiva da construção de realidade comum entre povos diferentes.

Utilizando argumentos sobre a construção de um mundo diferente do existente, Rego Barros descreve a integração sul-americana, ou a formação de uma identidade regional no continente meridional, através da figura de círculos concêntricos, tendo como núcleo destes círculos a consolidação do MERCOSUL e a negociação para integração com países como o Chile e a Bolívia, com vistas à formação de uma zona de livre comércio hemisférica.<sup>214</sup>

Esta idealização de um objetivo sobre a realidade naquele ano de 1995 consegue ser traduzida no Brasil de 2010, onde apesar de dificuldades pontuais em um processo de integração regional, o MERCOSUL e a Comunidade Andina das Nações (CAN)

---

indispensável reforma da Organização, inclusive do Conselho de Segurança; intensificar e tornar ainda mais eficaz a atuação do Brasil na Organização Mundial do Comércio, privilegiando a via multilateral na luta contra o protecionismo e os subsídios, especialmente os concedidos pelas nações desenvolvidas; trabalhar pela defesa dos direitos humanos e pelo desenvolvimento e codificação do direito internacional nesse campo; agir em prol da proteção do meio ambiente e da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, e principalmente para a implementação dos compromissos assumidos na Conferência do Rio de Janeiro; participar no combate internacional ao crime organizado, em especial ao tráfico de drogas e de armas; trabalhar ativamente, com sentido de urgência ainda maior, na promoção das exportações brasileiras; apoiar as ações do Governo nas importantes negociações internacionais que o Brasil tem conduzido em razão das últimas crises financeiras internacionais; desenvolver e aperfeiçoar a proteção e a assistência aos brasileiros no exterior; Em resumo, o Brasil visa aumentar os contatos e o relacionamento com toda a comunidade internacional, atuar nos mais diversos foros, agir nos mais diferentes temas, nas mais distintas frentes de trabalho. “Vamos fazê-lo, como disse, com realismo e com sobriedade, como é da tradição diplomática brasileira.” Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política externa e diplomacia na virada do século*, 15-23.

<sup>214</sup> Discurso por ocasião de um seminário realizado na cidade de Brasília no ano de 1995. Sebastião Barros. *Política Externa em Tempo Real*, 87-101.

caminham a passos largos para a consolidação de uma união entre os Estados da América do Sul.

Historicamente, os fatos demonstram que a década de 1980 marcada por acordos bilaterais como o Argentino-Brasileiro e o Colombiano-Venezuelano, acabou por ceder lugar nos anos 1990 à consolidação de blocos sub-regionais como o MERCOSUL e a CAN, ilustrando a possibilidade de existência de uma área totalmente integrada no continente sul-americano, já denominada de UNASUL.

A problemática do discurso Realista em uma realidade entre o Racionalismo e o Revolucionarismo neste caso se acentuada quando é colocada a questão da identidade sul-americana, em contraponto a uma identidade nacional dos Estados.

Partindo de uma perspectiva da criação de tais identidades, nacional ou sul-americana,<sup>215</sup> no caso do Brasil é possível tanto explicar a defesa de uma identidade brasileira por um discurso Realista pautado na luta pelos interesses nacionais de uma determinada comunidade política, como assinalar a possibilidade de criação de uma nova perspectiva identitária de várias comunidades políticas em conjunto, desde ideias compartilhadas por um determinado grupo humano, que aprende um novo interesse comum para seu grupo.

Assim, mesmo que o alargamento das instituições em solo sul-americano, como ilustrado pela criação da UNASUL, possa ser facilmente explicado por uma clássica percepção das relações internacionais baseada na perspectiva do poder dos Estados, é

---

<sup>215</sup> O Construtivismo de Alexander Wendt trabalha a perspectiva que nossas crenças, objetivos e interesses, derivam de ideias compartilhadas que possuímos com o grupo a que pertencemos. Assim, normas, regras e principalmente ideias, possuem um papel essencial na formação de nossas identidades e interesses, estes, passíveis de mutação no tempo. Alexander Wendt. *Social Theory of International Politics*, 1-3.

possível inserir a variável do processo cognitivo que os indivíduos, enquanto operadores no cenário internacional, experimentam na história do nosso mundo. Simplificadamente, alguns fatores caracterizados como vitais para a existência dos Estados poderiam ser mais aprendidos pelos indivíduos, do que existentes *a priori* em nossa sociedade.

Apesar disso, as populações das diversas comunidades políticas nunca conseguiram abrir mão de algumas necessidades físicas, delimitadas pelo ambiente, como a demanda por água e alimentos, explicando o eterno atrito entre as necessidades dos indivíduos que compõem os Estados e a escassa oferta de fatores capazes de suprir esta necessidade.

É nesta problemática que parte da humanidade, dentro de um processo cognitivo pode ter construído sistemas ideológicos que sustentam a conexão econômica existente entre as diversas comunidades políticas no mundo, e porque foi criado por esta própria existência, é passível de modificações.

Assim, na perspectiva de criações ideológicas que sustentam nossa existência, a economia mundial poderia ser definida como um espaço geográfico não homogêneo, dotado por uma diversidade política, cultural, linguística e religiosa, onde a divisão internacional do trabalho é o fator responsável pela unificação desta estrutura.<sup>216</sup>

Nesta conjuntura, determinadas comunidades políticas poderiam desempenhar um papel de liderança entre seus pares, exercida principalmente através do controle do capital financeiro, dos recursos naturais e do desenvolvimento e domínio sobre novas

---

<sup>216</sup> Immanuel Wallerstein. *World-System Analysis*, 23.

tecnologias. Assim, esta liderança poderia figurar como um estímulo ao crescimento das demais economias do sistema internacional, visto que, “suas importações estimulam o crescimento das outras economias, e seus investimentos proporcionam aos países em desenvolvimento o financiamento de que precisam para crescer.”<sup>217</sup>

De tal modo, o objetivo de ganhos econômicos que pode explicar, desde uma perspectiva individualista, o empenho brasileiro no desenvolvimento do MERCOSUL e da UNASUL, e por outra abordagem, pode esclarecer as modificações das ações de determinadas comunidades políticas pautadas pelas imposições de um sistema criado pelos próprios indivíduos, que por consequência, acaba por limitar a possibilidade de alteração deste próprio sistema.

Ou seja, as modificações são baseadas em uma relação mútua entre os atores e a estrutura do sistema, e assim, rupturas neste sistema, por esta lógica, acontecem deste um longo processo de interação entre as partes envolvidas.

Isso porque é inegável a capacidade que a humanidade possui em alterar alguns regramentos condutores de sua sociedade. A participação das mulheres nos mais elevados cargos políticos do mundo, a exemplos de Presidentes e Primeiras-ministras de Estado, são exemplos da evolução do autoentendimento da uma sociedade que poucas décadas atrás cerceava esta hipótese, ou seja, do aprendizado que os indivíduos experimentam desde suas próprias relações.

De qualquer forma, também se verifica diante do argumento que a política internacional é constrangida pelas instituições anteriormente existentes e construídas

---

<sup>217</sup> Robert Gilpin. *A Economia Política das Relações Internacionais*. (Brasília: Universidade de Brasília, 2002), 92.

por estes grupos de indivíduos, e assim, as possibilidades de mudança precisam respeitar o que foi anteriormente constituído.

A existência e necessidade de alteração de instituições como a Organização das Nações Unidas é um exemplo desta afirmação. Neste caso, a ONU, segundo a perspectiva da diplomacia brasileira, já desde muitos anos demanda uma reforma em seus principais parâmetros, a exemplo do Conselho de Segurança.

Desta forma, a busca pela atenção do cenário internacional, ou a tentativa de demonstração de força ou responsabilidade, é o que faz com que, no plano da segurança internacional, o Brasil venha sistematicamente apoiando as operações de paz das Nações Unidas.

Neste contexto, encontramos exemplos destas características no envolvimento brasileiro durante o governo Fernando Henrique em operações na América Central, nos Balcãs e na África, <sup>218</sup> em última análise, ratificando uma demonstração de participação e poder Realista demandada pelo cenário internacional à comunidade brasileira.

O Presidente Fernando Henrique assinala que a participação das Forças Armadas brasileiras nas operações de paz das Nações Unidas é uma realidade a que os brasileiros vêm se acostumando historicamente, é uma “exigência das relações internacionais contemporâneas, [...] e do interesse nacional brasileiro,” <sup>219</sup> ainda nas palavras do Presidente, “porque devemos, queremos e podemos participar mais

---

<sup>218</sup> Flávio Castro. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008) v.2.* (Brasília, FUNAG, 2009), 185.

<sup>219</sup> Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil n° 77*, 32.



intensamente do processo decisório internacional, que trará benefícios concretos ao país.”<sup>220</sup>

Assim é caracterizado o discurso do Brasil no final do século XX em um cenário internacional que em temas relacionados à economia ou à segurança demanda a demonstração de poder.

Contudo, este é o mesmo ambiente onde o Brasil prefere intervir apoiado nos diversos hábitos e contratos do cenário internacional, por vezes, ainda defendendo uma existência melhor para a humanidade, diferente da atual conjuntura do ambiente internacional.

Apesar disso, o caminho para o desenvolvimento do Brasil daquele período demandava uma concreta estabilização econômica do país, situação onde um nacionalismo econômico, como uma posição normativa na construção destas ações, e um Realismo político, como uma perspectiva analítica desta realidade, conseguiram explicar, respectivamente, os motivos e os resultados de tais circunstâncias.

Enquanto todos os nacionalistas são Realistas nas suas ênfases no papel do Estado nos interesses da sociedade, a exemplo da segurança e o poder nos assuntos externos, nem todos os Realistas são nacionalistas em suas perspectivas normativas.<sup>221</sup>

---

<sup>220</sup> Ibid.

<sup>221</sup> Robert Gilpin. *Global Political Economy: Understanding the International Economic Order*. (Nova Jersey: Princeton University Press, 2001), 14. Esta obra é apontada na bibliografia desta tese em sua tradução brasileira, *A Economia Política das Relações Internacionais*. Contudo, pela investigação ter ocorrido em ambas as obras e em diferentes momentos, com vistas ao rigor científico, foi mantido o correto apontamento acima da obra original em inglês, de onde a citação indireta foi extraída.

Desta forma, a análise do Brasil, que no século XXI trabalha pelo desenvolvimento da América do Sul desde a construção de estruturas que facilitem o comércio e o desenvolvimento econômico da região, aponta fortes conexões com a necessidade de estabilização econômica para a execução deste processo de integração.

Além disso, a perspectiva de construção de bases estruturais para o desenvolvimento do Estado, que por sua vez, demandam a disponibilidade de grandes montantes de recursos financeiros, corrobora o juízo sobre a grande necessidade de estabilização econômica do Brasil no período, situação que acaba por receber a atenção do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Isso ocorre porque não apenas o desenvolvimento econômico, para além do desenvolvimento social e da política desde perspectivas domésticas, importa para a reflexão das capacidades políticas de uma comunidade no cenário internacional.

A capacidade de ocupar um território de proporções continentais como o do Brasil, entre outros fatores, permeia o impacto da política externa do país na questão do exercício de sua soberania no cenário internacional.<sup>222</sup>

Nesta perspectiva, o governo do Presidente Fernando Henrique consegue operar uma reordenação não só econômica, mas social no período em análise. Neste sentido, algumas das mudanças estruturais dos últimos anos do século XX que figuram como

---

<sup>222</sup> Nesta perspectiva geopolítica, o desenvolvimento bélico ou econômico importa para o país tanto quanto a construção de estrutura como estradas e portos, ou ainda, a manutenção das fronteiras para um Estado como o Brasil. Shiguenoli Miyamoto. *Geopolítica e Poder no Brasil*. (Campinas: Papirus, 1995), 146.

resultados de um planejamento de investimento territorial do Brasil <sup>223</sup> fazem com que importantes regiões geopolíticas do país como a Amazônia experimentem um expressivo desenvolvimento.

A região Amazônica no final do século XX apresenta novas estruturas que melhoram sua conectividade com outras regiões do Brasil, rompendo sua condição de grande ilha de recursos isolada do centro do país. <sup>224</sup>

Da mesma forma, uma modernização da estrutura econômica da Amazônia, segunda maior região na exploração mineral e terceira na produção de bens e consumo do país, bem como, significativos avanços na urbanização de alguns locais da região norte do Brasil, alteram para melhor as características da região caracterizada por alguns como o pulmão do mundo. <sup>225</sup>

Este mesmo processo que acelera o desenvolvimento interno da Amazônia sofre o impacto do aprofundamento de um processo de globalização no século XXI. Neste sentido, a região acaba por adquirir um novo significado para o Brasil e para o mundo desde uma perspectiva ecológica que contempla a sobrevivência humana diante de capitais naturais como a água, suscitando que a região seja encarada como o coração ecológico do mundo. <sup>226</sup>

---

<sup>223</sup> Entre outros planos de desenvolvimento e ocupação recente do Brasil, figuram o Programa Brasil em Ação (1996) e o Avança Brasil (1999). Bertha Becker. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. (Rio de Janeiro: Garamond, 2009), 29-31.

<sup>224</sup> Ibid.

<sup>225</sup> Ibid.

<sup>226</sup> A Amazônia brasileira detém 1/20 da água doce do mundo e 2/5 desde recurso na América do Sul. Ibid. Ainda, a perspectiva que contempla a caracterização de *coração ecológico* para a

Desta forma, pode se dizer que não apenas desde a perspectiva de organização econômica, contudo, desde uma variada gama de ações de reestruturação do Estado a exemplo do desenvolvimento estrutural e conceitual da Amazônia, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso logra desenvolver importantes fatores internos com igualmente relevantes impactos externos para o país.

Se a esta perspectiva de estruturação nacional do país adicionarmos as grandes disparidade do Brasil em relação aos seus vizinhos, é o Estado brasileiro que figura naturalmente como principal liderança em uma integração entre as nações sul-americanas, porque possui uma economia estável que está entre as maiores do mundo, ou simplificada porque, mais organizado estruturalmente que os outros, tem mais poder que todos os Estados da América da Sul.

Em um período onde o Brasil pode ter evoluído de uma condição Normal para uma política de comércio exterior mais Realista e adequada a um comportamento Logístico do Estado brasileiro,<sup>227</sup> o nacionalismo econômico pode explicar as motivações que

---

referida autora advém de uma abstração do conceito de *Heartland* cunhado no artigo *The Geographical Pivot of History* de 1904 e posteriormente publicado na obra *Democratic Ideals and Reality* de 1919, entre outras evoluções do conceito realizadas por Halford John Mackinder. Tal perspectiva descreve uma região pivô de especial importância no quesito geopolítico, caracterizada inicialmente no centro da Eurásia. Sobre o assunto, Halford Mackinder. "The Geographical Pivot of History." *The Geographical Journal*. Vol. 23, n. 4, (1904), 421-437. Halford Mackinder *Democratic Ideals and Reality: a study in the politics of reconstruction*. (Londres: Constable and Company Ltd, 1919).

<sup>227</sup> Amado Cervo & Clodoaldo Bueno. *História da Política Exterior do Brasil*, 474. Amado Cervo aponta alguns paradigmas que construíram o Brasil, dentre eles, Neoliberal ou Normal dos anos 1990, que caracteriza "uma volta ao passado pela subserviência que pratica e, ao mesmo tempo, um salto para o futuro, quando abre economia e sociedade aos fluxos da globalização." Da mesma forma, aponta uma perspectiva Logística, "no século XXI, que transfere à sociedade e a seus agentes as responsabilidades do desenvolvimento, sem deixá-los a mercê do mercado porque lhes dá suporte em sua ação externa." Amado Cervo. "Conceitos em Relações Internacionais," 16.

resultam em um comportamento Realista do Brasil, na construção de um ambiente internacional Racionalista em sua área de atuação.

E é certamente tal perspectiva econômica, ou a estabilização desta, juntamente com o ordenamento doméstico do país, que possibilitam a execução e a busca de interesses nacionais do Brasil no cenário internacional, ou nomeadamente, o efetivo exercício de sua soberania externa.

Isso porque a soberania de uma comunidade política tratada de forma clássica – na perspectiva de um território, um povo e um governo – encontra contraponto no cenário internacional na impossibilidade que algumas comunidades políticas têm de exercer sua autonomia.

Assim, a existência de um ambiente composto por atores estatais que não possuem plena autonomia em suas escolhas poderia figurar como uma explicação para o comportamento de um país que produz um discurso preocupado com o poder e segurança, enquanto demonstra ações que majoritariamente apoiam-se nas instituições internacionais em detrimento ao desenvolvimento de mecanismos de segurança potencializadores de poder.

Tal situação, por alguns aspectos, consegue explicar o Brasil do final do século XX com um forte discurso Realista, trabalhando na construção de um cenário regional Racionalista. Nesta perspectiva, uma característica do cenário internacional, baseado em regras que determinam a condição de existência e a capacidade de escolha que cada ator possui nas relações internacionais, seria a da impossibilidade de um agir autônomo neste mesmo ambiente internacional.

A estrutura lógica de opções que se impõe aos atores em suas ações pode não representar a universalidade de escolhas possíveis no cenário internacional,<sup>228</sup> e assim, os atores, como os Estados nas relações internacionais, fazem suas escolhas limitados por diversas circunstâncias, baseados nas conexões de interdependência que possuem, por vezes, pelo uso ou constrangimento da força.

De tal modo, é possível afirmar que alguns países menos poderosos no mundo, relativamente às nações historicamente mais estruturadas e centrais ao sistema, exercem sua soberania de forma relativa às opções que são apresentadas a eles no cenário internacional, de onde se conclui que, nas relações internacionais, alguns estados possuem mais autonomia do que outros.<sup>229</sup>

O presente argumento pode encontrar sustentação no comércio internacional. Nas trocas internacionais os investimentos diretos estrangeiros funcionam como elementos propulsores do desenvolvimento econômico de diversas regiões, lugares que acabam por ver reduzido, de forma significativa, a liberdade dos governos nacionais de determinar sua própria política econômica.

Por exemplo, se um determinado país que demanda a atenção no cenário internacional deixa de investir em fatores que podem trazer competitividade para as empresa lá

---

<sup>228</sup> Nicholas Onuf. *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. (Columbia: University of South Carolina Press, 1989), 209-213. O conceito proposto por Nicholas Onuf vem da perspectiva de que uma vontade autônoma estaria amparada somente pela inclusão de todas as possibilidades de escolhas. Assim, uma vontade baseada em uma situação que não abarque a inclusão de toda a universalidade das máximas ao qual tal vontade exprime preferência, não seria autônoma, e sim, estaria pautada pela heteronomia. Immanuel Kant. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. (Lisboa: Edições 70, 2002), 86.

<sup>229</sup> Stephanie Neuman. *International Relations Theory and the Third World*. (Nova York: St. Martin Press, 1998), 10.

alocadas – como educação, infraestrutura e comunicações – os empresários nacionais e os investimentos estrangeiros ficam propensos a emigrar, ocasionando uma verdadeira competição econômica internacional, em última análise, pressionando os governos nacionais.<sup>230</sup>

No caso do Brasil não é diferente. Em diversas ocasiões da história do país o governo foi constrangido a aceitar posições estranhas aos anseios da nação devido à pressão de fatores externos. Algumas ações do governo Collor no início dos anos 1990 ilustram o argumento, como a resistência inicial do Brasil em aceitar o alargamento do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) inserindo um regime internacional de propriedade intelectual por vontade e pressão majoritária dos norte-americanos.

Contudo, apesar da lógica e da vontade de países como Brasil e Índia, a ampliação do GATT acabou sendo ratificada mesmo diante dos argumentos do Brasil contrários a ela.

É bastante provável que a situação política e econômica de alguns países pobres ou em desenvolvimento econômico, ou seja, por vezes sociedades pouco expressivas e atuantes no cenário internacional, tenha contribuído para este alinhamento contra as vontades do país.<sup>231</sup>

A história ainda demonstra diversas outras situações como a Americanização<sup>232</sup> do Brasil na virada do século XIX para o século XX em oposição às vontades do velho

---

<sup>230</sup> Paulo de Almeida. *Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas*. (São Paulo: Paz e Terra, 2002), 39.

<sup>231</sup> Tullo Vigevani & Gabriel Cepaluni. *A Política Externa Brasileira*, 74.

<sup>232</sup> Americanização referindo-se ao continente Americano e não aos Estados Unidos da América.

continente, estando as ações externas do país no período ligadas a um sistema continental, entre diversos outros exemplos.<sup>233</sup>

Assim, não é só da execução de contratos ou tendências do cenário internacional que a política externa do país é explicada. Nas ocasiões onde a vontade soberana do Estado brasileiro foi imposta ou negociada sobre a vontade de outras nações, por vezes, mais fortes e expressivas no cenário internacional e por outras, mais fracas que o Brasil, é possível concluir que a existência do país pode estar, igualmente, em algum ponto entre o Racionalismo e o Realismo nas *Tradições de Pensamento* das Relações Internacionais, mesmo que no primeiro caso, desde as intenções declaradas do país, e no segundo, em atenção às pressões externas do cenário internacional.

Em suma, em diversas ocasiões que variam e dependem das características dos atores envolvidos e do espaço-temporal em questão, o Brasil tem respeitado os contratos e os hábitos definidos como apropriados pelo cenário internacional.

Contudo, este mesmo Brasil constrói um discurso histórico que embora moderado, não deixa de demonstrar a força e o poder como variáveis importantes no cenário internacional, desta forma, movendo a realidade do país em algumas circunstâncias, rumo a uma existência que poderia ser explicada desde uma perspectiva Realista.

### ***O Brasil e a Complexidade das Relações Internacionais***

A partir das diversas abordagens teóricas já realizadas neste trabalho, e ainda, entre outras perspectivas que ainda serão tratadas nesta tese para o exame da política

---

<sup>233</sup> Amado Cervo & Clodoaldo Bueno. *História da Política Exterior do Brasil*, 165.



externa do Brasil, começa a ficar aparente, pelo menos desde a análise do governo Fernando Henrique Cardoso, uma justaposição de explicações distintas para os diferentes fatos das relações internacionais.

Segue que, um mesmo fato poderia ser alvo de um grande número de abordagens teóricas, dependendo para isso do embasamento e das preferências do analista, ou ainda, das intenções e das características dos atores envolvidos.

Desta forma, com vistas a minimizar a problemática construída por teorias heterogêneas que versam sobre assuntos semelhantes, esta tese prossegue o trabalho de demonstração de algumas perspectivas teóricas com vistas ao agrupamento destas em determinados padrões, ou *Tradições de Pensamento*, que venham a ajudar o analista a aproveitar os modelos teóricos conhecidos para execução de sua investigação.

Assim, voltando ao estudo do Brasil durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em capítulos anteriores, foi demonstrada uma natureza plural deste governo, por vezes ocupando uma posição intermediária e variante entre algumas pressões Realistas do cenário internacional e um Racionalismo nas intenções de sua política externa, pautada por discursos daquela tradição e ações desta, na execução de seus negócios internacionais.

Da mesma forma, quando deitamos nossa atenção em ações como o processo de integração regional em operação na América do Sul, uma posição intermediária entre um Revolucionarismo e um Racionalismo igualmente é verificada no posicionamento do Brasil no cenário internacional nos últimos anos do século XX.

Igualmente, em que pese a impossibilidade de análise da universalidade dos fatos ocorridos naquele governo, quando inserimos mais uma série de acontecimentos aleatórios na investigação já realizada sobre a política brasileira no cenário internacional durante o governo Fernando Henrique, a diversidade de perspectivas e motivações para os atos mais uma vez se repete, ratificando a natureza plural da explicação da existência daquele período.

Assim, uma perspectiva pautada pela hipótese de um estado de natureza no cenário internacional, traduzida na insegurança ou desconhecimento das ações dos outros Estados, tem reflexos nas preocupações da diplomacia brasileira em meados do ano de 1997, desde os olhos do Brasil em um ponto de insegurança na América do Sul: a concessão do status de aliado dado à Argentina na Organização do Tratado do Atlântico Norte.<sup>234</sup>

Em artigo publicado em jornal de grande circulação do país por ocasião de tal fato, o funcionário mais graduado do corpo diplomático do país questiona, publicamente, o possível impacto da aproximação dos norte-americanos com a Argentina desde uma perspectiva da integração do cone-sul, ou especificamente, do desenvolvimento do MERCOSUL.<sup>235</sup>

Neste caso, sob uma ótica da política de poder, os Estados Unidos poderiam estar semeando algum tipo de desconfiança no relacionamento entre Brasil e Argentina, esperando como resultado possível destas ações, um balanceamento de poder na

---

<sup>234</sup> OTAN ou NATO (North Atlantic Treaty Organization).

<sup>235</sup> Artigo publicado no *Correio Braziliense* em 21 de agosto de 1997. Sebastião Barros. *Política Externa em Tempo Real*, 233-235.

América do Sul, ou especificamente, uma tentativa de fazer frente a crescente força do Brasil na região pelo aumento de poder da Argentina.

Entre outras perspectivas, é possível que as grandes potências lutem em busca de algum tipo de hegemonia do sistema, porque na tentativa de conquistar mais poder em um cenário internacional, não conseguem ter a exata medida de quanto poder seria necessário para estar seguro neste cenário de desconfiança.<sup>236</sup>

Assumindo que os Estados, em uma existência dentro de uma pluralidade de Estados, receiam-se mutuamente pelo desconhecimento que possuem das ações dos outros,<sup>237</sup> é possível afirmar que estas unidades políticas estão impelidas a aumentar suas preocupações com a segurança de suas próprias populações.<sup>238</sup>

Assim, preocupados com a sobrevivência, os Estados buscam um maior poder relativo frente aos outros Estados, aos quais desconfiam. Ou seja, no caso de um conflito que coloque a existência de sua própria população em perigo, devido a sua quantidade de poder, a sociedade opositora menos poderosa será obrigada a fazer coisas as quais não estaria disposta inicialmente a fazer, ou mesmo, não iniciará determinada ação hostil pelo receio do poder do adversário.

---

<sup>236</sup> John Mearsheimer. *A Tragédia da Política das Grandes Potências*. (Lisboa: Gradiva Publicações, 2007), 20.

<sup>237</sup> *Ibid.*, 46-48.

<sup>238</sup> Em um paralelo com as relações internacionais contemporâneas é pertinente apontar as origens de alguns pensamentos que resultam em uma perspectiva Realista nas Relações Internacionais desde a História da Guerra do Peloponeso, registrada por Tucídides. Em uma especulação sobre as causas da guerra, Tucídides aponta o aumento de poder de Atenas como uma das causas do conflito pelo impacto de tal situação sobre Esparta, desta forma, estabelecendo uma aproximação com conceito Realista descrito. Tucídides. *História da Guerra do Peloponeso*. (Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001), 49-50.

Contudo, as Relações Internacionais não reconhecem um poder capaz de barrar a expansão de força dos Estados, levando o cenário internacional a uma condição histórica de tentativa de expansão ilimitada de poder, seja territorial, ideológico, tecnológico, militar, econômico, entre outros.

Assim, mesmo uma nação notoriamente pacífica e crente na evolução do cenário internacional para padrões de existência mais desenvolvidos do que o contemporâneo, quando questionada sobre a possibilidade de perda de um território, tende a responder com um discurso Realista aos seus questionadores.

Uma situação que ilustra esta situação ocorre durante uma comunicação do Senador e então Ministro da Educação do Brasil, Cristóvão Buarque, em uma Universidade norte-americana já no final do mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Questionado sobre a necessidade e possibilidade do Brasil proceder a internacionalização da Amazônia, Cristóvão Buarque responde que poderia imaginar tal processo de internacionalização de parte do solo brasileiro diante do risco de total degradação da região no futuro, em última análise, com vistas ao bem da humanidade.<sup>239</sup>

Contudo, a abordagem que poderia parecer Revolucionária, ou estar focada no desenvolvimento da humanidade como um todo, desaparece quando o Ministro completa seu argumento, sustentado que o capital financeiro dos países ricos deveria ser igualmente internacionalizado juntamente com a Amazônia, assim como museus e obras de arte de todo o mundo.

---

<sup>239</sup> Carlos Figueiredo. *Cem Discursos Históricos Brasileiros*, 469-471.

Nas palavras do Senador, pensando como um humanista, seria possível defender a internacionalização do mundo, “mas enquanto o mundo [o tratar] como um brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa.”<sup>240</sup>

Igualmente, a preocupação com o reaparelhamento e o reposicionamento das Forças Armadas brasileiras neste período também aponta a existência de perspectivas pautadas pelo cálculo de poder e segurança na política externa do Brasil, que operou severas modificações na organização de seu aparato bélico desde o governo Fernando Henrique Cardoso.

Isso acontece porque o país pode ter entendido os reais limites de uma utopia Revolucionária para o cenário internacional no mundo após o final da Guerra Fria, e assim, a questão da segurança precisou ser retomada como responsabilidade da política externa dos países.

A guerra contra o terrorismo liderada pelos Estados Unidos após os atentados de 2001, “revelou a imprudência, também no Brasil, de se relegar a segurança nacional a segundo plano.”<sup>241</sup>

Porém, ainda que a diplomacia brasileira demonstre a existência de um discurso Realista na execução sua política externa, uma realidade pautada nos padrões estabelecidos por uma sociedade internacional, constituída pela existência de acordos habituais entre os atores e que efetua diversas conexões pacíficas em conjunto, à

---

<sup>240</sup> Ibid.

<sup>241</sup> Amado Cervo & Clodoaldo Bueno. *História da Política Exterior do Brasil*, 471.

exemplo do comércio ou o intercâmbio econômico e social no cenário internacional, igualmente conseguem ilustrar o período.

Deste modo, recebe especial atenção do governo Fernando Henrique a perspectiva contratual das relações com a China, que em 2002 alcançou o patamar de segundo parceiro comercial do país, enquanto o Brasil se apresentava ao mundo como interlocutor daquele Estado no cenário internacional. O governo brasileiro do período mostrou seu apoio à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), ao mesmo tempo em que mediou uma crise diplomática entre China e Estados Unidos em virtude da invasão de um avião norte-americano ao espaço aéreo Chinês.<sup>242</sup>

No mesmo período, Brasil e China ainda lançam um satélite produzido em conjunto, ilustrando as parcerias estratégicas com China, Índia e Rússia, que envolvem cooperação nuclear e aeroespacial objetivando a estruturação de um sistema internacional multipolar,<sup>243</sup> contudo, ao contrário de outras situações da nossa história, pautada por vias pacíficas e contratuais.

Da mesma forma, o Brasil de Fernando Henrique Cardoso alarga seu círculo de cooperação, algumas vezes desde a figura do MERCOSUL em negociações com outros blocos regionais como a União Europeia e o NAFTA,<sup>244</sup> e em outras ocasiões, atraindo investimentos estrangeiros diretamente de outras nações como o Japão.

---

<sup>242</sup> Tullo Vigevani & Gabriel Cepaluni. *A Política Externa Brasileira*, 121.

<sup>243</sup> Paulo Vizontini. *Relações Internacionais do Brasil*, 97.

<sup>244</sup> O NAFTA, North American Free Trade Agreement ou Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, é um bloco econômico constituído pelos Estados Unidos, Canadá e México.

A estabilidade econômica do Brasil daquele período representou um atrativo para as empresas japonesas que começavam a experimentar o declínio do poder econômico de seu país frente ao cenário mundial. Assim, no Brasil, o Japão intensifica investimentos em setores ligados ao meio-ambiente, como o desenvolvimento da indústria sucroalcooleira, entre outras obras ligadas a infraestrutura.<sup>245</sup>

Contudo, este ambiente pautado por contratos no cenário internacional verificou a troca de foco dos negócios brasileiros na economia japonesa para outros países asiáticos, como a Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura,<sup>246</sup> pelos mesmos motivos que fomentaram a atração dos empreendimentos japoneses ao Brasil, ou seja, o declínio daquela economia diante do mundo.<sup>247</sup>

Ainda nesta mesma perspectiva de entendimento do governo do país, a OMC foi considerada um fórum que funcionou como uma alternativa para a defesa dos interesses comerciais brasileiros naquele período, oferecendo uma opção para a resolução de problemas que, se não fosse pela existência da instituição multilateral,

---

<sup>245</sup> Tullo Vigevani & Gabriel Cepaluni. *A Política Externa Brasileira*, 121.

<sup>246</sup> Paulo Vizentini. *Relações Internacionais do Brasil*, 97.

<sup>247</sup> O grande desenvolvimento de algumas regiões da Ásia aponta por um lado a possibilidade de integração de uma comunidade política a esta tendência, como apontado pelas relações comerciais do Brasil. Contudo, por outra complexidade, questiona o papel de regiões Asiáticas no ordenamento mundial. Neste sentido, desde a perspectiva de Immanuel Wallerstein, o moderno sistema-mundo pode ser caracterizado como uma economia-mundo capitalista, regida pela acumulação do capital. Este sistema-mundo existe desde século XVI, a partir da Europa e incorporando sucessivamente outras partes do mundo em sua divisão do trabalho. Neste cenário, a Ásia Oriental foi a última grande região a ser incorporada neste sistema em meados do século XIX, tornando o sistema-mundo verdadeiramente de âmbito mundial, e explicando a recente evolução e desenvolvimento de poderio e importância da Ásia no cenário internacional contemporâneo. Immanuel Wallerstein. *The End of The World as We Know it: Social Science for the Twenty-First Century*. (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999), 34-35.

poderiam ter sido resolvidos pela imposição do mais forte, e em última análise, explicados por outra perspectiva teórica não pautada pelos contratos internacionais.

Controvérsias sobre combustíveis, especificamente no caso da gasolina entre Brasil e Estados Unidos obtiveram decisão favorável ao Brasil pronunciada pela OMC. Brasil e Canadá também disputaram comercialmente com arbitragem da OMC no setor aéreo. As empresas Bombardier e Embraer discordaram sobre a fabricação e comercialização de aeronaves em seus respectivos polos de atuação, e após vários anos de desentendimento, a intervenção da OMC acabou por apontar a necessidade de compensação dos prejuízos impostos à empresa brasileira pelo grupo canadense,<sup>248</sup> ações baseadas no uso racional da negociação entre ambos os países, desde o respeito mútuo e a relativa atenção às decisões de organismos multilaterais.

Por fim, o entendimento de que a existência das comunidades políticas no cenário internacional precisa ser melhorada, e assim, é dever das partes que compõem estas comunidades aprimorar suas condições, envolvendo a humanidade na construção de uma sociedade mundial, igualmente recebe eco nas ações do governo do Brasil entre 1995 e 2002.

Nesta perspectiva, a postura do governo conseguiu abrir caminho para uma maior importância do país em um mundo pautado pela existência de mecanismos alargados

---

<sup>248</sup> Tullo Vigevani & Gabriel Cepaluni. *A Política Externa Brasileira*, 116-117.



de cooperação, como diversos fóruns de discussão de temas ligados a ordem mundial.<sup>249</sup>

Fernando Henrique Cardoso aceitou o multilateralismo latente dos anos 1990, ao mesmo tempo em que buscou consolidar uma presença regional mais sólida a exemplo da investidas para o desenvolvimento do MERCOSUL.

Assim, um legado concreto deste governo foi a posição favorável ao desenvolvimento do bloco do cone-sul e o fortalecimento das relações com a América Latina como um todo, favorecendo o exercício do universalismo no cenário internacional, entre outras perspectivas, pela presença regional solidificada.<sup>250</sup>

Uma análise razoável desta abordagem demonstra que a gestão do executivo de 1995 até 2002 buscou uma adaptação do Brasil ao cenário internacional, contudo, ainda impondo a si próprio severas barreiras levantadas pelo tamanho de seu poder diante dos outros atores internacionais.

Porém, é a crença na possibilidade de mudança conjunta da humanidade que faz com que, mesmo diante das deficiências do Brasil frente ao cenário internacional, Fernando Henrique Cardoso declare que o mundo não pode mais suportar formas de existência pautadas pela violência, como a intolerância e o sofrimento nos conflitos entre israelenses e palestinos.<sup>251</sup>

---

<sup>249</sup> Gelson Fonseca Jr. *A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as Nações*. (São Paulo: Paz e Terra, 1998), 373-374.

<sup>250</sup> Tullo Vigevani & Gabriel Cepaluni. *A Política Externa Brasileira*, 103.

<sup>251</sup> Discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso diante do Parlamento Francês ao final do ano de 2001. Carlos Figueiredo. *Cem Discursos Históricos Brasileiros*, 520-525.

No início do século XXI, o Brasil reclama passos concretos para a constituição de um Estado Palestino, democrático, coeso e economicamente viável. Isso porque, nas palavras do Presidente, o Brasil é um país universalista, e assim, realmente acredita nestes valores. “Não nos esqueçamos, de todo o modo, que o fortalecimento da democracia constitui um fim em si mesmo, inclusive no plano das relações entre os Estados.”<sup>252</sup>

Dentro da perspectiva pluralista existente na jovem democracia brasileira, a ordem só será legítima pelo consentimento daqueles a que esta ordem se destina, e assim, a revolução que sustenta este direito precisa ser levada adiante, a exemplo da necessidade de reforma e ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.<sup>253</sup>

Tal perspectiva é fomentada pelo governo brasileiro neste período desde a hipótese de perda de legitimidade de tal instituição, a qual pode em um mundo que se desenvolveu de diversas maneiras nos últimos setenta anos, não mais representar o consentimento daqueles que são regulados por tal instituição.

Ainda, para o Presidente, fatos como o Tratado de Roma e a instituição do Tribunal Penal Internacional fizeram com que o Brasil confiasse na possibilidade de ampla cooperação entre os Estados, acreditando na possibilidade de ratificação de um contrato internacional que atenda a necessidade de segurança dos Estados, promova o desenvolvimento sustentável, a democracia e os direitos humanos. O Brasil daquele período declaradamente acredita na possibilidade de existência de um contrato que

---

<sup>252</sup> Ibid.

<sup>253</sup> Ibid.

atualize a utopia da fraternidade entre os povos, e que dissemine uma nova ética em todo o mundo.<sup>254</sup>

Neste aspecto, esta postura ética demanda uma alargada solidariedade moral entre os povos, situação que o Brasil efetivamente fomenta em suas ações na política externa, como por exemplo, quando resolve perdoar as dívidas que alguns países pobres possuíam com o Estado brasileiro.<sup>255</sup>

Assim, enfatizando a solidariedade moral entre os povos, praticamente, desde a fiel leitura de um Revolucionarismo nas Relações Internacionais, que o Brasil da virada do século XX para o XXI acredita que, diferente de um pensamento onde os Estados poderiam ceder lugar a outras organizações além da soberania estatal, a solidariedade entre os povos – ou a soberania popular, só irá prosperar com uma presença maior dos Estados nacionais. O pluralismo cultural reclama por uma sociedade organizada em Estados ativos e democráticos que respeitem a autonomia dos povos.<sup>256</sup>

---

<sup>254</sup> Ibid.

<sup>255</sup> Ibid.

<sup>256</sup> Nas palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso diante do Parlamento Francês é possível notar uma forte ligação com as origens do argumento Revolucionário dentro das tradições de pensamento, ou especificamente, sobre a ideia de uma Paz Perpétua de Kant: “Os povos assim como os Estados podem ser considerados como homens individuais que em seu estado de natureza fazem algum mal mútuo apenas por estarem um ao lado do outro. Os Estados, portando, devem exigir dos outros a concordância com uma constituição similar a civil, em que cada um, neste caso, ficaria seguro de seu direito. Isso formaria uma liga dos povos, e, contudo, não seria uma liga de Estados. Logo, estaríamos frente a uma situação de muitos Estados que não se fundiriam em um outro Estado, mas sim, em uma harmonização de interesses, formado ainda que sob alguma contradição, uma justaposição dos povos.” Sobre o discurso do Presidente, Carlos Figueiredo. *Cem Discursos Históricos Brasileiros*, 520-525. Sobre a Paz Perpétua Kantiana, Immanuel Kant. *A Paz Perpétua*. (Porto Alegre: L&PM, 2008), 31.

Neste entendimento, um contrato, portanto, é um contrato entre Estados, e assim, o Brasil trabalha para existência de “uma nova ordem mundial que reflita um contrato entre nações realmente livres, e não apenas o predomínio de uns Estados sobre outros, de uns mercados sobre outros.”<sup>257</sup>

Em suma, a gestão da política externa brasileira na segunda metade da década de 1990, marcada pelo estilo participativo e pessoal de Fernando Henrique Cardoso no cenário internacional, consegue encerrar um ciclo desastroso de subdesenvolvimento, e na virada do século, respaldado pela inédita estabilidade econômica em um país de proporções continentais como o Brasil, coloca novos desafios para a diplomacia brasileira.

Cabe ressaltar ainda que, embora o esforço de Fernando Henrique Cardoso e de sua diplomacia presidencial tenha melhorado o nível de inserção e reconhecimento internacional do Brasil, a tendência histórica do encolhimento do peso brasileiro no cenário internacional acabou por ser de alguma forma mantida.

A imagem por vezes negativa que países desenvolvidos possuem da sociedade brasileira, da mesma forma que a existência de muitos problemas estruturais internos, acabaram por dificultar a maximização das vantagens auferidas pelo Presidente e seu corpo diplomático no cenário internacional.

A análise dos oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso certamente pode ser resumida como uma gestão que altera os rumos da política exterior do país. Assim, finalizado seu governo, dez milhões de brasileiros foram retirados da linha da pobreza,

---

<sup>257</sup> Ibid.

mudanças no sistema de saúde e proteção social igualmente foram eficientemente realizadas, enquanto o salário médio conseguiu alcançar, no período, os níveis mais elevados nos últimos quarenta anos anteriores.

E entre todas as abordagens trabalhadas até aqui, em uma existência que variou do Revolucionarismo ao Racionalismo, e deste ao Realismo, Fernando Henrique Cardoso passa a responsabilidade de governo do Brasil para seu sucessor, declaradamente, confiando na capacidade de um desenvolvimento ainda maior do país no início do século XXI.<sup>258</sup>

Assim, com uma economia estabilizada e contando com melhores credenciais no cenário internacional, o Brasil inicia os primeiros anos deste século com um novo governo e uma nova realidade: pela primeira vez na história do Brasil um representante das classes trabalhadoras ascende ao poder, tendo início assim, na próxima parte desta tese, a análise de mais oito anos da política do Brasil sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva, como já definido até aqui, explicada por diversas perspectivas teóricas nas Relações Internacionais.

---

<sup>258</sup> Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso: “Há muitos anos [...] estivemos juntos [Fernando Henrique e Lula] em episódios inesquecíveis de nossa luta pela defesa da democracia, pelos direitos dos trabalhadores brasileiros e pelas aspirações de todo nosso povo. Sob nova liderança, aposto, o Brasil continuará a avançar. [...] Tenho confiança que assim será.” Ibid., 90.

## O Início do Século XXI e um Novo Ordenamento Mundial: Governo de Luiz Inácio Lula da Silva

Os dez primeiros anos do século XXI foram marcados por extraordinárias modificações na forma como algumas populações entenderam seus ordenamentos domésticos, bem como, consistiram igualmente na repetição de antigas formas de governo da política internacional por parte de alguns Estados do mundo, onde em algumas regiões, a paz acabou por ceder lugar à guerra.

Neste ambiente, enquanto um Estado consegue demonstrar alterações na existência de sua sociedade, que em um passado recente enfrentou grandes problemas relacionados ao racismo, e contudo, elege um Presidente negro para a maior potência bélica e econômica do mundo, igualmente, o desrespeito às normas e aos contratos aceitos por este mesmo Estado no cenário internacional são traduções das guerras contra o terror<sup>259</sup> lideradas pelos norte-americanos no Oriente Médio nos primeiros anos do século XXI.<sup>260</sup>

---

<sup>259</sup> O argumento aqui faz referência as Guerras do Afeganistão e Iraque no século XXI, onde especificamente neste último conflito, Estados Unidos e Inglaterra deflagram uma guerra no ano de 2003 mesmo sem a aprovação das Nações Unidas, onde França, Rússia e China defenderam a busca por provas da existência de armas de destruição massiva, um dos motivos apontados pelos norte-americanos para a guerra. Paulo Vinentini & Analúcia Pereira. *História do Mundo Contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque de Civilizações do século XXI*. (Petrópolis: Vozes, 2008), 242-243.

<sup>260</sup> O desrespeito às deliberações das Nações Unidas por parte dos Estados Unidos no caso da Guerra do Iraque de 2003 recebe um paralelo nas palavras de Michael Walzer: “Supostamente a Carta das Nações Unidas deveria ser a constituição de mundo novo. No entanto, [...] o resultado foi diferente. Ater-se muito ao significado preciso da Carta constitui atualmente uma espécie de atenção utópica às sutilezas. E, como a ONU às vezes finge que já é o que mal começou a ser, seus decretos não inspiram respeito moral nem intelectual [...]. Michael Walzer. *Guerras Justas e Injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos*. (São Paulo: Martins Fontes, 2003), XXVI.

Assim, é possível notar que a sociedade norte-americana experimentou modificações internas, enquanto no cenário internacional, persistiu a disputa entre comunidades políticas que não consideram qualquer poder acima de si mesmas. Desta forma, a guerra e paz foram realidades em um ambiente onde a paz tem existido em algumas regiões apenas “como suspensão, mais ou menos durável, das modalidades violentas da rivalidade entre os Estados,”<sup>261</sup> como infelizmente, o Oriente Médio é um exemplo recorrente.

Por esta perspectiva, a abordagem histórica de um entendimento das relações internacionais é, de forma simplificada, ilustrada pelas modificações internas das diversas comunidades políticas do mundo durante o tempo que, contudo, mantêm determinado padrão de comportamento no cenário internacional nas relações com outras comunidades políticas.

Desta forma, tais modificações por vezes resultam em paz nas interações entre os Estados, e por outras, operam a guerra para resolução dos desacordos entre as comunidades políticas do mundo.

Entretanto, são igualmente notórias as sofisticações do relacionamento entre estas comunidades no cenário internacional, entre outros exemplos, como pode ser verificado em uma interligação cada vez maior entre os atores internacionais não estatais, ou ainda, pelas associações entre os Estados no mundo que conseguem trazer

---

<sup>261</sup> Para Raymond Aron, “a guerra é de todas as épocas e de todas as civilizações. Os homens sempre se mataram, empregando os instrumentos fornecidos pelo costume e a técnica disponível: com machados e canhões, flechas ou projéteis, explosivos químicos ou reações atômicas; de perto ou de longe; individualmente ou em massa; ao acaso ou de modo sistemático.” Raymond Aron. *Paz e Guerra entre Nações*, 221.

determinada estabilidade a algumas regiões, situação ilustrada pela União Europeia, entre outras organizações internacionais.

Ou seja, a caracterização global deste cenário internacional no início do século XXI é marcada por antigas formas de política, que mesmo demonstrando outras características e complexidades, como sempre aconteceu em um passado conhecido, ainda operam a integração e a desintegração entre os povos, e a guerra e paz entre os Estados.

Dentro desta lógica de análise, o mesmo ano em que o Presidente George W. Bush<sup>262</sup> dá início a Segunda Guerra do Iraque, demonstrando a natureza repetitiva da guerra no cenário internacional, é igualmente o ano de 2003 que assiste a inédita ascensão ao poder de um representante da classe operária ao cargo máximo do executivo do Brasil, desde uma promessa de paz, igualdade e dignidade para o povo brasileiro, demonstrando assim alterações no autoentendimento político do povo deste país.

Luiz Inácio Lula da Silva, metalúrgico, sindicalista e político representante do Partido dos Trabalhadores, assume a Presidência da República por dois mandatos consecutivos, ficando a frente do executivo do país de 2003 a 2010, entre outras perspectivas, demonstrando a vontade do povo brasileiro em proceder a uma profunda mudança social e política no Brasil.<sup>263</sup>

---

<sup>262</sup> Presidente dos Estados Unidos de 2001 até 2009.

<sup>263</sup> Discurso de posse do Chanceler Celso Amorim em 01 de janeiro de 2003: “Com a eleição do Presidente Lula, o povo brasileiro expressou, de forma inequívoca, o desejo de ver realizada uma profunda reforma política e social, dentro de um marco pacífico e democrático [...]” Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil n.º 92*. (Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2003), 21.



Contudo, a expressão dos cidadãos brasileiros em alterar alguns dos aspectos da política doméstica veio a despertar dúvidas sobre as principais linhas de atuação futura daquele governo no cenário internacional.

Especificamente, o ambiente internacional demonstra a desconfiança de determinados atores internacionais sobre as possibilidades de uma mudança abrupta nos rumos da economia brasileira, recentemente estabilizada pelos governos Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso no período imediatamente anterior ao governo do Presidente Lula.

Apesar disso, contrariando algumas expectativas inclusive de parte de sua base eleitoral, o Presidente Lula contrastou aqueles que esperavam dele um comportamento baseado em visões ideológicas de esquerda e no despreparo no que tange às relações internacionais. Assim, não houve, em um primeiro momento, alterações significativas na política externa brasileira daquele período, e o que se verificou foi uma “diplomacia dotada de sentido tático-estratégico, de visão de longo alcance.”<sup>264</sup>

Entretanto, passados oito anos de governo, algumas modificações importantes desta política externa ficaram aparentes. Lula consegue construir uma extraordinária popularidade pessoal no cenário internacional, sendo acompanhada pelo crescimento do país amparado por uma contínua estabilidade econômica, aumentando seu ativismo no ambiente internacional e adquirindo um novo destaque para o país no mundo.<sup>265</sup>

---

<sup>264</sup> Paulo Vizeniti. *Relações Internacionais do Brasil*, 104.

<sup>265</sup> Andrew Hurrell. “Brazil and the New Global Order.” *Current History*. Vol. 109 (2010), 60.

Neste período, são abertas trinta e três novas embaixadas do Brasil, cinco missões permanentes em organizações internacionais como no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, bem como, dezenove novos consulados brasileiros passam a funcionar em todo o planeta.<sup>266</sup>

Assim, o Brasil alcança um novo posicionamento no cenário internacional em um período em o Ministro Celso Amorim assume a pasta das Relações Exteriores pela segunda vez.

A gestão de Amorim, que tem ainda na posição de Secretário-geral o Embaixador Samuel Guimarães, pode ser separada em três dimensões norteadoras para a política externa do país, nomeadamente, uma diplomacia econômica, uma diplomacia política e o desenvolvimento de programas sociais.<sup>267</sup>

Este é um período em que as políticas doméstica e externa do Brasil podem ser descritas desde objetivos semelhantes. Por um lado, tal perspectiva aparece na busca pelo desenvolvimento aliado à inclusão social por meio de políticas públicas destinadas aos seguimentos mais vulneráveis da população, e por outra perspectiva, na luta pela reforma das instituições internacionais e na busca por instâncias políticas mais representativas e legítimas, onde prevaleça o diálogo e o respeito pelo direito internacional.<sup>268</sup>

---

<sup>266</sup> Ibid.

<sup>267</sup> Paulo Vizontini, *Relações Internacionais do Brasil*, 105.

<sup>268</sup> Fragmentos do discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Conferência na Universidade de Pequim em 25 de maio de 2004, intitulado “Política Externa Brasileira no século XXI e o papel da parceria estratégica Sino-Brasileira.” Brasil. Ministério das Relações

Deste modo, primeiramente, a política externa brasileira que tem como eixo norteador a dimensão econômica, objetivou manter um canal aberto de comunicação com o mundo industrialmente desenvolvido, obtendo recursos financeiros, tecnológicos e conceituais, sem nenhuma quebra com os modelos econômicos praticados pela sociedade internacional do ocidente naquele período.<sup>269</sup>

Sobre a importância da política econômica para o Brasil de 2003 a 2010, é possível afirmar que o governo do Presidente Lula, além de dar continuidade ao relacionamento com antigos parceiros comerciais do país, consegue ainda operar a abertura de novas parcerias no comércio internacional, assinalando a substituição de acordos pouco vantajosos para o Brasil por contratos mais lucrativos para o país.

Desta forma, desde a abordagem da ratificação de acordos com antigos aliados econômicos, a parceria entre Brasil e Argentina, marcada pela assinatura de diversos acordos diplomáticos que consolidaram as relações pacíficas entre os dois países, consegue evoluir no período para uma situação ainda mais vantajosa para o processo de integração regional na América do Sul, sendo o Brasil o principal destino das exportações daquele Estado durante o governo Lula.<sup>270</sup>

Ainda sobre a política econômica, a abertura do país para acordos mais vantajosos para o Brasil é ilustrada pela integração e cooperação, por vezes institucionalizada, com Estados que possuem aspirações semelhantes às do Brasil do cenário internacional, ou

---

Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I: discursos, artigos e entrevistas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 2003-2006*. (Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2007), 91-99.

<sup>269</sup> Paulo Vizontini, *Relações Internacionais do Brasil*, 105.

<sup>270</sup> Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 201-204.

seja, outras potências médias<sup>271</sup> que começam a receber maior atenção do mundo no mesmo período, a exemplo da África do Sul e Índia.

Em segundo lugar, no eixo da diplomacia política do Brasil, o governo Lula é caracterizado por ter assumido novas posturas diante do cenário internacional, onde a afirmação dos interesses nacionais tornou-se cada vez mais latente nas comunicações e demandas do país para o mundo.

Em discurso oferecido aos recém-formados diplomatas em seu primeiro ano de governo, Lula incita a diplomacia do país a lutar por um cenário internacional mais justo, tentando buscar no ambiente externo os objetivos internos daquele governo, como a cobrança junto aos países desenvolvidos de mais “sensibilidade para a situação dos carentes, processos decisórios mais democráticos, regimes comerciais mais equitativos, [e] maior respeito pelo Direito Internacional.”<sup>272</sup>

Assim, o Presidente Lula enfatiza a busca por melhores condições para o país no mundo, efetuando sensíveis alterações na política majoritária do governo Fernando Henrique Cardoso, desde uma perspectiva mais agressiva na luta por mudanças no ambiente internacional para auferir benefícios para o Brasil.

---

<sup>271</sup> Martin Wight define quatro categorizações para o conceito de potência: Potências Dominantes, Grandes Potências, Potências Mundiais e Potências Menores. Para o autor, uma vez que “a grande maioria dos Estados não são grandes potências,” dois tipos de potências menores atingem certo status diferenciado entre as demais: “as grandes potências regionais e as potências médias,” situação onde em algumas regiões um “sistema de Estados [...] reproduz em miniatura as características gerais do sistema de Estados” conferindo características de grandes potências locais a algumas comunidades políticas. Martin Wight, *A Política do Poder*, 45-47.

<sup>272</sup> Discurso por ocasião da formatura de diplomatas no Instituto Rio Branco, instituição responsável pela seleção e treinamento dos diplomatas brasileiros, em 2003. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 51-53.

Em um cenário caracterizado pela inexistência de um poder capaz de ordenar as comunidades políticas independentes do mundo, ou seja, um mundo anárquico, os Estados podem possuir semelhanças nos papéis que desempenham no cenário internacional, contudo, são drasticamente diferentes nas possibilidades e na habilidade de desempenhar tais papéis neste mesmo ambiente anárquico.

De tal forma, a estrutura deste cenário pode obrigar os Estados do mundo a uma adaptação a esta estrutura, forçando comunidades políticas como o Brasil a buscar maximizar a sua capacidade de poder no mundo em um ambiente que operou sensíveis deslocamentos destas capacidades nos últimos anos, assim, caracterizando as ações de governos como o do Presidente Lula por uma política pautada pelo entendimento de determinado concerto de poderes no mundo.<sup>273</sup>

Com vistas a um novo ordenamento internacional que pudesse dar voz aos novos atores internacionais, como Brasil e outros parceiros oriundos do hemisfério sul em sua maioria, a gestão do Presidente Lula enfatiza a proposição dos mesmos objetivos no plano internacional e nacional, fazendo com que a realidade doméstica e externa sejam complementares, ou nomeadamente, trabalhando para “o fortalecimento das formas democráticas de concertação política, o crescimento econômico com justiça social e a

---

<sup>273</sup> Entre outras perspectivas sobre poder na política internacional, Martin Wight em sua obra *A Política do Poder*, inicia seu trabalho com a consideração que a política do poder “é um termo coloquial para designar a Política Internacional.” Entretanto, tal conceito leva a lógica de Wight a uma importante definição para este trabalho: “A Política do Poder sugere as relações entre potências independentes, e consideramos este estado de coisas como existentes. O termo implica duas condições. Em primeiro lugar, existem unidades políticas independentes que não reconhecem superior político e que se consideram ‘soberanas’; em segundo, existem relações contínuas e organizadas entre elas. Isto constitui um sistema de Estados modernos.” Martin Wight. *A Política do Poder*, 1.

melhoria das condições de vida dos menos favorecidos,”<sup>274</sup> não só no Brasil, mas em todo o ambiente internacional.

Para o Presidente, internamente é este o caminho para o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que nas relações externas é este o rumo que poderá conduzir os atores a uma paz duradoura.

Assim, esta gestão estabelece uma postura que acaba por legitimar as ações deste governo no cenário internacional pelo posicionamento da diplomacia brasileira disposta a operar modificações estruturais não apenas para alterar a realidade doméstica de uma população pobre e excluída no Brasil, entretanto, aspirante por alterações na realidade de parte do mundo que é igualmente pobre e excluída, buscando ocupar um papel de liderança nesta campanha.

Desta forma, este é o principal conceito de um terceiro ponto balizador da política externa do país que acaba por emergir como um eixo integrador entre uma diplomacia política e econômica.

A luta contra a pobreza, caracterizada como a principal bandeira sustentada na campanha de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições para Presidente, é um importante fator para o Brasil no cenário internacional daquele período, estabelecendo um projeto social que visa diminuir drasticamente os níveis de pobreza do país e do mundo, reivindicando melhores condições para todas as populações necessitadas no cenário internacional.

---

<sup>274</sup> Discurso por ocasião da formatura de diplomatas no Instituto Rio Branco no ano de 2003. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 51-53.

Respondendo às assimetrias resultantes de um processo de globalização das economias liberais do mundo após a Guerra Fria, o governo do Presidente Lula se propõe no combate a fome, por exemplo, a buscar a construção de um modelo socioeconômico alternativo à cartilha neoliberal em vigência em alguns Estados no início do século XXI.

De tal forma, este é um período que fica marcado pelo êxito na luta por melhores condições de vida para os brasileiros dentro de um grandioso esforço pela promoção da igualdade no país, sendo ainda, traduzido em um ativismo na política externa do Brasil, igualmente pautado pela mesma bandeira de igualdade no mundo.

Ilustrando esta perspectiva, o Presidente Lula afirma que seu governo irá garantir o direito a uma vida digna para todos os cidadãos do país<sup>275</sup> reafirmando que seu papel na Presidência da República independe de ideologias políticas ou da institucionalização de determinados grupos, ou seja, salientando que seu objetivo é cumprir os preceitos afirmados pelo povo na sua autocompreensão normativa dentro do país.

De tal modo, iniciamos o estudo de mais oito anos da política externa do Brasil, compreendendo o período de 2003 até 2010, com vistas a explicações teóricas dos fatos a luz dos entendimentos das Relações Internacionais, buscando assim, encontrar padrões de comportamento do Estado brasileiro neste período que sejam capazes de

---

<sup>275</sup> Para Lula é seu dever “garantir que todo brasileiro possa, todo o santo dia, tomar café, almoçar e jantar, porque isso não está escrito no [seu] programa, isso está escrito na Constituição brasileira, está escrito na Bíblia, está escrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos. E isso nós [brasileiros] vamos fazer juntos.” Brasil. Presidente. *Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva*. (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008). 7-18.

caracterizar intenções e resultados daquele governo dentro das *Tradições de Pensamento* das Relações Internacionais.

***Pobreza, o Brasil e o Mundo: uma questão de sobrevivência.***

A eleição do Presidente Lula em 2002, da mesma forma como os outros três pleitos anteriores em que Luiz Inácio Lula da Silva foi derrotado, <sup>276</sup> é caracterizada pela proposta de construção de uma realidade menos desigual dentro do Brasil, baseada na promessa de uma existência mais digna para o povo brasileiro. Nas palavras do próprio Presidente, “não se pode falar em cidadania plena quando persistem a desigualdade gritante, a fome e a pobreza extrema.” <sup>277</sup>

Entretanto, já no início de seu mandato, o governo brasileiro resolve transpor esta bandeira de campanha para uma luta contra a pobreza em todo o planeta, buscando ajustar, desta forma, o país em uma posição chave na liderança daqueles que ainda não possuem voz no cenário internacional.

Sustentado pela ideologia do grupo partidário que representa neste período, o Partido dos Trabalhadores, o Presidente Lula trabalha a problemática das dificuldades sociais e econômicas do mundo, como a distribuição de renda desigual e a consequente pobreza, o descontrole sobre doenças como a AIDS,<sup>278</sup> a degradação do meio ambiente

---

<sup>276</sup> Luiz Inácio Lula da Silva foi candidato à Presidência da República do Brasil em 1989, 1994, 1998 e 2002, sendo derrotado nos três primeiros pleitos.

<sup>277</sup> Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 206-208.

<sup>278</sup> Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA).



ou as violações maciças dos Direitos Humanos, como possíveis disfunções resultantes de um ordenamento mundial pautado por uma ideologia liberal, caracterizada por uma dicotomia entre ricos e pobres.

Tal perspectiva aparece sustentada pela possibilidade de transição do cenário internacional de um sistema internacional pautado pela riqueza de um centro e a pobreza de uma periferia, simplificada, para um ordenamento existencial mais equilibrado em todo este sistema.<sup>279</sup>

Neste sentido, tanto desde um senso de progressismo quanto de um desejo de construção de outra realidade, existe certa concordância para alguns pensadores sobre as reivindicações de mudança para nosso sistema histórico existente, assim, construindo parâmetros para perspectivas de futuro para este ambiente.

Deste modo, os pensadores do “melhor dos mundos possíveis”<sup>280</sup> tendem a enfatizar três principais virtudes para este futuro, como a abundância material, a existência de estruturas políticas liberais, o e prolongamento da média da vida das comunidades. Cada um destes pontos, erguidos em contraposição aos sistemas históricos conhecidos anteriormente.<sup>281</sup>

---

<sup>279</sup> É possível que as comunidades políticas existam hoje em um período posterior a caracterização do sistema internacional como um sistema-mundo nos moldes propostos por Immanuel Wallerstein, assim, movendo os Estados em direção à criação de diversos sistemas menores de prescrição futura complexa. Immanuel Wallerstein. *Utopistics, or, Historical Choices of The Twenty-First Century*. (Nova Iorque: The New Press, 1998), 65.

<sup>280</sup> Ibid.

<sup>281</sup> Assim como será abordado no capítulo desta tese intitulado *A Ordem Internacional e as Fronteiras de uma Teoria das Relações Internacionais*, uma distinção entre a utopia do futuro e os reflexos ou interpretações desta é, de alguma forma, exposta por Immanuel Wallerstein: “Utopias? Is this just a play on words? I do not think so. Utopia, as we know, is a word

Desta forma, pautado por uma perspectiva de mudança, entre outras que descrevem tanto a possibilidade quanto a necessidade de alteração de alguns paradigmas do cenário internacional contemporâneo, o governo brasileiro do Presidente Lula demanda a reformulação de algumas organizações internacionais consolidadas no cenário internacional na segunda metade do século XX, as quais, não mais representariam a estrutura, os anseios e as necessidades dos atores que compõe o ambiente internacional.<sup>282</sup>

Alguns problemas do cenário internacional possivelmente extrapolam a capacidade de atuação das atuais organizações internacionais, como a proliferação de conflitos bélicos e alguns episódios de extermínios coletivos no mundo. Massacres de populações civis por razões políticas como na Indonésia em 1965, ou no Camboja em 1975 e 1977 são exemplos desta problemática no cenário internacional.<sup>283</sup>

Igualmente, organizações internacionais como as Nações Unidas não foram capazes de lidar de forma eficiente com a fratura do cenário internacional em um mundo caracterizado por regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas.

---

invented by Sir Thomas More, and it means literally “nowhere.” The real problem, with all utopias of which I am aware, is not only that they have existed nowhere heretofore but that they seem to me, and to many others, dreams of heaven that could never exist on earth. Utopias have religious functions and they can also sometimes be mechanisms of political mobilization. But politically they tend to rebound. For utopias are breeders of illusions and therefore, inevitably, of disillusion. And utopias can be used, have been used, as justifications for terrible wrongs.” Ibid., 1.

<sup>282</sup> Celso Amorim. *Discursos, palestras e artigos do Chanceler Celso Amorim*, 231.

<sup>283</sup> Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – O Brasil no mundo que vem aí: A Reforma da ONU*. (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010), 126.

Além disso, a degradação do meio ambiente em um mundo onde aproximadamente um bilhão de pessoas não tem acesso a abastecimento de água potável, bem como, entre outros problemas, o descontrole do sistema financeiro internacional<sup>284</sup> repetidamente proporciona a bancarrota de regiões do planeta, ilustram os desajustes que o governo do Presidente Lula demandou alterações.

Apesar do desenvolvimento econômico recentemente experimentado por algumas regiões do planeta, como é o caso da China que já retirou um número superior a quatrocentos milhões de pessoas da pobreza,<sup>285</sup> existem ainda no mundo mais de um bilhão de outros indivíduos que padecem das mais extremas necessidades.

Estados inteiros se confrontam com situações que potencializam esta realidade, como constantes conflitos armados, dependência de recursos naturais, má governação e péssimas políticas econômicas em seus países. Para este bilhão de homens e mulheres, muitas são as ações das instituições internacionais que buscam amenizar a pobreza, contudo, são raras as atuações que conseguem resolver o problema.<sup>286</sup>

Desta forma, é possível conjecturar que as instituições internacionais com suas atuais formatações não são hábeis para contornar alguns dos problemas enfrentados pelo mundo quando estes excedem as fronteiras estatais, a exemplo da atuação de instituições como o Banco Mundial em campos como pobreza, educação e saúde.

---

<sup>284</sup> Ibid., 126-130.

<sup>285</sup> Muhammad Yunus, *Criar um mundo sem pobreza: o negócio social e o futuro do capitalismo*. (Lisboa: Difel, 2008), 24.

<sup>286</sup> Paul Collier. *Os Milhões da Pobreza: Por que motivo os países mais carenciados do mundo estão a ficar cada vez mais pobres?*(Alfragide: Casa das Letras, 2010), 105.

Assim, sem recair em uma forma de idealismo como pode ser caracterizado o período entre as duas grandes guerras do século XX,<sup>287</sup> a institucionalização de um mundo acentuadamente interdependente que veio a legitimar alterações em uma ordem mundial na segunda metade do século XX, na visão do governo brasileiro da última década, clama por severas alterações em sua estrutura.

A problemática reside na diferenciação entre as capacidades dos diversos atores internacionais. Uma vez que, mesmo se assumirmos como semelhante a definição de alguns atores do mundo contemporâneo, a exemplo dos Estados, não exatamente existe uma igualdade de condições nas ações destes atores no cenário internacional.

De tal forma, a diplomacia brasileira no século XXI enfrenta a problemática sobre a capacidade de atribuição de condições equitativas entre os atores internacionais em um cenário marcado pela desigualdade entre esses atores, especialmente, entre as diversas comunidades políticas independentes do mundo.

Contudo, pautado pela certeza no desenvolvimento da humanidade como um todo, porém, cerceado por uma realidade contratual entre os atores internacionais, o Presidente Lula acredita ser capaz de ajudar “a construir uma nova agenda para o

---

<sup>287</sup> Idealismo proposto de forma institucionalizada pela Liga das Nações, que, contudo, em sua interação com a realidade, foi incapaz de enxergar os acontecimentos que acabaram por resultar na Segunda Guerra Mundial. Na argumentação de Edward Carr: “Em 10 de setembro de 1931, Lord Cecil havia dito à Assembleia da Liga das Nações que ‘difícilmente terá havido um período na história do mundo em que a guerra parecesse tão pouco provável quanto atualmente’. Em 18 de setembro de 1931, o Japão começou sua campanha na Manchúria e, no mês seguinte, o último país importante que continuava a aderir ao princípio de livre comércio tomou as primeiras medidas para a introdução de uma tarifa geral.” Edward Carr. *Vinte anos de Crise*, 50.

desenvolvimento em face dos desafios da globalização,”<sup>288</sup> entendendo que o processo acentuado de globalização vigente poderia ser um instrumento para o desenvolvimento das nações, desde a perspectiva de repartição dos benefícios deste processo de forma mais igualitária entre todos.

Luiz Inácio Lula da Silva é repetitivo em assegurar que “a eliminação da fome, a redução da pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável devem ser uma preocupação de todos os países, inclusive e, sobretudo, dos mais ricos.”<sup>289</sup>

A insistência do Presidente reside na hipótese que este atual processo de globalização, ou ainda, a existência de diversas redes que interdependência entre os atores mundiais, não necessariamente implica na universalidade de possibilidades para todos. Porque “em muitos aspectos a globalização pode trazer consigo um abismo cada vez maior entre ricos e pobres. Ela não pressupõe nem homogeneização nem equidade.”<sup>290</sup>

Apresentando dados no início de seu governo, o Presidente Lula afirma que “cinquenta e cinco países em desenvolvimento [no mundo] cresceram menos de dois por cento ao ano. Vinte e três viram regredir sua riqueza. Somente dezesseis tiveram expansão média acima de três por cento ao ano,” enquanto a desigualdade entre os mais pobres e o mais ricos tem crescido vertiginosamente no período.<sup>291</sup>

---

<sup>288</sup> Brasil. Ministério das *Relações Exteriores. Resenha de Política Exterior do Brasil nº 94*. (Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2004), 158.

<sup>289</sup> Ibid.

<sup>290</sup> Joseph Nye. *O Paradoxo do Poder Americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. (São Paulo: Editora UNESP, 2002), 142.

<sup>291</sup> Discurso do Presidente Lula na abertura da XI Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento – UNCTAD: Sobre o aumento da desigualdade, Lula salienta

Assim, um projeto para sustentar a adequada sobrevivência dos povos desde a perspectiva do governo do Brasil daquele período está pautado na necessidade de investimento em infraestrutura, com a expectativa de incrementos na produtividade das regiões alvo destes investimentos, com os respectivos crescimentos em emprego e renda, tratando-se de um imperativo para a garantia da “paz e o efetivo cumprimento dos direitos humanos,”<sup>292</sup> pelo menos, na região de direta influência geográfica do Brasil.

Nas palavras do Presidente Lula, “ao final da Segunda Guerra, por exemplo, as economias beneficiadas pelo Plano Marshall recuperaram sua força rapidamente. O financiamento maciço espantou a depressão e gerou uma espiral de prosperidade.”<sup>293</sup>

Dentro da perspectiva brasileira, são ações como estas que o mundo reclama nos primeiros anos do século XXI, ações capazes de criar emprego e renda, concretizando assim a paz e o progresso.<sup>294</sup>

Deste modo, o Brasil mostra atitudes menos passivas no cenário internacional, entre outras perspectivas, porque acredita que possui força suficiente para tais ações. Assim, a política externa acaba por ser caracterizada como fundamental para a realização das

---

que “nos anos 60, quando a UNCTAD foi criada, a renda per capita das nações mais pobres era de 212 dólares. A dos mais ricos passava de 11.400 dólares. Quarenta anos depois, a dos mais pobres ainda está em 267 dólares, enquanto a renda per capita dos países mais ricos quase triplicou, chegando a 32.400 dólares.” Brasil. Ministério das *Relações Exteriores. Resenha de Política Exterior do Brasil n° 94*, 158.

<sup>292</sup> Ibid.

<sup>293</sup> Ibid.

<sup>294</sup> Ibid.

metas do governo naquele período, resultando em uma tentativa de redefinição do lugar ocupado pelo país no mundo.

Esta tentativa de reposicionamento está apoiada em políticas e resultados como a consolidação do MERCOSUL e a aproximação com a América do Sul como um todo. Ainda, o governo brasileiro durante o governo Lula, da mesma forma como já operado durante a gestão do Presidente Fernando Henrique, resolve perdoar dívidas de países africanos que tiveram impacto direto na formação da cultura brasileira, em última análise, ajudando no desenvolvimento dos países da África, com especial atenção aos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).<sup>295</sup>

A análise da atuação da diplomacia brasileira no período em que o Brasil foi governando pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assim, descrita por um forte apelo social, ilustra um deslocamento da política externa do país baseada em uma alargada crença na formatação das instituições multilaterais do mundo para a necessidade de reforma destas instituições, para que assim, seja legítima a atuação destas no ordenamento do cenário internacional.<sup>296</sup>

Ainda, o Estado brasileiro procura acelerar um processo de modificação da estrutura do Estado, buscando modernizar as relações dos indivíduos com suas próprias

---

<sup>295</sup> Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 261-263.

<sup>296</sup> Nas palavras do Presidente Lula, o Brasil não irá mais aceitar “participar da política internacional como [...] os coitadinhos da América Latina, um ‘paisinho’ do terceiro mundo, um ‘paisinho’ que tem criança na rua, um ‘paisinho’ que só sabe jogar futebol e só sabe pular carnaval.” Lula aponta que o Brasil é um país de muitas grandezas, “tem intelectuais, tem cientistas, tem trabalhadores [...] este país tem tudo para se igualar a qualquer país do mundo. E disto nós não abrimos mão.” Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 206-208.

fronteiras por meio da institucionalização de grandes uniões entre as comunidades políticas interdependentes.

Neste aspecto, o Brasil daquele período encontra-se diante de dois caminhos, tendo que escolher entre um aprofundamento das relações entre seus vizinhos sul-americanos ou em contrapartida, uma união mais abrangente entre as Américas.

Levando em consideração os anseios de construção de uma realidade doméstica e internacional mais justa para os indivíduos, a questão que se apresentava já desde alguns anos ao Brasil era se, por um lado, o país deveria aderir a uma liderança maior neste processo de integração.

Neste caso, existia a expectativa que outro Estado viesse a estabelecer os rumos para todos os envolvidos, situação onde esta comunidade política viria a auferir vantagens com tal processo, ao mesmo em que haveria a expectativa que este Estado garantisse uma existência mais adequada para todos.<sup>297</sup>

Por outro lado, apresenta-se ao Brasil a real oportunidade de institucionalizar um processo de integração regional onde o Estado mais poderoso seria o próprio Brasil, sendo este igualmente responsável pelo desenvolvimento de todos os envolvidos.

Assim, da mesma forma como aconteceria na alternativa de uma integração entre as Américas, onde a liderança seria estabelecida pelos Estados Unidos, o Brasil busca

---

<sup>297</sup> Entre outras abordagens, a teoria da estabilidade hegemônica consegue argumentar sobre o papel de uma grande potência em, por um lado, definir as regras de um determinado agrupamento de Estados, auferindo vantagens com esta posição de hegemonia, enquanto por outro aspecto, deste mesmo Estado hegemônico espera-se o auxílio aos demais Estados não desenvolvidos, como a criação de um espaço justo para o comércio internacional ou o provimento de segurança coletiva para as comunidades envolvidas. Robert Gilpin. *A Economia Política das Relações Internacionais*, 94-95.



receber ganhos políticos no cenário internacional por meio de uma aliança, não com as Américas, contudo, com a América do Sul.

A questão do desenvolvimento social e a erradicação da pobreza possivelmente delimitam tal decisão do governo brasileiro. Porque, se é verdadeiro que a sobrevivência pauta a realidade do cenário internacional, igualmente, é verdadeiro que existem diferentes modos para se atender esse requisito de sobrevivência.

De posse deste discurso, o governo do Presidente Lula rompe declaradamente<sup>298</sup> com a hegemonia histórica dos Estados Unidos diante da América do Sul, fazendo política em um cenário Realista pautado por um discurso Revolucionário da necessidade da alteração da realidade internacional com vistas a uma existência mais justa para todos.

De grande complexidade para o analista das Relações Internacionais, o governo do Presidente Lula em atenção à existência da fome e da pobreza no Brasil e no mundo, ou seja, desde uma perspectiva elementar de sobrevivência dos seres-humanos consegue, de forma bastante sofisticada, ajudar a desenvolver na América do Sul um regime de liderança brasileira.

Entretanto, esta liderança baseada na capacidade alargada de recursos naturais e financeiros do Brasil, de sua superioridade territorial e populacional, entre outros fatores, pauta-se por um aberto ordenamento normativo, baseado em regras contratuais estabelecidas como apropriadas no cenário internacional contemporâneo.

---

<sup>298</sup> Rompimento especificamente relativo à tentativa norte-americana de estabelecer uma Área de Livre Comércio nas Américas. Historicamente o Brasil tem variado em alinhamentos e desalinhamentos com a política externa norte-americana, não sendo esta a primeira vez em que o Brasil se posicionou de forma contrária aos interesses dos Estados Unidos na região ou no mundo.

Assim, a complexidade deste cenário fica aparente quando a já descrita necessidade de sobrevivência, pautada por ações contratuais que estabelece uma liderança natural do Brasil na América do Sul, confronta-se com os objetivos declarados do país, que são melhorias do cenário internacional como um todo, desenvolvendo a existência da humanidade em sua universalidade desde alguns conceitos igualmente julgados como apropriados pelo mundo ocidental.

Ou seja, dentro das perspectivas trabalhadas nesta tese, o ambiente internacional acaba por impor uma perspectiva Realista de sobrevivência aquele governo, ao mesmo tempo em o Brasil acaba por maximizar seu poder no mundo pela liderança em uma empreitada mundial pela igualdade, em última análise, também definindo uma sobrevalorização da sobrevivência e do acúmulo de recursos por parte do Brasil no mundo neste período.

Contudo, é um sentido de modificação da realidade que alimenta a justa repartição de recursos entre os Estados aparente nos discursos do Presidente Lula, propondo um ideal Revolucionário para o ambiente internacional que notoriamente é regulado por hábitos e contratos que tornam relativamente possível a luta por este ideal dentro de um cenário Racionalista.

Desta forma, dentro das *Tradições de Pensamento*, a tentativa de construção de um ordenamento mundial mais justo pelo governo do Presidente Lula encontra dificuldade em estabelecer um espaço explicativo entre uma perspectiva Realista, Racionalista ou Revolucionária, demonstrando no mínimo, a complexidade das ações daquele governo no período, a sofisticação do cenário internacional como um todo, e o enredamento das Relações Internacionais.

No entanto, parece certo que, desde diferentes pontos de análise ou preferência de analistas e decisores políticos, a realidade do cenário internacional, as intenções do governo do Presidente Lula, as motivações dos países do hemisfério sul que aderem a um projeto de igualdade mundial descrito, entre outros fatores, caracterizam-se, apesar da dificuldade de alocação, dentro de uma das linhas teóricas das *Tradições de Pensamento* das Relações Internacionais trabalhadas nesta tese.

### ***Universalismo e a Política Externa Brasileira.***

Como demonstrado na parte anterior desta dissertação, a investigação sobre os oito anos de governo do Presidente Lula consegue evidenciar uma grande preocupação daquela gestão em tentar solucionar, ou no mínimo amenizar, as situações ligadas à desigualdade no Brasil e no cenário internacional, a exemplo da pobreza no mundo.

Assim, se os objetivos do Presidente Lula não fossem ligados a algum tipo de abnegação no cenário internacional, pelo menos assim declarada, como o combate à fome e à erradicação da pobreza de outras comunidades políticas do mundo, poderíamos afirmar, por alguns aspectos, que aquele governo trabalhava sua política externa ancorado em alguns pressupostos Realistas.

Tentando alavancar o poder do Brasil no ambiente internacional, com o objetivo de reposicionar o Estado brasileiro dentro de uma ordem mundial anárquica, o governo daquele período trabalhou na exposição do discurso da necessidade de mudanças institucionais no cenário internacional. Tal situação, em última análise, poderia vir a beneficiar os países em desenvolvimento como um todo, entre eles, especialmente

aqueles com crescente capacidade de se fazerem ouvidos no cenário internacional, a exemplo do Brasil.

Contudo, a ideia de reforma de algumas instituições do ambiente internacional com privilégios para o posicionamento do Brasil no mundo, entre outros propósitos, com objetivos de ajudar populações em extrema necessidade, consegue atribuir grande complexidade à atuação daquele governo na agenda internacional.

Resumidamente, o governo Brasileiro ostenta um discurso divergente de algumas potências na história, basicamente o de auferir poder no cenário internacional para ajudar o mundo, ao invés de oprimir o mesmo ambiente que lhe atribui poder.

Ainda, outros pontos desta complexidade da política externa brasileira ficam aparentes nos resultados esperados nas possíveis alterações no cenário internacional baseados algumas vezes na expectativa de práticas comerciais entre os diversos atores envolvidos.

Assim, é possível que o país tenha buscado demonstrar um discurso brasileiro de apropriar-se de lógicas que tornaram alguns atores mais poderosos que outros no cenário internacional histórico, para agora, empreender a construção de um ambiente mais igual.

Em que pese à validade do argumento sobre o desenvolvimento do cenário internacional baseado no republicanismo, em instituições internacionais legítimas em larga cooperação técnica e no comércio internacional, desta forma, sustentando os objetivos do governo brasileiro daquele período em promover tais características em busca de um mundo mais igual para os indivíduos, o Brasil se insere em um complexo

ambiente para além de suas fronteiras que, historicamente, não consegue promover com eficiência tais pressupostos mesmo que sustentando um discurso da necessidade de execução destes.

Portanto, qualquer tentativa de promoção de uma realidade diferente da atual será regulada pela existência de uma realidade vigente, exigindo desta forma, uma postura de coexistência de qualquer política dos atores internacionais em atenção a estes aspectos.

Nesta perspectiva, estrategicamente o Brasil do início deste século fomenta o livre comércio, por exemplo, mas se esforça para estabelecer sólidas ligações com parceiros específicos no mundo em detrimento a outros atores.

Neste sentido, os Estados Unidos são por vezes substituídos por parceiros mais vantajosos nas relações comerciais externas do Brasil. Ainda, a América do Sul recebe forte influência da liderança do poder brasileiro diante de seus vizinhos, e igualmente, o fomento do livre comércio acontece apenas desde a pressão do Brasil juntamente com outros emergentes no mundo, demonstrando a coexistência das políticas externas do Brasil com um cenário internacional de características ao menos parcialmente ligadas a uma política de poder.<sup>299</sup>

---

<sup>299</sup> Entre diversas perspectivas que abordam uma política de poder no mundo, na maioria dos casos, entendendo os Estados Unidos como grande potência contemporânea, Robert Kagan enfatiza a seguinte análise entre o relacionamento dos norte-americanos com regiões que sustentam um discurso não realista no período, como a Europa: “A rejeição europeia da política do poder e suas Forças Armadas em processo de desvalorização no papel de instrumento das relações internacionais, depende da presença militar dos Estados Unidos no solo Europeu. A nova ordem kantiana da Europa só poderia florescer sob a proteção do poder americano, exercido segundo as leis da nova ordem hobbesiana. O poder americano viabilizou a convicção europeia de que o poder já não era mais importante.” Robert Kagan. *Do Paraíso e do Poder: os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial*. (Rio de Janeiro: Rocco, 2003), 75.

Esta postura sofisticada de diversas comunidades políticas do mundo, a exemplo do Brasil e sua luta pela paz e igualdade em um cenário internacional que apresenta igualmente guerra e desigualdade, acaba por gerar uma série de resultados bastante complexos de serem alocados dentro de uma única *Tradição de Pensamento* das Relações Internacionais.

Exemplos desta postura podem ser verificados na posição do Presidente Lula diante da nacionalização dos hidrocarbonetos no Estado boliviano, afetando o Gasoduto Brasil-Bolívia em maio de 2006, simplificadamente, comprometendo os interesses do Brasil no cenário internacional diante do cancelamento unilateral de contratos de exploração da Petrobras naquele país.

Em nota a imprensa, a Presidência da República do Brasil expressa que a decisão boliviana de controlar as riquezas de seu subsolo, bem como a industrialização e transporte de seus recursos naturais é uma decisão soberana daquele país, que deve ser respeitada pelo Brasil, salientando ainda que, da mesma forma como a Bolívia, “o Brasil, como manda sua Constituição, exerce pleno controle sobre as riquezas de seu próprio subsolo.”<sup>300</sup>

Está é uma atitude recorrente da diplomacia brasileira no período, pautada pela defesa da igualdade entre os Estados em um cenário internacional onde o pequeno Estado boliviano, que possui um PIB bastante inferior ao tamanho da economia brasileira, recebe status de igualdade nas relações internacionais, exemplificado pelo episódio em que o Brasil respeita a decisão da Bolívia, ou como salientado pelo Presidente Lula,

---

<sup>300</sup> Eugênio Garcia, *Diplomacia Brasileira e Política Externa*, 722.

pela perspectiva que “todos têm direito a serem atores, que cada ator tem suas razões e que, enfim, nem sempre a razão do mais forte é a mais forte das razões.”<sup>301</sup>

Assim, ratificando uma postura pluralista no cenário internacional, o governo daquele período critica as perspectivas Realistas do mundo, nomeadamente, refutando a expressão das relações internacionais desde uma abordagem majoritariamente militar,<sup>302</sup> desta forma, elegendo outros fatores como norteadores de sua política externa.

Entretanto, alguns dos pontos basilares da política de alguns países em um ordenamento global contemporâneo, como poderia ser o caso do Brasil, podem estar baseados em algum tipo de universalismo nas relações internacionais, por vezes, agindo em detrimento a própria pluralidade de valores do mundo.

Ou seja, a defesa de um mundo plural pautado por alguns conceitos universais sugere, entre outras abordagens, a negação da pluralidade pela alegação de uma suposta universalidade, comumente baseada em três características do discurso universalista contemporâneo praticado mundo, podendo constranger a política externa de alguns Estados no amparo destes valores e verdades eleitas como universais.<sup>303</sup>

---

<sup>301</sup> Discurso do Presidente Lula no Colóquio *Brasil: Ator Global*, realizado em Paris em 13 de julho de 2005. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil n<sup>o</sup> 97*. (Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2005), 41.

<sup>302</sup> Nas palavras do Presidente Lula: “A negação da pluralidade de polos, pretensamente realistas, reduz as relações internacionais apenas à expressão da força militar. Para afirmar a democracia no plano internacional, é preciso reconhecer que a pluralidade de visões é legítima e que há um espaço crescente a ser dado à ação diplomática.” Ibid.

<sup>303</sup> Immanuel Wallerstein. *O Universalismo Europeu: a retórica do poder*. (São Paulo: Boitempo, 2007), 26.

A primeira destas características é o recorrente discurso de líderes de Estados alicerçado na defesa dos Direitos Humanos e na promoção da Democracia. A segunda supõe uma superioridade da civilização ocidental diante de outros povos pelo motivo que esta é a única pautada por conceitos universais, e a terceira, é a construção da verdade que defende que não existem alternativas para os governos do mundo, senão aceitar as leis econômicas vigentes no cenário internacional.<sup>304</sup>

Entretanto, o Brasil que trabalha desde o respeito à vasta pluralidade de poderes e verdades nas relações internacionais, exemplificadas pelo caso da Bolívia ou ainda, presente em diversos discursos do Presidente Lula e de seu corpo diplomático,<sup>305</sup> consegue atravessar com certa marginalidade os pressupostos acima sobre a universalidade como fator de desrespeito à pluralidade.

Nesta perspectiva que, logicamente, não consegue validar completamente uma conclusão sobre a tentativa de imposição de certos ideais ao cenário internacional como um todo, o Brasil cumpre o papel da defesa dos Direitos Humanos e da Democracia no mundo, contudo, não deixa de estabelecer relações com países notoriamente problemáticos neste assunto, como é o caso do Irã.

As relações do Brasil com o Irã são um claro exemplo do respeito à soberania alheia demonstrada pelo governo brasileiro no início deste século. Já no final do segundo

---

<sup>304</sup> Ibid.

<sup>305</sup> Discurso do Presidente Lula para formandos do Instituto Rio Branco no ano de 2003: "Eu tenho dito em todos os lugares: não existe na face da Terra nenhum interlocutor que respeite um outro interlocutor se um deles estiver de cabeça baixa, se um deles agir de forma subalterna. Nós respeitamos todo mundo, nós respeitamos desde um país pequeno, como um Paraguai, a um país grande como os Estados Unidos. Queremos tratar os dois em igualdade de condições e queremos ser tratados pelos dois em igualdade de condições." Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 51-53.



mandato do Presidente Lula a frente do Brasil, a diplomacia do país resolve, além de fornecer apoio ao direito do Irã desenvolver seu programa nuclear para fins pacíficos,<sup>306</sup> igualmente buscar mediar a problemática situação daquele país junto às Nações Unidas.

Em última análise, isso consegue ilustrar a capacidade de aceitação tanto dos descumprimentos de alguns preceitos universais como os Direitos Humanos e o ideal democrático, como consegue demonstrar a capacidade da política externa brasileira de aceitar verdades não ocidentais como realidades a serem respeitadas naquele período.

Reunidos na cidade de Teerã em 17 de maio de 2010, os responsáveis pela diplomacia de Brasil, Turquia e Irã<sup>307</sup> afirmam a extrema convicção no tratado de não proliferação de armas nucleares, negociando um depósito de urânio enriquecido de propriedade do Irã em solo Turco com vistas a acabar com as tensões criadas pelo Grupo de Viena sobre o enriquecimento de Urânio por parte do Irã naquele período.<sup>308</sup>

Ainda pontuado uma perspectiva sobre a universalidade de valores frente a pluralidade do mundo, a política externa brasileira do governo do Presidente Lula, em

---

<sup>306</sup> Comunicação por ocasião da IV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do IBAS – Declaração de Brasília de 15 de abril de 2010: “The leaders recognized the right of Iran to develop nuclear programs for peaceful purposes in keeping with its international obligations. They called upon Iran to fully cooperate with the International Atomic Energy Agency (IAEA) and comply with the relevant UNSC resolutions. They reiterated the need for a peaceful and diplomatic solution of the issue.” Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil n° 106*. (Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2010), 386.

<sup>307</sup> Representado os respectivos países nesta ocasião durante do ano de 2010: Manucher Mottaki, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Irã. Ahmet Davutoglu, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

<sup>308</sup> Declaração conjunta de Irã, Turquia e Brasil em 17 de maio de 2010. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil n° 106*, 440-441.

que pese a aceitação da lógica política e econômica liberal do planeta, rompe, pelo menos em parte, com a perspectiva de que a atual configuração político-econômica do mundo figura como única alternativa para existência no cenário internacional.

Tal argumento fica claro quando abordada uma das grandes bandeiras do governo do Presidente Lula neste período, ou especificamente, a necessidade de reforma das Nações Unidas, entre outras importantes organizações internacionais como as de caráter financeiro.

A diplomacia brasileira argumenta, entre outros pontos, que o continente africano, por exemplo, com mais de cinco dezenas de países, não possui nenhum representante no Conselho de Segurança da ONU, da mesma forma que outros Estados experimentam situação semelhante, demandando um assento permanente naquela instituição, a exemplo de Brasil, Índia, Alemanha e Japão.

A argumentação está baseada no pressuposto de que a representação dos governos necessita se desvincular do passado de nosso mundo, e desta forma, uma nova ordem mundial precisa estar atenta às modificações e as necessidades do futuro, para assim, construir o arranjo político e institucional necessário para um legítimo ordenamento do cenário internacional.<sup>309</sup>

---

<sup>309</sup> Entrevista com o Presidente Lula na Revista *The Economist* de 24 de fevereiro de 2006. “[...] de vez em quando, vejo o dirigente político se preocupar com uma coisa que aconteceu no século XIX, no século XVIII, meu Deus do céu! Eu acho que nós temos que ter maturidade e sensibilidade para fazer com que isso faça parte da história e encontrar possibilidades de fazer novos acordos para o futuro [...] não estamos governando para os que já foram, nós estamos governando para os que vêm depois.” Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 331-242.

Assim, o desejo do Brasil de possuir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU leva o país a se lançar em diversas investidas no cenário internacional, a exemplo da coordenação das Operações de Paz no Haiti. Os custos financeiros e conceituais de tal atitude conseguem ilustrar a energia despendida pelo Brasil para que tal modificação nas Nações Unidas seja concretizada no futuro.<sup>310</sup>

De tal forma, o Brasil ao mesmo tempo em que busca acatar realidades distintas como aqui exemplificadas pelo relacionamento com Irã e Bolívia, igualmente reitera o esforço internacional em repudiar a violência como forma de resolução de conflitos,<sup>311</sup> como no caso da problemática situação enfrentada pela população de Gaza.

O Presidente Lula é categórico em clamar pela paz para os intermináveis problemas no Oriente Médio, inserindo o Brasil entre as nações que podem mediar as relações conflituosas entre alguns países da região.<sup>312</sup>

Neste mesmo tema, a sofisticação o governo brasileiro em seus negócios externos fica aparente quando o país afirma que “não está interessado nos resultados políticos e nos

---

<sup>310</sup> Tullo Vigevani & Gabriel Cepaluni. *A Política Externa Brasileira*, 153.

<sup>311</sup> Discurso do Presidente Lula durante solenidade do dia internacional em memória das vítimas do holocausto, realizado em São Paulo em 27 de janeiro de 2009: “O Brasil não aceita a escalada da violência como solução para os conflitos. Lamentamos profundamente a morte de civis, mulheres e crianças. Conclamamos o pronto estabelecimento das condições que permitam a plena retomada da assistência humanitária à população de Gaza e a tranquilidade para a população de Israel.” Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil nº 104*. (Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2009), 41.

<sup>312</sup> Discurso do Presidente Lula durante solenidade do dia internacional em memória das vítimas do holocausto: “O Brasil tem condições e credenciais para participar, junto com outros países, de iniciativas que conduzam a um consenso para superar a violência e a irracionalidade.” *Ibid.*

dividendos econômicos que podem ser obtidos na região, [Oriente Médio]. Nosso interesse exclusivo é o de contribuir para a paz duradoura e definitiva na região.”<sup>313</sup>

Assim, embora distante da realidade da política externa de grandes potências mundiais, como os Estados Unidos com os conflitos deflagrados por este país recentemente no Oriente Médio, a presença militar do Brasil do mundo se faz presente por meio de diversas Missões de Paz das Nações Unidas.

Desde o ano 1947 Brasil participa destas operações, tendo estado em missões nos Balcãs, no Canal de Suez, no Oriente Médio, enviando tropas para as Américas, Ásia e África nas últimas sete décadas, culminando com a liderança da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)<sup>314</sup> no ano de 2004.

Apesar de algumas análises controversas sobre o tema,<sup>315</sup> o Brasil possui sua mais expressiva atuação nas operações de manutenção da paz junto às Nações Unidas na liderança dos episódios ocorridos no Haiti. Entre os anos de 2004 a 2010, o país enviou um contingente de mil e duzentos militares, que ainda nos primeiros anos da segunda década do século XXI, continuam a atuar no Haiti.<sup>316</sup>

---

<sup>313</sup> Ibid.

<sup>314</sup> Participam da MINUSTAH a Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Equador, El Salvador, França, Guatemala, Indonésia, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Filipinas, Coreia do Sul, Sri Lanka, Estados Unidos e Uruguai. Omar Thomaz. “O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou.” *Novos estudos - CEBRAP*, n. 86 (2010), 24.

<sup>315</sup> A frente de uma tropa que contempla a participação de diversas outras nações do mundo, o batalhão brasileiro no Haiti pode estar apenas representando as Nações Unidas, sendo a “presença específica brasileira no Haiti [...] algo para consumo interno dos brasileiros.” Ibid.

<sup>316</sup> Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Diplomacia Brasileira para a Paz*. (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012), 264.

Ainda, com o desastre ocorrido com o terremoto no início de 2010, o Brasil aumentou seu contingente na região para dois mil e cem militares, tendo uma expressiva atuação à frente da missão composta por mais de oito mil e quinhentos homens oriundos de quase duas dezenas de países, comandada pelas Forças Armadas Brasileiras.<sup>317</sup>

Estes esforços, embora diferentes da tentativa de imposição dos interesses nacionais sobre uma comunidade específica, ilustram o empenho do país em se fazer respeitado no cenário internacional, lutando neste caso, pela institucionalização deste status.

Assim, da mesma maneira como em governos anteriores ao do Presidente Lula, é reiterada por esta gestão a confiança do Brasil em um organismo multilateral como as Nações Unidas,<sup>318</sup> demandando alterações nesta instituição que não mudou em um mundo que sofreu severas alterações, e assim, apresenta realidades muito diferentes de quando a Organização das Nações Unidas foi criada a mais de meio século atrás.<sup>319</sup>

O governo do Brasil salienta que os países em desenvolvimento passam a contar com cada vez mais voz no processo decisório de diversos assuntos no cenário internacional, e assim, é essencial para que a legitimidade destas instituições seja mantida, que exista

---

<sup>317</sup> Ibid.

<sup>318</sup> Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 58ª Assembleia Geral das Nações Unidas, na cidade de Nova York em 23 de Setembro de 2003: “A reforma da ONU tornou-se um imperativo, diante do risco de retrocesso no ordenamento político internacional. É preciso que o Conselho de Segurança esteja plenamente equipado para enfrentar crises e lidar com as ameaças à paz. Isso exige que seja dotado de instrumentos eficazes de ação.” Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 54-69.

<sup>319</sup> Ibid.

um aumento da real participação destes Estados nas Nações Unidas e em diversas outras instituições internacionais.<sup>320</sup>

Além da obstinação brasileira na alteração das instituições políticas, fica evidente nestes fatos a postura que tenta impor normas em um cenário internacional anárquico que, contudo, executa tal ação em concordância com a expressão da vontade de seu povo, que decide por meio de uma constituição respeitar, acima de tudo, os povos diferentes do Brasil.<sup>321</sup>

Tal pressuposto fica novamente claro na deflagração da segunda Guerra do Iraque, situação onde o Brasil lamentou publicamente o início da ação militar liderada pelos Estados Unidos, “particularmente, o fato de que os recursos ao uso da força se deu sem a expressa autorização do Conselho de Segurança,”<sup>322</sup> fazendo com o que o governo brasileiro, por meio de sua representação nas Nações Unidas, apelasse formalmente

---

<sup>320</sup> Em Documento de Posição dos países em desenvolvimento na Reunião do G8 em St. Petersburgo em 16 de julho de 2006. (África do Sul, Brasil, China, Índia, México e República do Congo), fica registrado: “A crescente participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios do sistema das Nações Unidas e de outras organizações internacionais é essencial para assegurar resultados mais equilibrados e legítimos.” Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil n° 99*. (Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006), 237.

<sup>321</sup> Art. 4º da Constituição do Brasil: “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político.” Parágrafo único. “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.” Brasil. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 5.

<sup>322</sup> Discurso do Embaixador Ronaldo Sardenberg, representante do Brasil nas Nações Unidas, no dia 26 de março de 2003. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil n° 92*, 71.

para a “cessação das hostilidades, a restauração da paz e o respeito à integridade territorial e à soberania do Iraque.”<sup>323</sup>

Em um breve pronunciamento sobre o conflito no ano de 2003, o Presidente Lula enfatiza mais do que qualquer outro aspecto, o sofrimento dos inocentes envolvidos no conflito, pronunciando-se ainda preocupado com o agravamento das instabilidades no Oriente Médio.<sup>324</sup>

Demonstrando severo apego ao multilateralismo na resolução dos problemas envolvendo o Oriente Médio e os Estados Unidos, a diplomacia brasileira consegue imprimir uma atitude mais firme frente ao cenário internacional neste episódio, demonstrando assim, a representação da vontade do povo brasileiro sobre o ordenamento global.<sup>325</sup>

Por fim, sob a perspectiva da possível contraposição do universalismo com o pluralismo, a não ingerência em assuntos de outras comunidades nacionais é mais uma vez exposto no relacionamento do Brasil com governos de países da América do Sul.

Em entrevista a revista de grande circulação mundial,<sup>326</sup> o Presidente Lula responde aos questionamentos sobre o posicionamento do Brasil quando este apoia governos

---

<sup>323</sup> Ibid.

<sup>324</sup> Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 33.

<sup>325</sup> Pronunciamento à nação realizado pelo Presidente Lula sobre o conflito no Iraque em 20 de março de 2003: “[...] estou certo de que, com todas essas atitudes, interpreto o sentimento do povo brasileiro, que deseja viver num mundo pacífico, em que as normas do direito internacional sejam plenamente respeitadas.” Ibid.

<sup>326</sup> *The Economist*. Edição de 24 de fevereiro de 2006. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 331-342.

democráticos de postura questionável por algumas potências ocidentais, a exemplo da gestão de Hugo Chávez na Venezuela,<sup>327</sup> em período contemporâneo a Luiz Inácio Lula da Silva.

Para o Presidente Lula, não seria papel do Brasil, criticar governos democraticamente eleitos em todo o mundo. “O Brasil defende a autodeterminação dos povos, portanto [...] Hugo Chávez é um problema da consciência política do povo da Venezuela,”<sup>328</sup> o que certamente consegue encerrar a demonstração de uma postura complexamente plural e disposta a aceitar diversas realidades do cenário internacional por parte do governo do Brasil.

Diante da problemática em estabelecer instituições além das fronteiras estatais com formatação multilateral que consigam preservar o espaço de operação dos processos democráticos internos, desta forma, respeitando as vontades dos povos constituintes de tais instituições,<sup>329</sup> o Brasil do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos primeiros anos deste século consegue estabelecer novos marcos, se não para o mundo, certamente para o futuro da diplomacia brasileira, em última análise, tornando ainda mais complexa a tentativa de alocação das ações e motivações daquele governo dentro de uma única *Tradição de Pensamento* das Relações Internacionais.

---

<sup>327</sup> Uma das primeiras ações do governo do Presidente Lula em âmbito internacional foi a oferta de ajuda externa ao vizinho Venezuela, que enfrentava uma crise política advinda de uma longa greve geral no país. Paulo Vizentini. *Relações Internacionais do Brasil*, 108.

<sup>328</sup> *The Economist*. Edição de 24 de fevereiro de 2006. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 331-342.

<sup>329</sup> Para Joseph Nye, “o verdadeiro desafio político é tornar o mundo seguro para que os diferentes tipos de economias nacionais prosperem lado a lado.” Joseph Nye. *O Paradoxo do Poder Americano*, 265.



## *O Brasil e a Tentativa de Construção de uma Governança Alternativa*

Diversos pensadores nas Relações Internacionais concordam que as transições de poder dos ordenamentos históricos do cenário internacional são por vezes os resultados, e por outras as causas, de grandes conflitos mundiais. A ascensão da Alemanha antes das duas grandes guerras mundiais do século XX, ou ainda, a grande rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética na segunda metade deste mesmo século ilustram esta argumentação na história recente.<sup>330</sup>

Contudo, o período que segue o final da Guerra Fria apresenta ao mundo um questionamento sobre a construção de uma ordem multipolar entre diversas potências no cenário internacional, bem como, por outra perspectiva, suscita a edificação de uma *Pax Americana*, liderada pela grande potência contemporânea, os Estados Unidos.<sup>331</sup>

De tal modo, as modificações ocorridas no cenário internacional nos últimos anos apontaram primeiramente as possibilidades e posteriormente a necessidade das comunidades políticas internacionais optarem pela formação de formas de governança alternativas no cenário internacional, seja de perspectiva econômica, seja de viés político.<sup>332</sup>

---

<sup>330</sup> Joseph Nye. *Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à teoria e à história*. (Lisboa: Gradiva, 2002), 275.

<sup>331</sup> Ibid.

<sup>332</sup> Um dos elementos centrais para a teorização das Relações Internacionais é salientado por Hedley Bull em seus estudos sobre a anarquia e existência de uma Sociedade Internacional: "Whereas men within each state are subject to a common government, sovereign states in their mutual relations are not. This anarchy it is possible to regard as the central fact of international life and starting-point of theorizing about it. A great deal of the most fruitful reflection about international life has been concerned with tracing the consequences in it of this absence of

Entre outras perspectivas, é possível que a estabilidade do cenário internacional como um todo demande a existência de uma liderança<sup>333</sup> em um ambiente internacional, a exemplo da preponderância de algumas comunidades políticas dentro do atual cenário de interdependência formado pelo agrupamento de Estados dentro de uma ideologia liberal vigente no mundo contemporâneo.

Esta liderança tende a desempenhar diversas funções na economia mundial, como a criação de normas e regimes internacionais com o objetivo de limitar os conflitos, ou assegurar a equidade e facilitar acordos no cenário internacional. Igualmente, o fornecimento e a manutenção de bens coletivos como livre comércio, moeda internacional estável e segurança internacional acabam por caracterizar funções desta liderança em seu sistema de atuação.<sup>334</sup>

Por esta abordagem, a dominação de um poder sobre os outros pode contribuir para a manutenção da ordem da política mundial, entretanto, a estabilidade desta liderança depende de certo grau de consentimento por parte dos demais Estados, uma vez que, diferentemente de um poder imperial, não há uma imposição direta de regras, ou seja, as hegemônias necessitam da cooperação para aplicar seus regimes e regras.<sup>335</sup>

---

government." Hedley Bull. *Society and Anarchy in International Relations*. In Herbert Butterfield & Martin Wight. *Diplomatic Investigations: Essays in the Theory of International Politics*. (Cambridge: Harvard University Press, 1966), 35.

<sup>333</sup> Segundo Robert Gilpin, um sistema liberal para ser estável demanda um poder hegemônico. Robert Gilpin. *A Economia Política das Relações Internacionais*, 94-95.

<sup>334</sup> Ibid.

<sup>335</sup> Robert Keohane. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. (Princeton: Princeton University Press, 1984), 40-41.

De tal modo, a liderança de um Estado sobre as demais economias é exercida principalmente através do controle do capital financeiro, dos recursos naturais e do desenvolvimento e domínio sobre novas tecnologias.<sup>336</sup>

Ainda, o desenvolvimento da potência hegemônica pode atuar como um estímulo ao crescimento das demais economias do sistema internacional, estimulando o crescimento de outras, bem como, oferecendo financiamento a alguns países por meio de investimentos em comunidades políticas em desenvolvimento neste cenário.<sup>337</sup>

Em que pese seja bastante lógico a atuação de uma superpotência, ou um agrupamento de Estados poderosos no mundo capazes de implantar determinadas normas no cenário internacional, a exemplo do atual liberalismo e suas sofisticações no tempo, de forma regional, igualmente algumas comunidades políticas acabam por exercer determinada liderança em seus círculos de atuação.

Assim, ainda que de forma diferente de uma hegemonia de porte planetário, a liderança regional de um Estado igualmente proporciona o estabelecimento de rumos para uma região, auferindo resultados positivos para si mesmo, ao mesmo tempo em que tende a devolver aos seus parceiros regionais alguns bens coletivos, como o fomento ao comércio, o estabelecimento de fóruns multilaterais para resolução de litígios, ou ainda, o investimento em infraestruturas.

Nesta perspectiva, o Brasil do início do século XXI opta pelo aprofundamento de um projeto de integração regional com seus vizinhos sem a interferência direta de uma

---

<sup>336</sup> Robert Gilpin. *A Economia Política das Relações Internacionais*, 94-95.

<sup>337</sup> Ibid.

grande potência capaz de exercer a liderança do grupo de países geograficamente próximos ao país.

Entre outros motivos, isso se deve a perspectiva de que para o Estado brasileiro não interessa nenhum tipo de instabilidade em sua vizinhança, principalmente em regiões de fronteira pouco habitadas do país em seu eixo norte com Estados como a Venezuela, Bolívia, Peru, entre outros.<sup>338</sup>

Assim, o exercício de uma liderança na região poderia vir a prevenir problemas não só na região exterior, mas no próprio solo brasileiro, como já aconteceu no passado com as relações com a Colômbia, por exemplo, imersa em uma guerra civil no período trazendo problemas para a população brasileira na fronteira Amazônica.<sup>339</sup>

De tal modo, escolhendo exercer ele mesmo o comando do grupo de países da América do Sul em detrimento de uma associação destes sob a liderança dos Estados Unidos, designadamente, o Brasil elege a UNASUL como via de progresso e integração na América meridional, em prejuízo à opção de integração com as Américas.

Assim, a Área de Livre Comércio das Américas que figurou como um delicado tema em discussão no governo do Presidente Fernando Henrique tem suas negociações praticamente encerradas pelo governo do Presidente Lula.

---

<sup>338</sup> Historicamente a defesa do Estado brasileiro foi inicialmente concentrada em áreas litorâneas devido a heranças dos colonizadores portugueses. Para eles, a principal marca de posse das distantes regiões do Brasil de proporções continentais era a construção de fortalezas ou fortins majoritariamente no litoral Atlântico. Na evolução da ocupação do Brasil na história, diversos programas de desenvolvimento das faixas de fronteiras foram realizados, contudo, ainda deixando enormes faixas territoriais desocupadas em todo o território nacional. Gen. Carlos Mattos. *Geopolítica e Teoria de Fronteiras*. (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990), 98 e 105.

<sup>339</sup> Paulo Vizentini. *Relações Internacionais do Brasil*, 109.

Embora o governo brasileiro tenha demonstrando algum favoritismo à institucionalização de uma integração comercial em todo o continente Americano durante a década de 1990, o posicionamento do Brasil no início deste século foi bastante firme ao sustentar o argumento que somente desde uma perspectiva brasileira tal união seria possível. Ou seja, somente se atendidos os objetivos da política externa brasileira a ALCA poderia se concretizar, posição que veio a interromper as chances de consolidação de tal união entre as Américas.<sup>340</sup>

Assim, embora distante dos ideais norte-americanos neste caso, a política externa brasileira não deixou de reconhecer a importância do peso dos Estados Unidos no mundo, e conseqüentemente, a necessidade de se relacionar com aquele Estado, entre outros motivos, pelo constrangimento que a geografia política da região impõe como realidade para ambos os países.

A América Latina desde a perspectiva de alguns analistas e operadores das relações internacionais pode figurar como uma das zonas estratégicas mais importantes para os Estados Unidos no mundo<sup>341</sup> devido ao seu potencial econômico e político, desta forma, tornando historicamente sensível o relacionamento de Brasil e Estados Unidos.

Segue que a América do Sul possui diversas reservas de água doce e biodiversidade que influem na dinâmica de poder e influência da região. Neste contexto, a Amazônia brasileira é sede de 1/20 da água do mundo e de 2/5 da quantidade deste recurso na

---

<sup>340</sup> Tullo Vigevani & Gabriel Cepaluni. *A Política Externa Brasileira*, 153.

<sup>341</sup> Samuel Pinheiro Guimarães. *Quinhentos Anos de Periferia*. (Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1999), 99.

América do Sul,<sup>342</sup> desta forma, sinalizando os desafios impostos à diplomacia brasileira não apenas desde o aspecto econômico, mas a partir de uma problemática geopolítica mais complexa.

Ainda, o potencial comercial da América meridional é vital para a manutenção da estabilidade construída pelo Estado norte-americano no mundo. Neste sentido, a América do Sul recebe historicamente uma larga influência da necessidade dos Estados Unidos liderar o continente.<sup>343</sup>

Na realidade no período em análise compreendendo a virada do século XX para XXI, o Estado norte-americano diante de um grande déficit externo em sua balança comercial idealiza uma “Iniciativa para as Américas,”<sup>344</sup> já aqui denominada ALCA, que teve seu lançamento durante o governo do Presidente Bill Clinton em 1994 com implantação prevista para 2005.<sup>345</sup>

Contudo, tal perspectiva que teria como horizonte de implantação o período do governo do Presidente Lula acaba por não se concretizar. Entre outros motivos conforme já abordado, porque o Brasil daquele período prioriza a busca por alternativas de inserção e liderança no cenário internacional.

---

<sup>342</sup> Bertha Becker. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*, 33.

<sup>343</sup> Tal perspectiva contemporânea tem seus contornos consolidados pela *Doutrina Monroe* em 1923, situação onde os EUA proíbem o projeto de colonização europeu no continente americano defendendo a “América para os americanos” Nelson Olic & Beatriz Canera. *Geopolítica da América Latina*, 17.

<sup>344</sup> A idealização desta iniciativa tem lugar durante o governo de George Bush no ano de 1990. *Ibid.*, 21-22.

<sup>345</sup> *Ibid.*

Desta forma, o país coloca novos parceiros no lugar dos Estados Unidos como a União Europeia e alguns países em desenvolvimento, operando significativas modificações na inserção do Brasil do mundo, de vital importância para o país diante de suas capacidades e anseios.

Evitando confrontos diretos com os norte-americanos, ficou evidente um distanciamento pacífico entre os países, bem como, esteve aparente a substituição de acordos com a poderosa nação norte-americana por parceiros mais vantajosos aos desejos do país.

Acrescenta-se a isso o apoio que o governo brasileiro conseguiu de algumas nações sul-americanas que cobravam o estabelecimento de uma liderança do país na região, a exemplo da Bolívia, alargando as pretensões do governo do Presidente Lula em efetivamente exercer tal papel na América do Sul.

Entre outros pontos, uma perspectiva de segurança energética pode ter igualmente potencializado o processo de integração e liderança do Brasil diante de seus vizinhos mais próximos.<sup>346</sup>

A exploração e o consumo de recursos energéticos como o petróleo suscitam o conceito de “segurança petroleira”<sup>347</sup> para o Estado brasileiro, imerso em um mundo marcado

---

<sup>346</sup> O Brasil durante o governo do Presidente Lula anuncia a descoberta de uma importante fonte energética no país, sendo um elemento fundamental para o desenvolvimento do Brasil desde perspectivas ligadas a comunicação, transporte, alimentação, ou a um processo de desenvolvimento econômico e social como um todo. Thiago Brito [et al.] “A Dialética da Segurança Energética e a Interdependência das Nações.” In Frédéric Monié & Jacob Binsztok. *Geografia e Geopolítica do Petróleo*. (Rio de Janeiro: Mauad X, 2012), 20.

<sup>347</sup> *Ibid.*, 26.

pela interdependência e disparidade das nações do planeta diante da necessidade de recursos energéticos.<sup>348</sup>

Os incrementos em tecnologia voltados para o desenvolvimento do Brasil fizeram com que a descoberta de grandes reservas de petróleo no chamado pré-sal potencializassem tanto a posição do Brasil como potência emergente no mundo, quando a necessidade de pensar a proteção e inserção deste bem no cenário internacional.<sup>349</sup>

Neste sentido, o Brasil incentiva a atuação de grandes empresas energética na América do Sul, reforçando a atuação do país no cenário internacional a exemplo da atuação das companhias Petrobrás e Eletrobrás. Desta forma, ratificando a posição do Brasil como potência regional dentro da América do Sul, entre outros motivos, pela atuação econômica e comercial ligada ao setor energético em outros países da região.<sup>350</sup>

Outros exemplos desta opção de integração com os geograficamente mais próximos, da decisão de assumir a liderança da América do Sul, e de optar por um distanciamento com os Estados Unidos, igualmente se verificam pela adesão do país ao multilateralismo institucionalizado no mundo durante os últimos anos, desta forma, posicionando o país de forma estratégica no cenário internacional.

A substituição dos acordos bilaterais entre Estados em favor da discussão de assuntos conflitantes em fóruns multilaterais, a exemplo da OMC, que desde 1995 administra os

---

<sup>348</sup> Ibid.

<sup>349</sup> Ibid., 40.

<sup>350</sup> Ibid., 42-43.



complexos desfechos de negociações comerciais no mundo,<sup>351</sup> sugere uma ordem mundial pensada em escala global, atendendo a perspectiva de que, do ponto de vista do desenvolvimento nacional, é possível que nenhum país possa pensar suas políticas unicamente a nível doméstico.<sup>352</sup>

Neste cenário, o Brasil desenvolve ações como a Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana, assim, tornando realidade os objetivos de construção de infraestrutura de transporte, energia e comunicações na América do Sul, como gasodutos, oleodutos e rodovias, necessárias para o câmbio social demandado por toda a região.

O que se verifica é que o Brasil do início do século XXI possui sólidas atitudes na construção de estruturas capazes de viabilizar a integração dos povos sul-americanos.

Desta forma, é o esforço do país na construção de sistemas financeiros, físicos e políticos que efetivamente demonstra os avanços de uma perspectiva meramente voluntarista do Brasil no cenário internacional, principalmente, se ponderamos os ganhos relativos diretos para o país e para a região como um todo.<sup>353</sup>

---

<sup>351</sup> O Brasil é requerente e requerido em diversos processos arbitrados pela Organização Mundial do Comércio, a exemplo de contenciosos com a Argentina, Canada, União Europeia, Estados Unidos, entre outros países, que reclamaram ou sofreram reclamações sobre as negociações comerciais em setores como os têxteis, agronegócio, produção de aeronaves, siderurgia, etc. Ricardo Seitenfus. *Manual das Organizações Internacionais*. (Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012), 220-221.

<sup>352</sup> Paulo Almeida. *Os primeiros anos do século XXI*, 234-235.

<sup>353</sup> Nas palavras de Lula, “A Comunidade Sul-Americana de Nações [que origina a UNASUL] é muito mais do que uma construção política e jurídica, fruto de voluntarismo. Somos 350 milhões de homens e mulheres, determinados a realizar todas as potencialidades de uma região dotada de imensos recursos naturais e humanos.” Discurso do Presidente Lula na 1ª Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) em 29 de setembro de 2005. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 171-175.

A construção de uma rede de conexões energéticas, viárias e de comunicação entre os países é resultado do esforço do Brasil em edificar uma realidade diferente na América do Sul, onde o “Brasil já participa ou participará diretamente em pelo menos um projeto de integração física em cada um dos países da América do Sul,”<sup>354</sup> a exemplo da construção da rodovia Interoceânica com a Bolívia e Peru e a integração energética para exploração de petróleo e gás de forma conjunta com a Argentina e a Venezuela.

Desta forma, a união dos doze países da América do Sul se consolida e se institucionaliza na forma da UNASUL, constituída durante o governo do Presidente Lula em 2008. A União de Nações Sul-Americanas, anteriormente nominada de Comunidade Sul-Americana de Nações em 2004, acaba por se caracterizar em um fórum multilateral de negociação e entendimento entre as nações da América do Sul, com grande impacto na realidade de todos os envolvidos.

A UNASUL é uma organização internacional sul-americana alicerçada por um tripé que contempla a integração econômica e social, a integração física e a integração política. As negociações para criação de um Conselho de Defesa Sul-americano ilustram as intenções dos países em aprofundar tal processo de integração, bem como, apontam a confiança recíproca entre os Estados sul-americanos na construção desta união nestes primeiros anos do século XXI.<sup>355</sup>

---

<sup>354</sup> Ibid.

<sup>355</sup> Aula do Ministro Celso Amorim por ocasião da abertura do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 13 de abril de 2009. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Repertório de Política Externa: posições do Brasil, 2008 – 2009*. (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010), 31-32.

Entre outros entendimentos, o governo brasileiro trabalha com a hipótese de que construção da UNASUL pode vir a operar uma mudança radical da realidade do continente construída durante o século XX, especificamente “descolonizando”<sup>356</sup> o pensamento da elite brasileira, que agora poderia acreditar que a solução para os problemas do Brasil está próxima ao país, e assim, não está fora do continente sul-americano.<sup>357</sup>

Ainda, embora seja visível uma consolidação de alianças com a América do Sul como um todo na busca dos objetivos de uma sobrevivência mais digna com especial atenção aos povos mais pobres, a diplomacia do Presidente Lula igualmente procura aproximação com os países Árabes, imprimindo assim um sentido estratégico na ordem mundial, também se aproximando de Estados como China, Índia, Rússia e África do Sul.<sup>358</sup>

Entre as diversas abordagens que buscaram a construção de alternativas à inserção do Brasil no cenário mundial durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que foi chamado de cooperação Sul-Sul acabou por receber um impacto positivo no cenário internacional, figurando como uma sistemática construção e fomento aos fóruns regionais alternativos.

---

<sup>356</sup> Expressão utilizada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em discurso por ocasião de almoço oferecido pela Presidente da Argentina, Cristina Kirchner, em 22 de fevereiro de 2008 na cidade de Buenos Aires. *Ibid.*, 32-33.

<sup>357</sup> *Ibid.*

<sup>358</sup> Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 261-263.

Exemplos de tais ações são ilustrados pela criação do IBAS,<sup>359</sup> uma cooperação entre Índia, Brasil e África do Sul, ou ainda, ficam bastante claras na diplomacia presidencial daquele período, como as cinco visitas do Presidente Lula ao continente Africano, ainda em seus primeiros anos de governo.<sup>360</sup>

A institucionalização da parceria Índia, Brasil e África do Sul abrangendo temas como o intercâmbio tecnológico e a segurança internacional, a liberalização do comércio agrícola, entre outros, conseguem caracterizar o esforço brasileiro em construir uma cooperação mais alargada entre os Estados do hemisfério Sul.<sup>361</sup>

Contudo é notória a crença do governo do Presidente Lula de que a interação entre os diversos atores internacionais só será possível e ainda, verdadeiramente democrática e representativa quando todos os países forem capazes conduzir seus destinos, incidindo sobre as questões internacionais, a exemplo de “comércio justo, a garantia de paz, a eliminação da fome e da pobreza,”<sup>362</sup> para todos.

Neste aspecto, o Presidente Lula consegue ainda prover mais exemplos de um entendimento multilateral do mundo como norteador da política internacional de seu governo, entre outras ações, lutando para descentralizar a regulamentação do poder na

---

<sup>359</sup> Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul.

<sup>360</sup> Paulo Vizenini. *Relações Internacionais do Brasil*, 112.

<sup>361</sup> Tullo Vigevani & Gabriel Cepaluni. *A Política Externa Brasileira*, 153.

<sup>362</sup> Nas palavras do Presidente Lula por ocasião de uma visita ao parlamento Britânico em 08 de março de 2006: “A comunidade internacional só será verdadeiramente democrática e representativa quando os países em desenvolvimento puderem conduzir seu próprio destino e incidir sobre as questões internacionais, como o comércio justo, a garantia da paz, a eliminação da fome e da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável.” Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 206-208.

sociedade internacional pela bem sucedida consolidação do G20, o grupo dos 19 países detentores das maiores economias do mundo mais a União Europeia.<sup>363</sup>

Assim, o governo superou determinada passividade anterior e solidificou alianças para além da área regional de atuação no continente americano desde uma postura mais ativa e pragmática. Portanto, no cenário internacional, são as parcerias com os países em desenvolvimento que parecem apontar caminhos para a superação de desafios globais, como nas áreas de segurança energética, educação e doenças infecciosas.

Por ocasião da reunião do grupo dos sete países mais industrializados do mundo e da Rússia, algumas nações em desenvolvimento no mundo, entre elas o Brasil, expressaram suas preocupações salientando que os problemas encarados pelo planeta que acabam por extrapolar as fronteiras, apenas serão “devidamente enfrentados por meio de uma coordenação e cooperação internacional mais intensa,”<sup>364</sup> onde será imperativo que seja levado “plenamente em conta as perspectivas e necessidades dos países em desenvolvimento.”<sup>365</sup>

O que se conclui desta preocupação do governo brasileiro em buscar aproximação com seus pares regionais por um lado exemplificado pela institucionalização da UNASUL, e por outro, pelo trabalho na construção de uma alargada integração entre os países caracterizados como em desenvolvimento, a exemplo das aproximações com China,

---

<sup>363</sup> Tullo Vigevani & Gabriel Cepaluni. *A Política Externa Brasileira*, 128.

<sup>364</sup> Documento de Posição dos países em desenvolvimento na Reunião do G8 em St. Petersburgo em 16 de julho de 2006. (África do Sul, Brasil, China, Índia, México e República do Congo). Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil n° 99*, 237.

<sup>365</sup> Ibid.

Índia, e África do Sul, entre outras comunidades políticas do mundo, é a demonstração de uma atitude proativa do governo do Presidente Lula, que visava a aceleração das alterações de um complexo cenário internacional em movimento de reforma no período.

A ascensão de novos atores ao centro do cenário internacional, a exemplo da China que mantém altos índices de crescimento econômico nos últimos anos, aponta a necessidade de posicionamento de alguns Estados no mundo em alinhamento com estas novas mudanças. Neste cenário, é possível conjecturar que as várias ações econômicas dos Estados e suas características políticas afetam diretamente a produção e a distribuição da riqueza neste próprio ambiente internacional.

Assim, podemos teorizar sobre os efeitos dos mercados e das forças econômicas sobre a distribuição do poder e no relacionamento pacífico ou aguerrido entre os Estados e outros atores políticos no cenário internacional, especialmente, trabalhando a problemática de como essas forças alteram a distribuição internacional do poder político e militar no mundo.<sup>366</sup>

Em um cenário internacional onde uma grande potência bélica, simplificarmente, não encontra grandes ameaças ao seu poder militar, porém, coexiste com o crescimento de novos atores no cenário político e econômico do mundo, é possível esperar algumas modificações na estrutura deste ordenamento internacional vigente.

Contudo, embora sejam prováveis as mudanças, são impossíveis as prescrições sobre uma futura ordem mundial, onde novas potências médias como o Brasil, desde uma

---

<sup>366</sup> Robert Gilpin. *A Economia Política das Relações Internacionais*, 26.

perspectiva principalmente econômica, tendem a ocupar diferentes espaços neste ambiente além das comunidades políticas independentes.

De tal modo, verificada a ligação entre as questões econômicas – de um mundo com recursos finitos, dotado de uma população com demandas infinitas, com questões políticas de um cenário que optou por se espaçar em diferentes comunidades políticas na história – tais questões são impactantes nas relações internacionais, e assim, na distribuição de poder no mundo e nos avanços e retrocessos econômicos do planeta nesta primeira década do século XXI.

O que se coloca ao dirigente político de Estados como o Brasil neste período, é a possibilidade de construção de alianças cooperativas em nichos anteriormente não ocupados diretamente, de forma institucionalizada, como no caso na América do Sul.

Neste caso, os Estados não procedem a uma integração majoritariamente pela fuga ou combate a um fator específico, mas sim, pela melhor inserção da região como um todo em um cenário internacional pautado por questões econômicas, bem como, pela pressão de algumas populações, como no caso do Brasil, que democraticamente expressam estes objetivos em sua constituição.

O principal ponto desta injunção de ideias é a caracterização de um cenário internacional com atributos bastante semelhantes a outras épocas da nossa história, que, contudo, faz com que algumas comunidades políticas como o Brasil operem suas políticas exteriores de forma bem mais sofisticada do que outros períodos do mundo contemporâneo.

No caso do governo do Presidente Lula diante das alternativas de governança no cenário internacional, da mesma forma como na questão da pobreza, entre outros assuntos, é sustentada a necessidade de sobrevivência e a existência de diferentes capacidades de poder no mundo contemporâneo, apontando a anarquia internacional de um cenário onde as comunidades políticas ainda não reconhecem outras como hierarquicamente superiores a si mesmas.

Entretanto, este é um ambiente onde o concerto de poder existe a partir de formas mais sofisticadas que as demonstradas pela história, sendo um cenário pautado menos pelo uso da forma e mais pelo cumprimento e descumprimento de contratos em um ambiente onde o direito internacional, embora relativamente ineficiente, existe e altera a realidade, muitas vezes, baseada em alguns fatores econômicos deste cenário.

A complexidade<sup>367</sup> deste período compreendido pelos primeiros anos deste século se concretiza quando buscamos entender os motivos desta busca por alternativas de existência e governança global, mostrando assim as perspectivas de evolução deste cenário internacional.

Ou seja, este é um ambiente que seguramente apresenta característica de um ordenamento mundial pautado pelo poder, que sofre alterações em suas características

---

<sup>367</sup> Para Alexander Wendt, o atual estado de anarquia que consegue descrever o cenário internacional possui três principais lógicas de interação. Assim, baseando no relacionamento que um ator possui com outro, ou nos papéis que estes desempenham neste ambiente, a interação entre estes atores poderia estar baseada em relacionamentos de inimizade, rivalidade ou amizade, resultando em lógicas respectivamente Hobbesiana, Lockean e Kantiana. Alexander Wendt. *Social Theory of International Politics*, 247-250. A complexidade da pluralidade das interações do governo do Presidente Lula no cenário internacional, por vezes exigindo novas posturas de Estados poderosos ou instituições internacionais em prol do desenvolvimento de atores pouco expressivos neste cenário, de forma simplificada, pode obedecer a mais de uma lógica no ambiente internacional, neste caso, dependendo do papel que o Brasil e o outro ator possuem em determinadas relações específicas.



quando é regulado pelo incremento de ferramentas mediadoras dos objetivos dos indivíduos e das comunidades, que ainda, consegue apresentar severos desenvolvimentos no bem-estar dos indivíduos, e embora muito longe de um ideal impossível, desenvolve o cenário internacional rumo a aceitação de conceitos isolados sobre humanidade.

Desta forma, como verificado em capítulos anteriores dentro do estudo do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é constatada a existência de uma perspectiva Realista no cenário internacional onde o Brasil por meio de ferramentas Racionalistas busca evoluir uma solidariedade moral Revolucionária no ambiente internacional.

Está é a complexidade da política internacional a qual o Brasil se insere nos anos que cercam a virada do século XX para o XXI, realidade certamente plural, caracterizada por velhas e novas formas de existência no ambiente formado além das comunidades políticas independentes do mundo, contudo, passível de representação dentro de três grandes linhas teórica ou *Tradições de Pensamento* das Relações Internacionais.

## Terceira Parte

### A Ordem Internacional e as Fronteiras de uma Teoria das Relações Internacionais

“A ciência da política internacional está em sua infância.”<sup>368</sup> Enquanto a teoria Política é solidamente relacionada à investigação sobre as formas de existência doméstica do Estado, a Teoria das Relações Internacionais, descrita em sua perspectiva clássica como existente na relação entre os Estados, pode ser caracterizada por algumas perspectivas como uma especialização da teoria Política, não existindo como teoria para alguns ou sendo apenas uma extensão de um campo específico de conhecimento para outros.<sup>369</sup>

Entretanto, apesar da estreita ligação entre a perspectiva nacional e internacional no estudo das relações internacionais, a evolução temporal da aplicação da Ciência Política em um cenário que extrapola a existência doméstica do Estado acaba por definir como uma disciplina acadêmica autônoma a Política Internacional. E enquanto esta evolução do pensamento de uma área doméstica para um ambiente internacional coexiste com outras áreas de conhecimento, ela não mais se confunde com uma

---

<sup>368</sup> Frase inicial do livro *Vinte anos de Crise: 1919 – 1939* de Edward Hallett Carr, publicado originalmente em 1946, obra que pode ser descrita como um marco para o desenvolvimento da Teoria das Relações Internacionais. Edward Carr. *Vinte anos de Crise*, 3.

<sup>369</sup> Da mesma forma como Edward Carr, Martin Wight publica no ano de 1960 um artigo fundamental para o desenvolvimento das Relações Internacionais. Martin Wight. “Why is there no International Theory?”, 35.

multiplicidade de axiomas sobre as relações internacionais entendidas unicamente pela História ou pelo Direito Internacional,<sup>370</sup> entre outros ramos do conhecimento.

Como em algumas ciências sociais, a pergunta inicial que surge para os pensadores da Política Internacional consiste na diferenciação entre a necessidade de se buscar explicações para as relações internacionais desde algum tipo de princípio ou conceito desvinculado da realidade, ou em contrapartida, pelo propósito de buscar um ordenamento em uma massa de fenômenos desconexos, trazendo compreensão para uma junção incompreensível da história com a realidade.<sup>371</sup>

Desta forma, a maturação destas Relações Internacionais inicialmente encontra um ponto de disjunção para o fomento do seu desenvolvimento no contraponto de ideias de duas escolas doutrinárias sobre a Política Internacional. Assim, o entendimento das Relações Internacionais para alguns pensadores primeiramente existe na tentativa de diferenciação entre um juízo sobre a necessidade das alterações do mundo, pautada por conceitos universais, bem como, por outra perspectiva, pelo entendimento racional deste mesmo mundo da forma como ele é, e não sobre como ele poderia ser.

---

<sup>370</sup> Prosseguindo com uma evolução histórica do entendimento das Relações Internacionais, Hans Morgenthau publica no ano de 1948, uma das obras igualmente basilares para as Relações Internacionais. Hans Morgenthau. *A Política entre as Nações*, 31.

<sup>371</sup> Nas primeiras linhas de sua obra *A Política entre as Nações*, Morgenthau define sua perspectiva metodológica para o estudo de uma Teoria das Relações Internacionais: “A prova pela qual tal teoria deve ser julgada tem de caracterizar-se por uma natureza empírica e pragmática, e não apriorística e abstrata. Em outras palavras, essa teoria deve ser testada, não em função de algum princípio abstrato preconcebido ou de determinado conceito desligado da realidade, mas sim pelo seu propósito: trazer ordem e sentido para uma massa de fenômenos que, sem ela, permaneceriam desconexos e incompreensíveis.” Hans Morgenthau. *A Política entre as Nações*, 3.

A primeira abordagem sustenta o entendimento de um ordenamento racional e moral das relações internacionais baseado em pressupostos abstratos e universalmente válidos neste ambiente. Desta forma, crente na evolução desta ordem política pautada pela educação de uma natureza humana dotada de maleabilidade infinita, esta linha de pensamento supõe o desenvolvimento das obsoletas instituições da nossa sociedade, entre outros, como um caminho para a evolução deste ordenamento internacional.<sup>372</sup>

Contudo, outra escola de pensamento desta mesma ordem na política internacional entende um mundo dotado de imperfeições, sendo assim, resultado de forças oriundas de interesses contrários da natureza humana, motivo pelo qual a impossibilidade de plena realização de alguns princípios morais neste ordenamento cede espaço ao temporário equilíbrio destes interesses conflituosos e a algum tipo de solução precária de conflitos no ordenamento internacional.<sup>373</sup>

As preferências de determinados atores ou teóricos sobre uma ou outra escola doutrinária conseguem estabelecer nas Relações Internacionais, durante diferentes períodos da história recente, uma obstinação na descrição de algumas motivações ou resultados da interação entre os Estados em um cenário internacional pautada por uma variável recorrente – o poder, por vezes com ênfases de crítica e de horror, ou por outras, de resignação e admiração.<sup>374</sup>

---

<sup>372</sup> Ibid., 3-4.

<sup>373</sup> Ibid. 4.

<sup>374</sup> Raymond Aron apresenta no ano de 1962 uma perspectiva complementar entre realismo e idealismo nas Relações Internacionais com o objetivo de discutir a contraposição de poderes dos anos 1960 entre os Estados Unidos e a URSS. Raymond Aron. *Paz e Guerra entre Nações*, 99.

Nesta evolução histórica, teóricos afirmaram que “a política de poder [seria] um termo coloquial para designar a Política Internacional,”<sup>375</sup> sendo descrito nas relações internacionais como a capacidade de um ator modificar ou influir nas ações de outros, definindo que “poder é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais.”<sup>376</sup>

A perspectiva de uma política de poder no mundo leva os teóricos ao questionamento do principal foco dos estudos nas Relações Internacionais, que para alguns, é o comportamento dos Estados enquanto comunidades autônomas em um ambiente internacional, e para outros, a filosofia política que investiga e busca entender o indivíduo, operador das ações aludidas às comunidades políticas.

A problemática se assenta na perspectiva de semelhanças entre as ações dos homens desvinculadas da sociedade onde vivem, ou mais especificamente, ao teórico se apresenta a questão se o “homem em sociedade pode ser mais bem entendido mediante o estudo do homem ou o estudo da sociedade.”<sup>377</sup>

---

<sup>375</sup> Martin Wight publica seus pensamentos sob o título de *Power Politics* na forma de panfletos pelo Royal Institute of International Affairs durante o ano de 1946. O pensador revisa suas ideias sobre *A Política do Poder* nos últimos anos de sua vida, contudo, vem a falecer em 1972 antes da publicação atualizada desta edição. Entretanto, as anotações de Wight são aproveitadas e acabam por promover a publicação de uma nova edição expandida desta obra em 1978. Martin Wight. “Power Politics.” *Looking Forward*. n. 8 (1946), citado em Martin Wight. *A Política do Poder*, XXXVII.

<sup>376</sup> Raymond Aron. *Paz e Guerra entre Nações*, 99.

<sup>377</sup> Em um cenário internacional pautado por uma perspectiva da política de poder entre os Estados, Kenneth Waltz apresenta no ano de 1954 algumas das suas ideias iniciais sobre as relações internacionais, as quais viriam a ser expandidas em publicações ao final dos anos 1970. Nesta primeira abordagem, Waltz se detém a uma problemática enfatizada no período, a questão da guerra e da paz, construindo uma complexa investigação sobre a guerra. Kenneth Waltz. *O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*. (São Paulo: Martins Fontes, 2004), 9.

Deste modo, buscando uma via média entre o indivíduo e o agrupamento destes, uma sofisticada abordagem das Relações Internacionais começa a ser discutida nos círculos acadêmicos, em seu estágio inicial, investigando alguns campos específicos do cenário internacional desde três imagens distintas, porém complementares na política internacional, desta forma, buscando isolar o comportamento do homem, do Estado e de um sistema de Estados para então, compreender as relações internacionais como a justaposição destas três perspectivas.<sup>378</sup>

Contudo, enquanto a oposição entre guerra e paz, ou a cooperação e o conflito ocupam os pensamentos e as investigações sobre as relações internacionais, desta forma, acentuando o afastamento de um mundo que deveria existir e de mundo que existe, outra escola de pensadores passa a entender as condições explicativas deste cenário internacional, por vezes corrompido e por outras virtuoso, não mais como um grupo de ideias contraditórias das relações internacionais, contudo, complementares.

A aparente dicotomia entre otimismo e pessimismo pode se fundir em um entendimento de complementariedades entre um esquema racional da nossa existência e algumas suposições sociológicas, descrevendo ambas as perspectivas como estágios sucessivos da descrição de nossa realidade em um cenário internacional.<sup>379</sup>

---

<sup>378</sup> Ibid. 198-199. Entre outros, um ensinamento específico ainda pode ser salientado desta obra de Kenneth Waltz sobre o comportamento do indivíduo e o comportamento do Estado. Buscando investigar a ação do Estado, Waltz afirma que atribuir ação aos Estados consiste no emprego de uma palavra para o estabelecimento de uma lógica entre esta, o Estado, e o sujeito da ação, o indivíduo. “Dizemos que o Estado age quando queremos dizer que as pessoas que estão nele agem, da mesma maneira como dizemos que a panela ferve, quando queremos dizer que a água que está dentro dela ferve. Ibid., 101.

<sup>379</sup> Raymond Aron. *Paz e Guerra entre Nações*, 50.

Segue que a análise das relações internacionais, ainda que ancorada em um entendimento do poder como importante variável para a compreensão do cenário internacional, consegue encontrar explicações para nossa existência em um ambiente exterior às comunidades políticas que extrapola esta perspectiva vinculada ao próprio poder.<sup>380</sup>

Deste modo, a evolução do pensamento sobre a política internacional passa a descrever um ambiente mais complexo do que sugerem alguns pensamentos racionais do mundo, baseados na forma como as relações internacionais efetivamente são, contudo, certamente mais razoáveis do que prescrevem algumas perspectivas da necessidade de alterações no mundo, pautadas por conceitos universais daquilo que o ambiente internacional poderia ser.<sup>381</sup>

Assim sendo, as Relações Internacionais buscando investigar fatores além do confronto do poder das comunidades políticas, fomentam o entendimento da atuação dos Estados no cenário internacional desde a explicação dos interesses comuns destas comunidades, trabalhando a problemática de até que ponto as potências possuem

---

<sup>380</sup> Em seus estudos publicados no ano de 1962, Raymond Aron enfatiza sua perspectiva da Política de Poder: “A política internacional sempre foi reconhecida pelo que realmente é - uma política de poder - exceto em nossa época, por alguns juristas embriagados com ideias e certos idealistas que confundem os sonhos com a realidade. Os juristas deploram a necessidade de ignorar ou legalizar a guerra; os moralistas impressionam-se com o fato de uma conduta que, mesmo em tempos de paz, toma como referência a eventualidade da guerra, isto é, a coação e a violência.” *Ibid.*, 847.

<sup>381</sup> Ensinando sobre a caracterização da linha de pensamento chamada de Escola Inglesa das Relações Internacionais, que possui um início formalizado por uma reunião do Comitê Britânico para Teoria da Política Internacional em janeiro de 1959, Andrew Linklater registra: “There is more to international relations than the realist suggests but less than the cosmopolitan desires.” Andrew Linklater. “The English School.” In Scott Burchill [et al.]. *Theories of International Relations*. (Londres: Palgrave Macmillan, 1996), 95. Ainda, Andrew Linklater & Hidemi Suganami. *The English School of International Relations*, 15.

objetivos semelhantes, desta forma, apontando duas variáveis para o entendimento desta questão.<sup>382</sup>

Em primeiro lugar, todos os Estados possuem interesse em sua própria liberdade, embora tenham pouca consciência do valor desta em períodos de paz, e em segundo, existe o interesse comum dos Estados em existir desde a predominância de uma comunidade política, ou um grupo de Estados no cenário internacional, que garanta a salvaguarda de alguns valores deste ambiente.<sup>383</sup>

O desenvolvimento destas conjunturas acaba por distinguir dois grandes novos entendimentos das relações internacionais, por um lado, a percepção de um cenário internacional complexo onde a estrutura deste ambiente interfere e constrange as ações dos Estados em suas políticas externas, e por outro, uma percepção de uma maior ligação entre os atores no cenário internacional, marcada pela interdependência entre os principais Estados e outros agentes no ambiente internacional além das comunidades políticas independentes.

Tanto o amadurecimento da disciplina de Relações Internacionais quanto os diferentes resultados das interações entre os atores no cenário internacional durante diferentes espaços temporais apresentam aos pensadores deste ramo de conhecimento uma

---

<sup>382</sup> Comparando a existência do cenário internacional em dois períodos distintos do século XX, Martin Wight, da mesma forma como muitos pensadores de seu tempo, salienta a dicotomia entre realismo e idealismo: “O excepcional contraste entre a situação de 1945 e a situação de 1918, que está refletido no contraste entre a Carta das Nações Unidas e a Convenção da Liga, consiste na ausência do otimismo, o maior dos realismos. O realismo pode vir a ser algo muito bom: tudo depende se significa o abandono de ideais elevados ou de expectativas tolas.” Martin Wight. *A Política do Poder*, 310.

<sup>383</sup> *Ibid.*, 305.



equilibrada análise do cenário internacional em meados da segunda metade do século XX.

Alguns analistas conseguem trazer para centro das Relações Internacionais maior importância para variáveis como a interdependência econômica e ecológica dos Estados no mundo contemporâneo, desta forma, inserindo no centro da discussão sobre o tema, alguns fatores que extrapolam as explicações de um mundo unicamente pautado pela defesa do interesse nacional em uma teoria de balanço entre poderes.<sup>384</sup>

O argumento demonstra um aprofundamento nas relações entre os Estados salientando uma interdependência complexa entre estas comunidades. Tal situação pode ser atribuída ao resultado de algumas alterações na caracterização dos próprios Estados e do cenário internacional, como o desenvolvimento do estado de bem-estar social em algumas comunidades, diversos progressos tecnológicos, os aumentos da capacidade de destruição dos armamentos no mundo, entre outros, tornando mais complexa a análise da existência das unidades políticas independentes para além da

---

<sup>384</sup> A necessidade de institucionalização do liberalismo que floresceu e trouxe paz ao final do século XIX, porém, resultou em grandes guerras no século XX, e ainda, a capacidade de cooperação técnica experimentada pelos Estados europeus em reconstrução depois da Segunda Guerra Mundial, conjuntura teórica conhecida nas Relações Internacionais como Funcionalismo e sua posterior sofisticação chamada de Neofuncionalismo, entre outros fatores e estudos, fomentam a publicação no ano de 1977 de *Poder e Interdependência*, consolidando o Neoliberalismo como uma importante fonte de argumentos para a análise das Relações Internacionais. Robert Keohane & Joseph Nye. *Power and Interdependence*. (Nova Iorque: Longman, 2001), 7. Neste, uma variável importante passa a ganhar força na investigação das Relações Internacionais, nomeadamente, a relevância da atuação dos atores não estatais para o entendimento do cenário internacional: "Interdependence in world politics refers to situations characterized by reciprocal effects among countries or among actors in different countries. These effects often result from international transactions – flows of money, goods, people, and messages across international boundaries." Ibid.

suposição de um cenário internacional baseado unicamente pela perspectiva de poder e segurança.<sup>385</sup>

Todavia, mesmo se aceita como verdadeira uma sofisticada interdependência entre diversos atores vinculados ao Estado, tal perspectiva das Relações Internacionais não consegue refutar a existência de um ambiente onde o poder, e agora a interdependência, existem em um mundo assimétrico.

As capacidades de poder e as características de barganha dos atores internacionais neste ambiente, explicadas por uma dependência destes agentes a variáveis como a economia em escala global, acabam por ratificar o entendimento das tradicionais formas de compreensão das Relações Internacionais, a exemplo da atenção a fatores como segurança e o poder militar dos Estados.<sup>386</sup>

Em um ambiente onde o ordenamento dos Estados no mundo não encontra um poder capaz de barrar as intenções dos atores internacionais estatais, a insegurança que as comunidades políticas experimentam neste cenário, relativa às ações dos outros atores, consegue edificar novos enfoques aos tradicionais entendimentos das Relações Internacionais.<sup>387</sup>

---

<sup>385</sup> Ibid., 227-228.

<sup>386</sup> Ibid., 10-17.

<sup>387</sup> Kenneth Waltz consolida uma revisitação ao Realismo clássico com a publicação do livro *Teoria das Relações Internacionais* no ano de 1979. Neste, o Neorealismo insere uma complexa sofisticação ao Realismo, e entre uma série de pontos que fomentam uma discussão mais alargada das teorias das Relações Internacionais, Waltz sustenta o isolamento da estrutura do cenário internacional como um grande passo para o desenvolvimento das Relações Internacionais como disciplina, ponto a ser clarificado nesta tese sob o título *A Sociedade Internacional e sua Estrutura*. Sobre a evolução do Realismo, Waltz ressalta: “Primeiramente o poder fornece os meios para mantermos a nossa autonomia face à força que os outros exercem.

Desta forma, desde a impossibilidade dos Estados determinarem a quantidade necessária de poder relativo que uma comunidade política necessita ter para se sentir segura diante das outras, torna-se impossível o estabelecimento de um número ótimo de poder que os Estados precisam ter no cenário internacional, conduzindo, assim, as comunidades políticas independentes a uma infinita busca por melhores capacidades relativas diante dos outros atores internacionais.<sup>388</sup>

Porém, apesar desta perspectiva pautada pela insegurança e interesse nacional ter sido capaz de responder a muitas das perguntas que se colocam ao decisor político sobre o cenário internacional, especialmente durante o último quarto do século XX, outras abordagens começam a consolidar um deslocamento de foco, movendo a análise de um entendimento do cenário internacional baseado por uma política de poder para uma compreensão mais profunda da ordem e da natureza deste ambiente.<sup>389</sup>

Desta forma, uma vez que as relações internacionais podem ser explicadas por razões que extrapolam o conflito ou o impedimento deste unicamente pela associação entre Estados em um mundo que busca uma balança o poder internacional, o estudo da cooperação, ou dos fatores que explicam esta atitude entre os atores internacionais, igualmente recebe atenção das análises das Teorias das Relações Internacionais.

---

Segundo, maior poder permite maiores raios de ação, enquanto deixa incertas as resultantes da ação. [...] Terceiro, os mais poderosos gozam margens mais largas de segurança ao lidarem com os menos poderosos e tem mais a dizer sobre que jogos serão jogados e como. [...] Quarto, muito poder dá aos seus possuidores uma grande participação no seu sistema e a capacidade de agir para o seu bem. Para eles, a gestão torna-se, ao mesmo tempo, valiosa e possível." Kenneth Waltz. *Teoria das Relações Internacionais*. (Lisboa: Gradiva, 2002), 265-266.

<sup>388</sup> John Mearsheimer. *A Tragédia da Política das Grandes Potências*, 46-48.

<sup>389</sup> Andrew Hurrell. "Society and Anarchy in International Relations," In Barbara Roberson. *International Society and the Development of International Relations Theory*, 17.

A cooperação no cenário internacional pode ser caracterizada por diversas perspectivas, como a coerção e o poder, o interesse próprio e os benefícios recíprocos auferidos pelos atores internacionais, pelos hábitos institucionalizados ou por alguma inércia dos agentes envolvidos, pela existência de algum senso de comunidade, pela legitimação de regras experimentadas em processo conjunto entre diversos atores, bem como, pela solidariedade moral que poderia advir de um senso de justiça compartilhado no ambiente internacional.<sup>390</sup>

De tal forma, é possível entender as relações internacionais desde uma caracterização de ordem global baseada em uma dupla abordagem entre o poder e a operação das normas legais e morais em um ambiente formado além das fronteiras das comunidades políticas independentes.<sup>391</sup>

Aliando-se a isso algumas dimensões que abrangem aspectos econômicos, sociais, políticos e ecológicos, é possível constatar um aumento na densidade do processo de globalização que faz com que estes fatores interajam mutuamente no ambiente internacional, tornando mais complexo o entendimento das relações internacionais desde a inserção de novos atores nestas interações.

Igualmente, alterações nas formas como entendemos e operamos normatizações em nossas sociedades especialmente no que tange à segurança e ao conflito, a

---

<sup>390</sup> Ibid., 18.

<sup>391</sup> Ibid.

autodeterminação dos povos ou ao respeito aos direitos humanos, mais uma vez fornecem exemplos para o entendimento de tal perspectiva.<sup>392</sup>

No entanto, mesmo diante do apontamento de sofisticações do cenário internacional, o pluralismo baseado nas diferenças entre as comunidades políticas continua sendo uma variável que possui um papel fundamental na estrutura política do mundo.

As aspirações de um cenário internacional que demanda uma normatização do comportamento das comunidades políticas continuam profundamente contaminadas pelas preferências e interesses dos Estados poderosos deste mesmo cenário, demonstrando que persistem os imperativos pluralistas da sociedade internacional, sugerindo que, mesmo quando estes são caracterizados como consensuais entre os atores internacionais, a promoção de uma perspectiva solidarista acaba por ser contaminada pelo poder ou pelos privilégios do Estado dominante, ou do grupo de Estados que domina o cenário internacional.<sup>393</sup>

Desta forma, uma abordagem baseada em valores comuns ou em um senso de pertencimento à determinada sociedade consegue explicar uma luta de poderes entre os Estados no mundo, tanto como um mecanismo de arranjo destas capacidades dos Estados no cenário internacional, quanto um comum entendimento das comunidades políticas sobre as possibilidades de se negociar no ambiente internacional,

---

<sup>392</sup> Ibid., 9.

<sup>393</sup> Ibid.

resumidamente, figurando como uma forma de legitimação dos acordos internacionais.<sup>394</sup>

Assim, historicamente, o que acontece com o campo de estudos autônomo chamado de Relações Internacionais é um autoquestionamento sobre os fundamentos dos axiomas que sustentam tal conhecimento.

Desta forma, abordagens contemporâneas sobre o assunto deslocam a atenção para a problemática da existência ou da não existência de determinados fatores nas relações internacionais que funcionariam como determinantes da ação dos atores no cenário internacional, para um questionamento sobre a origem destes comportamentos, ou ainda, uma investigação sobre a validade da atenção que damos a eles.

Diversas abordagens concorrentes passam a explicar as relações internacionais a partir de um grande número de perspectivas de entendimento, por exemplo, investigando a identidade dos indivíduos no processo de formação dos interesses nacionais que acabam por caracterizar os Estados no cenário internacional, ou ainda, questionando a própria razão do indivíduo enquanto analista, operador ou seguidor das Relações Internacionais, que nesta perspectiva, poderiam estar alienando o próprio homem na posição de um campo de conhecimento normativo.<sup>395</sup>

---

<sup>394</sup> Ibid., 20-21.

<sup>395</sup> Algumas mudanças no cenário internacional nas últimas duas décadas do século XX fomentam novas abordagens de entendimento das Relações Internacionais, a exemplo do Construtivismo, da Teoria Crítica e de perspectivas Pós-modernas. A análise de Alexander Wendt sobre diversas teorias das relações internacionais atribui uma classificação para estes axiomas a partir de quatro categorias. Tal categorização se utiliza de uma atribuição de valores altos ou baixos à percepção das teorias sobre a compreensão dos fenômenos nas relações internacionais desde um entendimento sistêmico (holístico) ou isolado (individualista), e ainda, igualmente a alta ou baixa caracterização sobre materialismo e idealismo destas perspectivas.

Nesta perspectiva crítica, o conceito de poder para alguns pensadores pode acabar por estabelecer paradigmas nas Relações Internacionais que são aceitos pelo cenário internacional, construindo um julgamento sobre a necessidade da guerra ou da paz como perspectivas naturais da nossa existência sem conseguir comprovar a exata naturalidade destas experiências.<sup>396</sup>

Nesta linha de pensamento, uma das questões que novamente são colocadas ao teórico aborda o papel das Relações Internacionais enquanto campo de conhecimento. Especificamente, alguns entendimentos trabalham a perspectiva que as Relações Internacionais não descrevem a realidade, e sim, acabam por construir a realidade no cenário internacional quando prescrevem alguns comportamentos neste cenário por vezes caracterizados como naturais, à exemplo da guerra e da paz, desta forma, centralizando a soberania do Estado como problemática das interações dos atores no ambiente internacional.<sup>397</sup>

---

Apenas para citar algumas perspectivas, Wendt classifica como individualista e materialista o Realismo Clássico. Como individualista e idealista o Liberalismo, e na fronteira individualista entre o materialismo e o idealismo, para Wendt, pode ser alocado o Neoliberalismo. Figuram como teorias sistêmicas e materialistas a Teoria do Sistema-Mundo e o Marxismo (tendo o Neorealismo na fronteira materialista do individualismo com o holismo), e ainda, a Escola Inglesa das Relações Internacionais, juntamente com as teorias Pós-modernistas nas Relações Internacionais podem ser caracterizadas como teorias holistas e idealistas. Alexander Wendt. *Social Theory of International Politics*, 32.

<sup>396</sup> Nas anotações sobre uma Teoria Crítica que ganha força nas Relações Internacionais nas últimas décadas do século XX, Robert Cox apresenta argumentos sobre as perspectivas e os objetivos das teorias das Relações Internacionais: "Theory is always for someone and for some purpose. All theories have a perspective. Perspectives derive from a position in time and space, specifically social and political time and space." Robert Cox. "Social Forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory." In. Robert Keohane. *Neorealism and Its Critics*, 207.

<sup>397</sup> Ainda abordando perspectivas contemporâneas das Relações Internacionais, sobre o debate a respeito da dicotomia que permeia a política externa e a interna dos estados, pós-modernos atribuem o progresso como ponto central no que tange a teoria política (interna ao Estado) e a

Em um ambiente que não mais poderia ser caracterizado pelo racionalismo entre os Estados, ou unicamente pela perspectiva de que as relações internacionais são pautadas pela tentativa dos atores internacionais maximizarem seus papéis neste cenário, um entendimento reflexivo das Relações Internacionais, ou especificamente, a possibilidade de construção de novas realidades bastante diferentes na história, acaba por aumentar a discussão e a complexidade de entendimento deste campo de estudos.

Para alguns pensadores, é possível que o interesse nacional, aceito como potencializador das Relações Internacionais, possua uma característica que foge a algumas das explicações centrais do cenário internacional, nomeadamente, o desconhecimento que temos sobre a formação deste interesse nacional em oposição à formação dos interesses dos outros atores.

Nesta acepção, os avançados processos de integração regional experimentados no mundo contemporâneo, por exemplo, poderiam fomentar a construção de novas percepções dos indivíduos sobre os interesses das comunidades a que fazem parte.

Em um processo de interação contínua entre os agentes e as estruturas de um sistema, seria facultada aos atores do cenário internacional a possibilidade de construção de novas identidades neste ambiente, apontando tanto a possibilidade de constituição de

---

anarquia, no que concerne às relações internacionais. Baseada em uma perspectiva de produção de saberes, as Relações Internacionais sustentariam a reprodução das diferenças no mundo desde outras dicotomias como realismo/idealismo, identidade/diferença, comunidade/anarquia. Assim as teorias das Relações Internacionais estariam insistindo em difundir a importância do Estado (e a sobrevivência deste), negligenciando mudanças destas relações no mundo contemporâneo, como a porosidade das fronteiras e a desconstrução da antiga figura do Estado. Sobre o assunto, Robert Walker defende que as teorias das Relações Internacionais são mais importantes como um aspecto da política do mundo contemporâneo do que como explicação da política mundial atual. As teorias das Relações Internacionais podem ser interpretadas como um discurso do Estado moderno, como uma prática constitutiva deste, gerando assim, efeitos nas diversas realidades da vida cotidiana. Robert Walker. *Inside/Outside*, 6.



identidades heterogêneas entre comunidades, podendo assim gerar conflito, como sugerindo a homogeneização de identidades em algumas regiões, indicando assim a cooperação de grupos que não mais se veriam como antagônicos, porém, semelhantes.<sup>398</sup>

Ainda, quando buscamos entender o processo que constrói a identidade dos atores internacionais e possui como resultante o atual ordenamento global, outra variável ausente em algumas perspectivas clássicas recebe atenção das Relações Internacionais – a linguagem ou o discurso,<sup>399</sup> apontando ligações entre a linguagem e a ação.

Desta forma, a cultura, ou o aprendizado ocorrido no processo de comunicação entre diversos indivíduos de um determinado círculo, pode construir neste mesmo círculo conceitos sobre o que é válido ou desejável, inválido ou não desejável. Estes julgamentos funcionariam como ideias abstratas que forneceriam sentido e direção aos

---

<sup>398</sup> Abordagens que transcendem o racionalismo nas Relações Internacionais são representadas aqui pelo Construtivismo proposto por Alexander Wendt no livro *Social Theory of International Politics*, publicado em 1999, o qual faz atribuições a algumas ideias publicadas pelo autor em artigo no ano de 1992. Trabalhando a perspectiva de que agentes e estruturas se formam mutuamente no cenário internacional, Wendt constrói uma tipologia de análise para buscar clarificar a formação das estruturas culturais e seus respectivos resultados desde três dimensões: “(1) between two levels on which they are organized, micro and macro, manifested as common and collective knowledge respectively; (2) between their causal and constitutive effects; and (3) between their effects on behavior and on identities and interests. [...] In analyzing any of them, however, it is essential to show how cultural forms articulate with and give meaning to material forces, and how latter in turn constrain the former. It make sense for analytical purposes to distinguish between ‘material’ structure and ‘ideational’ structure, but in the end a social system has just one structure, composed of both material and ideational elements.” Alexander Wendt. *Social Theory of International Politics*, 189-190.

<sup>399</sup> O Construtivismo proposto por Nicholas Onuf estabelece a perspectiva de que os grupos humanos podem constituir lógicas de discurso baseadas na racionalidade, no carisma ou nas tradições, construindo respectivamente, tipos de comunicação assertiva, comprometida e diretiva nestes grupos. Isso pode explicar a composição das comunidades políticas, por exemplo, onde a comunicação se liga com a construção de organizações qualificadas desde diferentes características, como as sustentadas pela hegemonia de determinadas partes, pela ausência de autonomia delas, ou ainda, pela hierarquia, estabelecidas respectivamente a partir das tipologias dos discursos acima propostas. Nicholas Onuf. *World of Our Making*, 23.

seres humanos enquanto estes mesmos indivíduos poderiam interagir com o mundo social.<sup>400</sup>

Segue que este é um processo de interação entre os indivíduos que ocorre desde as formas de linguagem que estabelecem as crenças pelas quais as comunidades políticas constituem seus comportamentos, da mesma forma que este processo constrói as normas as quais obrigam hierarquicamente estas comunidades políticas em uma perspectiva doméstica, e externamente, constroem os Estados em suas ações no cenário internacional.

Tal perspectiva nos permite retornar à construção daquilo que as comunidades políticas julgam como verdade, e por consequência, acabam por operar conflitos ou aproximações pacíficas em atenção a estes valores e normas.

Assim, neste entendimento da construção dos valores e identidades dos atores internacionais, é possível conjecturar que o conceito de soberania, central no entendimento das relações das comunidades políticas contemporâneas além de suas fronteiras, não é dado *a priori* para as comunidades humanas, e assim, os grupos que acabam por entrar em algum tipo de conflito baseado na diferenciação entre soberanias o fazem porque aprenderam a interpretar suas existências como independentes, desde um alargado processo de comunicação no tempo.<sup>401</sup>

---

<sup>400</sup> Anthony Giddens. *Sociologia*. (Porto Alegre: Artmed Editora, 2010), 38.

<sup>401</sup> Na perspectiva Pós-moderna de Robert Walker: "To ask how theories of international relations demarcate and discipline the horizons beyond which it is dangerous to pursue any political action that aspires to the rational, the realistic, the sensible, the responsible or even the emancipatory, is to become acutely aware of the discursive framing of spatiotemporal options that has left its mark in the quiet schism between theories of political possibility within and

Entre a variada gama de teorias registradas na recente história das Relações Internacionais que delimitam este campo estudos como diferente das demais ciências sociais, <sup>402</sup> a validade da pluralidade de ideias apresentadas por diversos pensadores consegue ilustrar a pluralidade de valores que existem dentro da descrição do objeto de estudos das Relações Internacionais.

Desta forma, é esta pluralidade de perspectivas baseada igualmente em realidades distintas de um cenário internacional composto por mais de sete bilhões de pessoas que aponta a necessidade de uma reunião de verdades, visões destas, e teorias para o entendimento das interações que ocorrem além das comunidades políticas independentes nas relações internacionais.

Para tanto, o conceito de ordem internacional proposto por uma escola de pensamento das Relações Internacionais pode, entre outras perspectivas, ajudar a operar uma justaposição de entendimentos e valores capaz de funcionar como um apanhado explicativo de conceitos sobre as Relações Internacionais.

Assim, em um mundo heterogêneo formado por comunidades políticas independentes igualmente heterogêneas, e além disso, formado por grupos sociais distintos dentro

---

theories of mere relations beyond the secure confines of the modern territorial state." Robert Walker. *Inside/Outside*, 6.

<sup>402</sup> Os ensinamentos de Raymond Aron são mais uma vez ilustrativos da dificuldade da delimitação de fronteiras e conceitos para uma teoria: "Há poucas palavras mais empregadas pelos economistas, sociólogos e cientistas políticos do que teoria; e poucas se prestam tanto a equívocos." Para Aron, as Relações Internacionais demonstram sua autonomia na diferenciação de originalidade, ou a sua singularidade dentre as outras ciências sociais. Para o referido autor, é possível que a singularidade das Relações Internacionais se encontre na legalidade do recurso à força armada por parte dos atores. As relações entre os atores internacionais, aparentemente, são as únicas que admitem o caráter normal da violência. Raymond Aron. *Estudos Políticos*, 379-380.

destes Estados, o ordenamento que consegue atribuir algumas características próprias para estes agrupamentos pode ser entendido como uma justaposição de elementos discrepantes em uma determinada estrutura.<sup>403</sup>

Isso pode ocorrer porque os indivíduos dotados de diferentes perspectivas, em grupo, elegem objetivos para sua existência, e assim, forjam determinado ordenamento para a promoção destes objetivos.

Entre outros exemplos destas finalidades, é possível apontar a proteção da vida contra formatos de violência que leve os indivíduos à morte, ou a manutenção de contratos ou a garantia de que as promessas feitas neste grupo social sejam cumpridas, e logo, que aquilo que foi acordado seja implementado conforme planejado.<sup>404</sup>

De tal forma, quando buscamos entender o processo que é capaz de conectar diversos grupos heterogêneos no espaço, é possível distinguir um ordenamento formado pela necessidade lógica de interação entre esses grupos no mundo, o qual é capaz de explicar as estruturas que possibilitam esta existência por no mínimo três principais aspectos.

Assim, seja esta ordem composta por hábitos ou pelo cumprimento de contratos racionais; pela interação pautada na necessidade de sobrevivência de cada uma das partes envolvidas, desta forma propensa a algum tipo de conflito; ou ainda, pela

---

<sup>403</sup> Nas primeiras páginas da obra *A Sociedade Anárquica* de Hedley Bull, sobre a ordem internacional e uma Sociedade Anárquica publicada no ano de 1977, Bull eficientemente ilustra o tema como uma citação de Santo Agostinho a respeito do conceito de ordem: "uma boa disposição de elementos discrepantes, cada um deles ocupando o lugar mais apropriado." Hedley Bull. *A Sociedade Anárquica*, 8.

<sup>404</sup> Na argumentação a respeito de alguns objetivos comuns das sociedades, Hedley Bull ainda lista um terceiro aspecto: "todas as sociedades perseguem a meta de garantir que a posse das coisas seja em certa medida estável, sem estar sujeita a desafios constantes e ilimitados." *Ibid.*, 9.

evolução humana desta efêmera formatação de Estados no mundo para um ordenamento pacífico baseado em imperativos morais de caráter universal, todas as perspectivas em conjunto, fomentam uma justaposição de realidades e crenças no cenário internacional.

De tal modo, existe uma ordem internacional,<sup>405</sup> que descreve a existência do ambiente formado além das comunidades políticas independentes, em um enredamento que pode ser descrito como uma síntese de valores e verdades que contemplam uma amplitude que se inicia no mais egoísta dos gestos humanos e se estende ao mais altruísta destes, explicando o cenário internacional como uma série de comunidades políticas independentes, que aumentam e diminuem suas dimensões, assim, alterando suas características no tempo, as quais de forma individual, alocam-se em algum espaço intermediário da realidade representada pela visão que os homens possuem daquilo que existe, e por outro lado, a visão que os indivíduos têm daquilo que deveria existir.

Assim, a análise das teorias que descrevem as relações internacionais em um mundo ordenado, além dos fatores que rodeiam a própria realidade impondo limites ideacionais ou materiais ao comportamento dos indivíduos, ou o estudo da representação desta realidade construída pelas teorias das Relações Internacionais, tem igualmente encontrando fronteiras que cerceiam a sua capacidade existencial e explicativa.

---

<sup>405</sup> Para Hedley Bull, "ordem internacional [é] um padrão de atividade que sustenta os objetivos elementares ou primários da sociedade dos estados, ou sociedade internacional." Ibid., 13.

Isso se deve a algumas características que, além de influenciarem o julgamento sobre a realidade e a representação desta por meio de teorias, constroem esta mesma realidade a efeitos de progresso, repetição e recorrência desde algumas variáveis comuns na existência das relações internacionais.

Estas fronteiras das relações internacionais que abarcam as ações e os pensamentos dos indivíduos buscam sustentação nas interpretações que os indivíduos fazem daquilo que experimentam, julgam existir, ou desejam que exista nas relações internacionais, para além de interpretações e experimentações exclusivamente materialistas nestas interações.

Entre outros motivos, esta perspectiva se insere na complexidade do pensamento da principal linha teórica aqui trabalhada quando tal ensinamento entende, para além de um ambiente anárquico e inseguro nas relações internacionais, os hábitos desta sociedade e algumas idealizações daquilo que poderia mover o agrupamento das comunidades políticas independentes para uma existência aceita pela totalidade dos envolvidos, como fatores igualmente componentes das relações internacionais.

Neste sentido, esta sociedade internacional operada e explicada por indivíduos é seriamente forçada a existir desde o pensamento de seus operadores, que por sua natureza, de forma isolada, acabam por participar de um pensamento anteriormente existente, acrescentando axiomas ao que os homens pensaram no passado.<sup>406</sup>

---

<sup>406</sup> Um importante ponto de sustentação desta perspectiva das relações internacionais advém da Sociologia do Conhecimento. Nesta lógica, ergue-se a conjectura de que não existem modos de pensamento que possam ser compreendidos separadamente de suas origens sociais, desde modo, levando em consideração o contexto histórico e social de onde gradativamente o pensamento individual é diferenciado. Karl Mannheim. *Ideologia e Utopia*. (Rio de Janeiro: Guanabara, 1986), 30.

Nas relações internacionais como em outras interações sociais é possível que os indivíduos existam “em uma situação herdada, com padrões de pensamento a ela apropriados, tentando reelaborar os modos de reação herdados, ou substituindo-os por outros,”<sup>407</sup> com o objetivo de lidar mais adequadamente com as realidades que se apresentam em seu tempo presente inserido em um cenário internacional.

Todavia, é importante notar que o questionamento deste inconsciente herdado enquanto um fator que pressiona uma sociedade a refletir sobre os fatores que constroem o mundo, em última análise, indicando a reflexão sobre o próprio pensamento, suscita a possibilidade alarmante para alguns que, dependendo do observador, o mundo possa se mostrar de formas diferentes.<sup>408</sup>

De tal forma, enquanto o entendimento sobre a construção de uma realidade política doméstica, composta por extratos sociais conflitantes e concordantes, é largamente discutido em seus aspectos teórico e prático na realidade interna dos Estados, é possível que esta situação não tenha repetição em um ambiente internacional.

Assim, respeitando os severos esforços de alguns pensadores para entender as relações internacionais neste sentido, é possível inferir que não existe consenso ou predominância deste conceito sobre a construção da realidade na tentativa de entendimento da justaposição das comunidades políticas no cenário internacional.

Nesta perspectiva, a importância da análise destes eventos no cenário internacional adquire dupla relevância para esta tese. Por um lado, como já abordado, a análise e o

---

<sup>407</sup> Ibid., 31

<sup>408</sup> Ibid., 34

juízo de pensamento sobre qualquer evento tende a ser seriamente constrangido pela agregação de pensamento que o indivíduo faz a uma massa de juízos herdados, desta forma, dotando os analistas de diferentes visões sobre os mesmos fatos.

E por outra perspectiva, é possível que os analistas dos eventos do cenário internacional acabem por construir agrupamentos organizados onde exista um determinado monopólio sobre o direito de entender ou descrever a realidade. Desta forma, a construção de uma teoria, ou de teorias por grupos desta sociedade, tende a criar um tipo de forma dogmática como coerção aos modos de pensamentos válidos, ratificando a questão da construção de um pensamento específico de um grupo como válido para mais de um agrupamento social.<sup>409</sup>

Assim, certos interesses dos analistas que constroem e difundem o entendimento das relações internacionais em alguns espaços e tempos específicos podem estar deslocados dos objetivos principais destas análises, se não por outros motivos, por estarem contaminados pela inserção do analista dentro da própria sociedade analisada, incluindo neste caso um espectro que pode variar desde um apaixonado interesse na difusão da ciência, até um profundo desejo de fama pessoal.<sup>410</sup>

---

<sup>409</sup> Ao fazer referência a um paralelo do assunto aqui abordado, Karl Mannheim salienta que “este grupo intelectual, organizado como castas e monopolizando o direito de pregar, ensinar e interpretar o mundo, está condicionado pela ação de dois fatores sociais. Tanto mais ele se torna o interprete de uma coletividade globalmente organizada, tanto mais seu pensamento tende a um “escolasticismo.” E “a segunda característica deste tipo monopolístico de pensamento reside em seu relativo afastamento dos conflitos manifestos da vida cotidiana, [...] é acadêmico e sem vida.” Ibid., 39.

<sup>410</sup> Robert Merton. *Social Theory and Social Structure*. (Nova Iorque: The Free Press, 1968), 599-600.



Portanto, alguns fatores predominantes do cenário internacional na história acabam por influir na construção da realidade das relações internacionais no presente e assim sucessivamente em um movimento contínuo no tempo.

Tais realidades poderiam ser caracterizadas como dotadas de certa naturalidade aos agentes das relações internacionais, como uma espécie de cotidiano do cenário internacional, desta forma, apresentadas como uma realidade interpretada pelos indivíduos e, portanto, “dotada de sentido para eles na medida em que forma[m] um mundo coerente”<sup>411</sup> ao qual eles compreendem.

Desta forma, estes constrangimentos à operação e entendimentos das relações internacionais aqui caracterizadas como fronteiras possivelmente funcionariam como mecanismos inibidores ou potencializadores da capacidade das comunidades políticas independentes, ou da própria sociedade internacional como um todo, alterar a sua realidade.

Neste entendimento, as alterações de alguns padrões que provocariam a existência de indivíduos ou realidades majoritariamente explicadas pela anarquia, pelos hábitos ou por uma solidariedade moral, respectivamente alocados dentro de perspectivas *Realistas, Racionalistas e Revolucionárias*, poderiam estar atreladas às idealizações que os agentes desta sociedade executam sobre seus agrupamentos internacionais.

Assim, a realidade internacional a que o Brasil se insere no período analisado nesta tese consegue demonstrar as repetidas alterações de alguns padrões de existência

---

<sup>411</sup> Peter L. Berger & Thomas Luckmann. *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. (Petrópolis: Vozes, 1985), 35.

internacional, entre outros motivos, pelas reivindicações do país em construir um ambiente Revolucionário mais justo para as comunidades políticas do mundo.

Ou seja, é possível que um tipo de idealização das comunidades políticas ou da própria sociedade internacional sobre os registros históricos e sociológicos de si mesma seja o principal mecanismo de alteração da realidade desta sociedade dentro de diferentes padrões na história, ou especificamente, dentro das *Tradições de Pensamento* das Relações Internacionais.

Contudo, em que pese a verificação de alguns avanços no bem-estar das populações dos Estados no mundo, ou ainda utilizando o exemplo do Brasil, a comprovação do desenvolvimento do país sob aspectos econômicos, políticos e sociais no período em análise, o mecanismo de idealização da realidade enquanto modificador da existência da sociedade internacional ainda carece de explicações, entre outros motivos, diante dos eventos que demonstram o retrocesso de algumas comunidades políticas independentes no mundo ou mesmo da própria sociedade internacional.

Entre outros exemplos, algumas das guerras deflagradas no Oriente Médio durante o período analisado nesta tese levantam o questionamento sobre a real caracterização do progresso desta sociedade internacional entre existências Realistas, Racionalistas e Revolucionárias.

Assim, é possível que esta idealização da realidade executada pelos Estados e pelo ambiente internacional como um todo esteja cerceada por algumas fronteiras das Relações Internacionais capazes de explicar os avanços e retrocessos da sociedade internacional desde três principais pontos.

Uma primeira fronteira conceitual nas Relações Internacionais pode ser caracterizada pela natureza do homem. Na condição de principal operador das relações internacionais, a natureza do indivíduo acaba por constranger qualquer realidade ou teorização a respeito do cenário internacional por suas necessidades físicas.

Não há perspectiva, entre as concepções que existem, que consiga prescrever, normatizar ou desenvolver qualquer teoria ou realidade que não considere uma situação de necessidade característica dos homens em contraponto a uma escassez de recursos no ambiente fechado que estes existem.

Assim, em última análise, porque precisam de alimentos, água e outras necessidades fisiológicas, e ainda, já que temem pela própria vida ou precisam de estima e realização, qualquer realidade ou teorização sobre esta que envolva os homens em interação com outros indivíduos ou com o ambiente que ocupam fatalmente estará cerceada pelas necessidades e pela natureza destes.

Contudo, para além dos fatores ligados a natureza física do homem, o processo de evolução histórica e sociológica da nossa sociedade tende a construir algumas valorações sobre a composição existencial anterior do analista ou agente das relações internacionais.

Igualmente, avançando para além do entendimento das relações internacionais ligado exclusivamente a fatores físicos, em virtude dos questionamentos do homem sobre os fatos anteriores de sua existência, uma determinada sociedade pode não mais aceitar os valores construídos no passado como verdades absolutas, e assim, proceder a uma

nova construção dialética de verdades em contraposição à realidade anteriormente existente.

Desta forma, a problemática se transfere da análise do verdadeiro ou falso, apropriado ou não apropriado efetuado por grupo sociais, que em interação chocam suas verdades, para um tipo de construção de verdades, normas e modos de pensamentos construídos em oposição ao registro histórico, neste sentido, trazendo complexidade a possibilidade de análise sobre o verdadeiro e o não verdadeiro em um determinado ambiente.<sup>412</sup>

Assim, a complexidade de interação ou análise da realidade pode não residir apenas na valoração sobre certo ou errado atribuída a determinado fato ou pensamento, contudo, poderia estar igualmente relacionada com o enredamento da distinção que se apresenta ao representante político ou ao teórico sobre a sua própria incapacidade de apontar os comportamentos em uma realidade, em virtude de esta ser resultado de uma reorganização contínua de processos mentais que acabam por construir os mundos em que vivemos.<sup>413</sup>

Tal perspectiva aponta a necessidade de determinação de quais tipos de ideias são predominantes diante das demais, ou ainda, quais paradigmas são aceitos como verdadeiros para um determinado grupo majoritário, diante dos outros.

Desta forma, uma segunda fronteira das relações internacionais é a construção e o entendimento de paradigmas por esferas da sociedade mundial que acabam por

---

<sup>412</sup> Karl Mannheim. *Ideologia e Utopia*, 120.

<sup>413</sup> Ibid.

constranger a habilidade dos atores e analistas de visualizar a realidade além das verdades declaradas como aceitas por estes paradigmas.

Deste modo, o teórico contemporâneo das Relações Internacionais muitas vezes tem dificuldade em escapar de uma contemplação de mundo que não compreenda ou demande o respeito aos Direitos Humanos, a um ideal democrático no cenário internacional, ou a dependência dos atores a um sistema econômico liberal em funcionamento global, entre outros paradigmas aceitos por esferas da sociedade do mundo, que, no entanto, desconsideram as construções de imperativos de outros grupos sociais diferentes destas esferas principais de construção de pensamento.

Segue que o entendimento da realidade desde uma abordagem vinculada ao passado que constrói tal perspectiva aqui declarada como um paradigma não pode deixar de figurar como uma importante peça no entendimento e teorização sobre as relações internacionais.<sup>414</sup>

De tal forma, é muito difícil entender determinada política de uma comunidade ou mesmo as interações das relações internacionais sem considerar o pressuposto de que todos os tipos de realidades que temos que lidar ou entender tiveram um surgimento e uma evolução de uma existência que depende de processos históricos de formação.<sup>415</sup>

---

<sup>414</sup> Para Karl Mannheim o historicismo figura como uma espécie de força intelectual com a qual precisamos lidar, tendo tal conceito se tornado uma força intelectual de grande significado, o qual, funciona como uma espécie de epítome de nossa visão de mundo. Karl Mannheim. *Essays on the sociology of knowledge*. (Londres: Routledge & Kegan Paul, 1952), 84.

<sup>415</sup> Neste caso, Karl Mannheim trabalha um conceito similar para tratar do entendimento da política, e não especificamente das relações internacionais. Ibid. 84-85.

Neste contexto, a construção de determinadas verdades aceitas por grandes grupos de nossa história certamente influencia tanto a teorização sobre as relações que as comunidades políticas independentes executam no mundo, como as ações que os agentes destes atos tomam como consequência daquilo que avaliam ou julgam apropriado.

Assim sendo, muitas vezes aquilo que era tido como descoberto passa a ter conotação de inventado em nossa sociedade, pelo processo de interpretação histórico da verdade anterior da nossa história que precisa ser replicada ou substituída.<sup>416</sup>

Desta forma, a influência de alguns fatores que implicam na definição daquilo que possui significado de verdade para determinados grupos, aqui nomeados de paradigma, pode produzir alterações no processo de construção da realidade em análise.

Neste sentido, podemos estabelecer por comparação com outras abordagens um conceito de que este paradigma poderia funcionar como uma espécie de lei específica, regularmente recorrente, oriunda de alguns tipos de relações especiais de um determinado corte temporal e de um contexto social particular.<sup>417</sup>

Igualmente, é possível entender tal categorização de paradigma como tipos de forças universais que se integram a um dado contexto concreto, desta forma, produzindo

---

<sup>416</sup> Karl Mannheim. *Ideologia e Utopia*, 216.

<sup>417</sup> A correlação de conceitos aqui estabelecida é derivada da composição do chamado *Principia Media* por Mannheim. Karl Mannheim. *Man and Society in an Age of Reconstruction*. (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1940), 177.

realidades dentro de um determinado período e espaço dotado de uma combinação de circunstâncias de características únicas. <sup>418</sup>

Portanto, uma vez que alguns círculos do cenário internacional<sup>419</sup> que estabelecem alguns imperativos impostos a outras esferas do mundo podem não conseguir contemplar, em sua plenitude, a realidade das populações que não fazem parte destes círculos, logicamente, podem acabar por não conseguir entender os principais paradigmas que dão sentido as sociedades diferentes entre si, ratificando o prosaico erro da imposição de verdades de uns poucos para outros muitos.

Assim, tanto o agente das relações internacionais quanto o teórico desse campo tendem a construir e explicar a realidade a partir dos paradigmas aceitos pela sociedade em que o sujeito participa.

O ponto específico que é estabelecido nesta segunda fronteira que cerceia as mudanças e o pensamento do teórico nas Relações Internacionais não é, obviamente, a promoção do desrespeito à vida humana ou a defesa de autoridades que desconsideram a dignidade dos homens, embora tal conceito demande uma explicação universalmente aceita.

---

<sup>418</sup> Ibid., 178.

<sup>419</sup> A imposição de um paradigma dotado de significado para uma parcela da população que aceita este sentido como verdadeiro pode apontar a construção de uma ética deontológica no cenário internacional, considerando assim, uma ação como moralmente correta quando esta obedece a padrões que são bons em si mesmos, desta forma, excluindo as consequências que poderiam causar e ainda, agindo de forma independente de sua correspondência (ou não) junto à valores morais partilhados realmente existentes. Klaus-Gerd Giesen. "Corporatisme paradigmaticque, théories déontologiques et nouvel ordre mondial" *Études internationales*. Vol. 24, N. 2 (1993), 321.

Contudo, o que se pretende é questionar a incapacidade do analista e muitas vezes do decisor político em ponderar sobre as diferenças do mundo, desta forma, evitando, no caso do analista, o encontro de respostas prontas para explicar os litígios entre os indivíduos e as comunidades políticas no cenário internacional, e no caso do decisor político, explicando alguns dos avanços e retrocessos da sociedade internacional.

Por fim, uma terceira fronteira para as Relações Internacionais é a razão, o intelecto ou o processo cognitivo que faz com que o indivíduo compreenda e construa sua realidade.<sup>420</sup>

Neste perímetro intelectual em que se encontra o agente e o teórico das Relações Internacionais, no mínimo duas variáveis constroem o entendimento do cenário internacional. Por um lado, a inconcludente condição do analista sobre os limites de sua própria razão, e por outro, o desconhecimento da totalidade do processo cognitivo que permite que os indivíduos operem as relações internacionais desde suas identidades e interesses.

Assim, esta fronteira caracterizada pelo questionamento da nossa capacidade de conhecer o mundo e a nós mesmos é inserida, obrigatoriamente, dentro de uma polaridade entre o sujeito de uma ação e um objeto.

---

<sup>420</sup> Em sua *Crítica da Razão Pura*, entre duas fontes de conhecimento no sujeito, Immanuel Kant escreve sobre a sensibilidade ou maneira como somos afetados pelos objetos e como nos referimos a eles: “A teoria transcendental da sensibilidade deve formar a primeira parte da ciência dos elementos, porquanto as condições, pelas quais unicamente nos são dados os objetos do conhecimento humano, precedem as condições segundo as quais esses mesmos objetos são pensados.” Immanuel Kant. *Crítica da Razão Pura*. (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985), 56.



Ou seja, qual é o relacionamento de uma sociedade internacional, enquanto objeto de estudos das Relações Internacionais, com o analista ou operador destas relações?

Na tentativa de explicar tal questão, ou partimos da existência do objeto anterior ao analista ou operador das relações internacionais, e desta forma, é a sociedade internacional que explica a posição deste operador diante dela, aclarando os resultados de seus poderes cognitivos. Ou por outra perspectiva, deveríamos partir do sujeito como um dado imediato e indiscutível, assim, derivando dele o conhecimento válido que possuímos da sociedade internacional. <sup>421</sup>

Entre diversas abordagens que poderiam discutir a prevalência entre sujeito ou objeto, ou ainda, o método analítico apropriado para a tentativa de definição da medida de interpenetração de ambos os fatores no processo de aprendizado dos indivíduos, nas relações internacionais quando temos por horizonte o entendimento e a contradição destas relações, é possível notar que os agrupamentos sociais escolhem determinados padrões de conduta, aceitos por um grupo, de onde é possível extrair significados válidos (ou não) para tal grupo de indivíduos envolvidos. <sup>422</sup>

Assim, sejam estes significados falsos ou verdadeiros em uma determinada comunidade ou mesmo em uma sociedade destas comunidades, é possível que qualquer significação caracterize apenas a atenção de um dado grupo que deseja fazer alguma ação em comum sobre outra dada definição de outra determinada situação. <sup>423</sup>

---

<sup>421</sup> A questão epistemológica aqui deriva da explicação de Karl Mannheim, abordando a epistemologia desvinculada da sociedade internacional. Karl Mannheim. *Ideologia e Utopia*, 41

<sup>422</sup> Ibid., 48-49

<sup>423</sup> Ibid., 49

Neste sentido, uma determinada situação válida acaba por se constituir quando é definida de forma homogênea por um grupo, que por sua vez, define como aceitável ou não, as situações atreladas ao comportamento de outro grupo discordante deste primeiro significado estabelecido.<sup>424</sup>

Ou seja, “o mundo dos objetos externos e da experiência psíquica parece estar em fluxo contínuo”<sup>425</sup> de interação. De tal forma, o simples fato de atribuirmos nomes as coisas em fluxo de interação entre sujeito e objeto implica a aceitação de um significado por parte de um grupo.

Portanto, orientados desde padrões coletivos de atividade,<sup>426</sup> construímos o processo de aprendizado nas relações internacionais entre aquilo que possui significado aceito por um dado grupo, e em contrapartida, entre aquilo que figura como uma espécie de preconceito a ser tratado pelo grupo que é sujeito desta ação ou análise.

Ainda, mesmo o tratamento do indivíduo, e não da comunidade destes, dentro dos parâmetros aqui apresentados tende a um questionamento sobre a exata medida da consciência que o indivíduo possui nestes casos sobre seu objeto de estudo.

Segue que a consciência que um indivíduo possui sobre determinado elemento pode ser sempre intencional, tendendo para alguma coisa ou dirigida para algum fator.

---

<sup>424</sup> Ibid.

<sup>425</sup> Ibid., 50.

<sup>426</sup> Ibid.

Desta forma, não podemos apreender a consciência geral de determinado indivíduo, contudo, apenas a consciência que este possui sobre determinada coisa.<sup>427</sup>

Portanto, enquanto as discussões sobre o quanto sabemos são fáceis de serem documentadas, é difícil medir o nível de crença das pessoas sobre aquilo que efetivamente conhecem na história.<sup>428</sup>

Apesar disso, ao mesmo tempo em que verificamos a expansão do acesso ao conhecimento de uma sociedade cada vez mais interdependente, a confiabilidade das coisas que esta sociedade julga conhecer é questionada de maneira mais profunda do que antes,<sup>429</sup>se não por outros motivos, pela mais profunda interligações destes conhecimentos.

De tal forma, em que pese seja difícil de definir a exata influência do desconhecimento que temos sobre aquilo que pensamos ou sabemos, pode ser negligente deixar de ponderar esta variável como um importante ponto a ser considerado sobre aquilo que fazemos ou teorizamos nas Relações Internacionais.

Assim, mesmo que nossa razão seja capaz de explicar pontos específicos das interações do cenário internacional, a exemplo dos conceitos de nação, comunidade política independente, ou em última análise, cooperação e paz ou conflito e guerra, não conseguimos, enquanto indivíduos imersos na realidade em análise, comprovar nossa exata capacidade racional de investigar os fatos, desta forma, suscitando algum

---

<sup>427</sup> Peter Berger & Thomas Luckmann. *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. (Petrópolis: Vozes, 1985), 37.

<sup>428</sup> Peter Burke. *Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003), 186.

<sup>429</sup> *Ibid.*, 11

cerceamento da nossa habilidade em teorizar sobre as relações internacionais, e por consequência, executar a interação entre atores no cenário internacional.

Em suma, existem alguns obstáculos que podem limitar o entendimento das relações internacionais, bem como, existe uma grandiosa construção de verdades que compõem o cenário internacional.

Da mesma forma, as idealizações sobre a realidade que podem fazer com que a existência se altere dentro das *Tradições de Pensamento* descritas neste trabalho igualmente são severamente afetadas pelas fronteiras conceituais expostas, neste aspecto, conseguindo explicar alguns dos fatores que potencializam as modificações de realidades dentro das perspectivas *Realista, Racionalista e Revolucionária* no tempo e no espaço.

Portanto, é possível teorizar sobre as relações que acontecem além dos espaços domésticos dos Estados a partir daquilo que entendemos racionalmente como realidade, bem como, é razoável apontar algumas das características deste ambiente internacional que parecem capazes de estabelecer distintos padrões de comportamento no tempo, de tal forma, igualmente apontando a possibilidade de teorizações sobre estes fatos. <sup>430</sup>

---

<sup>430</sup> Algumas questões metodológicas demandam elucidação na terceira parte desta tese. O presente capítulo conclusivo deste trabalho tem início com o exame de algumas teorias das Relações Internacionais, por vezes, complementares e por outras antagônicas, a exemplo do Realismo e Neorrealismo, ou Liberalismo e a Teoria Crítica. Assim, desde a tentativa de explicação das relações internacionais a partir de teorias, uma série de lacunas aparece, as quais não conseguem ser explicadas ou profundamente discutidas desde os argumentos propostos por algumas das principais teorias estabelecidas nos círculos acadêmicos. De tal modo, primeiramente é pertinente a apresentação do papel ou da ligação de algumas teorias com a realidade. No argumento de Kenneth Waltz, “uma teoria, apesar de relacionada com o mundo sobre o qual as expectativas são pretendidas, permanece sempre distinta desse mundo. A

---

realidade não será congruente nem com uma teoria nem com um modelo que a possa representar. [...] Um modelo retrata a realidade enquanto a simplifica, digamos através da omissão ou da redução da escala. [...] Uma descrição completa seria de menor poder explicativo; uma teoria elegante, de maior.” Kenneth Waltz. *Teoria das Relações Internacionais*, 20-21. De tal forma, a construção ou o aprofundamento da análise de teorias demanda a investigação de questões de justificação ou validade, a exemplo da possibilidade do teste de um enunciado anteriormente construído (hipoteticamente proposto) poder ser justificado, apontando de que forma tal hipótese pode ser justificada, a que provas o enunciado pode resistir, de que teorias depende ou se opõe, em última análise, ratificando o ponto da necessidade de formulação de um enunciado antes de sua prova. Assim, a produção de uma inspiração pode ser desprendida da lógica da construção do conhecimento, situação diferente do estudo das provas posteriores que podem vir a validar uma inspiração como uma descoberta ou como limitação de um conhecimento, caracterizando este processo, e somente este processo, como uma reconstrução lógica da inspiração hipoteticamente proposta. Nesta perspectiva, “não existe um método lógico de conceber ideias novas ou de reconstruir logicamente este processo,” pois “toda descoberta encerra um elemento irracional.” Karl Popper. *A Lógica da Pesquisa Científica*, 32. Deste modo, a problematização sobre as imprecisões de algumas teorias das Relações Internacionais, por consequência, aponta a necessidade de formulações de hipóteses sobre a realidade do cenário internacional, nomeadamente neste trabalho, a existência de grandes padrões ou Tradições de Pensamentos heterogêneos que em conjunto conseguem explicar as relações internacionais em um campo de testes delimitado – o Brasil de 1995 a 2010. É um fato observável nos quase cem anos que circundam a moderna discussão sobre as relações internacionais a existência de distintas perspectivas teóricas para a explicação dos mesmos fatos – as relações internacionais. Assim, ou as teorias existem na exata medida da visão do analista para a explicação dos fatos, que por serem muitos de diversas formações e culturas, produzem distintas abordagens teóricas, ou então, podemos conjecturar que as relações internacionais só podem ser explicadas desde um distinto grupo de axiomas heterogêneos, que em conjunto, conseguem abarcar as diferenças do cenário internacional, desta forma, justificando a multiplicidade de perspectivas teóricas. De tal modo, é uma variável independente das explicações formuladas sobre as relações internacionais o grande número de fatos distintos que ocorrem no cenário internacional em sua história. Ou seja, em que pese algumas políticas possam ser pautadas por teorias vigentes nas Relações Internacionais, a ocorrência da multiplicidade de fatos deste cenário internacional é independente da validade da variedade de explicações teóricas, se não por outros motivos, porque seria impossível comprovar universalmente o conhecimento destas por parte dos decisores políticos e outros atores responsáveis pela construção das relações internacionais. De tal modo, uma variável dependente desta heterogeneidade de fatos é a tentativa de construção de teorias nas Relações Internacionais universalmente aceitas pela comunidade acadêmica no mundo, ou em contrapartida, a construção de diversos axiomas explicativos e heterogêneos por diversos teóricos com objetivo de contribuir para compreensão destes fatos, funcionando como uma variável interveniente neste processo, a existência de um grande número de Teorias das Relações Internacionais que resultam deste processo e que são efetivamente discutidas como válidas em alguns círculos acadêmicos, que assim, tanto influem nos fatos quanto na discussão sobre as teorias. Desta forma, esta tese parte da hipótese da existência de um variado grupo de explicações heterogêneas para as relações internacionais, em seguida executa uma comparação desta teoria com a realidade pautada pelas três Tradições de Pensamento proposta por alguns autores da Escola Inglesa das Relações Internacionais, por consequência, apresentando um ordenamento desta heterogeneidade de perspectivas na forma de uma teoria universal das Relações Internacionais. Outros comentários e um aprofundamento sobre o conceito que sustenta esta metodologia pode ser encontrado em Karl Popper. *A Lógica da Pesquisa Científica*,

Assim, de posse da abstração requerida ao teórico desde o que as capacidades humanas conseguem realizar dentro das fronteiras descritas sobre as Relações Internacionais, e ainda, pautado por um conceito de ordenamento internacional formado pela aglutinação e a justaposição de distintos atores internacionais no mundo, o próximo capítulo busca estabelecer entendimentos mais profundos sobre as *Tradições de Pensamento* das Relações Internacionais, capazes de fomentar a compreensão do cenário internacional em sua universalidade.

---

62-67. Assim, de forma conclusiva, o procedimento abordado nesta tese se baseia no método da prova dedutiva de teorias, seguindo as seguintes fases após o processo de inspiração que resulta na construção na hipótese: (1) Submissão da teoria à prova, desde uma ideia nova ainda não justificada; (2) Construção de conclusões por meio de dedução lógica; (3) Comparação das conclusões entre si e com outros enunciados relevantes ao tema, chegando desta forma em relações lógicas de (a) equivalência, (b) dedutibilidade, (c) compatibilidade ou (d) incompatibilidade. Especificamente sobre esta última fase deste processo, as quatro linhas comparativas esquematizam-se na (a) comparação das conclusões para buscar provar a coerência interna do sistema explicativo; (b) investigação da formatação lógica da teoria em sua organização empírica, científica ou tautológica (que se explica por ela mesma, é redundante, ou ainda, propõe uma mesma teoria existente por outros termos); (c) comparação com outras teorias apontando os avanços de ordem científica propostos por tal hipótese já satisfatoriamente testada nas outras fases deste esquema; e (d) aplicação empírica das conclusões que dela se possam deduzir. Após estas provas, é possível afirmar que diante dos fatos não foi descoberto outros motivos para refutação da proposição, trabalho executado nas três diferentes partes desta tese que são concluídas nas próximas páginas. De tal forma, o resultado positivo de tal processo possibilita uma base temporária para esta teoria, uma vez que outras provas futuras podem vir a inviabilizar a presente afirmação teórica. Assim, na medida em que ela resista às provas e não seja suplantada por outra teoria, podemos dizer que ela comprovou a sua robustez, ou então, que a sua qualidade foi corroborada. *Ibid.*, 33.

## A Sociedade Internacional e sua Estrutura

Estabelecido um conceito de um ordenamento internacional e das fronteiras que limitam a realidade e a discussão das Relações Internacionais, da mesma forma, entendida a hipótese trabalhada nesta tese sobre algumas *Tradições de Pensamento* que conseguiriam, em conjunto, explicar o ordenamento formado pelos atores internacionais, o presente capítulo propõe uma discussão sobre dois pontos igualmente elucidativos sobre o tema.

Primeiramente, será realizada uma investigação sobre alguns fatores que precedem a categorização dos atores ou o ordenamento internacional dentro das *Tradições de Pensamento*, desta forma, fomentando o entendimento das possibilidades de mudanças nesta sociedade patrocinadas por estes atores internacionais. Em segundo lugar, será efetuada uma análise sobre a estrutura do cenário internacional estabelecida por algumas teorias, desta forma, ajudando o entendimento e ratificação de um conceito de sociedade internacional enquanto objeto de estudos das Relações Internacionais.

Assim, sobre os fatores que precedem a categorização da representação teórica das Relações Internacionais, é possível apontar distintas motivações para o comportamento dos atores internacionais que acabam por produzir igualmente uma tríade nas *Tradições de Pensamento* das Relações Internacionais, alocando estes agentes em espaços intermediários a um comportamento de potencial atrito ou inimizade entre os Estados, chamado de Realista, a uma conduta baseada na construção e cumprimento de normas e regras que ordenam a rivalidade entre os atores internacionais caracterizada como Racionalista, e ainda, uma perspectiva de potencial amizade e cooperação em torno de

um conceito de humanidade que extrapola as fronteiras estatais, chamada de Revolucionária.

O ponto específico a ser analisado é que as *Tradições de Pensamento*, enquanto uma espécie de representação pedagógica ou classificação do ordenamento internacional, são resultantes das intenções e perspectivas que os atores possuem em conjunto, e desta forma, compõe o cenário internacional.

Assim, são estas intenções isoladas que agrupadas em um ordenamento internacional conseguem explicar a configuração do cenário internacional desde aspectos Racionalistas, como o comércio internacional contemporâneo, Realistas, como as guerras do século XXI, e ainda, Revolucionários, como a crescente luta pelo respeito aos Direitos Humanos em uma parte considerável do mundo.

Segue que as perspectivas Racionalista, Realista e Revolucionária, enquanto representações da realidade, demandam uma análise do processo de formação das atitudes dos atores internacionais que acabam, em conjunto, por construir um mundo dentro das categorizações descritas.

Esta conjuntura fica aparente no exercício de uma construção mental, simplificada, de horizontes de interação entre agentes internacionais. Por hipótese, se um primeiro ator representado por um governo nacional, determinado a racionalmente atender as necessidades do povo que representa na defesa de uma faixa territorial em disputa com outro ator nacional, encontra a possibilidade de interagir por meio da força com este segundo ator, pode depender da ação deste mesmo segundo governo o desfecho



de tal situação, a qual, o resultado poderíamos caracterizar dentro das *Tradições de Pensamento*.

Porque se o segundo ator igualmente se julga com o poder de defender o povo que representa por meio da força, será grande a probabilidade de atrito entre estes agentes internacionais. De outra forma, se este segundo ator busca barganhar com seu oponente, um contrato pode ser resultante de tal relação, onde ambos podem relativamente perder, e assim, potencialmente, experimentar um resultado de interação melhor do que a guerra.

E por fim, se este segundo ator, imbuído de um conceito de humanidade na representação dos seus cidadãos, pauta suas ações pelo bem dos homens, abrindo mão da faixa de terra de fronteira em disputa em atenção ao grupo humano afetado, constrói uma situação que, embora resulte em perda econômica ou territorial para alguma das partes, potencialmente preservaria as vidas humanas envolvidas neste processo.

Em que pese a simplicidade do exemplo citado, a partir deste, poderíamos edificar uma série de testes mentais semelhantes, entre dois ou mais atores distintos com características diversas, encontrando situações semelhantes como os resultados acima para a interação entre indivíduos em disputas pessoais no cenário internacional, entre empresas em disputas comerciais pelo mundo, entre organizações internacionais, como as Nações Unidas, em negociação de litígios com Estados do cenário internacional, entre outras ocasiões, em que a resultante será necessariamente alocada em alguma posição entre extremos de construção de um ideal solidarista ou um potencial conflito entre as partes envolvidas.

Desta forma, a análise destas representações aponta a necessidade de estudo dos fatores que precedem a ação dos atores internacionais e que resultam em uma postura determinada de um ator frente a outros no cenário internacional, uma vez que os três resultados principais – a guerra, o contrato e a solidariedade, são realidades no mundo, potencialmente aptas para repetirem a caracterização do cenário internacional no futuro.

Uma complicação do modelo mental trabalhado acaba por ajudar na definição dos fatores anteriores à interação internacional que resultam nas *Tradições de Pensamento*. Especificamente, as interações internacionais não ocorrem por uma contenda específica, ou um grupo de fatores capaz de ser categorizado por um número reduzido de fatos como a disputa por uma faixa de terra, o conflito por recursos necessário para a sobrevivência como a água, ou mesmo a defesa de uma população contra massacres de algum poder ilegítimo na realidade doméstica de algumas comunidades.

Os fatos que caracterizam as interações dos atores internacionais excedem as capacidades de uma única tentativa de exposição, possivelmente, porque a eleição de uma série de verdades por parte de atores internacionais heterogêneos no mundo acaba por caracterizar as relações internacionais como uma disputa infinita pelos mais variados temas, muito além dos recursos atrelados à sobrevivência de algum agrupamento humano.

Grupos de indivíduos, representando uma nação, uma região, uma cultura, ou uma crença religiosa, entre outras categorizações do nosso mundo, elegem verdades particulares que se chocam com as verdades privadas de outros grupos, e assim, acabam por construir um ordenamento capaz de ser alocado dentro das três

categorizações principais deste trabalho, bem como, em situações intermediárias como a guerra com alguma atenção aos hábitos neste ambiente, ou o cumprimento de algum contrato com a potencial consolidação da solidariedade entre os povos.

Nesta lógica, é possível que os fatores que antecedem o início das interações com resultantes já definidas possam igualmente ser caracterizados por uma tríade de percepções dos atores internacionais, nomeadamente por motivações *Reais*, *Ideais* ou *Ideológicas* da parte destes agentes, sejam eles indivíduos, organizações, comunidades políticas independentes ou agrupamentos destas.

Assim, nesta tese, primeiramente é trabalhada a hipótese de que os atores internacionais pautam sua existência pelo entendimento do cenário internacional desde aquilo que realmente e indiscutivelmente existe, a exemplo da necessidade que os seres humanos possuem de se alimentar, ou das conclusões resultantes da impossibilidade de sobrevivência dos indivíduos e dos agrupamentos destes em regiões desérticas e inóspitas, entre outros exemplos.

Portanto, o tipo de interação que contempla a caracterização das motivações de um dos atores dentro desta perspectiva, a qual será aqui representada como uma situação *Real*, tende a resultar em interações Realistas ou Racionalistas em um ordenamento internacional, situação dependente das motivações dos outros atores desta interação.

Nesta perspectiva, por exclusão, se dois ou mais atores interagem em um cenário internacional por motivações Reais, ou caracterizadas por aquilo que existe, é pouco provável que consigamos caracterizar tais relações internacionais como Revolucionárias.

Porque, hipoteticamente, se dois atores interagem na disputa por um reservatório de água capaz de suprir as necessidades de apenas um dos atores, qualquer solidariedade humana tende a desaparecer nesta disputa, caracterizando tal ação como Realista, ou em algum lugar entre o Realismo e o Racionalismo, até o ponto que seja fatal a disputa de dois atores por aquilo que existe e tende a suprir a necessidade de apenas um deles.

É igualmente certo que o homem possui a capacidade de em toda a sua história conhecida e, principalmente desde a análise de fatos individuais, apresentar comportamentos que podem ser caracterizados como exceção a qualquer categorização.

Contudo, definido o *Real*, uma segunda tipologia representativa oposta consegue caracterizar as interações dos atores no cenário internacional, nomeadamente, uma situação que ainda não existe no presente e que, contudo, se existisse, poderia ser aceita pela totalidade da humanidade, aqui categorizada como *Ideal*.

Assim, é possível que os atores internacionais nas situações que antecedem a ação internacional se comportem desde uma perspectiva que contemple um senso de humanidade em suas motivações, desta forma, construindo na ocasião da interação com outro ator internacional, igualmente disposto a edificar uma situação Ideal entre as partes, uma conjuntura que poderia ser caracterizada como Revolucionária nas Relações Internacionais.

Esta solidariedade moral entre diferentes agrupamentos, aqui considerada Ideal, existe na medida em que pode ser caracterizada como diferente do estado de realidade em que ocorre,<sup>431</sup> ou seja, apresenta a característica utópica de ainda não ter acontecido.

Contudo, nem toda a caracterização de uma utopia idealizada para um determinado agrupamento em um determinado período pode ser definida como um Ideal.

Neste sentido, um Ideal pode ser definido somente em ocasiões que possuem a característica de transcender a realidade na qual são propostos os Ideais, assim, influenciando ou transformando a ordem da realidade que interagem, seja parcialmente ou totalmente.<sup>432</sup>

Desta forma, pelo seu estado de transcendência temporal e existencial, este Ideal acaba por adquirir potencialidade para atribuir significado verdadeiro para situações e objetos da totalidade dos indivíduos do ambiente que interage, ou neste caso, no cenário internacional.

Entretanto, dois pontos ainda merecem ponderação na caracterização das intenções ideais por parte dos atores internacionais. Em primeiro lugar, é sensato conjecturar sobre uma tipologia Ideal de comportamento nas relações internacionais como uma espécie de modelo mental representativo da realidade, ao qual, são reunidas algumas proposições de natureza não contraditória capazes de estabelecer um mundo

---

<sup>431</sup> Karl Mannheim trabalha a perspectiva de que “um estado de espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre.” Karl Mannheim. *Ideologia e Utopia*, 216.

<sup>432</sup> Conceito de um estado de espírito utópico para Mannheim. Ibid.

universalmente aceito pela humanidade, o qual diante da realidade contemporânea ou da história conhecida tende a descrever uma existência, sobretudo, utópica.<sup>433</sup>

Contudo, tais teorizações sobre a realidade, seja na forma de análises representativas desta, ou ainda, representadas pelo imaginário de atores dispostos a tentar construir um mundo ideal, funcionam como um balizador da nossa existência, no primeiro caso, permitindo ao analista o estabelecimento de diferenças da realidade com um tipo Ideal desde comparações com a utopia, e no segundo caso, estabelecendo um ponto de irrupção da realidade, a qual tende a operar algum tipo de modificação existencial do grupo que experimenta a ação de uma tipologia Ideal sobre a realidade.<sup>434</sup>

Em segundo lugar, buscando encontrar ilustrações de um conceito de humanidade na realidade, são notórios os avanços do conjunto humano em sua autocompreensão daquilo que poderia atender a universalidade dos indivíduos, conduzindo estes a uma

---

<sup>433</sup> Max Weber, na obra *Metodologia das Ciências Sociais*, faz uso de um paralelo da investigação nas Ciências Sociais com os estudos na área da Teoria Econômica Abstrata buscando explicar a função da construção de tipos ideais. Para Weber, os ideais construídos por um quadro de pensamentos sobre determinadas relações e acontecimentos da vida histórica, assim, edificando um ambiente conceitual não contraditório de relações pensadas, são, pelo seu conteúdo, uma utopia obtida desde a acentuação de alguns elementos da realidade. Tal paradigma utópico pode vir a funcionar como uma espécie de referencial, o qual pode conseguir tornar compreensível a natureza particular das relações que ocorrem na realidade mediante a comparação destas com um tipo ideal. “No que diz respeito a investigação, o conceito de tipo ideal propõe-se a formar o juízo de atribuição. Não é uma ‘hipótese’, mas pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses. Embora não constitua uma exposição da realidade, pretende conferir a ela meios expressivos unívocos.” Max Weber. *Metodologia das Ciências Sociais – Parte 1*. (São Paulo: Cortez Editora, 2001), 137.

<sup>434</sup> Novamente utilizando os estudos de Max Weber para ilustrar o papel do ideal na teorização nas relações internacionais: “Qual é a significação desses conceitos de tipo ideal para uma ciência empírica, tal como nós pretendemos praticá-la? Queremos sublinhar desde logo a necessidade de que os quadros de pensamento que aqui abordamos, ‘ideais’ em sentido puramente lógico, sejam rigorosamente separados da noção do dever ser, do ‘exemplar’. Trata-se da construção de relações que parecem suficientemente motivadas para a nossa imaginação e, conseqüentemente, ‘objetivamente possíveis’, e que parecem adequadas ao nosso saber nomológico.” *Ibid.*, 138-139.

existência mais apropriada para o grupo, em detrimento ao desenvolvimento de certas comunidades em contraponto a outras.

Portanto, em que pese o distanciamento da nossa existência da execução de um tipo Ideal em nossa realidade, esta, apresenta inegáveis características da capacidade de evolução humana rumo a uma existência aceita como mais apropriada pelos homens.

Assim, a aferição de melhores condições de vida para muitos em nosso planeta, um crescente respeito independente de gênero ou raça, e o desenvolvimento das liberdades dos homens, de diferentes formas e variados lugares, consegue, de forma possivelmente incompleta, ilustrar nossa capacidade de rejeitar o sofrimento e assim encontrar melhores formas de existência, que em conjunto, poderiam construir uma realidade distinta das experimentadas pelos homens na história.

Entretanto, uma observação sobre a caracterização das definições ideais é o conflito histórico que resulta da tentativa de estabelecimento de modelos mentais utópicos, os quais possuem uma característica de impossibilidade de aferição da sua universalidade na realidade, sobre a existência das comunidades plurais no mundo, em última análise, resultando na formação e colisão de ideais distintos, os quais não poderiam ser aceitos universalmente pela plenitude de nossa espécie.

Esta perspectiva consegue delinear uma terceira tipologia nas motivações dos atores internacionais de características diferentes do *Real* e igualmente distinta do *Ideal*, nomeadamente, as interpretações que os atores internacionais fazem daquilo que seria o ideal universalmente aceito para a humanidade, e contudo, figura apenas como uma interpretação de determinado grupo ou comunidade política sobre o que seria o ideal,

representada neste tese como as *Interpretações ou Construções do Ideal*, ou resumidamente, a *Ideologia*.

Neste sentido, poderíamos compreender a Ideologia como uma forma de intenção que precede os resultados nas relações internacionais a partir do entendimento da dualidade de significação que este julgamento possui diante do indivíduo ou do grupo, nomeadamente, um significado particular e um total.

A concepção particular de Ideologia denota o ceticismo que os indivíduos possuem das representações apresentadas por um opositor. Desta forma, um tipo de Ideologia não possui o mesmo significado para dois indivíduos, como uma mentira poderia ser um exemplo deste conceito na caracterização de algo verdadeiro para alguém em detrimento a outro.<sup>435</sup>

Em contrapartida, quando uma Ideologia individual ganha sentido coletivo como para uma classe de pessoas, por exemplo, esta perspectiva ganha moldes mais complexos inseridos em uma estrutura total de uma determinada época, incluído não o pensamento individual, mas uma espécie de mente total de um grupo ao qual um dado sujeito ou um grupo externo interpreta como de certa orientação ideológica.<sup>436</sup>

Contudo, é importante salientar que nenhuma das conceituações parece estar ligada ao que foi efetivamente dito ou feito por um dado opositor ou por um grupo discordante.<sup>437</sup>

---

<sup>435</sup> Karl Mannheim. *Ideologia e Utopia*, 81-82.

<sup>436</sup> *Ibid.*, 82.

<sup>437</sup> *Ibid.*



Uma Ideologia, neste sentido, está vinculada a exclusiva diferenciação entre grupos ou indivíduos, no sentido de não possuir o mesmo significado ou validade para grupos distintos.<sup>438</sup>

Portanto, as Ideologias se diferenciam dos Ideais na medida em que não conseguem uma realização potencial para a totalidade dos envolvidos daquilo que se propõem, dentro de uma existência espacial e temporal alargada.

No entanto, a categorização de um Ideal tem uma característica de realização potencial na existência futura com que se relaciona, entre outros motivos, por influir e, de alguma forma, deslocar esta realidade com que atua para uma situação distinta da anterior, suscitando um possível conceito utópico de aceitação destas ideias pela totalidade dos agentes envolvidos, desta forma, diferente da Ideologia.

Segue que a interação entre atores internacionais ideologicamente posicionados de forma antagônica tende a gerar uma situação de atrito entre as partes, uma vez que ambas elegem uma verdade como ideal que, contudo, colide com a verdade de outro ator, preconcebida como não verdadeira, desta forma, resultando em situações Realistas ou Racionais entre os atores.

Igualmente, uma situação precária de Revolucionarismo é passível de existência desde as motivações ideológicas, ilustrada por alguns sistemas de Estados que ao elegerem verdades conseguem evoluir a existência de um grande grupo para melhores condições existenciais, que contudo, por não contemplarem a universalidade de nossa espécie, tem potencial para o conflito diante do choque com valores de outros sistemas.

---

<sup>438</sup> Ibid.

São exemplos manifestos destas Ideologias as diversas tentativas de construção de ideais no mundo que acabaram por marcar o século XX na edificação de verdades que não poderiam ser universalmente aceitas pela humanidade, a exemplo do Comunismo e do Nazismo, e que no século XXI, igualmente apresentam uma série de situações conflituosas e contratuais que ilustram o choque de Ideologias como motivações para as interações internacionais.

O fundamentalismo religioso explica muitas das ações de alguns atores que se chocam com uma ideologia liberal de outros agentes, e desta forma, constroem resultados Realistas destas interações, a exemplo das guerras contra o terror no Oriente Médio.

Ainda, outra parte da humanidade igualmente resolve estabelecer um pacto pela ideologia da necessidade de redenção do meio-ambiente terrestre, acabando por colidir com uma ideologia diferente sustentada por algumas organizações ou comunidades políticas independentes, em potencial situação de conflito com esta ideologia pela crença do desenvolvimento social e econômico de um mundo industrial.

Segue que as interações de atores ideologicamente posicionados tendem a encontrar desfechos diferentes, pautados pela motivação dos outros atores que compõe estas interações.

Assim, tentando sustentar a construção de uma interpretação de um ideal e se chocando com necessidades Reais, Ideais ou Ideológicas de outros atores, estas interações tendem a ficar em um espaço intermediário entre um Realismo e um Racionalismo, ainda apresentando situações passageiras de Revolucionarismo, que

dependem das contendas em questão, bem como, dos valores, hábitos e contratos costumeiramente edificados por tais atores.

Nesta lógica, a preponderância em determinados espaços temporais de algumas motivações em detrimento a outras pode conseguir explicar tanto as diferentes caracterizações de ordem em nossa história, quanto as possibilidades de alteração destes ordenamentos.

Assim, a caracterização de um grupo de atores internacionais que pauta sua existência majoritariamente desde perspectivas Reais em suas interações tende a composição de um ordenamento internacional conflituoso, ou um sistema internacional<sup>439</sup> caracterizado por uma anarquia que pode tender a uma perpétua condição de guerra potencial entre as partes envolvidas.

Entretanto, mesmo um cenário internacional composto por perspectivas Reais dos atores, e igualmente, caracterizado pela existência de tipologias Ideológicas e Ideais destes agentes em interação, pode, além do conflito, compor uma sociedade contratual com um comportamento mais complexo que a conduta individual dos atores envolvidos.

Tal situação poderia caracterizar um mundo pacífico sustentado por um apanhado de regras que, contudo, existe na iminência ou na execução de guerras isoladas,

---

<sup>439</sup> Na definição de Hedley Bull: "Um sistema de estados (ou sistema internacional) se forma quando dois ou mais Estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco nas suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo. Naturalmente, dois ou mais estados podem existir sem formar um sistema internacional, neste sentido." Hedley Bull, *A Sociedade Anárquica*, 15.

explicadas pelos choques ideológicos em uma sociedade internacional,<sup>440</sup> em última análise, ilustrados pelo descumprimento de contratos edificados por esta mesma sociedade.

E ainda, na perspectiva de mudança de um cenário para outro nas relações internacionais, um mundo caracterizado pela possibilidade da existência de comunidades políticas ou organizações internacionais dotadas de motivações potencialmente aceitas por todas as partes envolvidas, tenderia a criar uma sociedade mundial, onde o respeito aos outros povos, poderia construir uma situação majoritariamente pacífica entre as partes, pautadas por um conceito de humanidade.<sup>441</sup>

Tais perspectivas encontram na história uma prova das diferentes motivações, aqui caracterizadas como o *Real*, o *Ideal*, e a *Ideologia*, que acabam por construir o que também nesta tese chamamos de um ordenamento internacional.

---

<sup>440</sup> A conceituação de uma sociedade internacional que remonta a perspectiva edificada por Charles Anthony Woodward Manning e posteriormente, ente outros autores da Escola Inglesa das Relações Internacionais, é desenvolvida por Hedley Bull, pode ser entendida como um tipo ideal de sociedade, a qual um sistema de estados anárquico pode se aproximar em diferentes níveis. Andrew Linklater & Hidemi Suganami. *The English School of International Relations*, 53.

<sup>441</sup> Para Hedley Bull, “por ‘sociedade mundial’ entendemos não só um grau de interação vinculando entre si todas as partes da comunidade humana mas um sentido de interesse e valores comuns, com base no qual podem ser desenvolvidas regras e instituições coletivas. Neste sentido, o conceito de uma sociedade mundial está para a totalidade da interação social em todo o mundo assim como o [...] conceito de sociedade internacional está para a noção de um sistema internacional.” Hedley Bull, *A Sociedade Anárquica*, 314. Ainda, tal perspectiva da existência de uma sociedade mundial, da mesma forma como pode ser entendida a existência da sociedade internacional por alguns aspectos, pode figurar como um tipo ideal para um sistema internacional, que desde a necessidade de interação entre os Estados aproxima sua existência de uma sociedade internacional composta por hábitos, contratos e regras, e assim sendo, torna mais complexa a interdependência entre os indivíduos neste sistema, construindo tipos de conexão entre atores que poderiam fomentar a existência de uma comunidade mundial.

Esta conjuntura resulta em um grupo de características *Realistas, Racionalistas e Revolucionárias*, que em consequência, caracterizam a ordem internacional em diferentes períodos da história como sistemas internacionais conflituosos, uma sociedade internacional contratual, ou ainda, uma existência que tenderia a construção de uma sociedade mundial.

Neste sentido, a evolução da existência dentro de sistemas internacionais para sociedades internacionais ou mundiais explica-se, para além da postura e intenções dos atores aqui caracterizadas como *Reais, Ideias ou Ideológicas*, pelos mecanismos de mudança que fomentam as alterações da realidade dentro os grandes padrões descritos pelas *Tradições de Pensamento* nas Relações Internacionais, os quais são cerceados pelas fronteiras conceituais destas relações.

Desta forma, os eventos que provocam progresso, repetição e recorrência nas relações internacionais dependem de questões ligadas à natureza do homem, de grandes paradigmas que constroem o pensamento dos atores, da mesma forma que estão conectados a questões epistemológicas que explicam as mudanças entre as *Tradições de Pensamento* nas Relações Internacionais.

Assim, estas fronteiras são responsáveis, entre outros fatores, pela edificação das intenções *Reais, Ideias ou Ideológicas*, que por sua vez em diferentes tempos e espaços movem a realidade dentro de existência classificadas como majoritariamente *Realistas, Racionalistas ou Revolucionárias*.

Contudo, no que é pertinente a esta tese, ainda se faz necessário um aprofundamento do conjunto de todos estes fatores na composição do mundo, nomeadamente,

efetuando uma investigação sobre a estrutura internacional, desta forma, analisando o conceito de sociedade internacional como a composição que representa o cenário que excede as fronteiras das comunidades políticas no século XXI.

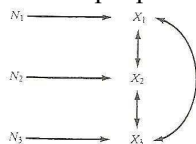
De tal modo, apesar de alguns desacordos, uma perspectiva de entendimento do mundo bastante aceita pela comunidade internacional é a definição de uma estrutura<sup>442</sup> do cenário internacional que interage com as diversas comunidades políticas. Esta perspectiva se ergue como uma explicação das Relações Internacionais oposta às visões de mundo representadas unicamente pelas ações dos Estados no ambiente internacional, situação onde as relações internacionais seriam caracterizadas unicamente por uma aglutinação de posições das comunidades políticas independentes do mundo.<sup>443</sup>

Portanto, partindo do pressuposto da existência de efeitos sistêmicos sobre a ação das comunidades políticas, esta abordagem teórica estrutural descreve a ação dos atores internacionais em um ambiente além das comunidades políticas independentes

---

<sup>442</sup> Realismo estrutural, ou neorealismo de Kenneth Waltz registrado no artigo "Political Structures." In Robert Keohane. *Neorealism and Its Critics*, 70-97. Ainda, ideia inicialmente proposta em Kenneth Waltz, *Teoria das Relações Internacionais*, 141.

<sup>443</sup> A figura abaixo representa as ações e perspectivas internas que diversas comunidades políticas independentes possuem ( $N_{1,2,3}$ ) e as interações que estas mesmas comunidades políticas operam no cenário internacional ( $X_{1,2,3}$ ), ações que geram diversos resultados baseados em suas próprias atitudes neste ambiente:



Política Internacional caracterizada pela ausência de forças sistêmicas agindo sobre as Comunidades Políticas. Teorização proposta por Kenneth Waltz no ensaio "Political Structures." In Robert Keohane. *Neorealism and Its Critics*, 95. Ainda, Kenneth Waltz, *Teoria das Relações Internacionais*, 140-142.

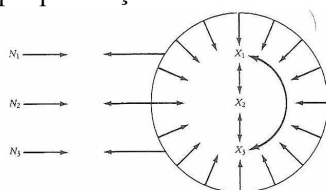
pautada tanto pelo constrangimento de uma estrutura sobre as preferências dos Estados, quanto pela atuação destas preferências na estrutura. <sup>444</sup>

Tal perspectiva teórica insere na análise das relações internacionais para além do entendimento das ações e das mudanças dos atores do cenário internacional, a estrutura deste ambiente internacional como um todo,<sup>445</sup> explicando as relações internacionais como um processo de interação que envolve a estrutura do ambiente interagindo com os diversos atores internacionais que por sua vez, igualmente se relacionam com essa estrutura.

Porém, duas questões ainda permitem a tentativa de entendimento desta questão estrutural do cenário internacional desde perspectivas concorrentes. Em primeiro lugar, a inserção de atores com características diferentes do Estado no cenário internacional, definido assim, não exclusivamente pela interação entre as diversas

---

<sup>444</sup> Podemos verificar na figura abaixo a existência de uma estrutura do cenário internacional representada por um círculo, enquanto as flechas indicam as interações mútuas geradas pela interação entre os Estados com a estrutura do sistema, bem como, as características de suas próprias ações neste ambiente:



Organização das comunidades políticas sob o efeito da estrutura do Sistema Político Internacional igualmente proposta por Kenneth Waltz. *Ibid.*, 96.

<sup>445</sup> Definição da estrutura e das mudanças desta para Kenneth Waltz: "Structures are defined, first, according to the principle by which a system is ordered. Systems are transformed if one ordering principle replaces another. To move from an anarchic to a hierarchic realm is move from one system to another. Structure are defined, second, by the specification of functions of differentiated units. Hierarchic systems change if functions are differently defined and allotted. For anarchic systems, the criterion of systems change derived from the second part of the definition drops out since the system is composed of like units. Structures are defined, third, by the distributions of capacities across units. Changes in this distribution are changes of system whether the system be an anarchic or hierarchic one. *Ibid.* Ainda, Kenneth Waltz. *Teoria das Relações Internacionais*, 142.

comunidades políticas independentes, e sim, composto por diversos outros agentes vinculados a estas comunidades políticas, a exemplo de empresas multinacionais, organizações internacionais ou mesmo o indivíduo.

E, em segundo lugar, é possível ainda inserir as diferentes caracterizações de preferências, motivações ou o ponto de vista dos atores que interagem com a estrutura do cenário internacional desde diversas perspectivas caracterizadas nesta tese como tipologias *Reais*, *Ideais* ou *Ideológicas*, construído uma realidade que pode ser representada pelas *Tradições de Pensamento* das Relações Internacionais, fazendo com que os atores neste cenário ocupem espaços intermediários entre as definições *Realista*, *Racionalista*, ou *Revolucionária*, desta forma, explicando as intenções dos atores em suas interações junto a esta estrutura, bem como, as possibilidades de mudança deste ambiente como um todo constrangidas pelas fronteiras conceituais das Relações Internacionais, tais como a natureza humana, alguns paradigmas e questões epistemológicas.

Nesta lógica, a junção dos conceitos de estrutura com o de um ordenamento internacional pode apontar um apanhado de normatizações em um ambiente internacional que conseguem explicar, para além da interação das comunidades políticas independentes nas relações internacionais, a existência e a influência de outros atores neste processo.

Assim, o presente modelo da realidade<sup>446</sup> nas relações internacionais apresenta três principais características que conseguem explicar o funcionamento de tal representação

---

<sup>446</sup> Kenneth Waltz apresenta um exemplo entre modelos e a realidade pertinente a esta tese. Waltz argumenta que um modelo de um avião, por exemplo, deve ser bastante parecido com



em confronto com a realidade, desta forma, validando a construção teórica apresentada, bem como, salientando perspectivas de entendimento para esta padronização, a exemplo de abordagens históricas, sociológicas e normativas,<sup>447</sup> que tornam aparente a representação da realidade desde a realidade que ela representa.

Uma análise eminentemente histórica vinculada a algumas características do espaço temporal em investigação corrobora as intenções distintas dos atores internacionais, permitindo a teorização sobre a formação de resultados heterogêneos em toda a história conhecida. Nesta perspectiva, o estudo das relações internacionais desde uma perspectiva alargada de espaço e tempo pode então passar a buscar similaridades e diferenças nos casos analisados em distintos períodos, situações que tendem a apresentar semelhanças em distintas ocasiões.

Assim, o estudo da história dentro desta linha de pensamento das Relações Internacionais consegue apontar alguns padrões de comportamento dos Estados no cenário internacional, ratificando as mudanças de perspectivas individuais dos atores internacionais, as quais operam poucas mudanças radicais no comportamento destes atores em suas relações internacionais, alterações de comportamento que ainda podem ser alocadas dentro de linhas de atuação representadas pelas *Tradições de Pensamento*.<sup>448</sup>

---

um verdadeiro avião, contudo, em uma alteração de escala para tentativa da representação da realidade, este modelo de avião enquanto é bastante parecido e o representa, não é exatamente o avião a que representa. Kenneth Waltz. *Teoria das Relações Internacionais*, 21.

<sup>447</sup> Dimensões metodológicas descritas por Andrew Linklater e Hidemi Suganami como caracterizadoras da Escola Inglesa das Relações Internacionais. Andrew Linklater & Hidemi Suganami. *The English School of International Relations*, 113.

<sup>448</sup> A abordagem de desenvolvimento teórico executado nesta tese segue, neste paragrafo, a análise de alguns estudos da Escola Inglesa das Relações Internacionais. Hedley Bull.

Entretanto, em outra conjuntura, desde um entendimento sociológico das relações internacionais, tal representação seria capaz de apontar alguns significados no complexo apanhado de interações dos atores no cenário internacional, entendidos nesta perspectiva desde abordagens sociais que distinguem os motivos das ações dos atores internacionais neste ambiente.

De tal modo, a análise dos atores balizada pelas visões de mundo destes, pautadas por aquilo que o mundo efetivamente é, ou ainda, baseadas pela visão destes agentes daquilo que a sociedade internacional deveria ser desde as verdades de um grupo ou de sua universalidade, aponta a possibilidade de teorização sobre o impacto das motivações das comunidades políticas e de outros agentes no cenário internacional como um todo.

Deste modo, por meio de comparação das ações dos atores internacionais com os padrões de comportamento estandardizados por esta teoria,<sup>449</sup> também é possível o apontamento de similaridades e diferenças destas ações no ambiente internacional frente a estes padrões, construindo desta forma, uma descrição da ordem internacional.

Porém, em que pese a possibilidade de afirmação de algumas perspectivas repetitivas do comportamento dos Estados no cenário internacional ancoradas pela tríade

---

“International Theory: The Case for a Classical Approach,” 375-376. Ainda, Andrew Linklater & Hidemi Suganami. *The English School of International Relations*, 114.

<sup>449</sup> Na explicação de tipos ideais para representação da realidade, da mesma forma como acontece nesta tese: “English School authors also use some ideal-types as a means of describing international relations, such international system, international society and world society.” Andrew Linklater & Hidemi Suganami. *The English School of International Relations*, 115.

composta pelas *Tradições de Pensamento*, é necessário ponderar ainda sobre as possibilidades de evolução das diferentes *Tradições de Pensamento* expostas.

Assim, partindo da análise de cenários explicados majoritariamente por uma tradição, é possível verificar na história o acontecimento de alterações que acabam em modificações na categorização deste ambiente dentro de outra perspectiva, desta forma, apontado a possibilidade de teorização sobre as mudanças nas relações internacionais, explicadas pelos mecanismos de mudanças construídos desde esta teoria.

Um exemplo que poderíamos conjecturar são as alterações da ordem global de sistemas internacionais em um passado não muito distante, para a caracterização de uma sociedade internacional contemporânea, onde uma perspectiva Racionalista poderia ser verificada, sem obviamente extinguir outras abordagens.<sup>450</sup>

Tal processo de alteração da realidade ocorre desde a operação da idealização das comunidades políticas ou da própria sociedade internacional sobre o registro histórico e sociológico desta realidade, dependendo das intenções e das fronteiras conceituais destas relações para explicar o progresso ou o retrocesso no ambiente internacional.

Assim, as relações internacionais contemporâneas entendidas dentro dos axiomas descritos ou construídos neste trabalho existem desde um apanhado de regras, normas e instituições que compõem uma sociedade internacional,<sup>451</sup> elemento central do

---

<sup>450</sup> Da mesma forma como nas duas notas anteriores, uma perspectiva normativa das Relações Internacionais apontada como uma das características da Escola Inglesa se adapta a esta tese na descrição de uma sociedade internacional contemporânea. Andrew Linklater & Hidemi Suganami. *The English School of International Relations*, 114.

<sup>451</sup> Ibid.

pensamento pluralista trabalhado até aqui, o qual consegue explicar o ordenamento das comunidades políticas independentes na história do cenário internacional.

Tal construção normativa é explicada pelo contato entre comunidades políticas e outros atores, que em suas interações, demandam uma necessidade lógica de redes que consigam caracterizar e organizar a dinâmica existencial destas comunidades em suas relações de grupo.

Assim, são as necessidades práticas destes contatos entre Estados, em detrimento a perspectiva de um compartilhamento cultural entre os atores internacionais, que figuram como um importante elemento para a caracterização de uma sociedade internacional contemporânea, funcionando como um potencializador da emergência de normas de cooperação que sustentam as relações entre as comunidades políticas independentes.<sup>452</sup>

Nesta lógica, o entendimento de uma sociedade internacional, caracterizada por um conjunto de valores e interesses comuns que conectam grupos de Estados, no sentido de atribuir algum sentido de ligação no relacionamento entre eles que pode ser explicado por um conjunto comum de regras e instituições comuns,<sup>453</sup> pode ser traduzido em um conjunto normativo de valores comuns da sociedade internacional que são criados em decorrência da necessidade destas normatizações, demandadas pela relação entre atores distintos no cenário internacional.

---

<sup>452</sup> Ibid., 27.

<sup>453</sup> Hedley Bull. *A Sociedade Anárquica*, 19.

Segue que, dependendo do espaço e do tempo em análise, este conjunto de valores que caracterizam a sociedade internacional pode estar vinculado a perspectivas comunitaristas dos agentes responsáveis pela operação, criação e impacto destes valores, constituindo assim, um cenário internacional caracterizado pela defesa de verdades distintas por cada um dos diferentes atores neste ambiente, por um lado gerando o atrito e o conflito, e por outro, demonstrando a natureza repetitiva do ambiente internacional pautada por interesses heterogêneos dos atores.<sup>454</sup>

Contudo, esta perspectiva normativa da sociedade internacional igualmente pode estar moderada por uma espécie de cosmopolitismo, ou a certeza que a existência dos Estados é uma formação política passageira, que se entendida dentro de uma caracterização da espécie humana – em contraposição à nacionalidade ou alguma vinculação a determinada cultura exclusiva, pode aumentar o nível de interdependência e solidarismo desta sociedade internacional.<sup>455</sup>

A partir destas perspectivas de entendimento, ou *Tradições de Pensamento* que nos permitem comparar o comportamento dos atores internacionais frente a modelos estandardizados construído por esta teoria, é possível realizar apontamentos sobre as similaridade ou diferenças de determinados espaços temporais do cenário internacional, descrevendo a sociedade internacional como uma espécie de síntese à tese e à antítese composta respectivamente pelo *Realismo* e o *Revolucionarismo* enquanto

---

<sup>454</sup> Argumentando de forma similar, Martin Wight registra: “The stage would have become much wider, the actors fewer, their weapons more alarming, but the play would be the same old melodrama. Inter-national politics is the realm of recurrence and repetition; it is the field in which political action is most regularly necessitous.” Martin Wight. “Why is there no International Theory?”, 43.

<sup>455</sup> Andrew Linklater & Hidemi Suganami. *The English School of International Relation*, 30.

resultados das interações nas relações internacionais, ou ao *Real* e à *Ideologia* como motivações, apontando o *Racionalismo*<sup>456</sup> como via média explicativa das Relações Internacionais no mundo contemporâneo, que contudo, certamente sofre um infinito teste de antíteses caracterizadas como novas perspectivas *Realistas* e *Revolucionarias*, de forma interminável na construção e explicação das Relações Internacionais.

---

<sup>456</sup> Racionalismo proposto por Martin Wight e adaptado por Hedley Bull que certamente difere de uma perspectiva racionalista que descreve o cenário internacional composto por Estados que buscam maximizar seus papéis neste ambiente, conceito proposto por algumas linhas de pensamento norte-americanas nas Relações Internacionais.

## O Brasil e a Sociedade Internacional

Retomando as primeiras linhas desta investigação sobre a política externa brasileira contemporânea e buscando uma conexão com a conseguinte exposição teórica das Relações Internacionais, voltamos a explicação ou categorização de instituições, políticas governamentais ou comunidades políticas independentes desde algumas qualificações para o entendimento do cenário internacional, buscando evoluir nosso entendimento, desta forma, da simplificada atribuição de adjetivos de bom ou mal, apropriado ou não apropriado, ou ainda, o derradeiro verdadeiro ou falso, para categorizações mais sólidas sobre os atores neste ambiente internacional.

Tal tarefa encontra possibilidade de categorizações na política internacional, onde podemos encontrar exemplos nas tentativas de padronização da política brasileira, ou na diplomacia do Brasil, que opera uma política externa no cenário internacional desde um conjunto de considerações bem mais complexas do que a simples “dicotomia entre bons e maus.”<sup>457</sup>

Desta forma, é objetivo desta parte da dissertação executar uma análise da política externa brasileira desde os parâmetros expostos na segunda parte deste trabalho, partindo de perspectivas analíticas próprias de política externa, para em um segundo

---

<sup>457</sup> Comentários do Chanceler Celso Amorim em artigo do Jornal Folha de São Paulo, intitulado *Dedo acusador pode render aplauso, mas raramente salva*, em 15 de agosto de 2010: “Tampouco é demais lembrar que, por meio da ação multilateral e de projetos de cooperação, o Brasil tem ajudado concretamente na melhora da situação de direitos humanos - no Haiti, na Guiné-Bissau e na Palestina, para citar apenas alguns. As posições do Brasil são fruto de um conjunto bem menos simplório de considerações do que a enganosa dicotomia entre bons e maus.” Celso Amorim. *Discursos, palestras e artigos do Chanceler Celso Amorim*, 230.

momento, executar uma comparação desta com os modelos teóricos expostos na terceira parte da tese.

Assim, primeiramente, a análise das relações internacionais com foco no Brasil buscará investigar algumas características do processo de decisão que permearam a execução e as possíveis mudanças dos programas, dos objetivos e da orientação de política externa de um Estado a exemplo do Brasil.<sup>458</sup>

Deste modo, quando buscamos informações sobre o comportamento doméstico e internacional do governo brasileiro nos quinze anos em análise, é possível verificar uma série de alterações e ratificações de programas e objetivos que elucidam o entendimento da política externa do país.

Entre uma série de outros aspectos, a postura do Brasil enquanto protagonista regional no cenário internacional, por algumas perspectivas, pautado por um processo de integração regional que envolve o desenvolvimento do MERCOSUL e a criação da UNASUL, bem como, a atitude de liderança do Brasil na luta no cenário internacional contra algumas questões sociais, a exemplo da erradicação da pobreza e em última análise, a construção de um mundo pacífico, fornecem argumentos para esta análise.

---

<sup>458</sup> Conforme a metodologia proposta por Charles Hermann para análise das alterações ou continuidades das políticas externas dos Estados, uma série de fatores primários como a existência de uma liderança condutora de determinadas ações, as pressões (lobby) que alguns grupos organizados executam junto às instituições, a reestruturação interna de determinados setores do Estado, bem como, determinados choques que a comunidade política sofre no cenário internacional fomentam modificações no processo de decisão política, resultando em mudanças nos programas no governo, alterações na forma como este encara os problemas do cenário internacional ou define objetivos, da mesma forma que são capazes de alterar a orientação da política externa de alguns países. Charles Hermann "Changing Course: When Governments choose to Redirect Foreign Policy." *International Studies Quarterly*, Vol. 34, n. 1, (1990), 13.



Assim, partindo da análise do país em sua inserção regional, é possível verificar que o Brasil, enquanto protagonista regional no cenário internacional contemporâneo dentro do espaço temporal em análise apresentou severas mudanças em sua postura no cenário internacional.

Sem dúvida, um processo de modificação de algumas características do ordenamento mundial desde a emblemática implosão do império soviético, seguido de um curto período para alguns, e ainda inacabado para outros, de uma unipolaridade mundial representada pelo poder econômico, bélico e político dos Estados Unidos na última década do século XX, fomenta a consolidação de círculos de influência de algumas comunidades políticas independentes no mundo, onde a China aparece como um exemplo bastante claro, e igualmente o Brasil surge como resultado de um ajustamento natural ao cenário internacional como um líder econômico e político em seu ambiente regional de influência, a América do Sul.

Tal processo que altera em alguns aspectos a orientação da política externa do Brasil faz com que o executivo e a diplomacia do país encarem os objetivos brasileiros na região de forma diferente de outros tempos, bem como, visualizem de forma diferenciada da história recente as formas para resolução de problemas aos quais as comunidades políticas sul americanas se envolvem.

Segue que pressões externas de governos menos expressivos no cenário internacional podem ter demandado um posicionamento mais firme do país na virada do século XX, desta forma, contemplando demandas tanto para o Presidente Fernando Henrique Cardoso quando para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, contudo, podem ter dependido de fatores internos para sua execução, nomeadamente, acopladas a um

ajustamento macroeconômico doméstico do Brasil para sua posterior tentativa de influência externa, de forma mais direta, em alguns setores da América do Sul.

Desta forma, a reestruturação interna da economia executada nos governos Itamar Franco e posteriormente Fernando Henrique Cardoso, fazem com que, resumidamente, avanços sociais, políticos e econômicos sejam possíveis durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Esta conjuntura abre a possibilidade de alteração de algumas orientações do governo em sua política externa, assim, colocando o Brasil em um patamar diferenciado do passado em um processo de liderança regional.

Contudo, esta mudança de postura de um país que decide assumir riscos de uma liderança em determinadas políticas e regiões em um cenário internacional em processo de mudança, quando confrontada com a temática do processo de integração regional, demonstra uma característica oposta à mudança, ilustrando a capacidade de continuidade temporal da política externa brasileira nas quase três décadas passadas.

Nesta perspectiva, em que pese um grande senso de descontinuidade que muitas vezes caracteriza a mudança de governos ideologicamente heterogêneos em diversas comunidades políticas do mundo, contrariamente, em alguns aspectos da política externa brasileira como o processo de integração regional, a continuidade foi uma marca do país nos anos que circundam a virada para o século XXI.

Assim, mais uma vez diante das mudanças de um ordenamento mundial em processo evolução, ainda na década de 1980, o Brasil inicia um processo de integração com seus vizinhos que viria culminar, pelo menos até o presente, com a edificação de uma união entre todas as comunidades políticas independentes da América do Sul.

Neste entendimento, um processo de liderança de algumas regiões, a exemplo da Comunidade Econômica Europeia posteriormente denominada União Europeia, foi entendida pelo governo brasileiro como uma sinalização aos fatores de integração regional do mundo, demonstrando o perigo de um isolamento do Brasil diante de uma tendência mundial.<sup>459</sup>

Novamente, de forma semelhante como acontece na necessidade de liderança do país diante de outras comunidades vizinhas, pressões externas fazem com que o governo brasileiro tenha que tomar uma firme posição quanto aos rumos de um processo de integração sul-americano, de forma um tanto hesitante no período do governo Fernando Henrique Cardoso, e mais fundamentada no segundo mandato do Presidente Lula, onde o executivo brasileiro decide fazer frente à pressões norte-americanas de uma união das Américas em detrimento a união da parte meridional do continente.

Entre outros fatores, a alteração de postura na mudança de governo se deve a um não ordenamento interno satisfatório tanto do Brasil, aspirante à liderança da região, quanto de outras comunidades da América do Sul, que, para além da evolução econômica necessária para o investimento em infraestrutura, por exemplo, demandado na hipótese de um aprofundamento da integração entre países desde a perspectiva de resolução de problemas técnicos que extrapolam as fronteiras dos Estados, não

---

<sup>459</sup> Em que pese o processo de globalização possa ser descrito desde tempos bastante remotos, como a expansão do Império Romano ou outros processos como os ocorridos na Idade Média que, a exemplo do Brasil, deixam heranças ao país como o idioma português, um aprofundamento contemporâneo de um processo semelhante fomentou uma composição de diversos blocos no cenário internacional, contrapondo algumas tendências a um isolamento econômico do Brasil em diversas ocasiões do século XX. Vamireh Chacon. O Mercosul: a integração econômica da América Latina. (São Paulo: Scipione, 1996), 37-38.

possuíam um amadurecimento necessário de seu próprio ordenamento político interno para a execução de políticas de integração regional.

Neste sentido, um processo de evolução e amadurecimento das instituições democraticamente edificadas no Brasil desde o ano 1985 é uma peça chave do ordenamento interno nacional que fomenta uma evolução da sociedade brasileira, que, pautada por uma constância de propósitos nos objetivos e programas da política externa do país frente à América do Sul, ilustra um sólido e promissor compromisso entre os Estados da América meridional.

Igualmente, é verificada tanto a necessidade quanto a viabilidade de tal processo de integração na realidade externa da região, a qual demanda nos últimos anos um melhor poder de barganha das comunidades políticas isoladas diante de uma economia internacional bastante interdependente.

Assim, pelo choque externo com instituições que acabam por impor suas realidades diante da região, o processo de integração, para além de uma perspectiva política e social, impõe a necessidade de integração desde uma perspectiva econômica que demanda, para a existência de algumas comunidades política do mundo, a necessidade de conexão para o aferimento de melhores resultados.

A capacidade que o MERCOSUL possui de negociar com melhores resultados para o conjunto dos Estados do cone-sul frente à outros blocos regionais, como a União Europeia, ilustra uma situação que teria resultados bastante diferentes no caso de relações isoladas entre Estados pouco expressivos no cenário internacional, a exemplo

do Paraguai, com gigantes econômicos como a Alemanha, se tais comunidades em algumas de suas relações comerciais não respondessem em blocos.<sup>460</sup>

Igualmente, esta análise de alguns pontos ilustrativos das mudanças e continuidades da política externa brasileira aponta outras alterações na orientação da política externa do país, nomeadamente, desde uma tentativa de execução de políticas sociais realizadas com maior asserção em um espaço doméstico, e que acabam por ser externalizadas para o cenário internacional com resultados ainda imprecisos, figurando como mais um exemplo de mudanças da política do Brasil no mundo dos últimos anos.

A evolução econômica e social que caracteriza o Brasil das últimas duas décadas acaba por salientar as grandes diferenças edificadas entre as populações ricas e pobres dentro do país. Assim, o Brasil que apresenta um dos maiores coeficientes de desigualdade entre seus pares no mundo, ao final do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, implanta uma série de medidas públicas que visam a retirada de milhões de pessoas de um estado de extrema pobreza do país.

Tal processo de inovação social recebe força na tomada de posse do Presidente Lula, ideologicamente eleito para Presidência da República desde a promessa de construção de uma realidade mais igual para o país.

---

<sup>460</sup> A importância econômica de parcerias com a União Europeia, situação que proporcionou a exportação de produtos do Brasil na casa dos vinte e sete bilhões de dólares para aquele continente no ano de 2005, ou aproximadamente vinte e dois por cento de todas as exportações do Brasil, bem como, vinte e cinco por cento de todas as compras brasileiras no exterior foram oriundas no período da União Europeia, conseguem ilustrar a importância de tal parceria. Discurso do Presidente Lula por ocasião da visita do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, em 31 de maio de 2006. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I*, 224-225.

Assim, enquanto internamente o Estado brasileiro consegue sustentar mais de dez milhões de pessoas<sup>461</sup> por meio de auxílios financeiros oferecidos pelo governo, conseguindo amenizar em alguns casos específicos e de forma temporária a condição de pobreza de alguns brasileiros, a diplomacia do país reconhece a possibilidade de sustentação desta mesma bandeira no cenário internacional, por um lado carente de recursos para uma significativa fatia do planeta que vive em extrema pobreza, bem como, dotado de instituições e políticas públicas que possuem dificuldades em reverter tal situação.

Desde a expectativa de ocupar uma posição de liderança social na resolução de alguns problemas do cenário internacional, o governo do Presidente Lula reconhece no ambiente internacional um campo promissor para receber seu discurso da necessidade de construção de um mundo mais justo para todos, cenário este, igualmente cerceado pelo poder e pelas políticas de grandes potências que, a priori, acabam por não eleger a promoção de igualdade no cenário internacional como prioridade em suas ações nas relações internacionais.<sup>462</sup>

Desta forma, a implementação de uma nova postura baseada em perspectivas sobre a resolução dos problemas do mundo, demandando programas orientados para isso,

---

<sup>461</sup> Aproximadamente 13% da população do país vive com renda inferior à R\$ 70,00 por mês, segundo dados apresentados na primeira parte deste trabalho.

<sup>462</sup> A tomada de decisão na política externa de um país pode contemplar alguns estágios de mudança. Segundo a metodologia de análise proposta por Charles Hermann, as alterações ocorrem dentro dos seguintes estágios: expectativa política inicial, ator externo e estímulos ambientais, reconhecimento das informações divergentes, postulação de uma conexão entre o problema e a política, desenvolvimento de alternativas, consenso autoritário para a escolha, e, implementação de uma nova política. Charles Hermann "Changing Course: When Governments choose to Redirect Foreign Policy," 14.

estabelecem um Brasil que resolve assumir o risco desta liderança no cenário internacional, onde as alternativas para execução de tal projeto apontam a necessidade de cooperação com outros Estados emergentes neste ambiente, fazendo com que o governo brasileiro efetivamente lance o discurso de um mundo melhor, contudo, tendo sua eficiência cerceada pela realidade deste mundo.

Entretanto, parece claro que esta nova postura do Brasil no século XXI consegue edificar uma forma de poder para o Estado no cenário internacional pautada pelo discurso da não necessidade deste fator nas relações internacionais.

Embora largamente discutido e entendido como uma força contrária a lei, o poder, ou mais especificamente o poder político, não pode ser separado de uma perspectiva social. Nesta perspectiva, onde algum poder é exercido a questão que se apresenta ao analista está na justificação e na legitimação deste poder.<sup>463</sup>

Segue que o Brasil dentro desta lógica, conseguindo algum reconhecimento de seu porte no mundo, ou ainda, aliando-se a potências emergentes no cenário internacional, opera uma cadeia de alterações na sua postura diante da sociedade internacional.

Entre uma série de exemplos abordados na segunda parte deste trabalho, o país opera uma modernização de sua estrutura conceitual de segurança e defesa no período em análise, busca diminuir a dependência econômica de algumas potências como os Estados Unidos por meio da construção de parcerias comerciais com outros países, enfatiza o discurso sobre a necessidade de alterações nas organizações internacionais, à

---

<sup>463</sup> Andrew Hurrell. *On Global Order: Power, Values, and the Constitution of International Society*. (Nova Iorque: Oxford University Press, 2007), 13.

exemplo das Nações Unidas e seu Conselho de Segurança, da mesma forma que assume os custos da liderança pretendida neste cenário, ilustradas pelo comando da MINUSTAH e o perdão das dívidas de vários países do mundo.

Estas mudanças, entre uma série de outras situações que igualmente sofreram modificações na realidade brasileira, demonstram em última análise, as transformações das intenções do Brasil diante de um cenário internacional também em processo de mudança.

Neste cenário, as motivações da política externa do Brasil conseguem encontrar espaço dentro de uma existência mais complexa formada por um ordenamento mundial anárquico, desta forma, caracterizado pela ausência de um poder capaz de constranger as ações dos Estados no cenário internacional, porém, ordenado de tal forma, a suscitar padrões de comportamento que apontam níveis de cooperação de uma sociedade internacional contemporânea.

Nesta lógica, no que tange as modificações do país, o período de aproximadamente quinze anos de análise da política brasileira aparentemente pode ser dividido em dois claros períodos distintos e complementares que caracterizam os diferentes governos dos Presidentes Fernando Henrique e Lula no final da década de 1990 e na primeira década dos anos 2000.

Primeiramente, inserido em uma problemática doméstica que demandava ajustes internos ao Brasil, muitos deles, oriundos de pressões do cenário internacional ordenado pelo costume de sua época, fazem com que, majoritariamente, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tenha que se preocupar com as coisas que



efetivamente existem, como a necessidade de sobrevivência do povo brasileiro, o qual demandava ajustes institucionais em sua estrutura política e ainda, exigia uma grande alteração em sua estrutura macroeconômica na expectativa de alguns avanços sociais.

Este legado deixado pelo governo Fernando Henrique Cardoso constrangido pela necessidade de solução de problemas *Reais* da população brasileira, certamente encontra ligação com necessidades de construção de realidades diferentes das existentes no período, e que, contudo, possivelmente tem como motivações algumas *Ideologias* específicas de determinadas comunidades, as quais elegem um processo de aproximação entre Estados como forma de existência futura.

Nesta perspectiva, podem ser poucos os resultados da gestão do Brasil nos últimos anos do século XX diante de políticas de integração entre Estados no período, em que pese a já referida atenção dada pelo governo Fernando Henrique ao processo de integração regional do cone-sul, especialmente, porque o corpo diplomático do país estava condicionado a enxergar a realidade como ela era, em detrimento daquilo que ela poderia ser, tanto para um grupo específico quanto para a universalidade humana.

Por exemplo, é um Consenso de Washington que pressiona os momentos que antecedem a posse de Fernando Henrique como Presidente para que o Brasil exista com melhores condições estruturais para seu povo, fazendo com que as políticas dos governos que respondem pelo país na última década do século XX se preocupem com as coisas que realmente existem, assim, optando por inaugurar uma existência possível dentro das assimetrias e problemas do cenário internacional.

Não buscar construir uma realidade alternativa, faz com que as políticas econômicas do Presidente Fernando Henrique deem liberdade para o setor produtivo do país, desenvolvendo a máquina industrial e a economia do Brasil enquanto a estrutura pública sofre grandes cortes em seu tamanho, posicionando o Estado brasileiro em melhores condições estruturais, tanto no sentido físico como institucional, para o início do século XXI que viria a apresentar mudanças de posturas nas ações do governo.

Assim, finalizando a análise do primeiro período que compreende o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que pese muitos avanços sociais e até mesmo algumas tentativas de alteração de algumas realidades no cenário internacional, são motivações *Reais* que caracterizam tal período.

Desta forma, estas bases conceituais do Brasil nos últimos anos do século XX existem em uma sociedade internacional ordenada pela necessidade de expansão de alguns fatores estruturais de países ou regiões do mundo, a exemplo dos Estados Unidos da América, da União Europeia se consolidando como bloco econômico, e da China auferindo resultados de novos posicionamentos do país frente a economia global, representando uma sociedade internacional que, pautada por regras que a necessidade de interação destas comunidades demandou, ao menos no sentido econômico, edifica um viés que pode ser alocado em algum espaço entre o *Realismo* e *Racionalismo* nas *Tradições de Pensamento* das Relações Internacionais.

Porém, enquanto a economia pressiona as comunidades a participar de um cenário *Real* compondo uma representação *Realista* ou *Racionalista* neste aspecto, são crescentes as expectativas de construção de um tipo de governança mais abrangente, para alguns,

que conseguiria modificar em alguns aspectos a anarquia da sociedade internacional nos anos que rodeiam a mudança do século XX para XXI.

Nesta perspectiva, as motivações das distintas comunidades políticas do período, como as preocupadas em buscar uma existência para suas populações dentro daquilo que existe, a exemplo do Brasil, e outras, dispostas a trabalhar pela expansão de algumas ideologias particulares, daquilo que seria o ideal para alguns povos do mundo, a exemplo do choque entre a grande potência norte-americana e a problemática terrorista no período, bem como, a crescente necessidade de diminuição das diferenças entre aqueles que possuem muito e aqueles que nada possuem em um mundo que mata de fome milhares de pessoas enquanto produz mais comida do que necessita, conseguem ilustrar, de forma resumida, a sociedade internacional do período.

Assim, este espaço temporal é caracterizado por uma sociedade anárquica ordenada desde uma malha *Racionalista* de contratos que, por controlarem uma pluralidade de valores, apresentam falhas, alterações ou problemas que potencialmente causam o conflito em algumas regiões, bem como, edificam um senso de humanidade para além das fronteiras em outras ocasiões.

Em contrapartida, o Brasil da virada do século XXI,<sup>464</sup> estrutura-se e consegue atingir tanto um desenvolvimento social quanto econômico que constrói, na ocasião da posse

---

<sup>464</sup> Em uma ilustração da caracterização de outros espaços temporais nas relações internacionais, datada no ano de 1963, Vamireh Chacon propõe sua perspectiva de uma política externa para o Brasil nos primeiros anos da segunda metade do século XX, que, segundo o argumento desta tese, é diferente de alguns discursos da política externa brasileira contemporânea, contudo, semelhante a algumas ações e resultados: “Em vez de um ‘bovarismo’, deve ser impulsionada a presença internacional do Brasil pelo o que os alemães chamam de *Realpolitik*, ou ‘política do poder’, correspondendo aos interesses econômicos e culturais da sua população (a maior da América Latina e com uma das mais altas taxas de natalidade do mundo) e do seu território.

do Presidente Lula nos primeiros anos da década de 2000, algumas possibilidades de, a partir de uma perspectiva daquele governo sobre o que poderia existir, alavancar algumas alterações na capacidade de poder e persuasão do Brasil no mundo.

Assim, o Presidente Lula assume o controle do Brasil em um período onde os anseios de uma paz perpétua na sociedade internacional começam a sofrer alguns pequenos revezes, a exemplo da necessidade de defesa que algumas potências ocidentais percebem diante da ameaça do terrorismo no mundo.

Igualmente, as bases cooperativas que sustentam a crença de uma paz duradoura tenderão a sofrer ainda mais abalos nos anos que seguem à posse do Presidente Lula, em consequência das repetidas crises financeiras do mundo contemporâneo que, entre outros motivos, demonstram a frágil natureza solidarista das conexões construídas pela sociedade internacional.<sup>465</sup>

Contudo, são estas conexões na forma de hábitos, contratos e normas que encontram força em uma ideologia partidária do grupo político que Luiz Inácio Lula da Silva representa, e assim, diante de um país que começa a desenvolver de forma sólida alguns pontos historicamente problemáticos, faz com que o Brasil se lance na política

---

Vamireh Chacon. *Qual a Política Externa Conveniente ao Brasil?* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963), 15.

<sup>465</sup> John Keynes, em sua obra *As Consequências Econômicas da Paz*, apresenta um argumento pertinente à percepção da população sobre a duração da paz atrelada às consequências da integração econômica no mundo que, embora fazendo referência à realidade da Europa no início do século XX, pode apontar algum ensinamento para o início do século XXI: “Uma característica marcante da humanidade é a capacidade de se adaptar ao meio. Poucos de nós percebem com convicção a natureza intensamente incomum, instável, complexa, temporária e não confiável da organização econômica da Europa Ocidental na última metade de século. Acreditamos que algumas de nossas vantagens posteriores, das mais peculiares e temporárias, são naturais e permanentes.” John Keynes. *As Consequências Econômicas da Paz*, 1.

internacional não pautado por aquilo que existe, contudo, baseado por aquilo que poderia existir.

A questão se assenta na dificuldade de caracterização dos pontos defendidos pelo Brasil no mundo, como proposto pelo governo daquele período, na condição de lutas pelo progresso da humanidade, apontando um *Ideal* neste caso, ou pela sobreposição de uma *Ideologia* diante de outras, caracterizando a *Interpretação de um Ideal* pelo governo brasileiro.

Contudo, é certo que qualquer governo executa diferentes políticas por motivações diversas, e assim, o Brasil consegue aferir maior poder relativo em seus círculos de atuação em ações como a cooperação com outras potências médias emergentes ou no aprofundamento de um processo de cooperação Sul-americano, assim, aumentando suas capacidades econômicas, e logo, tornando a realidade de sua população melhor, possivelmente e até paradoxalmente, pautado por uma perspectiva daquilo que não existe.

Como demonstrado na segunda parte desta tese, enquanto o Presidente Fernando Henrique Cardoso é bastante cuidadoso em seu discurso sobre aquilo que o Brasil pode ou não fazer, muitas vezes, declarando a incapacidade do país em liderar determinados nichos da sociedade internacional, ou ainda, sendo discreto em algumas lutas da política exterior brasileira como a demanda por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Presidente Lula declara, comumente, fatos e ações futuras que possivelmente o Brasil não teria condições de realizar, e curiosamente, desta forma, consegue aumentar o grau de realizações do país no mundo.

Voltando a questão sobre as motivações do Brasil do Presidente Lula, o caso da contenda sobre a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos ilustra certo desprendimento daquele governo que, segundo o seu discurso, respeita a atitude de um Estado pouco expressivo na composição política internacional, mesmo que em detrimento dos interesses nacionais do Brasil, com vistas a uma condição melhor para todos os indivíduos dentro de organizações políticas mais justas no mundo.

Porém, enquanto as ações como na ocasião boliviana acabam por trazer poucos benefícios reais ao Brasil, outros casos como a infrutífera negociação brasileira com o Irã no problema sobre a suspeita de armas nucleares naquele país, acabam por trazer algum tipo de atenção do cenário internacional para o Brasil, nomeadamente aumentando seu poder político, enquanto este declara não ter intenções de ganhos políticos em suas ações.

Situações semelhantes ocorrem em outros casos como o indulto as dívidas de alguns países africanos, ou ainda, a liderança do país na missão de paz do Haiti. Resumidamente, e explicando o paradoxo das ações do Brasil daquele período, o país afirma ser capaz de atuar no mundo desde forças e características que não possui. Porém, uma vez que o Brasil assim atua, passa a contar com um incremento de capacidades que acabam por aproximar o Estado das ações antes impossíveis de serem realizadas.

O discurso vazio neste caso, ganha tons de veracidade no mundo, e assim, afirmando não buscar ganhos políticos no cenário mundial, o Brasil acaba por, de alguma forma, ganhar capacidades políticas na sociedade internacional.

Contudo, enquanto verdadeiros resultados internacionais são poucos expressivos, a população brasileira acaba por acreditar em uma espécie de projeto de construção de um Brasil melhor, e assim, contrapondo os poucos ganhos internacionais, a agremiação que sustenta a ideologia proposta pelo governo do Presidente Lula se mantém no comando do país por um período que extrapola uma década de gestão do Partido dos Trabalhadores no Brasil, fato certamente impensável a poucos anos atrás, se considerada a origem e orientação ideológica do partido.

De qualquer forma, certo é que foram notadas severas diferenças na análise da política externa de ambos os governos, Fernando Henrique e Lula, e assim, continuidade e descontinuidade foram verificadas. Entretanto, é possível fazer atribuições a determinada complementariedade entre as gestões, onde primeiramente um governo norteia suas ações ancorado por aquilo que é *Real* ou existe, e na sequência, outro executivo pauta a realidade por aquilo que poderia existir desde uma *Ideologia* partidária aceita por um grupo no espaço temporal em análise.

O que igualmente se verifica é uma pluralidade de posicionamentos que poderiam ser descritos das mais variadas formas, como uma representação da política do Brasil no mundo por vezes *Realista*, muitas vezes *Racionalista*, e ainda, capaz de demonstrar exemplos de um senso *Revolucionário* em algumas ocasiões diante de uma sociedade internacional igualmente plural nas representações de suas realidades.

Desta forma, em que pese a difícil caracterização sobre um consenso em determinado período, nomeadamente uma harmonia de conceito em volta de um governo ou política taxada de *Realista*, *Racionalista* ou *Revolucionária*, demandando para isso, tanto um maior cuidado sobre os pontos de vista do analista quanto um aprofundamento da

investigação caso a caso, seguramente, é possível afirmar que houveram mudanças de posturas que resultam em diferentes representações, tanto do Brasil, quanto dos outros atores envolvidos com o país no período em análise, da mesma forma, que é possível afirmar a existência de mudanças destas representações na sociedade internacional como um todo, em todos os casos, ocupando posições intermediárias às *Tradições de Pensamento* nas Relações Internacionais.

Assim, finalizando esta tese sobre a explicação da política externa brasileira desde uma única Teoria das Relações Internacionais capaz de contemplar a pluralidade de valores do cenário internacional, bem como, investigando as grandes diferenças apresentadas e experimentadas pelo Brasil no período em análise, conclui-se que as *Tradições de Pensamento* das Relações Internacionais propostas por alguns autores da Escola Inglesa das Relações Internacionais satisfatoriamente representam o cenário internacional ao qual o Brasil se insere no período.

Ainda, igualmente se verifica uma especialização desta abordagem teórica na hipótese comprovada neste trabalho que as diferentes posturas dos atores em um cenário internacional representado pelas *Tradições de Pensamento* das Relações internacionais se explicam por diferentes motivações destes agentes, aqui representadas pelo *Real*, pelo *Ideal* e por algumas *Ideologias*.

Tais intenções, como construído nesta tese, sofrem um elevado constrangimento de algumas fronteiras conceituadas nas Relações Internacionais, como a natureza humana, alguns paradigmas majoritariamente aceitos pela sociedade em análise e algumas questões epistemológicas, como fatores que explicam os mecanismos de mudança da sociedade internacional que geram o processo de repetição ou progresso resultante da



interação das motivações dos atores internacionais, classificando a existência no tempo e no espaço como *Realista, Racionalista e Revolucionária*.

Novamente, tal perspectiva é verificada como verdadeira no período em análise, apontando assim, que nas relações internacionais, alguns atores pautam suas realidades por aquilo que realmente existe. Outros, julgam trabalhar por um ideal expandido para todos enquanto impõe algumas ideologias particulares no cenário internacional que ainda, é capaz de demonstrar alguns avanços em conceitos e realidades que extrapolam as comunidades políticas existentes, construindo um senso de humanidade que certamente ocorre pelos esforços daqueles que existem não dentro daquilo que é *Real*, nem mesmo daquilo que é uma *Ideologia* particular de alguns, contudo, existem e trabalham pela edificação de um *Ideal* que poderia ser aceito universalmente por todos.

Estas questões primárias que movem os atores no cenário internacional antes e durante suas interações com outros agentes, movem nossa existência entre padrões representados pela natureza má dos homens ou sua necessidade de segurança, entre contratos e hábitos logicamente construídos pela necessidade de interação de um mundo pluralista, bem como, entre um conceito de humanidade que transcende as fronteiras das comunidades políticas independentes na história.

Estes fatores, em conjunto, demonstram a complexidade de uma sociedade internacional anárquica, que por seu enredamento, pode ser apenas entendida desde um grupo de variáveis distintas, que em conjunto, representam as Relações Internacionais.

## Bibliografia

Almeida, Paulo R. *Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Almeida, Paulo R. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: A diplomacia brasileira no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

Alsina Junior, João P. S. *Política Externa e Poder Militar no Brasil: universos paralelos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

Amorim, Celso. *Discursos, palestras e artigos do Chanceler Celso Amorim: 2003-2010*. Volume II. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2011.

Aron, Raymond. *Estudos Políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

Aron, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

Balzac, Honoré de. *História dos Treze: Ferragus, A duquesa de Langeais, A menina dos olhos de ouro*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

Barros, Sebastião do R. *Política Externa em Tempo Real. A Gestão do Embaixador Sebastião do Rego Barros no Itamaraty (3 de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1998): discursos, palestras, artigos e relatórios*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

Becker, Bertha K. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Berger, Peter L. & Luckmann, Thomas. *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.

Brasil. Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Indicadores do Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2013.

Brasil. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

Brasil. Ministério da Fazenda. *Perspectivas da Economia Brasileira*. Brasília, Ministério da Fazenda, 2012.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Diplomacia Brasileira para a Paz*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – O Brasil no mundo que vem aí: A Reforma da ONU*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa Brasileira - volume I: discursos, artigos e entrevistas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, 2003-2006*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2007.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Política Externa e Diplomacia na virada do século: continuidade e renovação*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Repertório de Política Externa: posições do Brasil, 2008 – 2009*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil nº 75*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1994.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil nº 77*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1995.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil nº 80*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1997.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil nº 82*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1998.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil nº 84*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1999.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil nº 85*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1999.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil nº 92*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2003.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil nº 94*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2004.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil nº 97*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2005.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil nº 99*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil nº 104*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2009.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Resenha de Política Exterior do Brasil nº 106*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2010.

Brasil. Presidente. *Discursos selecionados do Presidente Fernando Henrique Cardoso*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

Brasil. Presidente. *Discursos selecionados do Presidente Itamar Franco*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

Brasil. Presidente. *Discursos selecionados do Presidente José Sarney*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

Brasil. Presidente. *Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

Brasil. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil: Texto promulgado em 05 de outubro de 1988*. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010.

Bull, Hedley. "International Theory: The Case for a Classical Approach." *World Politics* Vol. 18, N. 3, 1966.

Bull, Hedley. *A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

Burchill, Scott [et al.]. *Theories of International Relations*. Londres: Palgrave Macmillan, 1996.

Burke, Peter. *Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

Butterfield, Herbert. *The Whig Interpretation of History*. Londres: George Bell, 1950.

Butterfield, Herbert & Wight, R. J. Martin. *Diplomatic Investigations: Essays in the Theory of International Politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1966.

Buzan, Barry & Wæver, Ole. *Regions and Powers: the structure of international security*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.

Buzan, Barry. "The English School: an underexploited resource in IR." *Review of International Studies*. Vol. 27, 2001.

Buzan, Barry; Wæver, Ole & Wilde, Jaap de. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

Campbell, David. *Writing Security. United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

Cardoso, Fernando H. *Pensadores que Inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Carr, Edward H. *Vinte anos de Crise: 1919 – 1939: uma introdução ao estudo das Relações Internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Castro, Flávio. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008) v.2*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

Cervo, Amado L. "Conceitos em Relações Internacionais." *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 51, 2008.

Cervo, Amado L. & Bueno, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

Chacon, Vamireh. *O Mercosul: a integração econômica da América Latina*. São Paulo: Scipione, 1996.

Chacon, Vamireh. *Qual a Política Externa Conveniente ao Brasil?* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

Chimenti, Ricardo C. [et al.], *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2010.

Collier, Paul. *Os Milhões da Pobreza: Por que motivo os países mais carenciados do mundo estão a ficar cada vez mais pobres?* Alfragide: Casa das Letras, 2010.

Defarges, Philippe M. *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Gradiva, 1997.

Dunne, Tim. *Inventing International Society: A History of the English School*. Londres: Macmillan Press, 1998.

Dutra, Leonardo. "A Construção de um Sistema Internacional de Estados: Utopia e as Relações Internacionais." *Economia e Sociologia*. n. 90. 2010.

Dutra, Leonardo. "Da Dominação à Cooperação: A Paz Perpétua e a Luta Eterna entre Nações." *Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora*, 2010.

Fausto, Boris & Devoto, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.

Figueiredo, Carlos. *Cem Discursos Históricos Brasileiros*. Belo Horizonte: Leitura, 2003.

Fonseca Jr, Gelson. *A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as Nações*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Foucault, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt Ltda., 1933.
- Garcia, Eugênio V. *Diplomacia Brasileira e Política Externa: documentos históricos (1493-2008)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- Giddens, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010.
- Giesen, Klaus-Gerd. "Corporatisme paradigmatische, théories déontologiques et nouvel ordre mondial" *Études internationales*. Vol. 24, N. 2, 1993.
- Gilpin, Robert. *A Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- Guimarães, Samuel P. *Quinhentos Anos de Periferia*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1999.
- Guimarães, Samuel P. & Cardim, Carlos H. *Venezuela: Visões Brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003.
- Habermas, Jürgen. *Mas Allá del Estado Nacional*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- Hermann, Charles F. "Changing Course: When Governments choose to Redirect Foreign Policy." *International Studies Quarterly*, Vol. 34, N. 1, 1990.
- Holanda, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Hurrell, Andrew. "Brazil and the New Global Order." *Current History*. Vol. 109, 2010.
- Hurrell, Andrew. *On Global Order: Power, Values, and the Constitution of International Society*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.
- Hurrell, Andrew [et al]. *Os BRICS e a Ordem Global*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- Jones, Roy E. "The English School of International Relations: A case for closure." *Review of International Studies*. Vol. 7, n. 1, 1981.
- Kagan, Robert. *Do Paraíso e do Poder: os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- Kant, Immanuel. *A Paz Perpétua*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- Kant, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- Keohane, Robert O. *After Hegemony: cooperation and discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

- Keohane, Robert O. *Neorealism and Its Critics*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1986.
- Keohane, Robert O. & Nye, Joseph S. *Power and Interdependence*. Nova Iorque: Longman, 2001.
- Keynes, John M. *As Consequências Econômicas da Paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- Lampreia, Luiz F. *Diplomacia Brasileira: palavras, contextos e razões*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.
- Leal, Victor N. *Coronelismo, Enxada e Voto: o Município e o Regime Representativo na Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Linklater, Andrew & Suganami, Hidemi. *The English School of International Relations: a contemporary reassessment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- Mackinder, Halford J. *Democratic Ideals and Reality: a study in the politics of reconstruction*. Londres: Constable and Company Ltd, 1919.
- Mackinder, Halford J. "The Geographical Pivot of History." *The Geographical Journal*. Vol. 23, N. 4. 1904.
- Mannheim, Karl. *Essays on the sociology of knowledge*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1952.
- Mannheim, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- Mannheim, Karl. *Man and Society in an Age of Reconstruction*. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1940.
- Maquiavel, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.
- Mattos, Carlos M. *Geopolítica e Teoria de Fronteiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.
- Mearsheimer, John J. *A Tragédia da Política das Grandes Potências*. Lisboa: Gradiva, 2007.
- Merton, Robert K. *Social Theory and Social Structure*. Nova Iorque: The Free Press, 1968.
- Miyamoto, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1995.
- Monié, Frédéric & Binsztok, Jacob. *Geografia e Geopolítica do Petróleo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- Morgenthau, Hans J. *A Política entre as Nações. A luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

- Moul, Willian B. "The Level of Analysis Problem Revisited." *Canadian Journal of Political Science*. Vol. 6, n. 3, 1973.
- Napolitano, Marcos. *Cultura Brasileira: Utopia e Massificação, 1950-1980*. São Paulo: Contexto, 2008.
- Neuman, Stephanie G. *International Relations Theory and the Third World*. Nova Iorque: St. Martin Press, 1998.
- Neumann, Iver B. & Wæver, Ole. *The Future of International Relations: masters in the making*. Londres: Routledge, 1997.
- Nye, Joseph S. *Compreender os Conflitos Internacionais: uma introdução à teoria e à história*. Lisboa: Gradiva, 2002.
- Nye, Joseph S. *Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais*. São Paulo: Editora Gente, 2009.
- Nye, Joseph S. *O Paradoxo do Poder Americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- Nye, Joseph S. *Peace in Parts: integration and conflict in regional organization*. Boston: Little Brown and Company, 1971.
- Olic, Nelson B. & Canera, Beatriz. *Geopolítica da América Latina*. São Paulo: Moderna, 2004.
- Onuf, Nicholas. *World of Our Making: rules and rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.
- Ortiz, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- Patrício, Raquel. "As relações em eixo: novo paradigma da teoria das relações internacionais?". *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 49, 2006.
- Pecequillo, Cristina S. "A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical." *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol.51, 2008.
- Penna Filho, Pio. "A pesquisa histórica no Itamaraty". *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 42, 1999.
- Popper, Karl R. *A Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.
- Prado, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.



- Prado Junior, Caio. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- Roberson, Barbara A. *International Society and the Development of International Relations Theory*. Londres: Continuum, 1998.
- Seitenfus, Ricardo. *Manual das Organizações Internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.
- Seitenfus, Ricardo. *Relações Internacionais*. Barueri: Manole, 2007.
- Sodré, Nelson W. *Síntese de História Cultural Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- Thomaz, Omar R. "O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou." *Novos estudos – CEBRAP*. N. 86, 2010.
- Tucídides. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- Vesentini, José W. *Novas Geopolíticas: as representações do século XXI*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- Vigevani, Tullo & Cepaluni, Gabriel. *A Política Externa Brasileira: a busca da autonomia de Sarney a Lula*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- Vizentini, Paulo G. F. & Pereira, Analúcia D. *História do Mundo Contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque de Civilizações do século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- Vizentini, Paulo G. F. *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.
- Voegelin, Eric. *Ordem e História*. Volume 1. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- Walker, R. B. J. *Inside/Outside: International Relations as a Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- Wallerstein, Immanuel. *O Universalismo Europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Wallerstein, Immanuel. *Utopistics, or, Historical Choices of The Twenty-First Century*. Nova Iorque: The New Press, 1998.
- Wallerstein, Immanuel. *The End of The World as We Know it: Social Science for the Twenty-First Century*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

- Wallerstein, Immanuel. *World-System Analysis: an Introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.
- Waltz, Kenneth N. *O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- Waltz, Kenneth N. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.
- Walzer, Michael. *Guerras Justas e Injustas: uma argumentação moral com exemplos históricos*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Watson, Adam. *A Evolução da Sociedade Internacional: uma análise histórica comparativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- Watson, Adam. "Systems of States." *Review of International Studies*. N. 16, 1990.
- Weber, Max. *Metodologia das Ciências Sociais – Parte 1*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- Wendt, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- Wight, R. J. Martin. *A Política do Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- Wight, R. J. Martin. *Four Seminal Thinkers in International Theory: Machiavelli, Grotius, Kant, and Mazzini*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005.
- Wight, R. J. Martin. *Systems of States*. Bristol: Leicester University Press, 1977.
- Wight, R. J. Martin. "Why is there no International Theory?" *International Relations*. n. 2, 1960.
- Yunus, Muhammad. *Criar um mundo sem pobreza: o negócio social e o futuro do capitalismo*. Lisboa: Difel, 2008.